



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 184 - QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmiir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2008-CN

Acrescenta § 3º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 26.

§ 3º A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, criada após a entrada em vigência desta Resolução, terá direito a 3 (três) emendas de apropriação e a 3 (três) emendas de remanejamento:

I – a área temática da referida Comissão será:

- a) Infra-Estrutura;
- b) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- c) Justiça e Defesa;
- d) Saúde;
- e) Agricultura;

II – as subáreas temáticas serão:

- a) Ministério das Comunicações;
- b) Ministério da Ciência e Tecnologia;
- c) Ministério da Defesa;
- d) Ministério da Educação;
- e) Ministério da Saúde;
- f) Ministério da Agricultura.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2008

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o subtítulo 26.782.1457.10KR.0015 – Construção de Trecho Rodoviário – Marabá – Altamira – na BR-230 – no Estado do Pará (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o subtítulo 26.782.1457.10KR.0015 – Construção de Trecho Rodoviário – Marabá – Altamira – na BR-230 – no Estado do Pará (UO 39.252).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2008

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o Contrato nº PG-164/93-00, vinculado ao subtítulo – 26.782.1458.10IX.0031 – Adequação de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) – Entroncamento MG-020 – na BR-381 – no Estado de Minas Gerais (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o Contrato nº PG-164/93-00, vinculado ao subtítulo – 26.782.1458.10IX.0031 – Adequação de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) – Entroncamento MG-020 – na BR-381 – no Estado de Minas Gerais (UO 39.252).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – **Senador Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 321, DE 2008

Inclui no Anexo VI da Lei nº 11.647, de 2008 (LOA/2008), o subtítulo “23.695.1166.10V0.0860 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Construção do Centro de Convenções – no Estado da Paraíba”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído no Anexo VI da Lei nº 11.647, de 2008 (LOA/2008), o subtítulo 23.695.1166.10V0.0860 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Construção do Centro de Convenções – no Estado da Paraíba (UO 54.101).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – **Senador Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 210ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

– EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Indignação com relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei que instituiu piso salarial para os professores. 44749

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos ao Senado pela regulamentação da licença-maternidade de seis meses para as servidoras. Defesa do entendimento na aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, de autoria de S.Exa., que recompõe, ao longo de cinco anos, os benefícios dos aposentados. 44750

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Comentários sobre a manchete do jornal **Correio Braziliense** de hoje, intitulada “Brasília, cidade que espanca mulheres”. 44753

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Apelo ao Governador Anchieta Júnior no sentido de disponibilizar terreno, de propriedade do Estado, para a implantação de unidade da Fazenda Esperança em Roraima, que visa resgatar a dignidade de dependentes químicos. 44755

SENADOR ALVARO DIAS – Resumo da situação dos aposentados da Vasp, participantes do Fundo de Previdência Complementar – Aeros. 44756

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre a manchete do jornal **Correio Braziliense** de hoje, intitulada “Brasília, cidade que espanca mulheres”. 44757

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexão sobre a interferência do Governo no Legislativo, em razão do excesso na edição de Medidas Provisórias. Relato da situação por que passa o município de Oiapoque/AP. 44759

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Considerações sobre vigília, a ser iniciada por S. Exª e outros parlamentares, caso não sejam apreciadas as matérias de interesse dos aposentados e pensionistas. Anúncio ao povo acreano do trata-

mento dispensado pelo Governo Federal às emendas individuais de S. Exª ao Orçamento. 44761

SENADOR MÃO SANTA – Comentários sobre a violência no País. Elogios ao Governo de São Paulo, que pretende investir mais que o previsto no PAC. 44764

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Necessidade de incentivo à pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. Críticas à distribuição de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). 44766

SENADOR JOSÉ NERY – Apoio ao ato de protesto, realizado hoje em Brasília por diversas entidades, contra a indevida interferência estatal na vida sindical. Leitura do Manifesto Conjunto das Entidades para o Ato Público. Comentários sobre a reunião ocorrida na Presidência do Senado para tratar da atualização das aposentadorias e pensões. 44770

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Gari-
baldi Alves Filho) 44773

Referente à reunião ocorrida hoje, com o Ministro da Previdência Social e Parlamentares, acerca da questão dos aposentados. 44774

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.353, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 1.252, de 2008, autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, no período de 26 de novembro a 9 de dezembro de 2008.* 44776

Nº 1.354, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando informações ao Ministro de Estado do Esporte.* 44776

Nº 1.355, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Maia de Andrade, Jota Maia.* 44777

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão especial amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o sexagésimo aniversário da fundação da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, de acordo com o Requerimento nº 464, de 2008, do Senador Heráclito Fortes e outros Srs. Senadores. 44777

1.2.5 – Pareceres

Nº 1.111, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 1999 (nº 24/1999, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.* 44777

Nº 1.112, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2008 (nº 368/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Charqueadense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Charqueada, Estado de São Paulo.*..... 44781

Nº 1.113, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2008 (nº 445/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.*..... 44784

Nº 1.114, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008 (nº 522/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.*..... 44787

Nº 1.115, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2008 (nº 513/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Recanto das Emas – AREMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal.*..... 44790

Nº 1.116, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2008 (nº 514/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tupãssi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná.*..... 44793

Nº 1.117, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2008 (nº 529/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão*

comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará...... 44796

Nº 1.118, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2008 (nº 532/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade – Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.*..... 44799

Nº 1.119, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2008 (nº 548/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cosmorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmorama, Estado de São Paulo.* 44802

Nº 1.120, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2008 (nº 525/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Estúdios Reunidos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.*..... 44805

Nº 1.121, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 207, de 2008 (nº 819/2008, na origem), do Presidente da República, que *encaminha pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do “Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará – Swap II”. (Projeto de Resolução nº 57, de 2008).*..... 44808

Nº 1.122, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 209, de 2008 (nº 831/2008, na origem), do Presidente da República, que *solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)”. (Projeto de Resolução nº 58, de 2008).*..... 44812

Nº 1.123, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 214, de 2008 (nº 850/2008, na origem), do Presidente da República, que *solicita autorização para a contratação de opera-*

ção de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 56,700,000.00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Goiânia, Estado de Goiás, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”.

(Projeto de Resolução nº 59, de 2008)..... 44815

Nº 1.124, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 215, de 2008 (nº 851/2008, na origem), do Presidente da República, que *encaminha pleito do Estado de Sergipe, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$ 20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª Fase. (Projeto de Resolução nº 60, de 2008).....* 44819

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 177, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de 5 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 180, de 1999; 27, 80, 192, 206, 209, 210, 212, 214 e 216, de 2008..... 44823

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 180, de 1999; 27, 80, 192, 206, 209, 210, 212, 214 e 216, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 44823

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 57 a 60, de 2008, resultantes de pareceres lidos anteriormente..... 44823

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 7 de novembro de 2008, e publicada no dia 10 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 446, de 2008, que *dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.* Designação da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a sua tramitação..... 44823

1.2.7 – Offícios

Nº 151/2008, de 7 do corrente, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, encaminhando relatório acerca de missão parlamentar desempenhada por S. Ex^a no exterior, nos dias 3 e 4 do corrente. 44824

Nºs 230 e 231/2008, de 10 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas

a proferir pareceres sobre as Medidas Provisórias nºs 445 e 446/2008, respectivamente..... 44826

1.2.8 – Mensagem do Presidente da República

Nº 217, de 2008 (nº 863/2008, na origem), de 7 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, exercer o de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Turcomenistão e Quirguiz.....* 44826

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *define limites para o porte de arma de fogo concedido a integrantes de órgãos públicos e empregados de empresa de segurança privada e de transporte de valores, no caso de exercício do direito de greve.* 44856

Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que *acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades.* 44858

Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para prever a não-proteção do sigilo financeiro a movimentação de agente público.* 44860

Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná.* 44862

Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná.* 44862

Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná.* 44863

Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná.* 44864

Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.* 44865

1.2.10 – Ofício

Nº 52/2008, de 30 de outubro do corrente, do Senador Raimundo Colombo, solicitando providências

para que seja considerada sua presença na Sessão Plenária do dia 30 de outubro do corrente. 44866

1.3 – ORDEM DO DIA

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quarta-feira, dia 12, por não haver acordo das Lideranças: 44866

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)..... 44867

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio

de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de

2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo – GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de

2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008).....

44867

Item 3 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da Anvisa, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.....

44869

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008, que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008).....

44869

Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).....

44869

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....

44869

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador

Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*. 44870

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. 44870

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*. 44870

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*. .. 44870

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*. 44870

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 44870

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*. 44871

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 44871

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*. 44871

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*. 44871

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*. 44871

Item 18

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*. 44871

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*. 44871

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*. 44872

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*. 44872

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de*

carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. 44872

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 44872

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais). 44872

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). 44872

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 44873

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 44873

Item 28

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B. 44873

Item 29 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornece-

dores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços. 44873

Item 30 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. 44873

Item 31 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 44873

Item 32

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 44874

Item 33 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 44874

Item 34

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito). 44874

Item 35

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. 44874

Item 36

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*. 44874

Item 37

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural*. 44874

Item 38

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica*. 44875

Item 39

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa*. 44875

Item 40

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado*. 44875

Item 41

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado*. 44875

Item 42

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras*. 44875

Item 43 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Na-

cional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC*. 44875

Item 44

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão*. 44875

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários sobre a eleição dos representantes do Brasil no Parlamento do Mercosul, em 2010. 44876

1.3.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.336, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado**. 44881

1.3.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.356, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, em aditamento ao Requerimento nº 208, de 2008, *solicitando que a comissão temporária interna criada por aquele requerimento para apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal, tenha sua composição acrescida por mais um membro*. **Aprovado**. 44882

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentários sobre a eleição do Senador Barack Obama para o cargo de Presidente dos Estados Unidos. 44882

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Homenagem ao médico e ex-Deputado Federal Sylvio Lofêgo Botelho, de Roraima, no transcurso dos 30 anos de seu falecimento. 44887

SENADOR JOÃO PEDRO – Relato sobre viagem feita por S. Exª à terra indígena do povo waimiri-atroari, localizada nos Estados do Amazonas e de Roraima. 44889

SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Comentários sobre a Medida Provisória nº 446, de 2008. 44892

1.3.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.357, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Srs. Senadores, *solici-*

tando que o Período do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 14 de dezembro de 2008, seja dedicado a homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) pelo transcurso dos seus 50 anos. **Aprovado**..... 44893

Nº 1.358, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Correio Braziliense** pela classificação como finalista do Prêmio Esso de Jornalismo 2008..... 44894

Nº 1.359, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Dom José Bezerra Coutinho. 44894

1.3.6 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR RENAN CALHEIROS – Considerações sobre a necessidade de modernização do sistema de transportes do Estado de Alagoas. Registro de audiência com o Ministro de Transportes, no sentido da liberação de recursos para obras de revitalização e modernização do Porto de Maceió. 44895

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Manifestação de pesar pelo falecimento do Deputado Mussa Demes. 44899

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Participação de S. Exa. no XII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas. 44899

1.3.7 – Apreciação de matérias

Votação dos Requerimentos nºs 1.344, 1.345 e 1.353, de 2008, lidos anteriormente. **Aprovados**..... 44901

1.3.8 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR MAGNO MALTA – Considerações sobre os trabalhos da CPI da Pedofilia. Comemoração pela aprovação, hoje, na Câmara, do Projeto de Lei do Senado nº 250/2008, que tipifica condutas ligadas à pedofilia..... 44901

1.3.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Protógenes teve outros auxiliares externos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 16 de setembro último..... 44908

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Bilhões estatais nos vizinhos”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 18 de agosto último. 44910

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Abin cedeu 56 arapongas para

delegado da PF”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 11 de setembro último..... 44911

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Crise do grampo acirra disputa entre PF e Abin”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de setembro último..... 44912

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Lula assinou texto sem ler, diz Stephanes”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 21 de outubro último..... 44913

1.3.10 – Comunicação da Presidência

Realização de Sessão Especial amanhã, quarta-feira, dia 12, às 10 horas, destinada a comemorar o 60º aniversário da fundação da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica..... 44914

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 12, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 44914

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 11/11/2008 44923

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 37, apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 75, de 2008..... 44924

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 210ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de novembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho, Jefferson Praia e Mão Santa

(Inicia-se a Sessão às 14 Horas e 1 Minuto,

É o seguinte o registro de comparecimento:

to, e Encerra-se às 20 Horas e 20 Minutos)

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/11/2008 07:30:43 até 11/11/2008 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	
DEM	DF	ADELMI R SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Pela ordem. Sem revisão do orador.*) – Sr. Presidente, sou o quarto orador inscrito. Se não houver ninguém neste momento, cedo minha comunicação inadiável, já que sou o segundo inscrito, e falo como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a é o quinto orador.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. *Pela ordem. Sem revisão da oradora.*) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável. Eu havia chegado antes do Senador Paulo Paim; se S. Ex^a me permitisse falar na frente, eu lhe agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Peço que reconsidere a questão. O Senador Paulo Paimalaria como orador inscrito. V. Ex^a é a primeira inscrita para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. *Pela ordem. Sem revisão da oradora.*) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a é a segunda inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Alvaro Dias, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. *Pela ordem. Sem revisão do orador.*) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável. Se, eventualmente, o Senador Paulo Paim usar... Já abriu mão? Então, peço a inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, sem prejuízo da ordem dos inscritos. V. Ex^a terá dez minutos para fazer seu pronunciamento.

Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável.

O Senador Paulo Paim concede a inversão do uso da tribuna. Então, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. *Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.*) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última sexta-feira, desta tribuna, os Senadores Cristovam Buarque, Augusto Botelho e Geraldinho Mesquita, bem como vários outros Senadores que estavam presentes àquela sessão e eu estabelecemos como meta, enquanto os Governadores não retirarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o piso salarial dos professores, trazermos à tribuna, todos os dias em que estivermos presentes à Casa, a indignação de todos nós que entendemos educação como algo fundamental para o desenvolvimento do nosso País. Traremos à tribuna o significado e o viés político-partidário de antecipação de 2010 que essa Adin representa.

No meu Estado, Senador Paulo Paim, andam dizendo que o Governo do Estado não é contra o piso salarial; que a Adin não é contra o piso nacional dos professores; que a Adin é contra a hora-atividade dos professores, o aumento de 20% para 33% de hora-atividade. Pasmem, porque, na Adin, eles entram contra a questão da hora-atividade, obviamente, mas querem derrubar o artigo que dá início à obrigatoriedade da aplicação da lei, ou seja, se eles conseguem, no Supremo, derrubar o artigo que diz “esta lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2009”, eles derrubam, na prática, não só a hora-atividade, mas também o piso nacional dos professores.

De que nos vai valer, Senadora Serys, uma lei criando o piso nacional que não tem data para entrar em vigor, que não diz a partir de quando Governadores e Prefeitos de todo o Brasil terão a obrigação de pagar esse salário? E não é fortuna alguma o valor de R\$950,00 por quarenta horas trabalhadas, para um professor com nível de formação de segundo grau! Esclareço ainda que, a partir de 1º de janeiro de 2009, não serão pagos os R\$950,00, não, mas, sim, dois terços da diferença entre o que o Estado ou a Prefeitura paga e o valor de R\$950,00, o piso salarial. E só se vai integralizar, só se vai pagar na totalidade o piso a partir de 1º de janeiro de 2010.

Então, dissemos que, todos os dias, viríamos à tribuna para manifestar nossa indignação com a atitude dos Governadores – darei os nomes –, como a Governadora Yeda Crusius, do PSDB do Rio Grande do Sul; o Governador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina; o Governador Roberto Requião, do PMDB do Paraná; o Governador Cid Gomes, do PSB do Ceará; o Governador Puccinelli, do PMDB do Mato

Grosso do Sul, com o apoio, conforme está no *síte* do Supremo Tribunal Federal, do Governador José Serra, do PSDB de São Paulo, e do Governador Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais.

Portanto, há um viés político-partidário explícito, escancarado, em cima de uma reivindicação justa e legítima dos professores de todo o Brasil, com essa Adin.

Ontem, a Senadora Fátima Cleide, inclusive em nome da frente parlamentar em defesa do piso salarial, que já conta com mais de duzentas assinaturas de Parlamentares da Câmara e do Senado... Espero que chegue não somente a trezentas ou quatrocentas assinaturas, até porque o piso nacional foi aprovado por unanimidade. Quero ver algum Senador que votou essa lei não ter a coragem de assinar a defesa de que ela seja implantada! Então, a Senadora Fátima Cleide buscou o Ministro Joaquim Barbosa, que é o Relator da Adin, para que, ainda nesta semana, houvesse uma audiência da frente parlamentar em defesa da implantação do piso nacional para os professores. Espero que o Ministro Joaquim Barbosa nos conceda rapidamente essa audiência, porque temos de riscar essa Adin.

Na sexta-feira, nem fui eu, nem foi o Senador Cristovam Buarque quem propôs que a população dos Estados cujos Governadores assinaram a Adin ou apoiaram a entrada da Adin estabelecesse, inclusive, processo de *impeachment* contra os Governadores. O Senador Geraldo Mesquita estava muito contundente, porque é algo realmente que ninguém consegue entender. O assunto foi debatido. A matéria tramitou na Casa durante um ano e sete meses, não veio por medida provisória. Foi aprovada em quatro Comissões na Câmara, em duas Comissões no Senado, no plenário da Câmara, no plenário do Senado, por unanimidade. Portanto, não podem alegar desconhecimento.

E mais: se, comprovadamente, algum Estado ou algum Município não tiver condição de pagar, a lei do piso e a lei do Fundeb estabelecem complemento. A União é obrigada a complementar, para que nenhum professor receba menos do que o salário estabelecido como piso nacional do magistério.

Portanto, vamos cumprir o acordo que fizemos, de que viríamos à tribuna todos os dias, até que os Governadores retirassem essa Adin. Se querem discutir, há uma proposta do Ministro da Educação de fazer uma implantação gradual da hora-atividade, mas não com uma Adin para derrubar a lei. Volto a dizer: eles entram com uma Adin, dizendo que é para derrubar a hora-atividade, mas, na ação, eles querem derrubar o artigo que diz que a lei entrará em vigor a partir de 1º

de janeiro de 2009. Assim, eles querem derrubar tudo, não querem derrubar apenas a hora-atividade.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Desculpe-me por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, sem prejuízo à ordem dos oradores inscritos.

V. Exª terá 10 minutos para o seu pronunciamento, com prorrogação regimental, se necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, quero, nesta tarde, mais uma vez, cumprimentar o Senado da República. Quando aprovamos que nos três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – não importa se na cidade, no Estado ou em âmbito federal, toda impressão deveria ser em papel reciclado, o Senado deu o exemplo. O Senado foi o primeiro órgão público a fazer a sua parte – não totalmente, mas já dentro do possível. Deu o exemplo, baseado nesse projeto de nossa autoria, de usar papel reciclado.

Agora, Sr. Presidente, cumprimento mais uma vez o Senado. Eu tive a alegria de ser o Relator do projeto da Senadora Patrícia Saboya que amplia para seis meses a licença-maternidade. Coloquei uma emenda, como Relator, naturalmente dialogando com a Senadora Patrícia, para que também no serviço público o projeto autorizasse que, novamente, os três Poderes garantissem à mãe o direito dos seis meses da licença-maternidade.

Confesso a V. Exª que, sem falar – porque não falei – com o Presidente Garibaldi, fui entrevistado, há quinze dias, e assegurei que o Senado da República daria o exemplo e que, antes do fim do ano, nós regulamentaríamos o projeto autorizativo, de acordo com a redação dada, garantindo a toda servidora do Senado a licença-maternidade de seis meses.

Foi com alegria que, nesta semana, vi publicado que o Senado já começou, a partir deste mês de novembro, a assegurar a licença-maternidade de seis meses a toda mãe. Isso é muito bom, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos ao Senador Garibaldi pela iniciativa. Sei que foi uma determinação da Mesa Diretora da Casa, que, naturalmente, tem o aval de todos os Senadores e Senadoras, como também de toda a direção da Casa, enfim, de todos os Congressistas. Faço aqui a minha homenagem ao Senador Garibaldi, à Mesa Diretora, à direção, enfim, a todos os funcionários e funcionárias do Senado, que, mais uma vez, dão o exemplo.

Neste último ano, discutimos muito aqui a disputa eleitoral nos Estados Unidos da América e a brilhante

vitória do povo americano e da humanidade com a vitória de Barack Obama. Tenho dito que o Senado não tem deixado de fazer seu dever, pois tem aprovado todas as políticas de combate ao preconceito e ao racismo, e por unanimidade. Estão todas na Câmara.

Sr. Presidente, refiro-me também à questão dos aposentados e dos pensionistas. Mais uma vez, o Senado cumpriu o dever de casa: aprovou o fim do fator previdenciário, aprovou a garantia de o aposentado voltar a receber o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo. A Comissão de Assuntos Sociais já aprovou, com poder terminativo, o PL nº 58, que manda recompor os benefícios dos aposentados de forma equilibrada, ao longo de cinco anos, criando um fator para cálculo.

Não acredito que alguém colocará seu nome em um recurso para o plenário. Eu não gostaria, como a Senadora Ideli disse muito bem aqui, de ter de ler nesta tribuna os nomes dos que fizeram recurso para atrasar o projeto e evitar que fosse enviado à Câmara dos Deputados, pois sei que os Deputados também votarão a favor.

Sr. Presidente, antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, informo que teremos hoje uma reunião, às 14 horas, na Presidência do Senado, com o Senador Garibaldi, Senadores, Senadoras e com o Ministro Pimentel, com o objetivo de construir o entendimento. Se não for possível, teremos que nos encaminhar para a vigília, que, segundo alguns Senadores, poderá começar hoje. Repito para aqueles que estão ouvindo e vendo a TV Senado neste momento: a vigília será, no primeiro dia, de um dia; na semana que vem, se não houver resposta, será de dois dias; na outra semana, de três dias; até que consigamos resolver de forma equilibrada, dialogando com todos a respeito da situação dos aposentados e pensionistas.

Senador Garibaldi, não vou ler meu pronunciamento. Já o comentei. Quero apenas dizer que estou recebendo milhares de correspondências, principalmente por *e-mail*, diariamente. Não consigo responder a todas. Peço desculpas ao Brasil, porque não consigo. São em torno de vinte mil correspondências por semana, só tratando da questão do benefício dos aposentados e dos pensionistas. Nem que eu tivesse cem funcionários no gabinete, não seria possível responder, com o carinho que cada aposentado merece, quando me perguntam como está a questão. Enfim, falo da vigília que estão fazendo, bem como da cruzada e das orações para que a questão da aposentadoria dos idosos seja resolvida.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo também, porque V. Ex^a

tem sido, reiteradamente, cumprimentado pelo esforço e pela dedicação a essa causa. O que nos deixa indignados é ver, por exemplo, que, no momento de dificuldade dos bancos, imediatamente, através de medida provisória, há o socorro. São banqueiros, são poderosos, ganham muito. Em determinados momentos, os lucros dos bancos chegam à estratosfera. São lucros gigantescos. E, eventualmente, quando há uma crise, por mais passageira que seja, o socorro é imediato, é urgente. Vem através de medida provisória. Em relação aos aposentados, que são pessoas simples, pessoas humildes, muitas delas adoentadas, já na velhice, sobrevivendo a duras penas, não há a mesma sensibilidade. O que há é uma insensibilidade descomunal. É evidente que o Governo tem dificuldades de caixa, o Governo tem dificuldades orçamentárias, mas há que se eleger como prioridade absoluta o ser humano; e, nesse caso, é o ser humano mais necessitado. Não há como aceitar as justificativas governamentais para se recusar a aprovar as propostas já aprovadas no Senado Federal e que se encontram na Câmara dos Deputados. A prioridade número um é o ser humano. Que se retirem recursos de outras áreas, que se remaneje o Orçamento, mas que se atenda, porque a defasagem das aposentadorias vai levar aposentados à loucura. Nós estamos verificando que a aposentadoria vai desaparecendo aos poucos, vai se transformando em pó. Há aposentados que recebiam um valor que, se compararmos ao dólar ou ao salário mínimo, sofreu uma defasagem brutal. Está desaparecendo o valor da aposentadoria no Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há casos de até 95% de defasagem.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Exatamente. Estamos chegando a uma defasagem que acaba com as esperanças de sobrevivência de muita gente. Por isso eu não quero tomar o tempo precioso do seu discurso, mas gostaria de registrar a minha solidariedade a essa luta, a minha participação permanente, e estamos ao seu lado para esse enfrentamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a faz uma reflexão que só fortalece o meu pronunciamento, e que fique claro para todos – sei que essa é a sua posição, V. Ex^a esteve conosco numa reunião, estivemos juntos no Supremo Tribunal Federal na questão da Varig, e estaremos lá na questão da Vasp. Sei que V. Ex^a vai falar também desse assunto, que também se refere aos aposentados e pensionistas.

Esta não é uma questão de situação ou de oposição: é uma situação que Senadores e Senadoras de situação e de oposição querem que se resolva, que é a questão dos aposentados.

Portanto, V. Ex^a tem toda razão: se nada for feito... E eles sabem, estão ouvindo, estão assistindo e sentem na carne: quem ganhava três, quatro, cinco ou seis salários mínimos está próximo a um; em mais um ou dois anos, vai estar ganhando somente um salário mínimo, e aí terá desaparecido a sua aposentadoria, porque um salário mínimo é o seguro social a que todo cidadão com mais de 60 anos, se mulher, ou 65 anos, se homem, tem direito. Portanto, não haveria motivo nenhum de eu pagar sobre nove, sobre 10 salários e ganhar o correspondente a um seguro social.

Termino já, não vou usar o meu tempo além dos 10 minutos – eu teria mais dois –, porque vou a uma reunião com o Ministro Pimentel, com o Presidente Garibaldi e com outros Senadores, na busca de uma alternativa. Se não construirmos uma alternativa que atenda aos aposentados, então vamos tentar sensibilizar com a vigília. Tomara que não seja necessário, mas, se necessário for, começa hoje!

Muito obrigado.

Peço a V. Ex^a que considere lidos todos os meus pronunciamentos na íntegra.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Registro sobre as inúmeras correspondências e e-mails recebidos em favor do PLS 58/03.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu até já perdi a conta da quantidade imensa de correspondências e e-mails que tenho recebido em favor do PLS 58/03 que, na semana passada, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais e que será votado amanhã, em 2º turno.

São pessoas de todo o país, pedindo, exigindo que o projeto seja aprovado, que seja transformado em Lei, o quanto antes.

Todos nós compartilhamos da mesma opinião: trata-se de uma questão de justiça. Quem quer sofrer um rombo no seu bolso e não reaver suas perdas?

Porque devo contribuir com 10 salários e mais tarde receber apenas três? Porque devo ver meu salário diminuindo a cada ano e achar que está tudo certo, que é assim mesmo, que a Previdência isso e aquilo?

Eu repito o que tenho dito a eles: a Previdência não é deficitária! Não adianta usar o argumento do déficit da Previdência. Aliás, segundo estudo da Anfip, há um superávit na Previdência Social de cerca de R\$ 50 bilhões.

É preciso deixar claro que a fonte é a própria receita da Previdência que é usada para fazer supe-

ravit primário, não só neste governo, mas no anterior também.

As cartas e e-mails vem chegando aos montões todos os dias e deixam bem claro que os aposentados e não somente eles, mas a população em geral, está atenta aos passos dos Parlamentares e do Governo também.

Eu quero agradecer aos inúmeros remetentes que enviam suas expectativas, que depositam sua esperança de que a justiça vai ser feita e quero reafirmar que estou me empenhando o quanto posso para transformar o sonho de vocês em realidade.

Sei que muitos de vocês estão numa situação desesperadora, alguns sem a mínima condição de pagar as despesas básicas e que a cada ano o estrangulamento financeiro é maior.

Vocês estão certos, mandem suas cartas para todos os Parlamentares, mostrem o quanto vocês estão contando com eles!

Lutem sem cansar, não se entreguem!

Vocês trabalharam e merecem receber as honras por participarem na construção do Brasil que hoje aí está.

Não desanimem. Se necessário for, vamos à vigília que simboliza nossa atenção voltada para este importante momento que afeta a vida de milhões de pessoas.

A vigília será um ato de todos aqueles que sabem o quanto batalharam até se aposentar e que pedem, nada mais, que a justa retribuição.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Registro sobre a iniciativa do Senado Federal de conceder a licença maternidade de seis meses as suas servidoras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tenho muito orgulho em fazer parte desta Casa Legislativa. Mais uma vez o Senado Federal dá exemplo de respeito ao cumprimento das leis. E, mesmo sendo elas optativas, ele sempre faz a opção certa.

A licença maternidade de seis meses, transformada em lei recentemente, foi concedida às servidoras do Senado.

Não se poderia esperar outra atitude do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho.

Ele fez a nova norma constar do Boletim Administrativo de Pessoal (BAP) da última sexta-feira.

O programa Empresa Cidadã que dá às empresas privadas a possibilidade de estender a licença-maternidade de suas funcionárias por 60 dias, com remuneração integral, e que permite a dedução dos tributos devidos com base no lucro real do que for pago

a ela nesse período, é um avanço muito importante nas normas jurídicas que cuidam das relações que dizem respeito à maternidade.

Todos sabem o quanto é positivo para a relação mãe e filho poder usufruir de um tempo de contato inicial mais longo.

Cumprimento o nosso Presidente pela bela iniciativa que atende os preceitos jurídicos criados nesta Casa e que demonstra ter o perfeito entendimento dos benefícios que uma atitude assim irá trazer para a relação familiar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, parabéns a V. Ex^a! Regimentalmente, V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às vésperas do início dos dezesseis dias de ativismo pelo combate à violência contra a mulher, um movimento internacional que envolve 150 países do planeta Terra. Portanto, é muito importante, sim! E alguns dizem que já não aguentam mais me ver na tribuna, falando sobre o combate à discriminação e à violência contra a mulher.

Olhem que não é de não sei quando este jornal aqui, não, senhores! É de hoje. Está aqui. Olhem o tamanho da manchete do **Correio Braziliense**: “Brasília, cidade que espanca mulheres”. Eu diria que o **Correio Braziliense** está mostrando uma situação pontual, local, de Brasília, mas, infelizmente, isso não é só daqui. Se fosse só daqui, talvez fosse mais fácil. É do Distrito Federal, é da Capital do nosso País, e vamos ver como se faz esse combate, pois essa é uma realidade do Brasil. Portanto, não pensem os brasileiros que isso acontece só em Brasília. Um dado obtido no biênio 2006/2007, mostra que a média de mulheres assassinadas no Estado de Pernambuco foi de uma por dia. Falo de mulheres assassinadas. Não estamos falando em lesão corporal, em humilhação, em qualquer tipo de discriminação, gente! É muito grave essa situação. É muito grave. Fica parecendo que estamos querendo sempre amassar o barro, falando de uma coisa que parece ser estratosférica e não existir, mas que existe.

Quero fazer, muito rapidamente, um pronunciamento nesse sentido, já que estava com essa fala preparada por conta dos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, que é um movimento internacional.

Neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que os noticiários policiais são mais uma vez inundados de casos de violência contra as mulheres, em que adolescentes são seqüestradas, agredidas e mortas por ex-namorados – como aconteceu recentemente –, precisamos parar com tanta dor e com tanto medo! Quero saber se quem tem uma filha mulher – ainda que adulta ou, pior ainda, adolescente – não está preocupado, não tem preocupação hoje. Todos nós temos essa preocupação, com certeza, porque ninguém está totalmente protegido. Por mais que se tenha educação ou uma série de outras coisas, não se sabe o nível de agressividade de outras pessoas. Esse desrespeito vem de longe e remonta às mais antigas e vergonhosas origens de uma postura senhorial, de posse, como se as mulheres fossem propriedade do homem.

Já subi inúmeras vezes à tribuna para falar das mulheres que são vítimas de violência. A discriminação mata mulheres diariamente no País. Continuam os casos de abuso e de violência, como os que vitimaram Maria da Penha – agora, esse é o nome da lei – e a pobre menina Eloá, há poucos dias, em Santo André. Esse, com certeza, é mais um episódio de uma história dramática, em que há violência contra a mulher. Infelizmente, Sr. Presidente, não foi o último. Outros episódios semelhantes, em circunstâncias bem parecidas, já ocorreram há poucos dias. No último dia 19, em Sorocaba, um jovem de 22 anos atirou na ex-namorada, Camila Araújo. Em junho, a sobrinha do nosso querido companheiro e Deputado Augusto Carvalho também foi barbaramente assassinada pelo ex-namorado, que não aceitava a separação: ao perceber que o fim do namoro era definitivo, ele simplesmente matou Josiane Carvalho com um tiro. É estarrecedor perceber que esses monstros encontram no assassinato a melhor solução. Pergunto-me: o que passa nas cabeças dessas pessoas?

Essa não é exclusividade do Brasil. Recentemente, na Inglaterra, um londrino de 37 anos assassinou a ex-esposa a facadas, simplesmente porque ela mudou seu perfil de casada para solteira num *site* de relacionamentos.

Eu pediria mais dois minutos, Sr. Presidente.

Casos como esses, de violência descabida, covarde e humilhante, continuam a ocorrer em várias partes deste País e do mundo. Se há algo “democrático”, Sr. Presidente – infelizmente, coloco entre aspas a palavra “democrático” –, é a violência a que nós, mulheres, estamos sujeitas, pois não discrimina pobre, rica, negra, branca, brasileira, estrangeira. Há casos e mais casos que rebaixam a natureza de mãe, de esposa, de filha, de mulher. São mulheres que se desdobram

em tarefas do lar, educando, apoiando e orientando a família, ao mesmo tempo em que vão buscar no mercado de trabalho o sustento dos seus entes queridos. Essas mesmas Marias da Penha e Eloás são nossas irmãs, amigas, filhas, sobrinhas, que diariamente se defrontam com o mais arraigado sentimento de domínio do homem em sociedades patriarcais, que já não se inserem no contexto moral e histórico do mundo civilizado.

Somos todos irmãos, mulheres e homens, unidos pela humanidade e pela fraternidade, sensíveis e incansáveis. A construção de uma sociedade justa e igualitária só será possível, Sr. Presidente, com a união de todos nós, quando as mulheres educarem seus filhos e suas filhas de forma igual, sem distinção, sem divisão de tarefas ou concessão de privilégios apenas por causa do sexo.

Hoje, quando vemos chefes de Estado e de Governo, ministras, juízas, executivas, servidoras públicas, profissionais liberais e mesmo mães que se dedicam em tempo integral ao lar, que lutam, dia após dia, por iguais oportunidades e por respeito, assombra-nos ver na mídia tanta violência contra elas mesmas.

Dor, lamento, desespero devem ser enfrentados com coragem, com solidariedade com as vítimas e seus familiares, com lei dura e firme contra os criminosos. O fim da impunidade será uma ferramenta essencial, para refrear os covardes que atacam e agridem suas companheiras, que acreditam que têm o direito de punir a mulher por ter vontade própria, por não querer mais seguir com um relacionamento que não a satisfaz.

Enfrentamos essas violências com conscientização, com informação, com prevenção, ainda mais agora em que esses crimes ditos passionais, que para mim não passam de crimes de machismo, têm se mostrado evidentes até mesmo contra jovens e adolescentes. Assusta-nos, Sr. Presidente, ainda mais que os agressores possam sair de faixas etárias cada vez mais baixas: são jovens que já carregam o vírus do agressor, do covarde, que se julgam senhores do destino de pobres meninas que apenas começaram a viver.

Devemos buscar o apoio da sociedade civil, dos grupos de defesa da mulher, de autoridades, de legisladores, de todos, enfim, para eliminar essa chaga que agora chega à mídia. Hoje, a violência contra a mulher é discutida na televisão, no rádio, nos jornais, tornando-se temas de conversas em todos os lugares. Se é um absurdo termos chegado a tão elevado nível de violência, por outro lado, finalmente, a mídia despertou para o problema, e, talvez, a conscientização tenha a ajuda grandiosa, neste momento, dos meios de comunicação.

Devemos dar – estou na última página, Sr. Presidente – um basta agora! Devemos trabalhar, para eliminar, de uma vez por todas, qualquer disseminação dessa prática criminosa. Há as leis penais, em especial a Lei Maria da Penha; há a conscientização da sociedade, e, agora, devemos garantir mais informação a jovens e adolescentes, estimular a convivência absolutamente fraterna e isonômica entre mulheres e homens, sem predominância ou superioridade de qualquer ordem. Pais, familiares e amigos podem e devem se juntar a toda a sociedade civil para acompanhar a questão com muita atenção e orientar nossos jovens sobre os reais valores humanos e o papel da mulher, cada vez mais destacado na construção de sociedades mais justas e evoluídas.

Os jovens merecem atenção, e estaremos neste Senado lutando para proteger a mulher SEMPRE! Não adianta somente pedir justiça após o crime, após o assédio, após a desonra. É necessário evitar ou eliminar o mal pela raiz. Somente com ações educativas e fortes, com medidas preventivas, alcançaremos nossos objetivos, que, neste caso, é a eliminação da violência contra a mulher, contra a mãe, contra a companheira, contra a menina, contra a adolescente.

Homens e mulheres, juntos, Sr. Presidente, vão construir a sociedade nova, a sociedade da solidariedade, da fraternidade, da generosidade e do respeito entre homens e mulheres. Só assim, o mundo poderá ser de paz, o mundo poderá ser melhor!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senadora Serys.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho por permuta com o Senador João Tenório. V. Ex^a terá até 10 minutos para seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Augusto Botelho chega à tribuna, eu quero me somar à indignação da Senadora Serys e registrar, com tristeza, que, nos últimos dias, no Paraná, tivemos três brutais crimes praticados por marginais perigosos, ensandecidos, seres humanos desqualificados que assassinaram três garotas: uma de 9 anos, outra de 8 anos e outra de 3 anos. Trata-se de crimes brutais que chocaram não só a população do Paraná, mas de todo o País.

Faço esse registro, lamentando esses acontecimentos e clamando por justiça. Se a justiça não for

rigorosa e exemplar, certamente estará semeando a brutalidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Alvaro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero me solidarizar com a Senadora Serys e parabenizá-la por seu pronunciamento. Principalmente nós, que somos da área médica, sentimos muito isso e acompanhamos os traumas que ficam em consequência dessas atitudes que ocorrem com as crianças, com as pessoas de menor idade.

Sr. Presidente Papaléo, a Igreja Católica tem um programa que resgata a dignidade de milhares de pessoas em vários pontos do Brasil. Trata-se do projeto Fazenda Esperança, local destinado ao trabalho com dependentes químicos, visando a sua recuperação.

A unidade da Fazenda Esperança mais próxima de Roraima fica em Manaus (AM), mas a concorrência de vagas é muito grande e, devido à grande procura por famílias de Roraima, os coordenadores do projeto, felizmente, resolveram implantar uma unidade em Boa Vista.

João Paulo Santos, um dos coordenadores desse programa no Amazonas, foi a Boa Vista, segundo matéria publicada na Folha de Boa Vista, verificar possíveis locais de implantação da fazenda e principalmente conseguir patrocinadores para implantação do projeto.

O coordenador afirma que atualmente a Fazenda Esperança de Manaus está atendendo a muitos pedidos de internação. Só de Roraima chegam de 10 a 15 pedidos, numa tendência crescente mês a mês.

Sr. Presidente Papaléo Paes, para que essa unidade de Esperança seja implantada no meu Estado, é preciso que os coordenadores do Projeto Esperança tenham à disposição um terreno com uma casa onde se possa implantar a fazenda.

Como é um projeto em que eu confio, um projeto de grande alcance social, decidi fazer um apelo aqui no plenário do Senado ao Governador Anchieta Júnior, com quem não tive nenhum contato para falar sobre isso antes: Governador, disponibilize uma das propriedades do nosso Estado para que seja implantado este programa. Roraima precisa fazer uma unidade da Fazenda Esperança. Muitas famílias roraimenses são atingidas por essa doença grave que é a dependência química de drogas, e precisamos desenvolver uma forma de que essas pessoas tenham oportuni-

dade de se libertar dessa doença, que é um vício, na própria terra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última pesquisa feita em Boa Vista, pelo Centro de Combate ao Tabagismo, foram detectadas mais de três mil pessoas com algum tipo de vício na cidade. Três mil para a minha cidade é muita gente, Senador Mão Santa, não é pouca gente.

Três mil é uma quantidade considerada e dentro do universo de uma pesquisa. Não foi uma pesquisa muito ampla, foi uma pesquisa apenas voltada para o tabagismo e surgiu esse problema espontaneamente.

Essas pessoas têm chance de se livrar dos vícios de alcoolismo e de drogas com a Fazenda Esperança. O tratamento dos dependentes é feito sem utilizar remédios, tranqüilizantes ou antidepressivos. Não existem grades, nem cercas, nem muro alto. Ali na Fazenda Esperança, os que decidem ficar para tratamento devem participar dos cultos feitos no local e trabalhar duro para garantir o próprio sustento e para poder entender que podem viver sem depender da droga. A leitura da Bíblia é diária e uma passagem do Evangelho é sempre destacada para motivar os dependentes químicos a ficarem “limpos” (sóbrios) por mais um dia. É uma espécie de agradecimento que eles fazem por mais um dia que eles venceram. E realmente os dependentes químicos vivem numa luta diária. Sabemos disso, porque somos médicos, eu, o Senador Papaléo Paes e o Senador Mão Santa, que a dependência química infelizmente não chega à metade as pessoas que conseguem se libertar dela para sempre. Muitos se libertam e voltam, se libertam e voltam. Mas, para se libertar sem nunca mais tocar, o percentual infelizmente é muito baixo.

Segundo o coordenador da Fazenda, o local não funciona como uma clínica, mas como uma comunidade terapêutica onde a pessoa tem que pedir para entrar por ela mesma. Nas palavras de João Paulo:

“Não usamos medicamentos, apenas trabalho pesado, convivência, amor e orações. Além disso, não há espaço apenas para viciados em drogas. A fazenda está aberta também para os alcoólatras, gente viciada em jogo, viciada em internet. E o programa é gratuito”.

Senador Heráclito Fortes, é com grande prazer que constato o seu retorno ao nosso Plenário. Tenha certeza de que todos nós estamos torcendo pela sua recuperação completa e calma.

Para entrar no programa, o dependente precisa escrever uma carta de próprio punho contando suas histórias de sofrimento e angústia. Este é o requisito principal para se conseguir uma vaga. A lista de espe-

ra em Manaus chega a 100 pessoas, 20 a mais que a capacidade do local. Todos são maiores de idade. Ninguém é obrigado a ficar. Mas quem decide encarar o tratamento tem que aceitar as regras e a disciplina. O tempo de permanência é de um ano.

Enquanto a unidade da Fazenda Esperança não é construída em Roraima, aqueles que decidirem aderir ao programa podem procurar a Diocese de Roraima pelo número (95)3224-9235. Vou repetir: (95)3224-9235.

Estou dando esta informação porque sei que muitas pessoas podem estar ouvindo a TV Senado, em Roraima e no Brasil todo, e é uma chance que têm de achar um apoio para se libertar desse peso, dessa angústia que ficam carregando.

Sr. Presidente Papaléo Paes, agradeço a oportunidade que V. Ex^a me deu de fazer este pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço e quero me congratular com V. Ex^a pela intenção do seu discurso.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias para uma comunicação inadiável.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é realmente uma comunicação inadiável. Trago à tribuna mais um itinerário tortuoso, mais um calvário, mais uma saga de aposentados e pensionistas deste País. Desta feita, são os aposentados da Vasp, participantes do Fundo de Previdência Complementar – Aeros, criado em 78 e que teve como instituidora a empresa Vasp.

Recebi hoje, em meu gabinete, a visita de representantes da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil, tendo à frente a sua presidente Maria Aparecida Leite, que se encontra no Senado Federal para esse contato com os Srs. Senadores. Sei que o Senador Heráclito Fortes já vem enfrentando essa situação e reivindicando junto às autoridades governamentais que se faça justiça aos aposentados e pensionistas do fundo Aeros.

Essa situação vem de longe, Sr. Presidente. Agravou-se em 1990 quando houve a privatização da empresa, assumindo o seu controle, bem como do fundo de pensão Aeros, o Sr. Wagner Canhedo.

Depois tivemos outros episódios. Para resumir, o Governo nomeou interventor, ou seja, esse fundo passou a ser administrado, portanto, pelo Governo Federal. As irregularidades havidas devem, pois, ser debitadas ao Governo Federal, responsável pela intervenção e, por consequência, pela administração e, evidentemente, responsável também pelas irregularidades havidas,

pelos desvios acontecidos e pelo rombo provocado pela incompetência de gerenciamento.

A União autorizava anualmente a Vasp a descumprir o regulamento e em nada contribuir para com o fundo. A Vasp descontava as contribuições dos participantes em folha de pagamento e não repassava ao Aeros, sob os olhos complacentes do Governo Federal.

A Vasp descontava as prestações dos empréstimos simples, tomados pelos participantes junto ao Aeros, e não repassava os valores ao Aeros, apropriando-se indevidamente. São inúmeras as irregularidades.

Passo a comentar, Sr. Presidente, uma ação movida contra a União em 2005, responsabilizando o ente público pelas irregularidades praticadas pelo interventor por ela nomeado junto ao Aeros e que levaram à quebra do instituto. Essa quebra é da responsabilidade do Governo. Responsável é quem nomeia o interventor. O interventor age em nome do Governo, e o Governo tem de assumir por inteiro as responsabilidades.

Em seguida, o Tribunal Regional Federal da 1^a Região determinou à União que se responsabilizasse pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos participantes do Aeros. Portanto, houve uma decisão favorável aos aposentados e pensionistas.

O Governo reconheceu a decisão judicial, editou a Medida Provisória nº 299, de 2006, para atender a essa decisão judicial, no valor de R\$5,775 milhões para pagamento até dezembro de 2006. Essa medida provisória foi convertida em lei, aprovada pelo Congresso Nacional.

Dessa ação foi obtida tutela antecipada, responsabilizando a União pelos atos ilícitos cometidos dentro da entidade. Eu repito, Sr. Presidente, que essa medida provisória abriu um crédito a ser enviado ao Aeros para pagamento das aposentadorias e pensões até dezembro de 2006.

E o que ocorreu, Sr. Presidente?

O montante foi transferido ao Aeros por volta do dia 15 de outubro de 2006 para pagamento imediato. O referido valor ficou no Aeros por uma semana e meia, quando, no dia 28 de outubro de 2006, foi concedida uma liminar pelo Supremo Tribunal Federal a favor da Advocacia-Geral da União, solicitando, de imediato, o retorno do montante à conta judicial até o julgamento do mérito da ação.

Entenda, Sr. Presidente, se é possível entender. Eu não consigo entender: o Governo aceita a decisão judicial, edita uma medida provisória, disponibiliza os recursos, o Congresso aprova a medida provisória, os recursos são depositados pelo Governo Federal no fundo de pensões para imediato pagamento aos aposentados e pensionistas e, pasmem os Srs. Senadores, o próprio Governo, o Governo que deposita, é o

Governo que pede a devolução, por meio da AGU, do Advogado-Geral da União, que consegue, numa decisão monocrática, a liminar que autorizou a devolução desses recursos aos cofres da União.

Ora, o Governo quer pagar ou não quer pagar? O Governo quis pagar ou não quis pagar? O Governo fez uma encenação? É um Governo de má-fé? Qual foi o propósito de o Governo, com uma mão, entregar os recursos e, com a outra mão, sorrateiramente, usando um braço da Justiça, retirar esses recursos e recolocá-los de volta nos cofres do Tesouro Nacional?

Ora, se fossem banqueiros, o Governo agiria dessa forma? Eu indago ao Presidente Lula: se fossem banqueiros, Senhor Presidente, o Governo agiria dessa forma? O Governo agora não está socorrendo os banqueiros? Não está disponibilizando recursos para salvar bancos que ganharam fortunas e agora, na iminência de uma crise, se socorrem do dinheiro público? Esses que são humildes, que são modestos, que são trabalhadores, ficam jogados ao léu, abandonados, desprotegidos, vítimas da insensibilidade do Poder Público no País. Como explicar isso, Senhor Presidente Lula?

Ora, Sr. Presidente Papaléo Paes, esses aposentados e pensionistas são pessoas, de modo geral, acima dos 70 anos, muitos deles portadores de doenças graves. São 350 idosos: portadores de câncer, alguns; Aids, outros; Mal de Alzheimer, outros; distrofia muscular progressiva, outros. Doenças, enfim, de tratamento caríssimo. E o Governo não fornece tratamento nem medicamento, embora a lei determine que seja sua obrigação. Muitas dessas pessoas encontram-se internadas em hospitais públicos, alguns psiquiátricos, em estado grave, sem plano de saúde, sem condições mínimas de tratamento decente. E o Governo não se sensibiliza.

O que eu posso dizer de um Governo que age dessa forma? Que é um Governo humano ou que é um Governo desumano? A conclusão fica com os brasileiros, que tomaram conhecimento do fato agora.

Eu fiz apenas um resumo, retirado desse dossiê que me foi entregue pela Presidente Maria Aparecida Leite, da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil. Nós vamos encaminhá-lo, por escrito, ao Advogado-Geral da União, apelando para a sua sensibilidade humana, a fim de que tome as providências a fim de que esses aposentados e pensionistas possam sobreviver com dignidade.

Sr. Presidente, muito obrigado pela extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito.

Solicito ao Senador Efraim Morais sua presença na Mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há temas que a gente fala uma vez aqui e basta, não é preciso que outros Senadores o retomem. Há, porém, temas que não basta um Senador, dois Senadores, cem Senadores abordarem: todos temos de falar sobre ele. Há pouco a Senadora Serys fez um discurso, Senador Efraim, sobre a violência contra as mulheres. Eu venho falar desse mesmo assunto.

Como morador de Brasília, como Senador do Distrito Federal, eu venho retomar o assunto que hoje está na manchete principal do jornal da nossa cidade, manchete que diz: “Brasília, cidade que espanca mulheres.” Venho com o constrangimento de brasiliense, venho com o constrangimento de Senador, embora venha também com a esperança de brasileiro, esperança de que tomemos um fato como esse, denunciado com tanta ênfase, e lutemos por um Brasil onde essa violência não exista mais.

Fui candidato, em 1994, a Governador do Distrito Federal, saindo das salas de aula da Universidade de Brasília. Se me perguntassem, Senador Mão Santa, o que aprendi em uma campanha em que fui de casa em casa, rua por rua, conversar com as pessoas durante o dia inteiro, eu diria que não foi a realidade da pobreza: essa eu já conhecia; não foi a realidade de casas sem água, sem esgoto: isso eu já conhecia; não foi a falta de educação que a gente vê: essa eu já conhecia; não foi o fato de ver jovens nas ruas em vez de estarem estudando ou trabalhando: isso eu já sabia que acontecia. Se me perguntassem o que eu aprendi e que eu não sabia, eu diria que foi o grau de violência que sofrem as mulheres dentro de suas casas.

As visitas que eu fazia nas tardes e nas manhãs para pedir voto, tentando mostrar o meu projeto, quase sempre resultavam em conversas com as mulheres. Os homens estavam fora, trabalhando, nos bares. As mulheres estavam em casa. E quando eu conversava com essas mulheres, às quais devo muito – não pelo voto que recebi, mas pelo aprendizado que me proporcionaram –, o que mais me chamava atenção e chocava era a maneira, às vezes quase natural, com que falavam da violência que sofriam dos maridos, dos filhos, de parentes que estavam em suas casas, da violência dentro da casa. Não falo da violência na rua, de um assalto, da violência praticado por um bandido na rua. Falo da violência dentro da própria casa, praticada pelos enteados, filhos, maridos, irmãos. Esse foi um aprendizado trágico que eu tive ao conversar com as mulheres do Distrito Federal.

Agora, tantos anos depois, vejo que essa realidade não mudou. Por isso, acho que esse é um tema que devemos abordar hoje, amanhã, depois e sempre, até este País vencer essa tragédia da violência doméstica, que toca sobretudo as mulheres, embora também, de forma dramática, as crianças.

Os homens raramente são vítimas de violência doméstica: os homens são os causadores da violência doméstica. Mas ao ressaltar que os homens são os causadores e não as vítimas dessa violência, cabe lembrar que essa não é a única violência que as mulheres sofrem.

Quando uma criança não tem remédio para tomar durante a sua doença, os pais sofrem profundamente, mas são as mães que recebem aquilo como uma violência contra elas próprias. A doença de um filho num pai provoca sofrimento; numa mãe, é sentida como uma violência semelhante àquela que vem sob a forma de uma pancada que ela recebesse. Essa é uma violência que muitas vezes a gente não percebe que as mulheres sofrem.

Quando um jovem, desempregado, sem estudar, fica nas ruas, claro que os pais sentem, claro que os pais ficam inconformados, mas são as mães, são as mulheres que, mais do que sentir e sofrer, recebem isso como uma verdadeira violência contra elas, porque a violência que toca num filho é uma violência que toca nas mães. E quando o jovem, além de desempregado, além de sem escola, cai na dependência da droga, é a mãe que sente, de maneira mais intensa, a violência que a sociedade brasileira provoca por meio do descaminho daquele filho.

A mãe que vê seu filho preso por causa de um crime que cometeu sente isso como uma violência contra ela, de uma forma às vezes mais brutal do que a violência contra o próprio prisioneiro, contra o próprio preso condenado por algum crime que cometeu e com consciência do que fez. A mãe não consegue ter essa consciência, a mãe não consegue achar que aquilo é a consequência de um crime, ela acha que aquilo é uma injustiça contra um dos seus filhos, carne da sua carne.

Por isso, nós temos que entender que essa manchete do *Correio Braziliense* que fala da violência que afeta as mulheres em minha cidade de Brasília não diz tudo. Essa manchete diz uma parte importante, mas não diz tudo. Há uma violência invisível tão forte quanto essa violência física, brutal, de que fala o jornal: é a violência que sofre a mãe pobre, é a violência que sofre a mulher pobre.

Quando uma criança vai para a escola e não há aula, o pai pode ficar preocupado com o fato de a criança não ter aula, mas a violência real recai sobre a

mãe, que, além de não ter a escola para o filho, muitas vezes perde o emprego porque tem de cuidar do próprio filho. Ela não apenas sente e se preocupa, como o pai, com o futuro daquela criança: ela recebe a falta de escola como uma violência contra ela.

Por isso, quando nós, professores, às vezes forçados pela realidade, fazemos uma greve, deveríamos nos lembrar que essa greve, por mais justa que seja, por mais necessária que seja, por mais positiva até que ela venha a ser na defesa da educação, essa greve é uma forma de violência contra as mulheres, contra as mães das crianças que ficam sem aulas.

As mulheres não sofrem apenas a violência física que vem dos seus maridos, dos seus namorados, dos seus filhos, dos seus enteados, dos seus irmãos: elas sofrem uma violência, igualmente brutal, da sociedade inteira, que faz com que a pobreza seja sentida de uma forma violenta, mas muito mais violentamente a sentem as mulheres.

O desemprego, todo mundo sabe, é uma violência contra todos, mas contra a mulher ela é maior, até porque, para as mulheres, mesmo o emprego vem de uma forma violenta, porque ela ganha menos do que o homem que trabalha ao lado fazendo as mesmas coisas.

Ainda hoje, conversando com Ministro do Trabalho sobre outros assuntos, tomei conhecimento de duas estatísticas surpreendentes. Uma: o único setor educacional no Brasil onde as mulheres têm mais empregos que os homens é o setor universitário. Já há mais mulheres com nível superior trabalhando do que homens, mas, em alguns casos, fazendo o mesmo trabalho do homem, há mulheres ganhando um quinto do salário que o homem recebe, e isso é uma violência. Não é visível, não deixa as marcas no rosto que deixa a violência brutal, física, mas é uma violência contra as mulheres.

Por isso, Sr. Presidente, esse assunto não pode se esgotar com a Senadora Serys tendo falado aqui hoje de uma maneira tão enfática sobre ele. Nós precisamos retomá-lo, retomá-lo sempre; precisamos denunciá-lo, denunciá-lo sempre; precisamos apresentar, repetidamente, propostas que ofereçam caminhos para corrigir essa deformação social que o Brasil tem.

E volto a insistir – chamem de uma nota só quantas vezes quiserem – que a maneira melhor para corrigir esse problema – não eliminá-lo de vez, mas reduzi-lo a dimensões que a gente possa não tolerar, não aceitar, mas que nos permitam com ele conviver – é uma revolução na educação brasileira, porque uma parte dessa violência decorre da falta de perspectiva. E não é porque o educado é menos violento. De maneira alguma: o analfabeto, muitas vezes, é mais pacífico do

que o doutor. O problema é que o doutor tem mais alternativas na vida e, tendo mais alternativas na vida, tem menos frustrações, e essas frustrações é que muitas vezes levam à violência.

Por isso, Sr. Presidente, vamos continuar falando do assunto e procurando soluções para que o Brasil trate suas mulheres com a decência que nós temos obrigação de tratá-las.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

Antes de iniciar meu pronunciamento, estava vendo alguns pontos importantes no relatório das atividades da Casa – e é bom que possamos vê-lo – referente ao ano de 2007, e vejam só os dados importantes relativos às malditas medidas provisórias que consegui observar.

Durante a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, o Senado Federal fez realizar 243 sessões, tendo realizado a primeira em 5 de fevereiro de 2007.

Mas vamos ao que interessa. As deliberações legislativas estiveram sobrestadas por medidas provisórias, nos termos do art. 62, §6º, da Constituição Federal, em 89 das sessões deliberativas realizadas. Isso é um absurdo! É o Governo, é o Executivo interferindo no Legislativo. Além de interferir, ele atrapalha e retarda o trabalho do Legislativo. E, em 66 das 89 sessões, deixou de haver deliberação sobre qualquer matéria legislativa.

Então, fica esse registro, porque, de repente, comecemos a esquecer das medidas provisórias, tema de que deveríamos lembrar diariamente, pois, da forma como é executada pelo Governo Lula, é uma interferência do Executivo no Legislativo.

Ao mesmo tempo, gostaria de mostrar para a população que as duas Casas – Senado e Câmara – trabalham, mas, exatamente por causa das famigeradas medidas provisórias, têm seus trabalhos prejudicados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em todos os países que ainda não tiveram o privilégio de alcançar um estágio de desenvolvimento socioeconômico

satisfatório, o Estado precisa ter um papel determinante, seja no estímulo diuturno da economia, seja principalmente na promoção do bem-estar da população.

Não é diferente no Brasil. Por mais competente que seja a nossa iniciativa privada, o Estado tem de atuar para garantir que o progresso econômico se traduza em forma de benefícios para aqueles que mais precisam.

Não tenho dúvidas de que, dentro do nosso País, o Estado precisa se fazer mais presente nas regiões mais pobres, em que a prosperidade infelizmente ainda não chegou.

Refiro-me especialmente à região Norte, que continua carente de investimentos e de iniciativas do Poder Público Federal.

Hoje me reportarei novamente à dura realidade em que vive o Estado do Amapá, mais especificamente a cidade do Oiapoque, ponto extremo norte do Brasil.

Ontem, em reportagem do Jornal Nacional sobre nossas fronteiras amazônicas, o Brasil pôde acompanhar a dura realidade daqueles cidadãos brasileiros. A repórter Cristina Serra, da Rede Globo de Televisão, identificou que a cidade de 19 mil habitantes “tem um jeito de faroeste: tudo gira em torno do ouro e do euro”.

Em épocas específicas da história do Brasil, vemos o nome do Oiapoque ser decantado em prosa e verso. Com o passar do tempo, porém, nada é feito para melhorar as condições de vida do povo que lá habita e de segurança de uma das principais entradas para o Brasil.

É preciso fazer alguma coisa, pois a cidade e seu povo têm enfrentado sérios problemas, como a falta de infra-estrutura e de segurança.

A falta d’água, Sr. Presidente, atormenta constantemente os moradores da região. Vive-se, diuturnamente, com a incerteza de se haverá ou não água nas torneiras!

A infra-estrutura do Município é praticamente inexistente. Os moradores têm de se locomover em ruas sem calçamento, enlameadas pelas chuvas quase diárias da Amazônia e repletas de lixo acumulado.

Os que precisam viajar de Macapá até lá, como fez a reportagem da Rede Globo, enfrentam uma das mais precárias rodovias do Brasil, a BR – 156, exemplo do descaso do Governo Federal com o Amapá.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, essa estrada está há mais de dez anos para ser concluída. São cerca de 600 quilômetros. Todos os anos a Bancada federal luta para conseguir repasses, a fim de que a estrada seja concluída. E os recursos são sempre contingenciados. Todos os anos, Sr. Presidente, é a mesma coisa.

E é lamentável que, todos os anos, nós, da Bancada do Amapá, independente de sermos Situação ou Oposição – se nós fazemos algum tipo de oposição aqui representando o Estado é ao Governo Federal; ao nosso Estado nós não fazemos nenhuma oposição –, passemos por um sofrimento só, tenhamos que ficar mendigando, batendo às portas do Ministério do Planejamento, tentando convencer o Presidente Lula de que precisamos concluir essa estrada. Lamentavelmente, são dez anos de muito esforço da Bancada. Aqueles que já passaram e que não têm mais mandato lutaram também e hoje continuamos mendigando – mendigando! – algo que é obrigação do Governo Federal, que já deveria ter incluído essa obra como uma das prioridades do Governo.

Mas, infelizmente, sabemos que não há essa intenção, principalmente, como disse no início do meu pronunciamento, por se tratar de um Estado do extremo norte. O Governo não vê a necessidade social daqueles Estados, porque vê, acredito sim, o número de bolsas família que existe lá, para ver se tem muito voto, se tem muitos eleitores. E onde há menos eleitores, infelizmente, a seleção é dura e infeliz. Realmente, choca-nos saber que essa região do País, que mais precisa do apoio do Governo, por não ter condições de gerar economicamente sua auto-subsistência, é a mais prejudicada.

Atualmente, segundo informações do 4º Balanço do “pirotécnico” Programa de Aceleração do Crescimento, está em andamento a pavimentação do trecho entre os Municípios de Ferreira Gomes e Oiapoque, com a previsão de investimentos de R\$295 milhões até 2010. Espero que o Governo Federal cumpra com essa programação – pelo menos isso!

Além da falta de infra-estrutura, a população do Oiapoque sofre com a insegurança. A região tem sido dominada pelo contrabando, pelo tráfico de drogas e pela prostituição, conforme apontou a reportagem do Jornal Nacional.

Até a tentativa que poderia haver para amenizar toda essa situação deplorável por que passa o Oiapoque... Sei que não se deve fazer propaganda negativa dos nossos estados, mas a nossa intenção aqui é realmente falar a verdade. E ontem a televisão falou a verdade. Quero aqui reafirmar isso, aproveitando essa situação, e garantir o meu discurso como um discurso extremamente correto, que está buscando sensibilizar o Governo Federal para essa região.

Os garimpos ilegais localizados na Guiana Francesa atraem para o Município todo tipo de ilícitos, especialmente a comercialização de *crack*, droga devastadora para a saúde humana, e a prostituição.

A falta de empregos faz com que cidadãos brasileiros atravessem a fronteira com a Guiana Francesa para tentar a sorte, principalmente nos garimpos clandestinos de ouro. A travessia, como foi visto também na reportagem, é uma atividade criminosa, cobrada, literalmente, a peso de ouro pelos detentores dos meios de transporte, que montaram um verdadeiro monopólio do negócio.

Ao chegar em solo francês, nossos cidadãos estão sujeitos a todo tipo de problemas, especialmente a violência e a selvageria com que a polícia guianense reprime os garimpos ilegais.

A situação do Oiapoque não pode ficar como está. Por ser uma zona de fronteira, é preciso que o Governo Federal aja, e aja rápido. Além de reprimir o tráfico de drogas e de pessoas, bem como a prostituição, é necessário investir no potencial turístico da região, pois o turismo gera empregos e abre novas perspectivas para os habitantes do Município.

A região do Oiapoque é belíssima – não se tem dúvida nenhuma sobre isso –, fato que precisa ser levado em consideração. Com investimentos em infraestrutura e em segurança pública e com a estratégica proximidade com a Guiana Francesa – um pedaço da Europa na América do Sul – é possível transformar o Oiapoque numa expressiva porta de entrada ao turismo internacional, especialmente o europeu.

Além disso, é preciso lembrar, Sr. Presidente, que o Amapá detém grande parcela da biodiversidade brasileira. Só este motivo já justificaria uma presença mais efetiva das Forças Armadas e da Polícia Federal no controle daquela fronteira.

A construção da ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, que deve aumentar a atividade comercial entre o Brasil e a Guiana Francesa e, por consequência, com a França e com a Comunidade Européia, também é uma forte justificativa para que o Presidente da República olhe para nossa região com mais cuidado.

Não falta potencial à região e nem ao Estado do Amapá, um verdadeiro diamante bruto à espera de lapidação. Faltam, isto sim, investimentos federais maciços e planejados.

O Estado brasileiro não pode continuar ausente! Precisa estar ao lado do povo que dele mais necessita. E o povo do Oiapoque e do Amapá não pode mais esperar!

Finalizando, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer à Rede Globo de Televisão por mostrar ao País uma das mais belas regiões da Amazônia, que, apesar de todos os seus problemas, é uma terra de gente trabalhadora, que merece mais atenção por parte do Governo Federal.

Agradeço a V. Ex^a, mas quero fazer um ligeiro comentário sobre essa ponte sobre o rio Oiapoque: já passaram tantos Governos prometendo a construção dessa ponte que, acredito, com tanta pedra fundamental, daqui a mais dois ou três governos, não precisaremos mais nem construir a ponte, porque ela já será erguida com as pedras fundamentais que estão colocando lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Geraldo Mesquita, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a e o parabenizo, Senador Papaléo Paes, pelo brilhante pronunciamento que fez nesta tarde.

Concedo, com muito prazer, a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Acre, que dispõe de dez minutos, com a costumeira tolerância desta Presidência.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, ilustre amigo, Senador que preside esta sessão.

Antes de tudo, quero anunciar, Senador Efraim, que hoje vim preparado para a nossa vigília. Há uma vigília anunciada de Parlamentares nesta Casa – e o Senador Papaleó já balança a cabeça, colocando-se à disposição. Trata-se de um ato que vai marcar o nosso inconformismo, a nossa contrariedade com relação ao tratamento dado, por este Governo e pela sua base de sustentação neste Congresso Nacional, aos aposentados e aos que pretendem se aposentar e que estão sob a espada do fator previdenciário.

Há dois projetos, já aprovados aqui, no Senado Federal, que tramitam na Câmara dos Deputados, ambos de autoria do Senador Paulo Paim: um que propõe o fim do fator previdenciário e outro que atualiza o valor das aposentadorias com base no reajuste do próprio salário mínimo. Esses dois projetos vêm sendo preteridos na Câmara dos Deputados, colocados de escanteio, o que denota e configura a posição deste Governo, a frieza com que este Governo trata assunto tão importante, qual seja, a velha reivindicação dos aposentados deste País.

Hoje estaremos aqui, Senador Papaléo, muito provavelmente iniciando essa vigília, marcando com o nosso ato um protesto veemente para mostrar ao Governo, para mostrar à sua maioria na Câmara dos Deputados que nós não nos conformamos, que estamos em sintonia com os aposentados deste País, que recorrem a nós, Senadores, para fazer com que suas reivindicações sejam atendidas.

Em seguida, Senador Efraim, vou fazer aquilo que prometi aqui, nesta tribuna: anuncio ao povo acreano,

Município por Município, o tratamento que o Governo do Presidente Lula confere às emendas do Senador Geraldo Mesquita, destinadas ao povo acreano, aos Municípios acreanos.

Da última vez, relatei aqui o caso da emenda inscrita em Restos a Pagar. Aliás, praticamente todas as minhas emendas estão inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2007, sem perspectiva de liberação, porque o Governo não faz segredo. Isso é repercutido, inclusive, lá no Estado, que o Governo só libera emendas dos Parlamentares que sejam fiéis, da base, como se não tivéssemos votado uma lei, a Lei Orçamentária, que vincula o Presidente da República, vincula toda a Administração Federal à sua execução.

Relatei, da outra vez, Senador Efraim, ilustre Presidente, emenda que havia colocado a pedido do Prefeito de Rio Branco – que, por sinal, é do PT. O Prefeito Angelim havia me pedido para colocar cerca de R\$800 mil no Orçamento da União para obras de extrema importância na nossa capital, e o Governo acha por bem não liberar essas emendas, mesmo em se tratando de um Prefeito do PT, porque o Senador Geraldo Mesquita, em que pese pertencer ao PMDB, é dissidência dentro do PMDB. Ele discorda e assim se coloca, e assim se posiciona em relação a grande parte das iniciativas deste Governo. Portanto, como represália, como retaliação, tem suas emendas bloqueadas, assim como me parece, inclusive, que também ocorre com as emendas do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Essa é uma atitude que denota falta de espírito público, que contraria os princípios constitucionais que regulam e disciplinam a utilização de recursos públicos no nosso País.

Isso me deixa numa situação complicada, Senador Mozarildo, porque o que é dito lá no Acre é exatamente isto: que as emendas do Senador Geraldo Mesquita não são liberadas. Acho que o Governo espera que eu me ajoelhe e peça. Isso não vai acontecer nunca, não vai acontecer nunca!

Quem está sendo penalizada com isso é a população dos Municípios do meu Estado. Assim como aconteceu com relação ao Prefeito Angelim, que é do PT de Rio Branco, aconteceu com outras Prefeituras, como, por exemplo, Brasília, administrada pela Prefeita Leila, que também é do Partido dos Trabalhadores. O valor alocado, ainda a título de emenda individual para o exercício de 2007, destinado ao Município de Brasília, a pedido da Prefeita Leila, para ações e serviços de fundamental importância também para o Município, encontra-se, igualmente, em Restos a Pagar.

Brasília é o Município que faz fronteira com a Bolívia; é um Município onde ainda há grande atividade

extrativista, uma atividade rural também de boa monta, que precisa ser fortalecida. Para aquele Município, eu havia destinado recursos a pedido da Prefeita Leila, repito, para aquisição de implementos agrícolas e para outras atividades que, ao final, resultariam em grande benefício para a população. E, mais uma vez, o Governo bloqueia a liberação dessas emendas, num gesto de desrespeito total ao povo de Brasília, não a mim – isso não me atinge em nada, Senador Mozarildo –, mas ao povo de Brasília, sim, que deixa de usufruir uma quantia, como digo sempre, que, para São Paulo, talvez não represente lá grande coisa, mas que, para nossos pequenos Municípios, representa muita coisa.

Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo, V. Ex^a disse ontem que, sistematicamente, faria essas denúncias. Acho muito importante que V. Ex^a faça isso mesmo. O Senado até que fez a parte dele com relação ao Orçamento impositivo, que está dormindo lá na Câmara, porque o Governo não o deixa andar. É um absurdo aceitar essa humilhação, que o dinheiro público, o dinheiro do povo, que é discutido e votado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e aprovado no Congresso Nacional, fique à disposição do Presidente da República e de seus Ministros para ser distribuído de acordo com a conveniência deles – traduzindo: dando mais para quem lhe puxa o saco. Então, somos representantes do povo. V. Ex^a identifica um Município – mesmo com prefeito adversário – e coloca o recurso para o Município. V. Ex^a está olhando para aquele problema, por exemplo, para um posto de saúde, para uma escola, para uma vicinal. Mas o recurso não é liberado, porque o Senador Geraldo Mesquita tem posições independentes, porque critica o Presidente da República, como se o Presidente da República, em uma democracia, não pudesse ser criticado, como se o Ministro “X”, “Y” ou “Z” também não pudesse ser criticado. Repito, portanto, aquilo que conversamos ontem aqui: temos que ir ao Supremo questionar essa atitude inconstitucional, eis que contra os princípios da Administração Pública, que são, justamente, a legalidade, a impessoalidade – tem que ser impessoal; por que o senador “A” tem que ter mais emendas do que o senador “B”? –, a moralidade e a publicidade. Temos que perguntar qual é o critério para que V. Ex^a não receba e o outro receba. E ainda há também o princípio da eficiência. Quantos recursos não são liberados para obras que não têm nenhuma eficiência no sentido de servir ao povo? Então, temos, sim, que brigar. V. Ex^a está fazendo uma parte importante, mas temos que ir ao Supremo, já que, agora, felizmente, é o Supremo que está decidindo as coisas que o Legislativo deveria decidir.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É verdade. V. Ex^a está coberto de razão mais uma vez.

Senador Mozarildo, ainda ontem, numa clínica radiológica aqui de Brasília, fui fazer um exame. Sentei-me, e um cidadão, já de idade, reconheceu-me, veio, sentou-se ao meu lado e disse-me que é assíduo ouvinte da TV Senado. Lá pelas tantas, ele me perguntou: “Por que o senhor, sendo do PMDB, algumas vezes critica o Governo do Presidente Lula?” E eu me lembrei da questão das emendas e, por sinal, disse a ele: “O Governo do Presidente Lula, que se diz um democrata, tem lá seus méritos, que ninguém pode negar. Mas erra muito, peca, exatamente nessas questões”. E mencionei a ele a lógica sistemática que o Governo utiliza para a liberação de emendas individuais de Parlamentares. Mostrei a ele como sendo uma falha deste Governo, que, como todos, tem seus méritos, mas que incide numa falha muito grave.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Aliás, Senador Geraldo, falha que o PT criticava nos outros governos e que piorou no Governo do PT.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O PT faz de forma muito mais acentuada. Criticava isso com relação aos demais governos e, ao assumir o Governo, com o compromisso de uma gestão democrática, faz pior ainda, com muito mais perversidade, com muito mais frieza.

Então, eu disse ao cidadão, com todo o respeito: “É isso o que nos leva a criticar o Governo Lula, que tem lá seus méritos, mas que incorre nessas imprecisões, nesses erros grosseiros e absurdos”.

Senador Papaléo, concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a, como sempre, faz intervenções que vêm dentro de uma realidade; e esta realidade, na maioria das vezes, é esquecida por nós. V. Ex^a fala exatamente sobre a questão das emendas parlamentares. Acredito que deveríamos até rever essa questão das emendas parlamentares, porque elas servem, muitas vezes, como moeda de troca. Se fizermos um balanço da liberação dessas emendas, veremos que, em relação à Base do Governo – que é maior, claro –, percentualmente, a diferença de emendas liberadas é esmagadora se comparada às liberadas para os Parlamentares que fazem oposição. Talvez eu seja o único Parlamentar da Casa que saiu da Base, da Situação, para ir para a Oposição – este é o meu caso. Eu era contra a reforma da Previdência, e, certo dia, próximo da votação, acho que a pressão do Palácio em cima de quem quer que seja, até mesmo da imprensa, sei lá o que, era tão grande que fizeram anunciar um con-

dicionamento de que eu votaria a favor da reforma da Previdência se liberassem minhas emendas – aí colocaram todas as minhas emendas como se elas tivessem sido liberadas. Cito até o jornal: o **Correio Braziliense**. Colocaram minha fotografia, as minhas emendas, como se eu fosse votar às custas de emendas, que é uma obrigação do Governo. Mantive minha posição; logo depois, saí do PMDB, exatamente para não ficar constrangido, votando contra o meu Partido e contrariando, exatamente, um grupo de amigos que tenho no PMDB. Então, precisamos fazer uma revisão. É lamentável discriminarem o Parlamentar pelo Partido. Isto é uma irresponsabilidade social muito grande, porque, ao se discriminar o Parlamentar, está-se discriminando o Estado; ao se discriminar o Estado, está-se discriminando a sua população. Deveríamos, sim, fazer uma reavaliação nessa questão de emendas parlamentares, porque, da forma como está, fica de bandeja para o Governo tentar subornar, cooptar, corromper alguns parlamentares irresponsáveis. V. Ex^a está de parabéns! O povo do seu Estado, como o do meu, vão entender sempre que nós não vamos nos submeter à liberação de emendas parlamentares em troca da nossa consciência. Nossa consciência sempre vai prevalecer, para o bem do povo que representamos aqui. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu que agradeço a V. Ex^a. É isso mesmo, Senador Papaléo. Quero repetir aqui: a responsabilidade pela não-liberação dessas emendas é do Governo do Presidente Lula. Quero frisar isso ao povo lá de Brasília. Pode ser cansativo para os meus Colegas, para o Plenário do Senado Federal, eu ter que vir aqui várias vezes para dizer isso, mas eu vou dizer, porque eu não tenho rádio, não tenho televisão, não tenho jornal, o que tenho é esta tribuna, Senador Mão Santa, e vou usá-la para atribuir responsabilidades ao Governo do Presidente Lula pela não-liberação dessas emendas.

O povo de Brasília tem de saber que cumpri com meu dever. Nos exercícios de 2007 e 2008, coloquei cerca de R\$800 mil para o Município de Brasília. Parte destes recursos encontram-se em Restos a Pagar, e grande parte desses recursos sequer foi empenhada ainda. A responsabilidade é do Governo do Presidente Lula. Estou dizendo isso para o povo de Brasília.

Sr. Presidente, cobram-me: “Por que você não pede a sua Bancada, de Senadores do PMDB, para interceder?” Não peço porque seria hipocrisia minha vir aqui, da tribuna, criticar o Governo do Presidente Lula e, nos bastidores, pedir à liderança do meu partido para se empenhar na liberação de emendas. Não faço isso! Já disse: se o meu partido quiser me ajudar nesse sentido, que me ajude! Não vou pedir, porque

não sou hipócrita! Vou continuar independente, exercitando a liberdade que tenho de vir a esta tribuna e falar o que eu quiser. Enquanto eu fizer isso, não me sinto confortável em pedir ao meu partido para interceder com relação à liberação de emenda.

Senador Efraim Moraes, agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Peço, antecipadamente, desculpas ao Plenário, mas virei aqui ainda outras vezes dizer exatamente o que estou dizendo hoje. Em relação a cada Município do meu Estado, vou dizer para a população de quem é a responsabilidade pelo fato de estarem sendo privados da utilização de recursos públicos, resultado de impostos que eles mesmos pagam, que são arrecadados pelo Governo Federal e que não retornam para o Município, porque esses recursos foram alocados através de emenda pessoal do Senador Geraldo Mesquita.

Era o que tinha a dizer, por hora.

Estou aqui me perfilando com os demais Senadores para que, logo mais, iniciemos nossa vigília cívica, democrática, em favor dos aposentados deste País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a honra de informar à Casa que o Líder da Minoria, Senador Mário Couto, irá nos dar notícias sobre tema importante relacionado aos aposentados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mário Couto, Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, Sr. Presidente, quero registrar, com muita alegria, a presença de conterrâneos, dos meus queridos irmãos paraenses Clésio Vitec, o Prefeito Renan Lopes e o amigo Wilton, que estão na tribuna de honra, dando-nos a satisfação de suas visitas.

Sr. Presidente, em relação à reunião relativa ao tema “aposentados”, quero participar a V. Ex^a que o Ministro acaba de sair. Fizemos um longo debate – começamos às 14 horas e só terminamos agora –, mas não gostaria de antecipar o que aconteceu na reunião, porque o Presidente da Casa deverá fazê-lo. O Senador

José Nery, o Senador Paulo Paim e eu delegamos ao Presidente da Casa, ao Presidente deste Poder, que, mais tarde, comunicasse à Nação, principalmente aos aposentados, o que aconteceu na reunião de hoje e, logicamente, o andamento futuro das negociações que se deram há pouco. No entanto, devo antecipar que saí satisfeito da reunião. Entendo que as coisas estão evoluindo. Mas deixaremos para o Presidente Garibaldi Alves fazer a comunicação à Nação, já que S. Ex^a se prontificou a fazer esse relato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, que dispõe de 10 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Morais, que preside esta sessão de 11 de novembro, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Geraldo Mesquita, também sou do PMDB, e quero dizer o seguinte: entendo que temos dado a melhor colaboração – nós, que somos do PMDB autêntico – ao Presidente da República, Sua Excelência Luiz Inácio.

Primeiro, porque é a verdade. Senador Efraim Morais, aquele general Oregon, lá do México, escreveu, no Palácio do Governo: é melhor um adversário que me traga a verdade do que um alopado que me engana, que mente e que puxa o saco. Então, a verdade, aqui mesmo, hoje, nós já a ouvimos na fala da Senadora Serys Slhessarenko sobre a violência contra as mulheres. O Professor Cristovam Buarque, que é ligado, encarnado, só fala na educação, hoje falou sobre a violência. O Senador Mário Couto, hoje não falou, mas disse que a medalha de ouro... Está é difícil saber com quem fica essa medalha de ouro, porque todos os Estados estão a disputá-la, mas o Senador Mário Couto defende que é lá no Pará, onde a Governadora é do PT. Mas a violência se alastrou.

Pares cum paribus facillime congregantur. Cícero, no plenário romano, disse que violência atrai violência.

O nosso Geraldo Mesquita, também do PMDB autêntico, na sua pureza, falou dos êxitos e dos méritos que o Presidente tem. Mas Noberto Bobbio, senador vitalício da Itália, do Renascimento, que morreu há pouco, e é aceito como o mais sábio teórico da democracia – Luiz Inácio, é o Noberto Bobbio, professor, senador vitalício –, diz que o mínimo que temos de exigir de um governo é segurança: segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Nesta capital encantada, no fim de semana, houve quase uma dezena de assassinatos, de homicídios. Aqui, aos olhos do governo, que somos nós, dos Poderes e do povo. Mas entendo, ô Luiz Inácio, eu que sou médico há 42 anos, que nunca antes a saúde esteve tão ruim para os pobres. Ela avançou cientificamente – amanhã, teremos uma homenagem à cirurgia plástica, Pitanguy –, mas a saúde está boa e avançada para quem tem dinheiro. Ela está boa e avançada para quem tem plano de saúde. Quem não tem está lascado.

Senador Geraldo Mesquita, eu tive um parente há pouco em uma UTI. No Pará, como vão as UTIs? Em São Paulo, é R\$3 mil a diária, só a diária, o médico é por fora. Brasileira e brasileiro, R\$3 mil a diária de uma UTI em São Paulo. E eles não recebem pobre, não. Eles só recebem quem tem dinheiro. Acabou o depósito, tem alta. E que não pague!

Quanto à educação, o Cristovam já desanimou, porque hoje ele foi falar sobre violência. As pobres das professoras... E não era assim, não, ô Geraldo Mesquita. Não era assim, Luiz Inácio. Olha, a gente ia buscar... Ô Professor Cristovam, eu fui buscar minha encantadora mulher, eu me lembro. Eram as normalistas. Elas eram felizes, radiantes, sorridentes. Hoje, elas estão aí. O Cristovam já desistiu.

Ô Cristovam, R\$900,00 não é? E aí, ó, tem liminar contra isso. As bichinhas, professorinhas... Eu fui buscar minha Adalgisa saindo da Escola Normal, sorridente. Hoje, R\$900,00. Ô Cristovam, quanta luta, não é? Tem uma liminar de cinco governadores.

Agora, eu vou ensinar ao Luiz Inácio, porque posso ensinar, Senador da República é para isso. Eu fui prefeitinho, ô Nery – opa, está ali o Papaléo Paes –, e fui à Alemanha, viu Papaléo? Lá na minha cidade tinha uma multinacional da Merck Darmstadt, ô Senador Papaléo, e eu fui a convite. Era o Professor Basedow. Eu não sabia alemão, Efraim, e ele era o cicerone. Ele era diretor da Merck. Olha, eu nunca tive tanta mordomia. Merck Darmstadt, medicamentos. Em todo lugar, ele dizia: “Professor Basedow!”, e tínhamos a melhor cadeira do teatro, a melhor mesa dos melhores restaurantes. O trânsito está engarrafado: “Professor Basedow”, e abria e dava certo. Ai, eu disse: “Mas o senhor não é diretor químico da Merck, poderosa e rica, que está pagando aqui a minha hospedagem do bom e do melhor?”. Ele disse: “É, eu sou, mas eu uso o título de professor porque é o mais honroso da Alemanha. É o título mais honroso. Não é o dinheiro. Então, antes de eu ser diretor rico da Merck, eu ensinei em Heidelberg, como professor, por dez anos. Depois, fui convidado, entrei e hoje sou realmente muito rico, diretor da Merck. Mas o título mais honroso é o de professor e para

usá-lo eu tenho a obrigação de, uma vez por semana, dar uma aula de química em Heidelberg”.

Isso, um professor! E o Professor Cristovam mendigando R\$900,00, enfrentando agora a Justiça, porque não pode... Mas o pessoal da Justiça, você já sabem quanto eles ganham, Cristovam? Quer dizer, a professorinha tem um estômago e o pessoal da Justiça tem sessenta, cem estômagos, porque a diferença é descomunal.

Mas a violência, que o Mário Couto pensava que era só dele, está aqui. Olha o que diz um jornalista do Piauí, o Piauí da paz, o Piauí cristão! Isso é de agora, isso é coisa do PT. Quando eu governei aquele Estado, eu saía do Palácio, Efraim, andava dez quilômetros à noite, 11 horas, porque o clima é quente, para fazer um *cooper*. E, agora: “Dupla de moto rouba R\$20 mil na zona Sul de Teresina”; não sei quem entrou no Banco do Brasil para fazer um depósito e foi assaltado; bandidos assaltam Banco do Estado do Piauí e levam R\$1 milhão. Em Teresina, Mário Couto, bandidos assaltaram e seqüestraram um gerente do BEP, seqüestram a família toda, ganharam dinheiro, libertaram, mas ainda hoje está desaparecido o gerente. Esse é o Brasil da violência.

E o pior, agora: anciã de 84 anos ficou sem andar após o assalto. Já estão assaltando as velhinhas! Não bastam os velhinhos sofrerem com as aposentadorias, que este governo não aumenta. Nunca antes houve tanto suicídio de velhos neste país. Enganaram os velhinhos, inventaram o empréstimo consignado. Os bancos tiram 40% do que eles recebiam. Eles pagaram 30, 40 anos, Efraim. Um contrato! Nós, que somos o Brasil – a democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo –, o Governo que é nosso. E eles, que planejaram ganhar dez salários mínimos, estão ganhando cinco, quatro. Quem planejou cinco está ganhando dois. Nunca dantes houve tanto suicídio de velhos aposentados neste País! Estou pesquisando, porque os velhos são honrados, são dignos, são corretos, e o dinheiro não dá para aqueles compromissos que eles tinham assumido com a família.

E estão assaltando anciãos de 84 anos! Esse é o caos.

Senador Efraim Morais, pediria, só para terminar, Senador Geraldo Mesquita, Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a que foi lançado ontem aqui como um homem do Senado à Presidência, como os norte-americanos fizeram vários candidatos a senador. Senador Geraldo Mesquita – V. Ex^a que gosta de literatura –, Ernest Hemingway, no seu livro *O Velho e o Mar*, diz: “A maior estupidez é perdermos a esperança”. E não vamos perdê-la.

Mas li aqui na mídia um artigo muito interessante: “Gestão. São Paulo alia aumento de receitas a um rígido controle de despesas”. “De olho em 2010, Serra investe mais que o PAC”, Luiz Inácio.

Esse PAC tem muito cacarejamento. Senador Papaléo Paes, não entendo. Só vejo cacarejamento. É mulher, é homem cacarejando: PAC, PAC, PAC. Está aqui no jornal *Valor*, Senador Papaléo. Quer dizer, um Estado, Senador Cristovam, investe mais do que o País todo. Agora, o cacarejamento... Não tem. Ninguém vê a sobriedade do Governo no cumprimento.

Então, Geraldo Mesquita, atentai bem:

(...) ...sem aumento de impostos, e rígido controle de despesas, o governador José Serra (PSDB) está investindo, em São Paulo, mais do que o governo federal em todo o país com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ô Papaléo, eu não votei no José Serra. Eu votei no Luiz Inácio, em 94. E aí é que é: eu estou arrependido. Arrependimento não mata. Assim, eu estava morto. Mas está aqui, por medidas de austeridade, elementares de economia.

Theodore Roosevelt disse: “Não gaste antes de ganhar o dinheiro”. Um país que estimula... E o Cristovam é testemunha. Ele disse que, há mais de um ano e meio, via o Senador Mão Santa dizendo que isso não dava certo. Ele ficava até perplexo: como médico, debruçado sobre a saúde, como ele se debruça sobre a educação, Papaléo, eu advertia. É aquilo que Abraham Lincoln disse: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”. E eu adverti o Paim, que é o nosso Barak Obama: “Largue esse negócio de escravidão, de negro, de que eles são discriminados, a Princesa Isabel já resolveu isso, sancionando uma das leis feita por Rui Barbosa, no momento em que jogaram flores neste Senado. E Abraham Lincoln...” A escravidão da vida moderna, ô Cristovam, é a dívida. Esses estão escravos. Um país em que se manda comprar um carro e estimula-se o cidadão a ficar preso por dez anos escraviza-o. Com R\$200,00, sai com o carro, mas fica escravo da dívida. É um país irresponsável. Aí está, chegou e tal, mas há uma esperança.

No Governador de São Paulo eu nunca votei, não. Com austeridade, ele conseguiu reduzir as despesas, cortou 15% dos cargos em comissão. Este País tinha de doze a dezesseis Ministros, desde Cabral. Grandes governantes – Pedro II, Getúlio –, de doze a dezesseis. Tem quarenta Ministros! E eu não sei o nome de dez. Neste País em que o Presidente da República assina 50 mil nomeações, e eles entram pela porta larga da vadiagem, da malandragem, sem concurso. E os

DAS-6? Eu nunca assinei, nem o Cristovam. Cristovam, um DAS-6, nós fomos Governadores, só tem DAS-4. O DAS-6 é de R\$10.148,00. Sem concurso. Aí, cria um drama todo, que o Senado vai ter um funcionário... Quase acaba o mundo. E eles nomearam 50 mil assim, espalhados aí pela porta larga, como a *Bíblia* diz. Não foi pela porta estreita do estudo.

Olha, Cristovam, o mundo parou, o mundo viu. Eu dizia ao Paim: Eu, pelo menos, meus maiores amigos são de cor negra. Aqui é o Paim. Eu gosto mesmo do Paim. Lá na minha cidade, tem o Paulo Evangelista. Então, eu não tenho essa discriminação.

Mas, Geraldo Mesquita, de repente, surge como esperança um negro que acreditou naquilo em que Luiz Inácio não acredita: no estudo. Luiz Inácio disse que ler uma página de livro dá uma canseira... É melhor fazer uma hora de esteira. Nós vivemos o reino da besteira. E o Barack Obama... Olha, Cristovam, V. Ex^a estudou muito, não há ninguém mais competente do que V. Ex^a aqui. Cristovam, o moreninho formou-se, igual ao Fernando Henrique Cardoso, em Ciências Políticas. Juntou ao Direito de Rui Barbosa e de Geraldo Mesquita, e está aí.

Às três horas da madrugada recebi um telefonema do meu irmão, Paulo de Tarso, seu colega. Três horas da madrugada. Pensei: “Morreu alguém. Isso é hora?”. “Ouça o Barack Obama.” E eu agradeço ao meu irmão. Que beleza! Que pronunciamento! Ali se entendeu o que está no Livro de Deus: a sabedoria vale mais do que o ouro; o discernimento, mais do que prata. Que discurso belo! Foi buscar uma velhinha preta de 104 anos, que foi votar nele. Aqui no Brasil, está é se assaltando, na minha cidade, as velhinhas. Aos 84 anos. Está aqui no jornal do grande jornalista piauiense Carlson Pessoa.

E ele foi para contar a história da luta daquele país. “Nós podemos...” Mas “nós podemos”, ele disse com convicção, porque os passos dele eram estudando e trabalhando, trabalhando e estudando, trabalhando e estudando, trabalhando e estudando... Ele é a esperança. Foi rápido o discurso dele. Eu fiquei impressionado.

Quantos discursos nós ouvimos que enchem o nosso saco e a nossa paciência de tanta besteira. Então, aquilo foi uma luz para o acordar, o acordar para a nossa geração buscar no estudo e no trabalho a prosperidade deste País.

Então, eu vi aquilo, aquele encantamento, como um renascer dos valores em que nós acreditamos. Eu posso dizer da minha crença, Geraldo Mesquita: creio em Deus, creio no amor que acimenta a família – e ele estava lá com a família, valorizando –, creio no estudo – e ele representa o estudo, duas formaturas, tão jovem

– e no trabalho. Rui Barbosa já nos tinha ensinado que a primazia tem que ser do trabalho e do trabalhador. Isso não é o que se pensa.

Então, estas são as nossas palavras. E esta Casa é para isto: para advertir Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio a retomar os caminhos da virtude que estava a desaparecer no Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Mão Santa, a Mesa agradece seu discurso.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro, por cessão do nobre Senador Efraim Moraes.

V. Ex^a terá 10 minutos para o seu pronunciamento, mais a tolerância desta Mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para tratar de um assunto da maior importância para as regiões menos desenvolvidas, principalmente a nossa, Senador Mesquita, a Amazônia.

Senador Cristovam, trata-se de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento para que essas regiões, com tecnologia, tenham condições de se desenvolver de forma sustentável, e todos nós lutamos para isso.

E fico feliz de, no momento deste pronunciamento, contar com os dois Senadores do meu Estado do Pará, Senador Mário Couto e Senador José Nery, aqui no Plenário. Lamentavelmente, a Região Amazônica e o nosso Estado são os lugares em que o Governo não tem o menor interesse em fazer do discurso a sua prática, o qual é diminuir as desigualdades regionais, investindo em ciência e tecnologia, para que possamos, com tecnologia, alavancar o desenvolvimento.

Todos nós sabemos, Senador Mão Santa, que o Brasil é um País marcado por uma série de desigualdades regionais, com forte concentração de suas riquezas nas Regiões Sul e Sudeste.

Segundo dados do IBGE, em 2005, a Região Norte representava somente 5% do PIB nacional. E o meu Estado, o nosso Estado, Senadores Mário Couto e José Nery, estava na 22ª posição em relação ao PIB *per capita*.

Muitos criticam que o ciclo de desenvolvimento na Região Amazônica é realizado de forma predatória e insustentável, incluindo-se desmatamento e queimada, gerando-se uma série de consequências ambientais.

A verdadeira sustentabilidade, que todos nós buscamos alcançar, só é atingida, quando aliamos os aspectos sociais, tecnológicos e ambientais.

Temos de investir em educação, como bandeira permanente. Não desista, Senador Cristovam Buarque, dessa sua bandeira, porque, sem sombra de dúvida, é com o reconhecimento de que é pela educação que vamos construir este País que poderá haver dias melhores para nossa população.

Precisamos investir em educação, pesquisa e desenvolvimento e na verticalização e integração de nossas cadeias produtivas e de nossos recursos naturais, de forma a obter maior valor agregado e a gerar maiores riquezas.

Esse desenvolvimento depende de ação conjunta do Estado com a iniciativa privada. Somente com a participação de indústrias, agricultores e centros de pesquisas, seremos capazes de explorar nossos recursos com sabedoria, alcançando o crescimento verdadeiramente sustentável e amenizando as disparidades regionais.

Precisamos investir em projetos de desenvolvimento tecnológico sustentáveis na Região Amazônica. Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação, que geram grande benefício econômico e social, conciliados à preservação e ao uso consciente dos recursos são elementos estratégicos da política de desenvolvimento regional e nacional.

Um dos mecanismos de política de desenvolvimento é a Finep, Financiadora de Estudos e Projetos, cujo papel é promover e financiar inovação e pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa e outras instituições públicas e privadas, mobilizando os recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do País.

Recentemente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a Finep realizou um edital no qual disponibilizava recursos, Senador Geraldo Mesquita, de R\$450 milhões para projetos de inovação tecnológica, prevendo alocar 30% para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – para as três Regiões.

Vale ressaltar que essa alocação está em conformidade com as diretrizes da Lei de Inovação, que diz:

I – priorizar, nas regiões menos desenvolvidas do País e na Amazônia, ações que visem a dotar a pesquisa e o sistema produ-

tivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica.

Vamos à realidade, Presidente. Infelizmente, somente 11% desses recursos – do total de 30% – a Finep destinou para as três regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, repito. Apenas 11% dos recursos foram concedidos às regiões mencionadas, dos quais, Senador Nery, apenas 1%, para a Região Amazônica. Pior ainda, nenhum projeto foi aprovado para o Estado do Pará. Vou repetir: nenhum projeto foi aprovado para o Estado do Pará.

Coloco-me aqui para questionar se de fato não havia ao menos um projeto que valesse à pena ser aprovado pela Finep, para desenvolver a nossa região.

O edital definiu temas de interesses em seis áreas estratégicas. Entre eles, temas de grande interesse para o Brasil, como os projetos na área de energias renováveis ou, mais especificamente, biocombustíveis. Projetos como esses podem aproveitar nossa vocação regional, universalizar o acesso à energia e assegurar a sustentabilidade energética da Região.

No contexto energético, a Região Norte apresenta peculiaridades, como as barreiras impostas pelas dificuldades logísticas. Estima-se, por exemplo, que, em regiões mais isoladas, o transporte de um litro de *diesel* requeira cerca de dois litros de combustível. Isso parece um absurdo, mas é a verdade, Senador Nery. Para transportar um litro de *diesel*, consomem-se dois litros de combustível na nossa Região Amazônica.

Temos de fomentar a produção descentralizada de biocombustíveis em nossa Região – a produção em pequena escala, permitindo que o uso do biocombustível seja realmente efetivo. É uma questão estratégica, que deve ser encarada com seriedade, promovendo idéias e projetos nesse sentido, para gerar riqueza e sustentabilidade.

Quando falamos de biocombustíveis, é reconhecida grande vantagem e eficiência no uso das palmáceas como matéria-prima. Quase não exploramos industrialmente esse potencial, que, usado de maneira inteligente, pode representar importante saída para o cumprimento de nossos compromissos internacionais e nacionais, em relação ao aquecimento global.

Por isso, repito: apenas 11% dos 30% previstos no edital são para o Norte,

Nordeste e Centro-Oeste. Apenas R\$5 milhões – R\$5 milhões dos R\$450 milhões! – do edital da Finep foram alocados para a nossa Região Amazônica. E digo mais: não foi aprovado nenhum projeto destinado ao Norte, ou seja, à Região Amazônica, nas áreas de energia, desenvolvimento social, tecnologia da inovação e comunicação.

E aí vem o discurso do Governo de que temos de diminuir as desigualdades... Não é bem discurso: está na Constituição Federal que é obrigação do Executivo agir, no sentido de diminuir as desigualdades regionais – já não digo nem eliminá-las, mas diminuí-las. E o que vemos é que essas desigualdades aumentam a cada tempo que passa, porque essas Regiões se desenvolvem a uma velocidade menor do que as Regiões Sul e Sudeste. Então, em vez de diminuir, a desigualdade entre as Regiões está aumentando.

Concedo o aparte ao nobre Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a, com muita precisão, denuncia uma violência contra a nossa Região, justamente quando recursos fundamentais poderiam incrementar o nosso desenvolvimento, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, com projetos inovadores. Tantas são as possibilidades que a nossa Região oferece, porém o que V. Ex^a, com muita clareza, acaba de denunciar ao Senado e ao País, especialmente para o conhecimento da nossa Região, é que a destinação de um volume de recurso tão inexpressivo para a Amazônia, justamente confirma o que todos nós sabemos, que não passa de um engodo dizer que a Amazônia é prioridade nacional, como o Governo muitas vezes diz, porque não é, haja vista que os recursos em todas as áreas, os recursos orçamentários de todas as áreas são minúsculos para dar conta dos graves problemas da nossa região. E essa situação do edital da Finep – por sinal seria muito oportuno contar na Amazônia com um núcleo, uma representação da Finep, que ainda não existe – creio que seria uma necessidade até para aproximar a Finep dos problemas da região e assim fazer com que houvesse justamente a sensibilidade para que os projetos apresentados no edital daquela região fossem apreciados e fossem destinados recursos compatíveis com a importância estratégica da nossa região. Portanto, no momento em que V. Ex^a faz uma denúncia veemente desse descaso, descaso com um desenvolvimento baseado na ciência e na tecnologia, especialmente de um edital que destinou tão poucos recursos para a nossa região, receba a nossa solidariedade; e somamos à sua denúncia a exigência de um tratamento mais equânime e respeitoso para com a nossa região. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador José Nery, e incorporo o aparte de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento.

A sugestão de V. Ex^a acho que deve ser acatada por todos Senadores da Amazônia, no sentido de que se tenha realmente um escritório, ou uma representa-

ção do Finep na nossa Região, para facilitar a tramitação desses projetos.

Mas quero aqui chamar e clamar pelos Senadores dessas regiões do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia: precisamos, juntos, ver o que está acontecendo, e urgentemente.

Será que não há interesse em alavancar o desenvolvimento sustentável, de base tecnológica, na nossa região e, assim, amenizar as desigualdades regionais? Talvez ainda falte uma coordenação entre os diversos setores. Temos que agir para que esses recursos cheguem a nossos Estados e fortaleçam nossos institutos de pesquisas e as empresas que acreditam no País, nas pessoas que querem fazer o melhor.

Temos que cuidar do agora, mas sem deixar de olhar o futuro. Não podemos deixar a oportunidade que representa o biocombustível, e é agora que temos que ganhar tempo, é neste momento de crise mundial que temos que investir. E priorizar a Amazônia, pois ela é estratégica para o País. É mais que uma questão de desenvolvimento regional. É questão de soberania nacional.

No sentido de garantir, Senador Geraldo Mesquita, o investimento em atividades de ciência e tecnologia na Amazônia, aguardo, e vou solicitar ao Presidente Garibaldi Alves, e aos líderes dos diversos partidos no Senado, a inclusão na

Ordem do Dia da PEC nº 54, de 2004, do eminente Senador José Maranhão, que assegura recursos mínimos às atividades de pesquisa básica e aplicada e de desenvolvimento tecnológico. Ele propõe, na sua PEC, que haja recursos mínimos para serem aplicados em desenvolvimento tecnológico e em pesquisa.

Quando a PEC chegar ao Plenário, apresentarei uma emenda, disponibilizando 30% desses recursos para a Região Amazônica, porque ela representa 60% do território brasileiro e tem a maior biodiversidade do Planeta. É lá que precisamos levar adiante as pesquisas, para que essa biodiversidade gere riqueza para o povo brasileira e não seja pirateada, como vem sendo feito, para fora. De tal forma que, lá, os elementos ativos sejam patenteados e, depois, sejam vendidos a preços absurdos no Brasil.

Quero finalizar, só lamentando. Tenho um quadro aqui que vou deixar, Senador Eduardo Azeredo, para os Anais do Senado Federal, da distribuição desses R\$450 milhões. E espero que o Presidente da Finep ainda possa reconsiderar essa decisão dele. Estou pedindo, Senador José Nery, uma audiência ao Presidente da Finep desde a semana passada e até hoje não recebi resposta. É desta forma que este Governo trata o Parlamento brasileiro.

Não houve sequer resposta, mesmo para dizer: “Não, Senador, vou lhe atender no ano de 2010”. Já seria uma resposta. Mas, não, nem isso teve a gentileza de fazer.

Quero deixar registrado nos anais, Senador Augusto Botelho, e clamo a V. Ex^a que se junte como Senador da Amazônia, para que possamos, junto ao Presidente da Finep, reverter esse quadro.

Dos R\$ 450 milhões destinados à pesquisa, desenvolvimento, ciência e tecnologia no Brasil, a distribuição feita pela Finep foi da seguinte forma:

Região Sudeste: R\$308.014.945,36, representando 67,98% dos recursos; Região Sul: R\$92.207.320,69 representando 20,35%; Região Nordeste: R\$35.597.834,82, representando, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Antonio Carlos Júnior, a região de V. Ex^{as}, 7,86% dos R\$450 milhões; Região Norte, que é a nossa região Amazônica: R\$5.397.831,60, representando 1,19%; e Centro-Oeste, R\$11.901.788,20, 2,63%.

Esta é a distribuição dos R\$450 milhões do edital de pesquisa e desenvolvimento da Finep. É desta forma, Presidente Geraldo Mesquita, que o Brasil quer

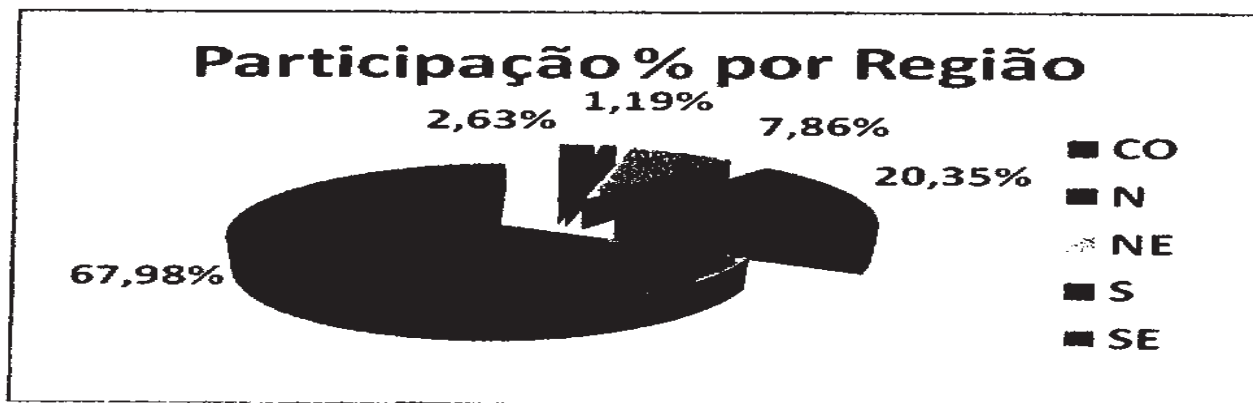
diminuir as desigualdades regionais. Lamentavelmente, esta prática, que é diferente no discurso, mas é a realidade, nos leva cada vez mais a afastar essas nossas regiões, ainda periféricas, do Sul e do Sudeste desenvolvidos.

Não temos nada contra o Sul e o Sudeste. Pelo contrário, acho que o desenvolvimento tem que continuar e tem que avançar. Agora, nós precisamos desenvolver essas regiões numa velocidade que seja maior do que a de lá, porque senão, ao invés de diminuirmos as desigualdades, nós estaremos aumentando cada vez mais essa diferença de qualidade de vida entre brasileiros das várias regiões desenvolvidas e brasileiros que não são considerados, eu diria, como pessoas, que vivem com dificuldade na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)



Região	Valor	%
CO	11.901.788,20	2,63%
N	5.397.831,60	1,19%
NE	35.597.834,82	7,86%
S	92.207.320,69	20,35%
SE	308.014.945,36	67,98%
Total	453.119.720,67	100,00%

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Eu é que agradeço, Senador Flexa Ribeiro, e parabeno V. Ex^a pela iniciativa. Conte com este parlamentar, que também é da Amazônia, para enfrentarmos essa grave questão.

Concedo a palavra ao Senador José Nery como Líder do PSOL. V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento e mais a tolerância normal desta Mesa.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as entidades representativas do movimento sindical brasileiro, especificamente a Intersindical, Conlutas, Assibge, Fenasps, Sinasefe, Via Campesina, MTL, Frente de Luta contra a Reforma Universitária e o Andes – sindicato nacional, estão promovendo hoje em Brasília um grande protesto contra a indevida interferência estatal na vida sindical.

É um grito de alerta contra os planos de ataque do Governo às entidades sindicais, especialmente contra setores que mantêm uma postura de autonomia e de independência frente ao Estado.

Além de expressar a minha solidariedade e apoio à mobilização nacional dessas categorias, manifesto meu irrestrito apoio à autonomia sindical, criticando veementemente as tentativas de ingerência estatal, herança nefasta da era getulista e que não precisa ser revisitada por um Governo eleito com um discurso de esquerda.

Recebi recentemente para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984, que trata da aprovação do texto da Convenção 87 da OIT. Esse projeto está tramitando há 24 anos no Congresso, tendo passado por várias mãos, e nada de ser aprovado.

Oportunamente, voltarei a falar sobre esse tema, assim que tratar dessa questão de forma mais objetiva. Só anuncio que não deixarei que esta importante decisão continue dormindo nas gavetas desta Casa.

Leio, Sr. Presidente, para que este conste dos Anais do Senado Federal, o Manifesto Conjunto das Entidades para o Ato Público, promovido hoje aqui na Esplanada dos Ministérios com uma parada em frente ao Ministério do Trabalho.

O ataque que está sendo desferido (...) contra as forças autônomas do movimento social organizado intensifica-se dia-a-dia. A tentativa é de domesticar, inviabilizar financeiramente, calar, criminalizar ou destruir todas as forças vivas da luta social em defesa dos interesses estratégicos dos trabalhadores

brasileiros, como a manutenção de políticas públicas que garantam nossos direitos sociais fundamentais. A nossa experiência histórica aponta que só as organizações sociais autônomas serão capazes de evitar que paguemos o custo da crise global causada pela voracidade do capitalismo financeiro mundial. O caso da suspensão do registro sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) é emblemático desse processo. Em setembro deste ano, houve uma tentativa de criar um sindicato dos professores de universidades federais, a exemplo do que foi feito na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que também está sendo gestado em relação à Fenasps. Consideramos fundamental a unidade de ação de todas as forças sociais combativas para garantir a nossa sobrevivência, liberdade de organização e possibilidade de luta.

Em defesa dos serviços públicos e dos direitos sociais dos estudantes e dos trabalhadores da cidade do campo!

Contra a criminalização dos movimentos sociais!

Pela liberdade de organização e autonomia sindical!

Contra qualquer tipo de contribuição sindical compulsória!

Pela democratização da estrutura de poder das universidades!

Por uma avaliação de verdade das universidades e boicote ao Enade!

Contra todo o processo de privatização da universidade pública, em particular, as fundações privadas, ditas “de apoio”!

Contra o PLP 92/2007 que propõe a implantação do regime de fundação estatal de direito privado no serviço público, em particular na saúde!

Defesa intransigente da paridade entre ativos e aposentados!

Contra qualquer tipo de discriminação étnica, de gênero ou classe!

Contra o Ato Normativo nº 01/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, impondo a cobrança do imposto sindical aos servidores públicos federais, estaduais e municipais!

Em defesa do Andes-SN e contra o golpe da suspensão do registro sindical.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse manifesto que acabo de ler aqui na tribuna do Senado representa a indignação, a revolta, a cobrança e a luta dos servidores públicos federais que não se deixam domesticar, que não aceitam a interferência do Governo nas suas organizações e aqui exige autonomia e independência para realizar a sua atividade sindical e a representação das suas categorias.

Portanto, Sr. Presidente, já disse da nossa inarredável solidariedade, do nosso apoio a essa luta, e há um desejo sincero de que essa manifestação ocorrida hoje em Brasília sensibilize as autoridades do Governo para pôr termo a esses ataques, para esses lutadores que nada mais querem do que o direito à livre organização, a fim de que seus direitos sejam garantidos e preservados.

Mas, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de fazer um rápido comentário sobre a reunião ocorrida há pouco no gabinete da Presidência, com o Senador Garibaldi Alves, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Mário Couto, bem como com a participação do Ministro de Estado da Previdência José Pimentel. Na ocasião, tentamos, mais uma vez, sob a liderança do Senador Paulo Paim e com a presença do ilustre Presidente Senador Garibaldi Alves, que agora passa a presidir a sessão, um diálogo para o qual estavam convidados o Senador Delcídio Amaral, Relator do Orçamento da União para 2009, e o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, que, por estar acompanhando reunião da Comissão em outro Estado da Federação, não pôde estar em Brasília para a reunião que ocorreu no gabinete da Presidência.

Procurávamos um entendimento, um acordo, para que pudéssemos votar e aprovar no Senado a atualização das aposentadorias e pensões neste País. Depois de aprovado aqui no Senado o fim do fator previdenciário e o reajuste, com base nos índices de reajuste do salário mínimo, para os aposentados e pensionistas, foi remetido para decisão da Câmara dos Deputados. Esperávamos obter, nessa reunião, um acordo que permitisse o resgate dos direitos dos aposentados. Esperávamos ainda que a reunião pudesse colocar de forma clara todas as posições em relação à questão, porque havia uma decisão de vários Senadores desta Casa.

Caso não houvesse um acordo satisfatório, iniciariamos, a partir de hoje – os Senadores Geraldo Mesquita, Mário Couto, Paulo Paim e vários outros – manifestação mais clara e decidida, de cobrança de um posicionamento, de uma posição final sobre essa

questão dos direitos dos aposentados. A reunião não chegou a decisão alguma, no entanto, apresentou uma sinalização, uma evolução no sentido de que, em reunião a ser realizada na próxima semana, tentaríamos ali finalizar essa discussão com um acordo que contemple e garanta o direito dos aposentados e ponha fim a essa interminável discussão na qual o Governo, nos últimos dias, tenta tirar o foco dos três temas fundamentais deste debate, que é a atualização das aposentadorias e pensões no patamar do número de salários mínimos no período em que foram concedidas, o reajuste das aposentadorias com base nos índices de reajuste do salário mínimo e o fim do fator previdenciário.

Estão alardeando em todos os recantos deste País e em todos os órgãos da imprensa que existem 107 projetos tratando do tema no Congresso, na Câmara e no Senado, e que, se esses projetos fossem aprovados, o País se tornaria ingovernável.

Pois bem, fizemos questão de dizer claramente ao Ministro da Previdência, José Pimentel, na reunião coordenada pelo Presidente Garibaldi Alves, que nós temos foco e orientação clara dos três temas que podem significar uma rediscussão e uma redefinição da Previdência pública no Brasil, incluindo o que o Senador Paim costuma dizer: há necessidade de um sistema universal, igualitário que sirva tanto para a iniciativa privada como para o setor público.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reunião não ocorreu nos termos em que havíamos combinado, mas, de qualquer forma, representa uma sinalização na busca de um entendimento, de um acordo que esperamos que ocorra, Senador Geraldo Mesquita. Do contrário, aquela decisão de nos somarmos aqui num mutirão neste Senado Federal para criar as condições e chamar a atenção para as formas de lutas que entendemos necessárias, como seria até a idéia da vigília que deveria começar hoje, essa questão está adiada, Senador Mário Couto, até que haja a nova reunião, nova discussão. E esperamos uma decisão que seja de fato definitiva e que oriente o encaminhamento de uma questão tão importante para os aposentados do nosso País.

Concedo o aparte ao Senador Mário Couto, com permissão do Sr. Presidente, já que o meu tempo está esgotado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Nery, primeiro quero agradecer a V. Ex^a por ter nos acompanhado na reunião, chegado no início e ter ficado debatendo até o final. Quero agradecer a V. Ex^a por este ato que, tenho certeza, é um ato de sensibilida-

de de V. Ex^a. Meus agradecimentos e meus parabéns. Cheguei eu, Senador, a esta reunião – V. Ex^a presenciou – até a anunciar a vigília ao Ministro. Disse que lamentava, quando percebi, no meio da reunião, que o Ministro estava, a meu entender, fechando as portas para uma negociação. Disse a ele que eu lamentava, mas que nós iríamos começar a vigília no dia de hoje e só terminaríamos às 8 da manhã do dia seguinte. Pedi ao Presidente Garibaldi que deixasse a *TV Senado* ligada até às oito horas para que expressássemos à Nação o nosso sentimento de revolta, no que tange à situação de cada aposentado neste Brasil. Ao evoluir as negociações, percebi que o Ministro, então, recuou e mostrou que estava disposto a prosseguir as negociações, deixando algumas coisas ponteadas para que possamos dizer ao aposentado do Brasil que ele foi olhado alguma vez por algum Governo. Oxalá, tomara que, na próxima terça-feira, nós possamos evitar mais uma vez a vigília. Quero dizer a V. Ex^a que a vigília só não vai ser feita hoje por V. Ex^a, por Geraldo Mesquita, por Paim, por Flexa Ribeiro, por Osmar Dias, por Alvaro Dias e por outros tantos Senadores que se propuseram a fazê-la, porque o Governo, na tarde de hoje, não fechou as portas de negociação; ao contrário, pareceu-me bem acessível. Oxalá nós estejamos corretos. Daqui a pouco, vou solicitar ao Presidente desta Casa, Senador Garibaldi, que diga à Nação o que aconteceu na tarde de hoje, porque deixamos a V. Ex^a esta tarefa, aceita por V. Ex^a, de, no decorrer da sessão de hoje, dizer a todos os aposentados do Brasil o que aconteceu na tarde de hoje, sobre o que o Senador José Nery, com muita propriedade, já coloca alguns tópicos. É necessário que, depois da fala do Senador Nery, V. Ex^a, Presidente Garibaldi, diga à Nação o que aconteceu na reunião com o Ministro e com os Senadores hoje à tarde. Senador Nery, muito obrigado e desculpe-me tomar o seu tempo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Mário Couto, eu é que agradeço a V. Ex^a. Nada tem V. Ex^a a agradecer por estar em uma luta que é obrigação nossa e da qual já participamos. Essa sua brava disposição de buscar contribuir na luta dos aposentados brasileiros é o que nos estimula para que essa luta continue aqui com todos aqueles que estão irmanados nessa grandiosa batalha em defesa dos aposentados do nosso País.

Concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Caro companheiro, Senador José Nery, eu vou torcer como ninguém para que este Governo me desminta,

mas eu temo que o que está acontecendo é o velho jogo da protelação com o interesse de evitar um constrangimento enorme para este Governo, que não tem qualquer compromisso com os aposentados e teme, sim, uma vigília aqui de vários Senadores. Eu acho que é um jogo da protelação: esticar, esticar, levar até o final do ano, para que a gente não tenha a oportunidade de fazer a vigília prometida aos aposentados. Eu vou torcer como ninguém para este Governo me desminta, Senador Nery, e que a solução, enfim, surja para os aposentados. O que torna inadmissível, inviável este País não é a recomposição das aposentadorias, não, não é a recomposição dos salários dos funcionários públicos federais, não; é o excesso de Ministérios, é o mensalão, é a corrupção. Isso é o que torna o País inviável e inadmissível. A recomposição das aposentadorias é um dever moral e cívico deste Governo, mas temo que isso possa não ocorrer. E este Governo, mais uma vez, está jogando pela protelação, para evitar uma vigília neste plenário, o que seria um constrangimento enorme para ele.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Geraldo Mesquita, não tiro as razões de V. Ex^a e sei que, muito provavelmente, as intenções que estamos manifestando aqui sejam desmentidas pela prática. No entanto, creio que se criou, pelo menos, a possibilidade de mais uma reunião para debater essa questão na terça-feira, às 14 horas, no Gabinete do Presidente Garibaldi. Creio que teremos de fazer um esforço para que haja um acordo aceitável. No entanto, não será por falta de determinação de luta de todos os Srs. Senadores e, em especial, do comandante maior de toda essa luta dos aposentados e pensionistas do Brasil, a quem sempre rendemos homenagens e reconhecimento. S. Ex^a é o autor dessas diversas propostas que tramitam no Senado e no Congresso Nacional e que, por muitas vezes, incomodam tanto o Governo como aqueles que lhe dão sustentação. A bravura e a determinação do Senador Paulo Paim, sem dúvida, ao lado da luta de cada um dos aposentados e de cada uma das aposentadas deste País, são estímulos para essa união, para esse verdadeiro mutirão. Se necessário for, utilizaremos todos os recursos legítimos para fazer valer o direito dos aposentados do nosso País.

Como bem disse o Senador Paulo Paim naquela reunião e também quando votávamos a atualização das pensões dos aposentados na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a esperança é a de que, no final de 2008, o Brasil possa contar com uma decisão afirmativa do Congresso e do Governo, para repor, garantir,

manter e ampliar os direitos dos aposentados e dos pensionistas do nosso País.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Paulo Paim, comandante maior dessa grande mobilização.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, agradeço-lhe a forma como V. Ex^a se dirige a este humilde Senador. Com certeza, todos nós Senadores chegamos aqui por que temos uma história bonita, e me dá alegria dizer que todos nós temos a voz de comando. Mas nossa unidade em torno do interesse dos aposentados é que pode apontar caminhos, meu amigo Senador Geraldo Mesquita Júnior, que venham atender os dois eixos básicos do nosso debate: o fim do fator previdenciário, que é um assalto ao bolso do trabalhador; e a recomposição dos benefícios do aposentados, para que, doravante, eles recebam, pelo menos, o mesmo percentual que é concedido ao salário mínimo. Entendo a indignação do Senador Geraldo Mesquita Júnior. O desafio que S. Ex^a faz entendo que seja um desafio propositivo, afirmativo. E cabe, agora, naturalmente, àqueles que estão na mesa de negociação mostrar que isso é para valer. Quando eu vinha aqui para fazer este aparte a V. Ex^a, encontrei aqui representantes de uma série de entidades, de centrais sindicais e de confederações, que me perguntaram: “Paim, o que a gente faz para ajudar, para acabar com o fator previdenciário e para garantir o benefício dos aposentados no princípio da integralidade?”. Falei: “Telegramas, e-mails, cartas, visitas a Deputados, para que votem os projetos que estão na Casa”. Quanto aos Senadores, naturalmente, eu sei, vão votar amanhã, pela segunda vez, o Projeto de Lei do Senado nº 58. E, se necessário for – que não fique dúvida! –, faremos a vigília, que não é uma ameaça. Ninguém brinca de fazer ameaça. Nós todos aqui resolvemos esperar até a próxima semana. Aproveitamos o aparte a V. Ex^a para fazer um apelo a todas as Câmaras de Vereadores, porque não adianta só cobrar dos Deputados e dos Senadores. Não precisam nem sair das suas cidades: dirijam-se à Câmara de Vereadores e façam lá a vigília! Cada Câmara de Vereador neste País deve fazer uma vigília, exigindo o cumprimento do que está nos projetos em relação aos aposentados. A nossa primeira vigília será de 24 horas; na outra semana, será de 48 horas; na outra semana, nós dobraremos o número de horas. E já disse em outra oportunidade que não estamos ameaçando. Estamos com o jogo aberto e tranquilo. Não votando a peça orçamentária, não há recesso. E tenho a certeza de que não é somente minha essa posição. Se

dependem dos Senadores, sem se resolver a questão dos aposentados, não se vota a peça orçamentária. E estaremos aqui, com certeza, se necessário for. Não é que a gente queira fazer vigília. Gostaríamos de não fazê-la. Mas tenho certeza de que os Municípios vão fazê-la. E a faremos aqui, se necessário, a partir da semana que vem. Meus parabéns a todos os senhores, a todos os Senadores! Nenhum Senador está contra o interesse dos aposentados. Fizemos o dever de casa e esperamos que a Câmara faça a sua parte.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Tratei aqui do tema, referindo-me à luta dos servidores públicos, que tentam manter viva sua autonomia e a independência de suas organizações sindicais. E eu falava hoje da manifestação realizada aqui, em Brasília, por professores e por várias entidades e centrais sindicais em relação à interferência que tem havido na organização dos servidores públicos, especialmente na dos professores universitários. Eu me referi a esse tema por considerá-lo da mais alta importância e por achar que é um compromisso coletivo desta Casa resolver essa questão e buscar a forma mais adequada de obtermos a solução que interessa, de fato, aos aposentados do nosso País.

Agradeço a V. Ex^as as manifestações.

Aqui, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para lembrar V. Ex^a – e não é uma cobrança, e sim uma lembrança – sobre a reunião de ainda há pouco.

Pedimos a V. Ex^a que diga à Nação e aos aposentados o que aconteceu na reunião de hoje; gostaríamos que falasse sobre o motivo pelo qual os Senadores resolveram recuar da vigília e esperar mais um pouco, atendendo a uma solicitação de V. Ex^a.

Estamos tendo todo o carinho e respeito por V. Ex^a, porque sabemos que V. Ex^a está com boa intenção e ajudando, obviamente, nas negociações.

Portanto, gostaríamos que V. Ex^a pudesse dizer aos aposentados e pensionistas desta Nação e a todos os brasileiros o que foi conversado com o Ministro e o que foi decidido.

Quero agradecer, primeiro, Sr. Presidente, por que evoluímos. Ainda há seis ou sete meses apenas falávamos da tribuna e não tínhamos sequer um sinal do Governo. Hoje, já sentamos com o Governo para negociar.

O que o Senador Geraldo Mesquita disse é uma preocupação, mas não vão nos iludir, mas temos muito tempo pela frente para questionar e decidir. Não adianta tentar “levar no papo”, porque não vão levar. Terça-feira é outro dia em que poderemos tomar outra decisão. Temos muito tempo, e haveremos de decidir isso até o fim do ano.

Quero, mais uma vez, agradecer a V. Ex^a porque sabemos que o Governo hoje já respeita a questão e já se senta com os Senadores para discussão. Hoje, evoluímos um pouco.

Assim, eu gostaria que, na palavra do Presidente do Senado Federal, V. Ex^a pudesse externar para a Nação o que aconteceu hoje na reunião com o Ministro e os Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade, Senador Mário Couto. O que temos a dizer aos aposentados e à opinião pública brasileira é que essa questão, que vinha sendo retardada, protelada, descartada, tomou um novo rumo, a partir de entendimentos que estão sendo realizados no Gabinete da Presidência do Senado, com a presença do Ministro José Pimentel, da Previdência Social, que, em três oportunidades, nas últimas três semanas, esteve presente a essas reuniões, juntamente com a sua assessoria, disposto a esse diálogo que realmente evoluiu. Porém, eu diria que só houve essa evolução graças à fibra e à participação dos nossos Senadores, principalmente do Senador Paulo Paim, que foi sempre incansável na defesa da causa dos aposentados. Mas V. Ex^a, Senador Mário Couto, não fica atrás e tem sido um Senador preocupado com o desfecho desta causa juntamente com o nosso Senador, Líder do PSOL. S. Ex^a também tem estado no nosso Gabinete sempre atento a essa questão.

Os dados por inteiro ainda não foram colocados na Mesa porque, infelizmente, nós não contamos ainda com a presença, nessas reuniões, do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, e com o Relator da Comissão Mista de Orçamento, Senador Delcídio Amaral.

Compreendemos as dificuldades, tanto do Presidente como do Relator, mas não podemos entender mais um adiamento. Esse adiamento já foi difícil de ser aceito. Foi um adiamento que levou, inclusive, os Senadores a uma cobrança que eu transmiti pelo telefone, hoje, ao Presidente e ao Relator, que alegaram que estavam em Palmas, capital do Tocantins, sem ter condições, portanto, de chegar a Brasília. Mas, na terça-feira, está marcada uma nova reunião e, dessa vez, não há possibilidade de adiamento. Não há possibilidade de se ter uma nova protelação da reunião. A reunião vai ser realizada, e, para que ela alcance os seus objetivos, já pedimos todas as garantias ao Presidente da Comissão de Orçamento e ao Relator, já que o Ministro José Pimentel, nesse aspecto, tem-se mostrado absolutamente correto.

Nas três reuniões, S. Ex^a esteve presente, conversou. Mas falta essa visão do orçamento do próximo ano, das perspectivas que poderão ser oferecidas, para o fechamento dos números que possam contemplar os aposentados de acordo com os projetos de reajuste, com os índices do salário mínimo e com o projeto que diz respeito ao fim do fator previdenciário – lembra-me o Senador Paulo Paim. São esses os projetos que estão na mesa, na pauta. Sabemos que existem outros projetos, mas eles não atendem a uma discussão que já foi iniciada e que está evoluindo, como assinalou o Senador Mário Couto.

Portanto, eram esses os esclarecimentos que eu desejava prestar. Se os Senadores quiserem acrescentar mais alguma informação, concederemos a palavra a qualquer um deles.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, quero que fique bem claro à Nação que estamos propondo o término do fator previdenciário e que aceitamos enfrentar o debate da idade mínima. A Proposta de Emenda à Constituição nº 10 já foi apresentada. Na reunião, deixamos claro que estamos dispostos a pegar os três projetos – o de nº 58, o de nº 42 e o do fator – e a construir uma proposta única, desde que se consagre o princípio da previdência universal, igual para todos: forma de cálculo, idade e o princípio da integralidade. Já que, no Regime Geral, não é possível a paridade, pelo menos se garante a integralidade e se vincula a percentual igual ou semelhante ao que é concedido ao salário mínimo.

Mas não entramos no detalhe. Vamos colocar, como V. Ex^a explicou muito bem, os três projetos na mesa e a PEC nº 10 e vamos tentar construir uma

proposta de entendimento que garanta, definitivamente, uma política de recomposição dos benefícios dos aposentados, tendo como norte o número de salários mínimos que eles recebiam na época em que se aposentaram.

Era só esse esclarecimento que eu queria prestar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, lembrando que temos de encerrar a Ordem do Dia, porque, infelizmente, não vamos iniciá-la. Vamos encerrar a Ordem do Dia, porque não houve acordo e porque os Relatores ainda não trouxeram seus relatórios.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria obter um esclarecimento: a Ordem do Dia foi aberta e foi encerrada?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a permissão de V. Ex^a, será aberta agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E será encerrada imediatamente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será encerrada, acredito, para alegria de V. Ex^a, imediatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Garibaldi, se eu fosse do bloco de apoio ao Governo, eu estaria muito feliz de que não houvesse Ordem do Dia, porque, aqui, não há comparecimento para que possamos votar. Nós, da Oposição, estamos aqui permanentemente, quase em vigília cívica, cumprindo sua determinação como Presidente do Senado Federal, que quer que a pauta seja destravada, que votemos os projetos de interesse da sociedade brasileira.

Quero solidarizar-me com V. Ex^a e dizer que comungo dos mesmos ideais de V. Ex^a. Lamento que as medidas provisórias que V. Ex^a tanto combate cheguem a fazer com que V. Ex^a seja obrigado a abrir a Ordem do Dia e a encerrá-la imediatamente, para tristeza, não alegria, de todos nós, Senadores, que estamos no plenário prontos para fazer nosso trabalho parlamentar.

Quero, em seguida, parabenizá-lo, Sr. Presidente Garibaldi Alves, porque V. Ex^a tem proporcionado um avanço muito grande para que possamos fazer justiça aos aposentados e aos pensionistas do nosso País. O Senador Mário Couto me relatou – eu estava numa audiência fora e não pude ir ao seu gabinete – a rápida

entrevista com o Ministro Pimentel, que, instado por V. Ex^a, tem demonstrado boa vontade em fazer aquilo que o Senador Paulo Paim acabou de falar, ou seja, juntar os projetos, sentar à mesa e tentar uma negociação. O que não se pode permitir é que não se avance. E temos avançado. Pelo menos, o Ministro da Previdência esteve em seu gabinete por três vezes. Espero que isso não seja uma manobra do Governo, porque sempre estará faltando o Presidente da Comissão ou o Relator da Comissão, e não se evolui.

Mas tive a informação de que V. Ex^a – quero parabenizá-lo por isso – decidiu que, se não houver a reunião na próxima terça-feira, tomará, então, as providências necessárias para que o projeto realmente seja votado na Câmara, porque ele já foi votado aqui e aprovado por unanimidade.

Torcemos para que ele tenha na Câmara Federal o andamento que se espera, porque todos os aposentados e pensionistas do Brasil estão aguardando que nós – Senadores, V. Ex^a e, agora, os Deputados Federais – possamos trabalhar no sentido de fazer justiça àqueles que trabalharam a vida toda para que o nosso País chegasse ao estágio de desenvolvimento em que se encontra hoje.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, é rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro eu quero dizer a V. Ex^a que os esclarecimentos de V. Ex^a foram fundamentais para que a Nação e os aposentados pudessem entender a evolução das negociações que vão tirar, com certeza absoluta, creio nisso, os aposentados deste País da miséria.

Pedi para falar apenas para dizer que me dou por satisfeito com as suas colocações e peço a V. Ex^a que continue nos ajudando, continue ajudando os aposentados deste País, continue ajudando os pensionistas deste País, porque eles estão abandonados, eles estão na miséria, eles estão sofrendo. Hoje, a única esperança – pode confiar nisto, Sr. Presidente –, a única esperança dos aposentados deste País está aqui nesta Casa, no Senado Federal. Se nós titubearmos, com certeza absoluta, eles perderão, de uma vez por todas, as esperanças que ainda restam em cada um, homens e mulheres aposentados deste País, de poder viver uma vida digna.

Por isso, mais uma vez, meu caro Presidente, agradeço a V. Ex^a e o parabenizo por sua postura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.353, DE 2008

Em aditamento ao Requerimento nº 1.252, de 2008, e tendo em vista a alteração na data anteriormente prevista para o evento, requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 26 de novembro a 9 de dezembro de 2008, para participar do 3º Fórum de Governança da Internet, que se realizará na cidade de Hyderabad, na Índia.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. –
Flexa Ribeiro Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.354, DE 2008

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Esporte, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações:

1. todos os recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) nos últimos 8 anos;
2. a destinação detalhada destes recursos no mesmo período (incluindo as despesas administrativas);
3. os recursos destinados ao esporte como resultado da “Lei de Incentivo ao Esporte” no mesmo período (origens e destinos).

Justificação

A missão parlamentar abrange não apenas a produção legislativa, mas também a fiscalização dos atos do Poder Executivo. Nesse sentido, é imperativo conhecer as ações e resultados obtidos a partir do uso de recursos que, em última instância, são públicos.

Matéria do jornal **Correio Braziliense** do último domingo chamou a atenção pela forma arbitrária e pouco transparente como estão sendo distribuídos os recursos obtidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Ficou evidente na referida matéria que os presidentes de confederações esportivas nacionais de pequeno porte acabam por ser preteridos de forma radical na hora de obter recursos.

O primeiro estudo de distribuição dos recursos da Lei Agnello/Piva para o próximo ano pode ser visto como o espelho de um modelo não transparente de administração esportiva. Os esportes mais abastados, como vôlei, natação, ginástica, atletismo, judô e vela são favorecidos no repasse da verba federal e pegam a maior parte do bolo, apesar de terem patrocínios privados fortes. Só para se dar um exemplo, no caso do vôlei, o Banco do Brasil repassa milhões de reais todos os anos.

O COB deveria utilizar seus recursos para a democratização do esporte e não para a concentração em alguns grupos de interesse já bem beneficiados com recursos privados.

Essa democratização exige que se passe a priorizar o atleta, ao invés desses grupos. De acordo com artigo publicado em **O Globo**, em 12-10-2007, de autoria do Presidente do Flamengo, Márcio Braga, encontra-se insculpida na entrada do Museu Olímpico, na Suíça, uma frase do atual Presidente do COI – Comitê Olímpico Internacional, Juan Antonio Saramanch, que resume o espírito olímpico: “O importante é o atleta!”.

Esse é o lema que norteia a política esportiva dos países que mais se destacaram nas principais competições esportivas mundiais. Não é o caso do COB, que atua cada vez mais distanciado dessa filosofia. Assim, as verbas públicas não chegam onde teriam que chegar: nos atletas e em suas entidades formadoras.

No último PAN, muitas medalhas foram conquistadas por atletas formados em clubes, como o Flamengo. O investimento na formação desses atletas foi todo bancado com recursos próprios, sem nenhum apoio do COB. Esse esforço sequer pode ser recompensado, pois os atletas não podem usar a marca dos patrocinadores nessas competições oficiais.

A chamada meritocracia, metodologia criada pelo COB para premiar bons resultados, é, de fato, um jogo de cartas marcadas. Alguns dirigentes fazem a tradicional analogia com a “Belíndia” para ressaltar que, enquanto alguns esportes vivem em condições financeiras compatíveis com a Bélgica, outros compatíveis com a Índia. Tal situação denota o abismo existente

entre as confederações mais ricas e as que dispõem de menos recursos.

Não teremos uma participação forte nas olimpíadas enquanto os recursos forem manipulados por pequenos grupos, em prol de interesses distanciados de uma efetiva política de formação voltada para investir no atleta.

As informações solicitadas no presente requerimento contribuirão para se conhecer com maior detalhamento os recursos recebidos e repassados pelo COB, bem como aqueles resultantes da “Lei de Incentivo ao Esporte”.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2008

Com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 9 de novembro de 2008, do Senhor José Maia de Andrade – Jota Maia, um dos mais importantes jornalistas de Mato Grosso, com apresentação formal de condolências à família.

Justificação

O jornalista Jota Maia foi um dos mais combativos jornalistas matogrossenses, que lutou de forma determinada pelos direitos coletivos e individuais.

Nunca se omitiu em denunciar abusos e enfrentar as injustiças de frente. Mesmos sofrendo perseguições e censuras não se furtava em informar à população e combater os desmandos.

Foi um guerreiro, um bravo lutador pelo povo e pela expressão da real opinião pública, aquela surgida da verdade, do que a população realmente expressava.

Sua sensibilidade e seu senso de justiça sempre nortearam suas ações e seu trabalho.

Por tudo isso, este Senado Federal deve expressar seu pesar pelo passamento de tão ilustre cidadão, que realmente exerceu sua profissão pautado na ética e no compromisso de informar.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – **Serys Slhessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10:00 horas, destinada a comemorar o sexagésimo aniversário da fundação da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, de acordo com o Requerimento nº 464, de 2008, do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.111, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 1999, (na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 180, de 1999 (nº 24, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer fa-

vorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 180, de 1999, não evidenciou violação das

formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 180, de 1999, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 180/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE <i>[Signature]</i>	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO <i>[Signature]</i>
VALTER PEREIRA <i>[Signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1 ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>[Signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>[Signature]</i>	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Signature]</i>	4. ROSALBA CIARLINI <i>[Signature]</i>
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO RELATOR <i>[Signature]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Signature]</i>	
------------------------------------	--

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>[Signature]</i>	1- VAGO
--------------------------------------	---------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 180 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 11 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

SENADO FEDERAL
ATO DA MESA Nº 1, DE 2006

A Mesa do Senado Federal, em cumprimento ao disposto no art. 402 regimental, faz publicar o texto do Regimento Interno do Senado Federal, devidamente consolidado em relação ao texto editado em 10 de janeiro de 2003 (ao final da 51ª – Legislatura), com:

Seção II
Dos Projetos

Art. 213. Os projetos compreendem:

II – projeto de decreto legislativo, referente a matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49).

PARECER Nº 1.112, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2008 (nº 368/ 2007, na Câmara dos Depu-

tados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Charqueadense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Charqueada, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 27, de 2008 (nº 368, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Charqueadense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Charqueada, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 27, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Charqueadense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Charqueada, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 27/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE <i>[Assinatura]</i>	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO <i>[Assinatura]</i>
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA RELATOR <i>[Assinatura]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>[Assinatura]</i>	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>	4. ROSALBA CIARLINI <i>[Assinatura]</i>
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Assinatura]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Assinatura]</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 27/05

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)				SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)				SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
MARCELO CRIVELLA				EXPEDITO JUNIOR									
AUGUSTO BOTELHO				FLÁVIO ARNS									
RENATO CASAGRANDE				JOÃO RIBEIRO									
IDELI SALVATTI				FRANCISCO DORNELLES									
				FÁTIMA CLEIDE									
TITULARES - MAIORIA - PMDB				SUPLENTE - PMDB				SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
VALDIR RAUPP				ROMERO JUCA									
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				GERSON CAMATA									
GILVAM BORGES				GIM ARGELLO									
VALTER PEREIRA				LEOMAR QUINTANILHA									
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)				SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)				SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
DEMÓSTENES TORRES				ELISEU RESENDE									
ROMEU TUMA				HERÁCLITO FORTES									
VIRGINIO DE CARVALHO				MARCO MACIEL									
ANTONIO CARLOS JUNIOR				ROSALBA CIARLINI									
JOÃO TENÓRIO				FLEXA RIBEIRO									
EDUARDO AZEREDO				MARCONI PERILLO									
CÍCERO LUCENA				SERGIO GUERRA									
TITULAR - PTB				SUPLENTE - PTB				SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
SÉRGIO ZAMBIASI													
TITULAR - PDT				SUPLENTE - PDT				SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
CRISTOVAM BUARQUE				(VAGO)									

TOTAL: 14 SIM: 10 NÃO: 4 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.113, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2008 (nº 445/2007, na câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 80, de 2008 (nº 445, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre-

quência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 80, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais

relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 80, de 2008, não evidenciou

violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA ASSINAM O PARECER AO PDS 80/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA RELATOR	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1 ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 80 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES	X				GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 11 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.114, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008 (nº 522/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

Relatora **Ad Hoc**: Senadora **Rosalva**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 192, de 2008 (nº 522, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da

Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 192, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade

de e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 192/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/2008
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE
RELATORA

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI
(ad hoc)

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL · PDS 192 123

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: / ABS: / AUTOR: / PRESIDENTE: /

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.115, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2008 (nº 513/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Recanto das Emas – AREMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Gim Argello**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 206, de 2008 (nº 513, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Recanto das

Emas – AREMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 206, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 206, de 2008, não eviden-

ciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Recanto das Emas – AREMAS para

executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 206/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO
(ad hoc)

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1 ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE
RELATOR

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 206 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.116, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2008 (nº 514/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tupãssi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 209, de 2008 (nº 514, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tupãssi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se tam-

bém sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 209, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 209, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tupãssi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008. – Senador **Wellington Salgado**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator – Relator **Ad Hoc**, Senador **Romeu Tuma**.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 209/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco-Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA Relator Ad Hoc	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	
-----------------	--

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO
-------------------	---------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 209 12008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
GIGERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.117, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2008 (nº 529/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Virginio de Carvalho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 210, de 2008 (nº 529, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, te-

levisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 210, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 210, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA ASSINAM O PARECER AO PDS 210/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: **Senador Wellington Salgado de Oliveira**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1 ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGINIO DE CARVALHO
RELATOR

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALEA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 310 108

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 14 SIM: 10 NÃO: 4 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.118, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2008 (nº 532/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade – Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 212, de 2008 (nº 532, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade – Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, te-

levisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica

legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 212, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 212, de 2008, não evidenciou violação da Legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade – Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA ASSINAM O PARECER AO PDS 212/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Weelington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

RELATOR AD HOC

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

RELATOR

CÍCERO LUCENA

7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 212 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 11 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão deperderá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único, do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.119, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2008 (nº 548/2008, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cosmorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmorama, Estado de São Paulo”.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 214, de 2008 (nº 548, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cosmorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmorama, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, te-

levisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 214, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 214, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cosmorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmorama, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA ASSINAM O PARECER AO PDS 214/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/2008 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
<i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA RELATOR	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 214 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO	X			
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI	X			
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 11 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.
.....

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

PARECER Nº 1.120, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2008 (nº 525/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Estúdios Reunidos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante. Estado do Rio Grande do Norte.

Relatora: Senadora **Rosalba Ciarlini**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 216, de 2008 (nº 525, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Estúdios Reunidos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atri-

buições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 216, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, acompanhamos o parecer da Câmara dos Deputados e opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Estúdios Reunidos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 216/2008 NA REUNIÃO DE 05/11/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1 ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>Virgínio de Carvalho</i>	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antonio Carlos Júnior</i>	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	RELATO: A <i>Rosalba Ciarlini</i>
EDUARDO AZEREDO	5. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
CÍCERO LUCENA	6. MARCONI PERILLO
	7. SÉRGIO GUERRA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 21/108

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA						EXPEDITO JUNIOR					
AUGUSTO BOTELHO						FLAVIO ARNS		X			
RENATO CASAGRANDE						JOAO RIBEIRO					
IDELI SALVATTI						FRANCISCO DORNELLES					
						FATIMA CLEIDE					
TITULARES - MAIORIA - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP						ROMERO JUCA					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						GERSON CAMATA					
GILVAM BORGES						GIM ARGELLO		X			
VALTER PEREIRA		X				LEOMAR QUINTANILHA					
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ELISEU RESENDE					
ROMEU TUMA		X				HERACLITO FORTES					
VIRGÍNIO DE CARVALHO		X				MARCO MACIEL					
ANTONIO CARLOS JUNIOR		X				ROSALBA CIARLINI		X			
JOÃO TENÓRIO						FLEXA RIBEIRO		X			
EDUARDO AZEREDO						MARCONI PERILLO					
CÍCERO LUCENA						SÉRGIO GUERRA					
TITULAR - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI											
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE		X				(VAGO)					

TOTAL: 40 SIM: 09 NÃO: / ABS: / AUTOR: / PRESIDENTE: /

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.121, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 207, de 2008 (nº 819, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$240.000.000,00

(duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará – SWAp II.

Relator: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará, por intermédio da Mensagem nº 207, de 2008, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará – SWAp II

Esse financiamento constitui um mecanismo operacional do Bird (**SWAp – Sector Wide Approach**) que consiste em apoio a programas já em execução com recursos próprios do Estado, de acordo com seu espaço fiscal e compatível com suas prioridades. Dessa forma, despesas elegíveis como tais, e uma vez atendidas as metas e os indicadores acordados, o Bird, por intermédio desse empréstimo, reembolsará até 30% dos gastos efetuados e devidamente comprovados nas áreas de educação, saúde, gestão de recursos hídricos, abastecimento de água e esgotamento sanitário, meio empresarial e inovação e gestão do setor público.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos recursos totais de US\$240 milhões, US\$235,73 milhões serão contratados sob o referido mecanismo operacional; US\$3,67 milhões destinam-se à Assistência Técnica, ou seja, ao financiamento, a ser promovido nos moldes tradicionais do Bird, para estudos nas mencionadas áreas de resultados e os restantes US\$600 mil constituem pagamento da denominada Comissão à Vista.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA463730.

A presente operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa (**Fixed Spread Loan**), na qual incidem juros vinculados à Libor semestral para dólar norte-americano, mais despesas e margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato.

De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,09% a.a., flutuante conforme a variação da Libor.

III – Voto

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como das disposições constantes da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) – LRF.

Atendendo determinações desses normativos, a STN emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Ceará no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

A STN, de acordo com o Parecer Gerfi/Coref/STN nº 1.549, de 15 de outubro de 2008, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado de Ceará (Tribunal de Contas do Estado do Ceará) com a União. Nesse aspecto, estaria sendo descumprida a exigência definida no § 1º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A esse respeito, o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de 20 de outubro de 2008, portanto posterior ao da STN/Coref, informa o equacionamento daquela pendência. Todavia, destaca que há registro de pendência de prestação de contas da Secretaria de Turismo do Estado (Administração Direta) relativa ao Convênio nº 55.4712, daquela secretaria. Nesse aspecto, estaria sendo descumprida a exigência definida no § 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que exigiria sua solução para que a União pudesse conceder a garantia solicitada.

Em decorrência da inadimplência referida, deverá a assinatura do respectivo contrato de empréstimo ser precedida de sua regularização. A STN não coloca óbices a que seja concedida a pleiteada garantia da União e a respectiva contratação do financiamento, desde que se proceda, previamente, à regularização da referida pendência com a União.

Relativamente às demais exigências para a prestação de garantia da União, cabe destacar a previsão

do oferecimento de contragarantias da parte do Estado do Ceará. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Ceará nos últimos anos.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas e (ii) o Estado do Ceará conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Assim, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no § 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das Resoluções nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) Os limites de endividamento da União são atendidos, conforme informado no referido Parecer Gerfi/Coref/STN nº 1.549, de 2008.

b) O Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/nº 2.330, de 20 de outubro de 2008, conclui, ao examinar as cláusulas da minuta contratual, que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie.

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam no Plano Plurianual (PPA) Estadual para o período 2008-2011.

Ainda de acordo com a STN, a Lei Estadual nº 14.054, de 7 de janeiro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Ceará para o exercício financeiro de 2008, contempla dotações para a execução do projeto.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário dispõe de dotações necessárias ao início da execução do projeto.

d) Os Pareceres nºs 905 e 1.382, de 2008, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) ressaltam que a operação de crédito pretendida pelo Estado de Ceará atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001.

Enfatizam, ainda, que a operação de crédito em exame se acha inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, e não caracteriza violação dos acordos de refinanciamento firmados junto à União. Além disso, os compromissos pactuados e as metas acordadas têm sido cumpridos regularmente pelo Estado do Ceará, conforme estudo elaborado pela Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COREM/STN).

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2007, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 5,09% a.a., constitui um indicativo aceitável pela STN em face do custo médio atual de captação do próprio Tesouro em dólar no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções

nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado de Ceará, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 57, DE 2008

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até

US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Apoio & Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará – *SWAp II*.

§ 2º Ficam facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo Bird na sua realização e de uma Comissão de Transação que varia de 0,125% a 0,25% sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Ceará;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2012;

VI – carência: sete anos para cada desembolso;

VII – amortização: cada desembolso deverá ser pago em trinta parcelas semestrais e consecutivas, pagas nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira na 15ª parcela de pagamento de juros de cada **tranche** e a última na 44ª parcela de juros da respectiva **tranche**, e limitada a 15 de setembro de 2034, sendo que os valores de cada parcela serão equivalentes a 1/30 de cada desembolso, exceto a última que será equivalente ao valor remanescente;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calcula-

dos sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

IX – comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – juros de mora: 0,50% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora trinta dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do

Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º A contratação da operação de crédito referida no art. 1º fica condicionada a que o Estado do Ceará proceda, previamente, a regularização de suas pendências com a União.

Art. 5º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 207, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINARA M O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

DELCÍDIO AMARAL (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

SERYS SLHESARENKO (PT)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

2-IDELI SALVATTI (PT)

3-MARINA SILVA (PT)

4-MARCELO CRIVELLA (PRB)

5-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

6-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)

7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

8-CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ

VALDIR RAUPP

PEDRO SIMON

MÃO SANTA

GILVAM BORGES

NEUTO DE CONTO

GERSON CAMATA

1-VALTER PEREIRA

2-ROSEANA SARNEY

3-WELLINGTON SALGADO

4-LEOMAR QUINTANILHA

5-EDISON LOBÃO FILHO

6-PAULO DUQUE

7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)

HERÁCLITO FORTES (DEM)

ELI...U RESENDE (DEM)

JAYME CAMPOS (DEM)

KÁTIA ABREU (DEM)

RAIMUNDO COLOMBO (DEM)

CÍCERO LUCENA (PSDB)

FLEXA RIBEIRO (PSDB)

SÉRGIO GUERRA (PSDB)

TASSO JEREISSATI (PSDB)

1-GILBERTO GOELLNER (DEM)

2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)

3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)

4-ROSALBA CIARLINI (DEM)

5-MARCO MACIEL (DEM)

6-ROMEU TUMA (PTB)

7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)

8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

9-MARCONI PERILLO (PSDB)

10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO

GIM ARGELLO

1-SÉRGIO ZAMBIASI

2-

PDT

OSMAR DIAS

1-JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 1.122, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 209, de 2008, (nº 831/2008, na origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)”.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Francisco Dornelles**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito da União, por intermédio da Mensagem nº 209, de 2008, através da qual o Presidente da República solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)”.

O referido projeto contará com investimentos totais de US\$166,9 milhões, sendo US\$83,45 milhões financiados pelo Banco Mundial e o restante proveniente da contrapartida nacional. Os objetivos do projeto, segundo o Contrato de Empréstimo, são: aumentar o acesso a atendimento primário de saúde da família nos Municípios Qualificados; melhorar a qualidade técnica do atendimento primário (e a satisfação dos pacientes com o referido atendimento); e melhorar a eficiência e a efetividade dos prestadores de serviços de saúde da família, bem como o sistema de distribuição mais amplo.

Assim é que, para o presente empréstimo do BIRD, o desembolso está previsto para um prazo de até 5 anos. A amortização será em 50 parcelas semestrais, sendo que cada uma das parcelas corresponderá a 2% do valor desembolsado. A primeira quota deverá ser paga em 15-8-2013. O cálculo efetivo do serviço da dívida, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional,

situa-se em 4,46% ao ano, conforme a variação da LIBOR, um patamar que ela considera aceitável.

III – Voto

A operação de crédito sob exame precisa atender aos ditames da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, que “dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo”.

Estão anexados ao processado, entre outros documentos, pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que são citados a seguir.

No parecer nº 1.461/2008/GERFI/COREF, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2008, há margem para a contratação da pleiteada operação, nos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos artigos 6º e 7º da Resolução nº 48, de 2007.

Os requisitos de Previsão Orçamentária e de Inclusão no Plano Plurianual foram, também, atendidos. A STN entende, ademais, que foi atendida a exigência de Adequação à Programação Financeira do Tesouro Nacional, uma vez que, segundo informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), consta Limite de Pagamento no valor de R\$9.000.000,00, em 2008, para o Programa em tela, quantia compatível com a execução do projeto.

As condições contratuais foram consideradas satisfatórias. A STN não encontrou nenhuma irregularidade ou impropriedade nas cláusulas contratuais. Assim sendo, aquela Secretaria declara, na conclusão do parecer, nada ter a opor à contratação da pleiteada operação de crédito.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) manifestou-se através do Parecer PGFN/COF Nº 2.312, de 2008, e entendeu “não haver óbice legal ao encaminhamento ao Senado Federal do pleito relativo à contratação da operação de crédito em tela”.

A pretendida operação de crédito externo foi credenciada no Sistema de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central, sob o número TA 463224, conforme o Ofício nº 172/2008/Desig/Dicic/-Surex, de 8 de agosto de 2008.

Quanto ao mérito, as considerações são igualmente positivas. O Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família é uma iniciativa de alto interesse para a saúde pública, que conta com o selo de aprova-

ção do Banco Mundial. O PROESF II é tecnicamente consistente e muito bem organizado. Ele está voltado para o atendimento primário de saúde da família nos Municípios e prevê o fortalecimento da capacidade dos Estados e da inspeção federal do Projeto Saúde da Família.

III – Voto

Como conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 58, DE 2008

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo Único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

II – valor do empréstimo: até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

III – modalidade: empréstimo margem fixa (**Fixed Spread Loan**);

IV – prazo de desembolso: 5(cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato;

V – amortização: em 50 (trinta) parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. A primeira quota de amortização deverá ser paga em 15-8-2013 e a última até o dia 15-2-2038, sendo que cada uma das parcelas corresponderá a 2% (dois por cento) do valor desembolsado;

VI – juros: exigidos semestralmente, nas mesmas datas do pagamento da amortização, e calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor semestral para dólar americano acrescida de um **spread** a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato, sendo de 0,05% (cinco centésimos de um por cento) ao ano a margem fixa acordada;

VII – comissão à vista; 0,25% (vinte e cinco centésimos de um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 209, DE 2008
NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

2- IDELI SALVATTI (PT)

DELCEÍDIO AMARAL (PT)

3- MARINA SILVA (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

4- MARCELO CRIVELLA (PRB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)

SERYS SLHESSARENKO (PT)

7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ

1-VALTER PEREIRA

ALDIR RAUPP

2-ROSEANA SARNEY

PEDRO SIMON

3-WELLINGTON SALGADO

MÃO SANTA

4-LEOMAR QUINTANILHA

SILVAM BORGES

5-EDISON LOBÃO FILHO

LEUTO DE CONTO

6-PAULO DUQUE

PERSON CAMATA

7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DELMIR SANTANA (DEM)

1-GILBERTO GOELLNER (DEM)

ERÁCLITO FORTES (DEM)

2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)

LISEU RESENDE (DEM)

3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)

AYME CAMPOS (DEM)

4-ROSALBA CIARLINI (DEM)

ÁTIA ABREU (DEM)

5-MARCO MACIEL (DEM)

AIMUNDO COLOMBO (DEM)

6-ROMEU TUMA (PTB)

CERO LUCENA (PSDB)

7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)

EXA RIBEIRO (PSDB)

8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

RGIO GUERRA (PSDB)

9-MARCONI PERILLO (PSDB)

SSO JEREISSATI (PSDB)

10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

ÃO VICENTE CLAUDINO

1-SÉRGIO ZAMBIASI

ARGELLO

2-

PDT

MAR DIAS

1-JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 1.123 DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 214, de 2008, (nº 850/2008, na origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Goiânia, Estado de Goiás, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”.

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Goiânia-GO, por intermédio da Mensagem nº 214, de 2008, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos entes subnacionais. Já a segunda trata das operações de crédito interno e externo desses entes, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

Além disso, o pleito submete-se aos ditames da Resolução nº 48, de 2007, que, entre outras providências, estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo.

Os recursos desta operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”, que tem por objetivo contribuir para a solução do problema ambiental resultante da ocupação desordenada do espaço urbano, bem como estimular a participação dos cidadãos no

processo de construção de um desenvolvimento sustentável na cidade de Goiânia.

O Programa está dividido em três componentes: organização urbano-ambiental; consolidação da infraestrutura de bairros adjacentes; e sustentabilidade social e institucional. O custo total foi estimado em US\$94,5 milhões, que serão aplicados ao longo de cinco anos, de 2008 a 2012. Além dos US\$56,7 milhões financiados pelo BID, está prevista uma contrapartida municipal de US\$37,8 milhões.

O Banco Central efetuou o cadastro do pretendido financiamento externo no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, sob o registro TA454621. O prazo original de validade desse credenciamento foi prorrogado em 90 dias a contar de 17 de outubro último.

Assim, o desembolso do presente empréstimo está previsto para se dar em um prazo de até 60 meses. A amortização será feita nos dias 15 de abril e de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data prevista para o desembolso final e a última, o mais tardar, 25 anos após a assinatura do contrato. O cálculo estimativo do serviço da dívida, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, situa-se em 4,65% ao ano, flutuante, conforme a variação da LIBOR (taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino), um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria.

III – Voto

Estão anexados ao processado, entre outros documentos, pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que são citados a seguir.

No Parecer nº 1.369/2008/GERFI/COREF, de 14 de agosto de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional – são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante. Os limites de endividamento do Município foram calculados e considerados atendidos. A sua capacidade de pagamento foi classificada na categoria “B”, suficiente, portanto, para a concessão da garantia da União. Além disso, o Parecer observou que, naquela data, havia margem, nos limites de endividamento da União, para a concessão da garantia.

Consulta realizada não indicou a existência de débitos da administração direta do Município junto à administração pública federal e suas entidades controladas. Além do mais, a Lei Municipal nº 8.228, de 30 de dezembro de 2003, autoriza a contratação da operação de crédito, bem como o oferecimento, em

contragarantia à garantia da União, das cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

As conclusões do parecer da STN são as seguintes:

Diante de todo o exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento das condicionalidades relacionadas no parágrafo 29 deste Parecer, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

Os parágrafos 28 e 29 do Parecer da STN estabelecem que, para evitar o pagamento desnecessário de comissão de crédito, bem como para garantir a boa execução do contrato, o Ministério da Fazenda deve verificar, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, o grau de cumprimento das seguintes condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID:

a) a constituição, contratação e ou designação do pessoal definido no item 4.02 do anexo único do contato de empréstimo e a entrada em funcionamento da Unidade Executora do Programa – UEP; e

b) a implantação do Sistema de Informação Gerencial – SIG, de acordo com os termos previamente acordados com o Banco;

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou-se através do Parecer PGFN/COF nº 2.345/2008 pelo encaminhamento ao Senado Federal do pleito relativo à concessão de garantia à operação de crédito em tela por parte da União, com as mesmas ressalvas apontadas pela STN. Nenhuma irregularidade contratual foi constatada. Em síntese, o empréstimo atende à política de captação de recursos externos do País.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções do Senado Federal de nºs 40/2001, 43/2001 e 48/2001 são atendidas pelo município e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

As considerações relativas ao mérito do pedido são, também, positivas. A análise custo-benefício do Programa destaca a recuperação das áreas degradadas, com melhorias significativas nos aspectos sanitários, ambiental e social na forma de redução de enchentes e de melhoria da saúde pública e da qualidade

de vida da população. Além disso, estudo de viabilidade econômica contratado pela prefeitura, ao tentar mensurar os efeitos da valorização imobiliária devida à implantação do programa, apontou para uma taxa interna de retorno que varia de 11,23% a 58,7%. Tais informações mostram que os recursos da operação de crédito pleiteada destinam-se ao financiamento parcial de um programa que deverá ter significativo impacto econômico positivo no Município de Goiânia.

III – Voto

Em conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 59, DE 2008

Autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Goiânia, Estado de Goiás, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 32, de 2006.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – valor do empréstimo: até US\$56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

III – modalidade: moeda única (mecanismo uni-monetário);

IV – prazo de desembolsos: até sessenta meses, contados a partir da data de vigência do Contrato;

V – amortização do saldo devedor: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas no dia 15 dos meses de abril e de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última, o mais tardar, 25 anos após a assinatura do contrato;

VII – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela **a)** taxa de juros LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América; **b)** mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos da modalidade LIBOR; **c)** mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e **d)** mais a margem para empréstimos do capital ordinário; sendo que, trinta dias antes do primeiro desembolso, o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, a qual poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

VIII – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID e calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, e que em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – despesas com inspeção e supervisão geral: por decisão de política atual, o BID não cobrará

montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral; por revisão periódica de suas políticas, notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Goiânia, Estado de Goiás, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, formalize o respectivo contrato de contragarantia.

§ 2º Preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda deverá verificar o grau de cumprimento das seguintes condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID:

I – a constituição, contratação e ou designação do pessoal definido no item 4.02 do Anexo Único do Contrato de Empréstimo e a entrada em funcionamento da Unidade Executora do Programa (UEP), de acordo com os termos de referência previamente acordados com o BID; e

II – a implantação do Sistema de Informação Gerencial (SIG), de acordo com os termos previamente acordados com o BID;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 214, DE 2008¹¹³
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

SEN. ELISEU RESENDE, VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

2- IDELI SALVATTI (PT)

DELCEÍDIO AMARAL (PT)

3- MARINA SILVA (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

4- MARCELO CRIVELLA (PRB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)

SERYS SLHESSARENKO (PT)

7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ

1-VALTER PEREIRA

VALDIR RAUPP

2-ROSEANA SARNEY

PEDRO SIMON

3-WELLINGTON SALGADO

MÃO SANTA

4-LEOMAR QUINTANILHA

GILVAM BORGES

5-EDISON LOBÃO FILHO

NEUTO DE CONTO

6-PAULO DUQUE

GERSON CAMATA

7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)

1-GILBERTO GOELLNER (DEM)

HERÁCLITO FORTES (DEM)

2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)

ELISEU RESENDE (DEM)

3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)

JAYME CAMPOS (DEM)

4-ROSALBA CIARLINI (DEM)

KÁTIA ABREU (DEM)

5-MARCO MACIEL (DEM)

RAIMUNDO COLOMBO (DEM)

6-ROMEU TUMA (PTB)

CÍCERO LUCENA (PSDB)

7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)

FLEXA RIBEIRO (PSDB)

8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

SÉRGIO GUERRA (PSDB)

9-MARCONI PERILLO (PSDB)

FASSO JEREISSATI (PSDB)

10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO

1-SÉRGIO ZAMBIASI

GIM ARGELLO

2-

PDT

OSMAR DIAS

1-JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 1.124, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 215, de 2008 (nº 851/2008, na Casa de origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado de Sergipe, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª Fase.

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Sergipe, por intermédio da Mensagem nº 215, de 2008, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª Fase.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os recursos totais do programa alcançam o valor de US\$27,1 milhões, a serem desembolsados nos anos de 2008 a 2011, sendo US\$20,8 milhões provenientes do BIRD e contrapartida estadual no montante de US\$6,3 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA 471512.

A presente operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa (Fixed Spread Loan), na qual incidem juros vinculados à LIBOR semestral para dólar norte-americano, mais despesas e margem fixa a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato. A margem fixa acordada é de 0,05% ao ano.

De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,03% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR, considerada aceitável por essa Secretaria, em face do custo atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

III – Voto

De imediato, constata-se que a atual situação financeira do Estado de Sergipe comportará a assunção das novas obrigações financeiras que advirão com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado nos próprios pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado de Sergipe atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II III do art. 7º que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos estados, todos da Resolução nº 43, de 2001.

Com efeito, essa operação implicaria, para o Estado de Sergipe, dispêndios totais com os serviços de sua dívida financeira que não ultrapassariam o valor máximo de 11,5% da Receita Líquida Real (o Estado de Sergipe apresenta comprometimento médio de 6,36%), num contexto em que o estado apresenta, também, endividamento consolidado não expressivo: dívida consolidada líquida equivale a 0,4 vez a sua receita corrente líquida, isto é, 80% inferior ao montante global admitido, de duas vezes, nos termos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal. De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, a Dívida Consolidada Líquida do Estado do Sergipe, na data-base novembro de 2007, corresponde a R\$1,2 bilhão, incluídas aqui as operações de crédito já contratadas, as já autorizadas e as ainda em tramitação. Note-se que a Receita corrente líquida do Estado, para a mesma data-base, atinge R\$3,02 bilhões.

Ademais, ainda em conformidade com a apuração realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, o comprometimento anual do Estado com encargos e demais serviços de sua dívida, para o período projetado, não apresenta tendência crescente, sendo, inclusive inferior a 10% de sua Receita corrente líquida.

Fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado de Sergipe apresenta capacidade de pagamento suficiente. Isto é, baseada em estudo que define projeções até 2016 para o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do estado, afirma que há margem disponível para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois a margem disponível apurada é sempre positiva e crescente para os exercícios projetados, partindo de

R\$346,58 milhões, em 2007, e chegando a R\$903,78 milhões, em 2016.

Mais ainda, como pode ser constatado no Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o maior dispêndio, do estado com essa operação de crédito deverá ocorrer em 2014, quando em amortizações e encargos financeiros o estado deverá pagar um total de US\$1,5 milhão por semestre, sendo sua margem disponível para esse ano de aproximadamente US\$758,39 milhões, suficiente, assim, para a cobertura de eventuais dívidas com a União, caso esta venha a honrar a garantia.

Por outro lado, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 128, de 31 de janeiro de 2008, também anexa ao processado, os resultados fiscais obtidos na análise demonstram que o Estado possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, inclusive os da operação de crédito pleiteada. Entretanto, o resultado é insuficiente para saldar o total das amortizações programadas.

Relativamente às demais exigências para a prestação de garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado do Sergipe. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Sergipe nos últimos anos.

Conclui a Secretaria do Tesouro Nacional, segundo critérios estabelecidos em Portaria do Ministério da Fazenda, que o Estado possui, portanto, capacidade de pagamento para a contratação da referida operação de crédito e para o recebimento de garantia da União.

Por fim, relativamente às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado de Sergipe encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, com a União e suas entidades controladas e com a prestação de contas de recursos dela recebidos. Ademais, o Estado de Sergipe cumpre os compromissos e as metas acordadas com a União, no âmbito de seu Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, não representando

a operação de crédito pretendido qualquer violação do referido acordo firmado com a União.

A única exceção de descumprimento de limites fixados na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 2000-Complementar) diz respeito às despesas de pessoal. De acordo com a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Sergipe não atende os limites máximos de despesa com pessoal por parte do Poder Legislativo, aí incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado de Sergipe.

A esse respeito, o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de 25 de outubro de 2008, destaca que há decisão favorável do Supremo Tribunal Federal, objeto de Medida em Ação Cautelar nº 1.857-9 Sergipe, que alcança operações de crédito, **verbis**:

Concluo no sentido de que a decisão liminar deferida pelo STF e que beneficia o Estado de Sergipe abarca as duas partes do pedido formulado (a União Federal se abstenha de negar transferências de recursos federais ou daquelas decorrentes de operação de crédito ao Estado-Autor ou ainda a obtenção de garantias) e dessa forma deverá ser cumprida, pelos menos até que venha a ser eventualmente reformada.

Entendemos, portanto, que não fica impedido o Senado Federal de conceder a pleiteada autorização.

Assim, satisfeitas as condições financeiras e formais estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2007, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal, bem como as exigências para que a União conceda a garantia solicitada.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado de Sergipe, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Sergipe encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 60, DE 2008**

Autoriza o Estado do Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até US\$20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Sergipe autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª Fase.

§ 2º Ficam facultadas a conversão da taxa de juros, de fluante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo BIRD na sua realização e de uma Comissão de Transação que varia de 0,125% a 0,25% sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Sergipe;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2011;

VI – carência: sessenta meses;

VII – amortização: em vinte parcelas semestrais, sucessivas, e sempre que possível, iguais, pa-

gas nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2014 e a última em 15 de setembro de 2023, sendo cada parcela correspondente a 5,0% do valor total do empréstimo;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

IX – comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitado na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – juros de mora: 0,50% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora trinta dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Sergipe na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado de Sergipe celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 215, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

SEN. ELISEU RESENDE VICE-PRESIDENTE DO CAER DA PRESIDÊNCIA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIRO SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
AYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
AIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
ÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
LEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
ÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
ASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

OÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
IM ARGELLO	2-

PDT

SMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
-----------	-------------------

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 177, de 2008**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 180, de 1999; 27, 80, 192, 206, 209, 210, 212, 214 e 216, de 2008**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o Ofício recebido:

Of. nº 177/2008 – CCT

Brasília, 5 de novembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nº 180 de 1999 e 27,80,192,206,209,210,212,214 e 216 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 1.121 a 1.124, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

– **Nº 57, de 2008** (MSF 207/2008), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América;*

– **Nº 58, de 2008** (MSF 209/2008) que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)”;*

– **Nº 59, de 2008** (MSF 214/2008), que *autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns; e*

– **Nº 60, de 2008** (MSF 215/2008), que *autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senhor Presidente da República adotou, em 7 de novembro de 2008, e publicou no dia 10 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 446, de 2008**, que “Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	Antonio Carlos Júnior (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)
PMDB (Maioria)	
Valdir Raupp	Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto De Conto
PTB	
Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
PDT	
Osmar Dias	Patrícia Saboya
* PSOL	

José Nery

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique E. Alves (PMDB)	Vinícius Carvalho (PTdoB)
Maurício Rands (PT)	Edinho Bez (PMDB)
Mário Negromonte (PP)	Beto Faro (PT)
Luciano Castro (PR)	Benedito de Lira (PP)
Jovair Arantes (PTB)	José Carlos Araújo (PR)
Hugo Leal (PSC)	Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)	Ronaldo Caiado (DEM)
Antonio C. Magalhães Neto (DEM)	Moreira Mendes (PPS)
Fernando Coruja (PPS)	Bruno Rodrigues (PSDB)
Bruno Araújo (PSDB)	José Carlos Aleluia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Uldurico Pinto (PMN)	Ana Arraes (PSB)
Márcio França (PSB)	Vieira da Cunha (PDT)
*PHS	
Miguel Martini	1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 10-11-2008
- Designação da Comissão: 11-11-2008(SF)
- Instalação da Comissão:
- Emendas: até 16-11-2008 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 10-11-2008 a 23-11-2008(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 23-11-2008
- Prazo na CD: de 24-11-2008 a 7-12-2008 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 7-12-2008
- Prazo no SF: de 8-12-2008 a 21-12-2008 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 21-12-2008
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 22-12-2008 a 3-2-2009 (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 4-2-2009 (46º dia)

– Prazo final no Congresso: 18-2-2009

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 151/08 – GSGMJ

Brasília, 7 de novembro de 2008

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe para o devido conhecimento relatório acerca de missão, por mim desempenhada, como Membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, na Décima quarta Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, realizada nos dias 3 e 4 de novembro, do corrente ano, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Atenciosamente, – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB – AC.

RELATÓRIO DE VIAGEM

XIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul Montevidéu, 3 e 4 de novembro de 2008

Realizou-se, nos dias 3 e 4 de novembro de 2008, a XIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, República Oriental do Uruguai.

A delegação brasileira foi composta pelos seguintes parlamentares:

Senadores Aloizio Mercadante, Efraim Morais, Pedro Simon, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita Júnior, Marisa Serrano, Inácio Arruda; e Deputados Dr. Rosinha, George Hilton, Leandro Sampaio, Cezar Schimer, Cláudio Diaz, Geraldo Thadeu, Germano Bonow, José Paulo Tóffano e Celso Russomano.

3 DE NOVEMBRO

As atividades tiveram início às oito horas do dia 3 de novembro, segunda-feira, com café da manhã de trabalho oferecido pelo Embaixador Regis Arslanian, Representante Brasileiro junto à Aladi e ao Mercosul.

O Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Parlamentar Aloizio Mercadante, abriu a reunião de café da manhã às 8h25min.

Foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento do Deputado Max Rosenmann, ocorrido em Curitiba, em 28 de outubro último.

O Presidente fez referência ao Comunicado Conjunto da Reunião Extraordinária do Conselho do Mer-

cado Comum e à proposta de Declaração, a ser apresentada ao Plenário do Parlamento do Mercosul.

Falou, em seguida, das questões em pauta nas relações bilaterais Brasil-Paraguai: brasiguaios, Itaipu, legislação sobre os sacoleiros, manobras militares brasileiras na fronteira.

O Parlamentar Dr. Rosinha comunicou que propôs, na reunião de Mesa Diretora, a criação de um grupo de trabalho bilateral Brasil-Paraguai. E, informou que os parlamentares paraguaios, na referida reunião, posicionaram-se contrariamente à representação cidadã. A delegação paraguaia informou que iria reunir-se com o Ministro das Relações Exteriores e com o Vice-Presidente da República para tratar do assunto. O Parlamentar Dr. Rosinha comunicou que participaria de uma reunião com os parlamentares paraguaios contrários à proporcionalidade.

Sobre a representação cidadã, o Presidente Mercadante recomendou aos parlamentares que tivessem equilíbrio na condução do processo.

O Embaixador Regis Arslanian distribuiu a ata da última reunião do GMC ocorrida em 17 e 18 de setembro de 2008, e o comunicado conjunto do Conselho do Mercado Comum. Fez uso da palavra para discorrer sobre a questão Brasil-Paraguai. Na ocasião, informou que o Governo paraguaio reconhece que foi notificado sobre as manobras militares de 13 de outubro último. A primeira notificação sobre as manobras foi feita por troca de notas em 13 de maio de 2008. A Chancelaria paraguaia enviou nota agradecendo. A segunda notificação veio em início de outubro de 2008.

Sugeriu que os parlamentares poderiam realçar a cooperação militar intensa que existe entre Brasil e Paraguai. Informou o seguinte: o Exército brasileiro está reequipando as Forças Armadas paraguaias. Em 2006, foi criado um Grupo Bilateral de Defesa, e em 2007, assinado Acordo-Quadro sobre Defesa e a Cooperação Militar, que incluiu, uma manobra militar semelhante a executada; a incorporação de pelotões paraguaios, inclusive nas manobras no Haiti; e cessão de aviões e helicópteros à Força Aérea paraguaia. A Constituição brasileira só prevê o uso da força militar para a defesa do território. A polêmica foi criada mais pela imprensa que pelo Governo paraguaio.

Comentou declarações de um General brasileiro sobre a ocupação de Itaipu, ressaltando que essa não reflete a posição brasileira. Itaipu faz parte de uma agenda prioritária dos paraguaios. O mote da campanha do Presidente Lugo foi a revisão do Acordo de Itaipu.

O embaixador ressaltou que os paraguaios pretendem: vender a energia não usada para outros países; a revisão da dívida de 18 bilhões de dólares que

tem com os bancos comerciais, já pagos pelo Brasil; e a revisão do preço da energia. O Presidente Lugo combinou com o Presidente Lula criar uma mesa-diálogo sobre Itaipu. Houve duas reuniões, a última em 27 de outubro. O Presidente Lula está disposto a discutir todos os temas concernentes a Itaipu. A linha de transmissão de Itaipu para Assunção é fraca; o Brasil ofereceu financiamento quase que a fundo perdido para recuperá-la.

Ricardo Canese, parlamentar do Mercosul pelo Paraguai, é coordenador da Comissão de Binacionais. Foram indicados pelo Brasil, como membros da Comissão bilateral, os seguintes parlamentares: Deputado Celso Russomano, Senadora Marisa Serrano, Deputado Geraldo Thadeu, Senador Aloísio Mercadante, Deputado Dr. Rosinha e Senador Romeu Tuma.

A reunião encerrou-se às 9h40.

4 DE NOVEMBRO

Às 10 horas, no edifício Mercosul, tiveram início as reuniões das Comissões do Parlamento do MERCOSUL. Reuniram-se as seguintes Comissões: Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; de Orçamento e Assuntos Internos; de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo; de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social; e de Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico.

A reunião plenária teve início às 15h.

Foi feito um minuto de silêncio e prestada homenagem ao parlamentar do Mercosul recentemente falecido, Max Rosenmann. Foi aprovado voto de pesar pelo falecimento, a ser encaminhado aos familiares desse parlamentar do Mercosul.

Foi lida e aprovada a ata da XIII Sessão Ordinária. Foram lidos os Informes de Comissões. Foram lidas notas e comunicações e as propostas apresentadas pelos Senhores parlamentares. Foi lida Nota do Parlamentar Roberto Conde que criou o "Grupo Frente Ampla" no Parlamento do Mercosul.

Às 16h15 foi aberto o período de "Tema Livre" (RI, Art. 123,d). Da Representação Brasileira, fizeram uso da palavra os parlamentares George Hilton e Marisa Serrano.

Às 17h30 teve início o debate proposto sobre a crise financeira internacional. Dentre os membros da Representação Brasileira, fizeram uso da palavra os parlamentares Aloizio Mercadante e Cristovam Buarque.

Discussão e votação da Ordem do Dia. A reunião foi encerrada às 19h30. Em seguida realizou-se cerimônia de lançamento do livro **Perfil dos Parlamentares do Mercosul**, no Edifício Mercosul.

Às 9h30h do dia 4 de novembro, foi reiniciada a XIV Sessão do Parlamento do Mercosul, dedicada à apresentação do Ministro da Educação do Brasil, Fernando Haddad. Foi também realizada reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

A sessão foi encerrada ao meio-dia.

Seguiu-se reunião do grupo sobre proporcionalidade, com a presença dos parlamentares Dr. Rosinha, Ricardo Canese, Juan Dominguez, Mariano West, terminando às 13h.

Era o que tinha a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/LID/Nº 230/2008

Brasília, 10 de novembro de 2008

Assunto: **Indicação de membro para Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Cezar Silvestri/PPS – PR, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 445/2008, que “Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

OF/LID/Nº 231/2008

Brasília, 10 de novembro de 2008

Assunto: **Indicação de membro para Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Leandro Sampaio/PPS – RJ, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 446/2008, que “Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 217, DE 2008

(Nº 863/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Os méritos do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessas elevadas funções constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de novembro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 420 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 4 de novembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, § 1º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, bem como no art. 46, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre aqueles países e **currículum vitae** de FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER*

CPF.: 34429468753

ID.: 7249/MRE

1952 Filho de Henrique Santos Duque Estrada Meyer e Regina Salomão Duque Estrada Meyer, nasce em 30 de maio no Rio de Janeiro/RJ

1976 Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas/RJ

1977 CPCD - IRBr

1978 Terceiro Secretário em 16 de outubro

1978 Divisão Consular, assistente

1978 Divisão Jurídica, assistente

1979 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Informações, assistente

1980 Embaixada em Bagdá, Terceiro Secretário e Segundo Secretário

1980 Segundo Secretário em 20 de novembro

1983 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente

1984 Ordem Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro

1985 Departamento de Organismos Internacionais, assistente

1985 Embaixada em Moscou, Segundo e Primeiro Secretário

1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro

1989 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário

1991 LXXVIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, OIT/Genebra, Presidente da Comissão de Finanças

1991 Reunião Tripartite da Comissão de Florestas e Indústrias de Madeira, OIT/Genebra, Presidente

1993 Embaixada em Georgetown, Primeiro Secretário e Conselheiro, comissionado

1993 Embaixada em Havana, Conselheiro

1994 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Informações, assistente

1994 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho

1995 Embaixada do Brasil em Havana, Conselheiro


1998 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

1999 CAE - IRBr, Brasil-Cuba: Perspectivas para o fortalecimento das relações bilaterais

2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 28 de junho

2001 I, II e III Sessão do GT do Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação

2001 LIII Sessão da Subcomissão sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
2001 Consultas Informais sobre a Reforma da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
2001 Reunião Tripartite da Comissão de Construção Civil, OIT, Genebra, Presidente
2002 Sessão do GT sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Castigos Cruéis, Degradantes e Desumanos, Genebra, Chefe de delegação
2002 I Sessão do Conselho do Fundo Global contra a AIDS, Tuberculose e Malária, Genebra, Chefe de delegação
2002 58a. Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Genebra, Relator
2002 III Sessão do GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação
2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2002 12a. Sessão do Junta de Coordenação do Programa, UNAIDS, Genebra, Chefe de delegação
2002 IV Encontro do GT Aberto Adhoc para a Revisão dos Métodos de Trabalho do Conselho Executivo, OMS, Genebra, Chefe de delegação
2002 54a. Sessão da Subcomissão sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
2002 II Encontro Informal dos Estados-Parte ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Genebra, Chefe de delegação
2002 Encontro de Partes Interessadas, OMS, Genebra, Chefe de delegação
2002 GT da Comissão de Direitos Humanos sobre a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, Genebra, Chefe de delegação
2003 IV Sessão do GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação
2003 Encontro Latinoamericano Preparatório à Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, Rio de Janeiro, Presidente
2003 II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação, Genebra, Chefe de delegação
2003 Missão do Brasil junto à ONU, Nova York, Ministro-Conselheiro
2004 38a. Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher, New York, Chefe de delegação
2005 30a. Sessão do Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento, CEPAL, Porto Rico, Presidente
2005 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2006 Embaixada em Astana, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



Ministério das Relações Exteriores

Sumário Executivo

Turcomenistão

Setembro de 2008

**Subsecretaria-Geral Política II
Departamento do Oriente Médio e Ásia Central
Divisão da Ásia Central**

Índice

- I. Mapa do país e Bandeira Nacional
- II. Introdução
- III. Dados Básicos
- IV. Síntese Histórica
- V. Política Interna
 - V.1. Direitos Humanos
 - V.2. Sistema político
- VI. Economia
- VII. Política Externa
- VIII. Relações com o Brasil
 - VIII.1. Intercâmbio Comercial Brasil- Turcomenistão

Anexos

- 1. Perfis Biográficos
- 2. Lista de Autoridades Locais

I. Mapa geográfico e bandeira nacional

II - Introdução

Com grande parte do seu território dominada pelo deserto de Caracórum, o Turcomenistão tem sua economia baseada na agricultura irrigada intensiva (algodão) e na grande riqueza em recursos energéticos. O país detém algumas das maiores reservas de gás natural do mundo, sendo a Rússia a destinatária de praticamente toda a produção turcomena.

O ex-Presidente Saparmurat Niyazov, falecido em dezembro de 2006, construiu, em 21 anos de poder, um sistema político fechado e autoritário, com a introdução do culto à personalidade. Não foram feitas reformas liberalizantes, sustentando-se a economia nas exportações de *commodities*.

O país não consegue beneficiar-se plenamente de suas imensas reservas de petróleo e gás devido à falta de rotas adequadas de exportação e por causa da pendente questão jurídica do estatuto do Mar Cáspio, cuja repartição terá efeitos sobre a forma de exploração dos recursos naturais entre os cinco Estados ribeirinhos.

Ligado ao antigo governo Niyazov, Gurbanguly Berdymukhammedov tornou-se o novo Presidente após o processo eleitoral de fevereiro de 2007.

Os planos de Berdymukhammedov, divulgados durante o processo eleitoral, incluíam a construção de um gasoduto até a China, a conclusão da ponte ferroviária sobre o rio Amur Darya (nome atual do Rio Oxus, da antiguidade) e a criação de zonas especiais de comércio na província de Balkan, ao sul. Tais desígnios chegaram a ser interpretados por observadores internacionais como um sinal de que o novo governo buscava criar um ambiente mais atrativo aos investimentos estrangeiros.

O novo Presidente tem enviado sinais de abertura para o mundo exterior. O regime era um dos menos permeáveis do mundo, já que nunca houve o cuidado de divulgar as nomeações de 1º e 2º escalões do Governo turcomeno na mídia internacional. Isso talvez seja a demonstração de uma nova postura, que prepare o país para a transição de um governo autoritário a um sistema mais aberto. Algumas reformas governamentais já começaram a ser realizadas pela nova direção do país. Berdymukhammedov estabeleceu mudanças no setor educacional turcomeno (os alunos pré-universitários devem trabalhar pelo menos dois anos antes de ingressarem na universidade e realizar provas para ingresso, ao invés das entrevistas praticadas no antigo regime). Outras mudanças, como no setor energético e nas questões de direitos humanos, estão sendo relatadas por alguns analistas. Também é significativo que o governo tenha permitido a abertura de dois “cyber cafés” na capital, ainda que com controle estrito das autoridades e vigilância constante.

Portanto, é possível acreditar que o novo dirigente turcomeno estaria reabrindo as portas de seu país para a cooperação internacional, o que poderá trazer grande proveito para o país e seu entorno.

III. Dados Básicos

Nome oficial: República do Turcomenistão

Data Nacional: 27 de outubro de 1991

Área: 488,100 Km²

Capital: Ashgabat

População: 4,899 milhões (*United Nations Population Division*, UNPD, 2006)

População Urbana: 47% (UNPD, 2006)

Fronteiras: Afeganistão (744 km), Irã (992 km), Cazaquistão (379 km), Uzbequistão (1.621 km). O Turcomenistão é banhado pelo Mar Cáspio (1.768 km)

Nacionalidades: Turcomenos (77%), Russos (6.7%), Uzbeques (9.2%), Cazaques (2%), Outros (5,1%)

Taxa de crescimento da população (1990-2006): 1,8% (UNPD, 2006)

Taxa de mortalidade infantil (abaixo de 5 anos): 67/1000 (UNICEF, 2006)

Expectativa de vida: 63 anos (UNPD, 2006)

Densidade demográfica: 13,7 habitantes por Km² (Estimativa EIU, 2006)

Religiões: Muçulmanos (87% dos quais 96% Sunitas e 4% Xiitas), Ortodoxos russos (11%), Outros (2%)

Idioma oficial: Turcomeno (falado por mais de 75% da população)

Taxa de alfabetização: 99% (Banco Mundial, 2005)

Repartição administrativa: Cinco províncias – Akhal, Balkan, Dashkhovuz, Lebap e Mary

Principais cidades: Ashgabat, Turkmenabat e Dashoguz

Indicadores sócio-econômicos:

Produto Interno Bruto: US\$ 26,909 bilhões (FMI, 2007)

Taxa de crescimento anual do PIB: 11,6% (FMI, 2007)

Estrutura do PIB:

- Setor agrícola: 19,9% (Banco Mundial, 2005)

- Serviços: 39,3% (Banco Mundial, 2005)

- Indústria: 40,8% (Banco Mundial, 2005)

PIB “per capita”: US\$ 5.188,82 (FMI, 2007)

Inflação (Preços ao Consumidor): 6,42% (FMI, 2007)

Dívida externa: US\$ 402 milhões (1995); US\$ 2,303 bilhões (2000); US\$2.4 bilhões a US\$ 5 bilhões (2001); 1.65 bilhão (2004); US\$1.18 bilhão (2005) (Banco Mundial, 2005)

Indústrias: gás natural, petróleo, têxtil e alimentos

Produtos agrícolas: algodão e grãos

Comércio exterior (US\$ FOB bilhões): US\$ 9,095 (FMI, 2007)

Exportações (US\$ FOB bilhões): US\$ 6,312 (FMI, 2007)

Principais Parceiros: Ucrânia (47,7%), Irã (16,4%), Azerbaijão (5,3%), Emirados Árabes (3,1%), Itália (3,1%) (FMI, 2007)

Importações (US\$ FOB bilhões): US\$ 2,782 (Banco Mundial, 2005).

Principais parceiros: EAU (15,5%), Turquia (11,1%), Ucrânia (9,1%), Rússia (9%), Alemanha (7,8%), Irã (7,6%), China (6,4%), EUA (4,5%), França (3,4%), Uzbequistão (3,1%) (FMI, 2007)

Moeda: Manat (TMM)

Reservas Internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões): 5 bilhões (EIU, estimativa 2007) :

Principais Produtos de Exportação (MRE/DPR/DIC, 2006) : combustíveis, óleos e ceras minerais; embarcações e estruturas flutuantes; algodão; plásticos e suas obras

Principais Produtos de Importação (MRE/DPR/DIC, 2006) : caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; obras de ferro fundido, ferro ou aço; veículos automóveis, tratores e ciclos; aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; veículos e material para vias férreas

IV. Síntese Histórica

O território do Turcomenistão foi conquistado pelos persas, macedônios, árabes e mongóis antes de passar para os controles russo e, em seguida, soviético. No século IV a.C., depois que a dinastia reinante no Império Persa foi derrotada pelo exército de Alexandre, o Grande, a região da Ásia Central foi invadida. Várias cidades, com o nome do Rei dos macedônios, foram fundadas, entre as quais, uma Alexandria, perto do rio Murgab, onde hoje é a cidade de Mary. Nos séculos VII e VIII da era cristã, a Ásia Central foi invadida pelos árabes, que trouxeram a religião islâmica para os Orguz, ancestrais dos turcomenos, bem como para outros povos da região.

Em 1227, o território do Turcomenistão foi conquistado pelos mongóis, liderados por Gêngis Khan. Após sua retirada, os turcomenos caíram sob o domínio dos líderes muçulmanos, que estabeleceram seus reinados em Bocara e Kiva (Uzbequistão). O Turcomenistão foi anexado pela Rússia entre 1865 e 1885. De 1890 a 1917, o país tornou-se parte do Turquestão russo, unido às nações de religião muçulmana dos limites setentrionais do Império russo. Em 1924, tornou-se uma República Socialista Soviética. A independência foi proclamada em 27 de outubro de 1991, após o colapso da URSS.

A Constituição, adotada em 18 de maio de 1992, estabelece que o Turcomenistão é uma República presidencialista. O Presidente do país é o Chefe de Estado e de Governo, e é eleito pelo voto popular a cada cinco anos para, no máximo, dois mandatos. O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, foi eleito em 1992. Em janeiro de 1994, por referendo, seu mandato foi prolongado até junho de 2002. No entanto, em 28 de dezembro de 1999, Niyazov foi nomeado Presidente vitalício pelo órgão representativo que reunia integrantes de todos os poderes, o “Khal Maslakhaty” (Conselho do Povo). Em fevereiro de 2000, Niyazov anunciou que iria se afastar do poder em 2010, quando tivesse completado 70 anos, mas faleceu em dezembro de 2006.

V. Política interna

O Presidente Niyazov, ou Turkmenbashi (“Pai de todos os turcomenos”, título que outorgou a si mesmo oficialmente e era usado pela população e pelo governo), governou o Turcomenistão, com crescente autoritarismo, desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. Criou o “Partido Democrático”, único partido legal do país, para dar sustentação política ao governo. Em 1999, o Parlamento decretou-o Presidente vitalício, cargo que acumulava com os de Primeiro-Ministro e Comandante Supremo das Forças Armadas (a constituição de 1992 facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Firmou-se no poder, suprimindo oponentes, restringindo a liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do governo.

O falecido dirigente soube conquistar certa lealdade de seu povo (cujo ânimo, em grande parte, foi moldado pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação), à custa de benefícios tais como emprego garantido, moradia e

seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás.

O controle exercido pelo Estado sobre todos os aspectos da vida no Turcomenistão reflete-se ainda na ausência de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população serem muçulmanos (sunitas).

Após a morte do “Ditador das Areias”, o Vice Primeiro-Ministro **Gurbanguly Berdymukhammedov** assumiu interinamente o Governo. Foram convocadas eleições pelo Parlamento (“Conselho do Povo”), que referendaram Berdymukhammedov como novo Presidente da República.

A análise limitada que se pode fazer da conjuntura do Turcomenistão, sociedade reclusa e avessa ao contato com o estrangeiro, sugere que, no horizonte próximo, não há razão para instabilidade no plano interno. Por outro lado, a importância estratégica dos recursos energéticos turcomenos tem determinado um interesse crescente das potências regionais e da hegemônica em disputar com a Rússia a influência exercida sobre o país.

V.1 Direitos Humanos

O regime personalista e excêntrico do falecido presidente Niyazov foi considerado um dos mais repressivos e abusivos em matéria de direitos humanos. A oposição política, sempre rigidamente controlada, sofreu considerável revés após novembro de 2002, quando um atentado malogrado contra o presidente provocou uma onda de prisões, assassinatos e exílio de oponentes ao regime.

Desde 2002, as Nações Unidas vêm criticando o Turcomenistão por violações aos direitos humanos. Em abril de 2004, a Comissão das Nações Unidas para Direitos Humanos emitiu um relatório sobre a situação no país, no qual se denunciava a ocorrência de repressão às atividades da oposição, restrição à liberdade de informação e de religião e discriminação às minorias étnicas.

Embora o governo turcomeno insista em reafirmar seu compromisso com a melhora da situação dos direitos humanos no país, as ações implementadas vêm demonstrando o contrário: em maio de 2004, foi anunciado que as escolas que ministravam suas aulas em russo seriam fechadas, privando as minorias étnicas de fala russa de obter uma educação em sua primeira língua. Também como parte do processo de “turcomenização” do sistema de

educação e emprego, foram demitidos professores possuidores de diplomas de universidades estrangeiras e pertencentes a minorias étnicas.

Na 58ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi adotada Resolução (58/194), por 73 votos a favor, 40 contra e 56 abstenções (inclusive Brasil), condenando a situação dos direitos humanos no Turcomenistão. Em novembro de 2004, a União Européia apresentou, na 59ª AGNU, novo projeto de Resolução sobre a “Situação dos Direitos Humanos no Turcomenistão”, que atualizava a Res.58/194. O projeto foi aprovado por 69 votos a favor (Brasil), 40 contra e 63 abstenções. E em 2005, nova Resolução (60/172) foi aprovada na AGNU por 71 votos a favor, entre os quais o do Brasil.

Em 2006, relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o assunto (A/61/489) indicava a persistência de graves e sistemáticas violações aos direitos humanos no Turcomenistão, apesar dos acenos do governo no sentido de tentar melhorar o quadro. Entre as recomendações constantes do relatório do SGONU, figura apelo ao governo turcomeno para que coopere com os organismos criados por tratados, os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos.

V.2. Sistema político

O Poder Legislativo, bicameral, é representado pela Assembléia (*Mejles*) e o Conselho do Povo (*Khal Maslakhaty*). A Assembléia é composta de 50 deputados eleitos diretamente a cada período de cinco anos. As últimas eleições para a Assembléia foram realizadas em 12 de dezembro de 1999. Todos os 50 deputados foram aprovados pelo Presidente e a maioria pertence ao Partido Democrático do Turcomenistão, o partido do ex-presidente do país.

O outro órgão parlamentar é o Conselho do Povo (*Khal Maslakhaty*), composto de 2.507 membros. O Conselho é liderado pelo Presidente e inclui membros do Parlamento, representantes regionais, o Presidente da Corte Suprema, o Gabinete de Ministros, entre outros funcionários. Os membros do Conselho são eleitos pelo voto popular ou nomeados e reúnem-se anualmente.

No final de 2003, foi adotada uma lei que transformou o Conselho do Povo em órgão legislativo supremo, com poderes legais para dissolver a Assembléia. Em teoria, o Presidente e o Gabinete estão subordinados ao Conselho do Povo, mas, na prática, é o Presidente que

detém o poder. O Conselho do Povo tem como função aprovar as políticas do governo e fazer mudanças na constituição.

O sistema judicial é composto pela Corte Suprema e pela Corte Suprema de Arbitragem, para reivindicações econômicas. Os juízes detêm o cargo durante um período de cinco anos e são designados pelo Presidente.

VI - Economia

Quase 80% da área total do Turcomenistão são cobertos pelo deserto de Caracórum e somente 14% do país são agricultáveis. Devido às condições climáticas, a irrigação é imprescindível para a agricultura. A irrigação está concentrada em oásis e as principais colheitas são de cereais, algodão e forragem. O canal Karakum é o principal canal de irrigação, conectando o rio Amur Darya com o Mar Cáspio.

O Turcomenistão possui enormes recursos de gás natural e petróleo. O gás natural é o principal produto exportado do país, com 57% das vendas, e a produção de petróleo vem crescendo rapidamente: em 2003, foram produzidas 10 milhões de toneladas, 111% a mais que em 2002.

A Rússia tornou-se o maior importador de gás turcomeno desde o acordo assinado entre os respectivos Presidentes, em maio de 2000. A empresa estatal russa Gazprom controla o escoamento do gás turcomeno, que depende em grande parte dos gasodutos russos para sua exportação. O contrato com a empresa prevê a compra de 50 bilhões de metros cúbicos anualmente. Desse total, 41 bilhões são reexportados para a Ucrânia e dali para a União Européia.

Recentemente o Turcomenistão tem buscado diminuir sua dependência do parceiro russo e encontrar alternativas de rotas para aumentar a exportação de gás natural. Em novembro de 2006, a estatal "China National Petroleum Corporation" assinou contrato de compra de gás e há previsão de construção de um gasoduto ligando o Turcomenistão à China, em 2009, para o suprimento anual de 30 bilhões de metros cúbicos, durante trinta anos. Em julho de 2006, os ministros de energia do Turcomenistão e do Irã (o segundo maior consumidor do gás turcomeno) concordaram em aumentar as exportações de gás de 8 bilhões para 14 bilhões de metros cúbicos. O Irã também manifestou interesse em participar ativamente da exploração do petróleo turcomeno.

Artigos manufaturados também vêm ganhando espaço crescente na pauta das exportações turcomenas. O desenvolvimento da indústria têxtil tem contribuído para as altas taxas de crescimento do PIB do país. Encontram-se em atividade mais de 20 indústrias de tecidos de algodão, de cuja produção 90% são exportados (Europa, EUA e Rússia entre os maiores importadores).

Os potenciais investidores do Ocidente ainda vêm com desconfiança o ambiente de negócios no Turcomenistão. O clima de investimentos é mais propício, por exemplo, em países como o Cazaquistão, principal competidor regional no mercado de gás natural (juntamente com o Azerbaijão). Observadores internacionais afirmam que a maioria dos dados sobre a economia do Turcomenistão está indisponível ou sujeita a grandes margens de erro.

VII. Política externa

A política externa do Turcomenistão é orientada pelo princípio constitucional da “neutralidade permanente”. O país abstém-se de aderir à Organização do Tratado de Segurança Coletiva, sob forte influência russa e não faz parte da Organização para a Cooperação de Xangai, por sua vez, com muita ascendência chinesa. O Turcomenistão, tampouco, cedeu seu território aos Estados Unidos, para uso durante a campanha militar contra o Talibã, em 2001.

O Turcomenistão está aprofundando suas relações com a China e pretende também estreitar laços com a Europa, dando prosseguimento ao projeto de construção de um gasoduto ligando o país com o Afeganistão, o Paquistão e a Índia. Esse projeto recebe apoio de muitos países, inclusive dos EUA, interessados em enfraquecer o domínio da Rússia na região. O novo Presidente turcomeno vem tentando primeiramente recompor o setor energético do país, desorganizado após mudanças efetuadas por Niyazov em 2005 e 2006, quando o segmento foi atingido por reestruturações e demissões em massa nos altos postos. Em segundo lugar, Berdymukhammedov vem-se movimentando rapidamente no sentido de abrir o setor a companhias ocidentais. A penetração ocidental na região, ainda que sob a égide das transações comerciais, deverá implicar dilemas de política interna e externa que Niyazov sempre procurou evitar discutir: liberalização do regime, questões de direitos humanos, relações com os vizinhos, etc.

No início de maio de 2007, o Presidente Gurbanguly Berdymukhammedov recebeu representantes da Chevron para firmar acordo sobre a participação da companhia norte-americana em projetos de prospecção na seção turcomena do Mar Cáspio (na qual operam atualmente apenas as companhias Petronas, da Malásia, e Dragon Oil, dos Emirados Árabes), num gesto que serviu para reafirmar a determinação de libertar o país de sua dependência histórica da tecnologia e dos gasodutos russos.

Em 12 de maio de 2007, por outro lado, durante a Cúpula tripartite Rússia-Cazaquistão-Turcomenistão, foram assinados, em Moscou, pelos três Presidentes (Vladimir Putin, Nursultan Nazarbayev e Gurbanguly Berdymukhammedov), acordos que garantem às companhias do setor energético russo a manutenção do controle sobre as rotas de exportação do gás turcomeno nos próximos anos. A capacidade do Turcomenistão de atender a todos os compromissos de fornecimento de gás que vêm sendo assumidos constitui uma dúvida que tem desestimulado investimentos em projetos mais ambiciosos (como é o caso do próprio sistema Nabucco, para abastecer a Europa).

As relações Moscou-Ashgabat caracterizaram-se, nos anos posteriores à proclamação da independência do Estado turcomeno, pela cautela em relação à antiga metrópole, mas também pela astúcia na barganha de seus recursos energéticos. O falecido Presidente Niyazov ostentava um estilo “enigmático-pragmático” para beneficiar-se da cooperação internacional e simultaneamente criar espaços de isolamento entre a Rússia e o Turcomenistão e entre o Turcomenistão e o resto do mundo. Ao mesmo tempo em que sedimentou os vínculos econômicos com a Rússia por meio da Gazprom, Ashgabat distanciou-se de Moscou pelo tratamento dado aos russos étnicos e pela implementação de um conjunto de medidas culturais e lingüísticas visando à promoção das singularidades do Turcomenistão.

Eventualmente pressionada pela competição com outros países (China, Japão, Turquia, entre outros), Moscou foi forçada a fazer concessões, como a elevação progressiva dos preços pagos ao gás turcomeno (o que acabou por afastar a Ucrânia das transações com o Turcomenistão e deixou à Rússia a vantagem de continuar a revender o gás turcomeno a Kiev). Em fins de agosto do corrente ano, o Presidente do Turcomenistão e o Vice-Primeiro Ministro da Rússia assinaram acordo para desenvolver campos de gás e novos gasodutos ao leste do país além de aumentar a capacidade de escoamento do gás turcomeno no gasoduto do Mar Cáspio (para 30 bilhões de metros cúbicos)

O conflito russo-georgiano em torno do separatismo da Abcázia e da Ossétia do Sul e problemas surgidos no oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (explosões atribuídas a grupos curdos na Turquia) pode, ao inviabilizar rotas alternativas de escoamento do petróleo e do gás dos países centro-asiáticos, tornar o Turcomenistão ainda mais dependente da rede russa de oleodutos e gasodutos, reforçando o poder de influência russo na região.

No dia 23 de julho de 2007, o turcomeno Vladimir Goryayev, Vice-Diretor do Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas, foi eleito, pela 62ª sessão da AGNU, para o cargo de Vice-Presidente da Assembléia Geral. Afirmou que sua eleição reflete a confiança depositada em seu país, sinal de reconhecimento do curso político que o Turcomenistão está seguindo em uma nova fase de desenvolvimento.

VII.1. Mar Cáspio: A Questão Jurídica da Repartição

A questão jurídica do *status* do Mar Cáspio produzirá efeitos sobre a forma de exploração dos recursos naturais pelos cinco Estados ribeirinhos (Cazaquistão, Turcomenistão, Azerbaijão, Rússia e Irã). A situação jurídica tornou-se indefinida com o colapso, em 1991, da antiga URSS. Os ricos depósitos situados no Cáspio, que eram no passado um recurso compartilhado entre a URSS e o Irã, passaram a ser reivindicados pelos novos Estados ribeirinhos independentes, a saber, o Azerbaijão, o Turcomenistão e o Cazaquistão, além da Federação da Rússia e do Irã.

A posição de princípio da Rússia é a de que o Cáspio teria as características de um lago, a ser controlado em condomínio pelos Estados ribeirinhos, enquanto que o Cazaquistão deseja dividir o mar em zonas territoriais. Na disputa pelos importantes recursos, o Cazaquistão vem advogando o estabelecimento de setores nacionais no Mar Cáspio, em oposição à tese defendida pela Rússia. A posição do Cazaquistão é apoiada pelo Azerbaijão, enquanto o Turcomenistão se inclina para a posição russa, endossada pelo Irã.

Nos dias 22 e 23 de abril de 2007, aconteceu, em Ashgabat, a XXI Sessão do Grupo de Representantes dos governos russo, iraniano, turcomeno, cazaque e azeri, que estão discutindo o estatuto jurídico do Mar Cáspio. A reunião confirmou a necessidade de os países envolvidos buscarem alcançar *consenso* sobre a questão jurídica do Mar Cáspio. Os participantes convieram que o texto da minuta de convenção deverá ser negociado artigo por artigo, com

vistas a regulamentar todos os tipos de atividades no mar Cáspio e para propiciar uma interação entre os Estados envolvidos.

VIII - Relações com o Brasil

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 3 de abril de 1996, em Moscou.

Ainda incipientes, as relações têm possibilidades de adquirir novo fôlego com a abertura da Embaixada em Astana, missão residente pioneira do Brasil na Ásia Central que, além de promover o estreitamento dos laços com o Cazaquistão, servirá para fomentar a aproximação do Brasil com os demais países da região central asiática.

A mais recente visita do Embaixador em Moscou (que representou, até recentemente e em caráter cumulativo, o Brasil junto ao governo do Turcomenistão) a Ashgabat, em novembro de 2006, incluiu encontros na Chancelaria e nos Ministérios da Indústria Têxtil; do Comércio e do Cooperativismo Consumidor; do Petróleo, Gás e Recursos Naturais; e da Agricultura.

Em maio de 2007, o Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, e o Chefe da Divisão da Ásia Central, Conselheiro Ricardo Pires Ribeiro, foram recebidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rashid Meredov. Na ocasião, foi manifestado à parte turcomena o desejo brasileiro de dar um passo qualitativo nas relações bilaterais, buscar maior conhecimento mútuo e trocar informações sobre as agendas bilateral e multilateral. O Assessor Especial para a Ásia também manifestou satisfação pelo fato de que Brasil e Turcomenistão compartilhem vários pontos de vista sobre temas gerais da agenda internacional.

O Chanceler turcomeno solicitou apoio do Brasil para o projeto do “Centro de Resolução de Conflitos” da ONU, que se previa fosse ter sua sede no Turcomenistão, com o patrocínio de outros países da Ásia Central, China e Rússia, mas para o qual ainda falta o apoio dos demais membros do CSNU.

VIII.1. Comércio Bilateral

A pauta de exportação brasileira para o Turcomenistão inclui caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, carnes e café solúvel. O Brasil importa produtos como óleo diesel e algodão.

De 2002 a 2003, as exportações brasileiras para o Turcomenistão deram um grande salto, passando de US\$ 306 mil, em 2002, para US\$ 7,393 milhões, em 2003, um crescimento de 2.315%. Em 2004, houve novo incremento de nossas vendas para o país, que passaram a US\$ 8,021,900. Já em 2005, as exportações experimentaram uma queda, contornada em 2006. Nos anos de 2007 e 2008 (projetando-se, para 12 meses, o resultado dos primeiros sete meses) marcam novo incremento no total exportado.

O destaque das exportações nos últimos dois anos coube a maquinário agrícola, que o Turcomenistão vem comprando em grande escala, com vistas a modernizar sua agricultura.

Intercâmbio Comercial Brasil – Turcomenistão (US\$ F.O.B.)

<u>Ano</u>	<u>Exportações</u>	<u>Importações</u>
2003	7.393.395	7.699.583
2004	8.021.900	1.943.502
2005	3.526.674	3.370.907
2006	7.515.032	58.113
2007	12.562.557	664.619
2008 (até julho)	8.866.124	604.435

Fonte : MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

Principais produtos:

- **Exportações:** caldeiras, máquinas (inclusive máquinas agrícolas), aparelhos e instrumentos mecânicos, carnes e café solúvel.
- **Importações:** óleo diesel e algodão.

Anexo

1. Perfis biográficos

Gurbanguly Berdymukhammedov

Presidente do Turcomenistão

- 1957 – Nasce em Babarap, nos arredores de Ashgabat.
- 1997 - Ministro da Saúde.
- 2001 - Vice-Primeiro-Ministro do Turcomenistão.
- 2006 - Com a morte de Nyazov, foi nomeado Presidente, Interino, da República.
- 2007 – Eleito Presidente da República nas eleições de 11 de fevereiro.

Rashid Meredov

Ministro das Relações Exteriores

- 1960 – Nasceu em Ashgabat.
- 1977 – Estudou Direito na Universidade de Moscou.
- 1982 – Lecionou no departamento de Direito Civil e Processo Civil na Universidade Turcomena.
- 1984 a 1987 – Mestre em Direito pela Universidade de Moscou.
- 1987 a 1990 – Conferencista e professor sênior no Departamento de Direito Civil e Processo Civil na Universidade Turcomena.
- 1990 à 1991 – Consultor-Chefe do Ministério da Justiça do Turcomenistão.
- 1991 - Março de 1993 – Chefe do Departamento de Direito no Gabinete do Presidente.
- Dezembro 1994 – Presidente do Comitê de Direito da Assembléia Turcomena.
- 1996 – Vice-Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão.
- Maio de 1999 – Indicado Primeiro-Vice-Ministro Relações Exteriores turcomenas.
- Dezembro de 1999 – Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia do Turcomenistão.
- Maio de 2001 – Eleito Presidente da Assembléia.
- Julho de 2001 – Indicado Ministro das Relações Exteriores.
- Agosto de 2001 – Diretor do Instituto Nacional de Democracia e direitos Humanos do Turcomenistão.
- 2003 à 2005 – Vice-Presidente do Gabinete dos Ministros.
- 2007 – Confirmado no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.



Ministério das Relações Exteriores

República Quirguiz

Sumário Executivo

Outubro de 2008

Subsecretaria-Geral Política II

Departamento do Oriente Médio e Ásia Central

Divisão da Ásia Central

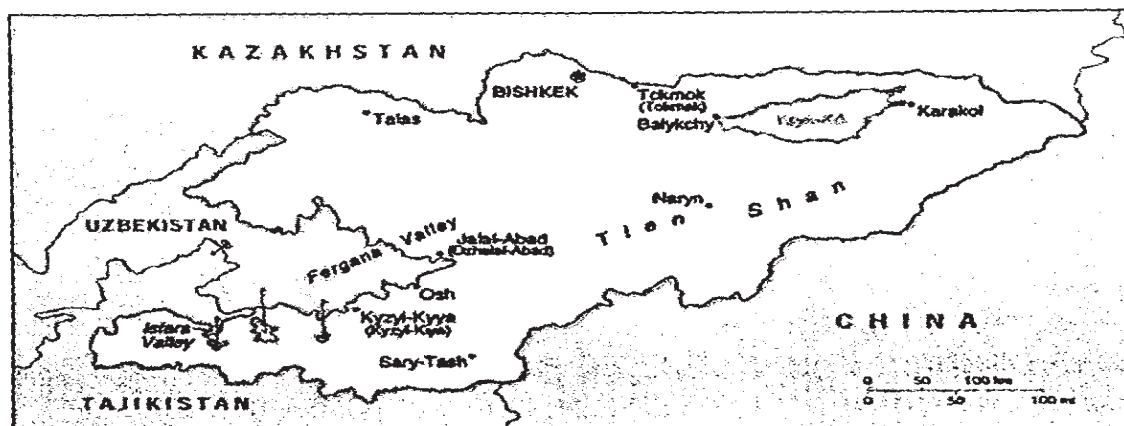
Índice

- I. Mapa do país e Bandeira Nacional
- II. Introdução
- III. Dados Básicos
- IV. Síntese Histórica
- V. Política Interna
- VI. Economia
- VII. Política Externa
- VIII. Relações com o Brasil
- IX. Intercâmbio Comercial Brasil- República Quirguiz
- X. Atos bilaterais

Anexos

- 1. Perfis Biográficos
- 2. Lista de Autoridades Locais

I. Mapa geográfico e bandeira nacional da República Quirguiz



II - Introdução

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central. Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, sendo o ouro o principal deles. O sistema legal e político dá prioridade à população quirguiz, em detrimento das minorias russa e uzbeque. A acelerada emigração russa (decorrente do crescimento dos extremismos muçulmano e nacionalista na República Quirguiz) tem comprometido as bases tecnológicas de um país cuja maioria étnica se concentra na área rural. Observam-se atritos no Vale de Fergana, para o qual confluem as fronteiras da República Quirguiz, do Uzbequistão e do Tadjiquistão.

Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência em 1991. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir. Mudanças significativas não foram implementadas após a privatização e empresas estatais ineficientes continuaram a onerar a economia. A corrupção generalizada contribuiu para agravar o quadro e anular os efeitos das reformas ensaiadas pelo Governo Akayev.

Estima-se que cerca de 40% da população vivam abaixo da linha da pobreza. Os milhares de refugiados tadjiques que chegam a cada ano ao país contribuem para aumentar a pressão social.

Grupos étnicos e clãs ainda exercem forte influência. Pressões por reformas políticas desembocaram na “Revolução das Tulipas”, em 2005, que provocou a queda do governo Akayev. Seu sucessor, Kurmanbek Bakiev, vem enfrentado dificuldades desde o início do mandato. Desde 2006, movimentos oposicionistas, dentre os quais se sobressaem os grupos “Pelas Reformas” e “Frente Unida”, têm conseguido mobilizar a população em manifestações que exigem a reforma da Constituição e a diminuição dos poderes presidenciais.

III - Dados Básicos

Nome oficial: República Quirguiz

Capital: Bishkek

Área: 198.500 km²

População: 5,31 milhões (Estimativa FMI, 2008)

Densidade Demográfica: 26,7 hab./ km²

Diversidade étnica: : Quirguizes (66,9%), Uzbeques (13,18%), Russos (12,5%), outras nacionalidades (7,42%)

Religiões: Muçulmanos (75% - 97% Sunitas e 3% Xiitas), Cristãos Ortodoxos (20%), outros (5%)

Independência: 31 de Agosto de 1991

Idiomas: quirguiz e russo

Sistema de Governo: República Presidencialista

Divisões administrativas: 7 províncias (“óblast”) e a capital

Fronteiras: totalizam 3.878 km, sendo 858 km com a China, 1.051 km com o Cazaquistão, 870 km com o Tadjiquistão e 1.099 km com o Uzbequistão.

Constituição: Adotada em 5 de Maio de 1993, emendada em 2 de fevereiro de 2003

Poder Judiciário: O sistema judicial é composto pela Corte Constitucional, pela Corte Suprema de Justiça, pela Corte Suprema de Arbitragem (trata de litígios econômicos) e por várias Cortes de instâncias inferiores.

Poder Legislativo: O Poder Legislativo é representado pelo Parlamento bicameral, o *Jogorkú Kenech*, composto pela Assembléia dos Representantes do Povo (70 deputados, eleitos pelo voto popular, para um período de 5 anos) e pela Assembléia Legislativa (35 membros, eleitos nas mesmas condições).

Indicadores sócio-econômicos:

PIB: US\$ 4,748 bilhões (estimativa FMI, 2008)

Taxa de crescimento do PIB: 6,95% (Estimativa FMI, 2008)

PIB per capita: US\$ 895,38 (Estimativa FMI, 2007)

Composição do PIB por setor: Agricultura: 34.5%; Indústria: 19.5%; Serviços: 46.1%
Banco Mundial, 2006)

Câmbio (Som/US\$): US\$ 1,00 = KGS 36,915 (Bloomberg, 03/10/2008)

Produtos agropecuários: tabaco, algodão, batatas, verduras, uvas, frutas e bagas, gados ovino e caprino, lãs

Principais indústrias: maquinaria pequena, fazendas, processamento de alimentos, cimento, sapatos, vidros, geladeiras, móveis, motores elétricos, ouro, metais raros

Exportações: US\$ 796 milhões (FMI, 2006)

Principais países de destino das exportações: Suíça (26,1%), Cazaquistão (20,4%), Rússia (19,3%), Afeganistão (9,4%), China (4,8%), Uzbequistão (3,5%), Turquia (3,4%), Tadjiquistão (3%)

Importações: US\$ 1,711 milhão (FMI, 2006)

Principais países de origem das importações: Rússia (38,1%), China (14,4%), Cazaquistão (11,7%), EUA (5,7%), Uzbequistão (3,8%)

Taxa de alfabetização (população maior de 15 anos): 98,7% da população (UNICEF, 2005)

Taxa de Crescimento da População: 1,2% ao ano (Banco Mundial, 2006)

Taxa de desemprego: 9.9%(Banco Mundial, 2005)

Expectativa de vida: 72,2 anos (mulheres) e 64,3 anos (homens) (Banco Mundial, 2006)

Taxa de mortalidade infantil (menores de 5 anos): 41 /1000 (UNICEF, 2006)

Acesso a água tratada (% da população total): 77% da população (UNICEF, 2005)

IV . Síntese Histórica

Os quirguizes atuais representam apenas um dos numerosos ramos do povo quirguiz antigo, da família turca. Depois da absorção pela *Grande Horda* das tribos Quirguiz-Kaisak, as sete tribos que originaram os quirguizes atuais levaram uma vida nômade na Sibéria, nos vales das montanhas Tian-Chan e Pamir e no território controlado pelo Império Chinês.

A língua quirguiz contém grande número de elementos de origem tártara. Em 1864, o território atual da República Quirguiz foi anexado, sem resistência das tribos locais, pelo Império Russo. Na União Soviética, a República Socialista Quirguiz foi constituída em 1936.

Em decorrência do desmantelamento da URSS, em dezembro de 1991, a República Quirguiz tornou-se independente. Logo depois, ocorreram disputas territoriais com o Tadjiquistão (no vale de Isfar) e com o Uzbequistão. O país foi objeto de vários ataques de terroristas muçulmanos radicados no Tadjiquistão, no Uzbequistão e no Afeganistão.

Diferentemente dos Presidentes de outros países centro-asiáticos, o ex-Presidente Askar Akayev não foi, na época soviética, líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito graças à reputação de cientista proeminente e presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica porque a República Quirguiz não caiu de imediato no “modelo despótico oriental”, típico de seus vizinhos, e alcançou, no Ocidente, a qualidade de “vitrine da democracia na Ásia Central”. Akayev realizou reformas com base

nas recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Foram privatizadas empresas industriais e as minas de ouro passaram a ser controladas pelos investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-soviético a ingressar na OMC.

No final dos anos 90, a situação econômica deteriorou-se. Aprofundaram-se os problemas sociais, que surgiram no processo das reformas, tais como o empobrecimento inédito da população (segundo estimativas do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, cerca de 40% dos quirguizes vivem hoje abaixo da linha da pobreza e o percentual pode atingir e até mesmo ultrapassar 50% nas zonas rurais, principalmente no sul do país). Tais condições podem ter favorecido o recrudescimento do radicalismo islâmico e do nacionalismo exacerbado. Surgiram conflitos étnicos com os uzbeques e os tadjiques.

Acuado pela oposição e pelas disputas entre o Executivo e o Legislativo, que obstruíam suas reformas sociais, Akayev foi aos poucos abandonando os ideais de democracia multipartidária, que permearam o início de seu governo, e assumindo a posição autoritária comum aos demais governos da Ásia Central.

O Presidente passou a aplicar “métodos duros” no tratamento dos opositores. Vários políticos foram presos e alguns órgãos de imprensa da oposição fechados. Durante protestos antigovernamentais, em março de 2002, policiais mataram cinco manifestantes.

Em fevereiro de 2003, num referendo nacional, o Governo conseguiu a aprovação de emendas constitucionais que tornaram o Parlamento unicameral e fortaleceram os poderes do Executivo, legalizaram a permanência de Akayev na Presidência da República até 2005 e confirmaram o “status” do russo como segundo idioma oficial. A última emenda reflete as pretensões do Governo de manter no país os russos que, em decorrência do crescimento do extremismo muçulmano e do nacionalismo, começaram a abandonar, em massa, a República Quirguiz. A emigração dos russos étnicos provocou dificuldades econômicas e sociais, dado que grande parte deles era composta por especialistas de alta qualificação.

No final de dezembro de 2004, Akayev acusou o Ocidente de patrocinar “revoluções” na Ucrânia e na Geórgia. Protestos opositores, realizados em janeiro de 2005, em que cerca de 400 pessoas marcharam em frente à Corte Suprema do país, para pedir mudanças na lei eleitoral nas eleições parlamentares de fevereiro de 2005, motivaram a ida a Moscou de Akayev, com vistas a buscar o apoio da Rússia a seu Governo.

Contudo, nas eleições parlamentares de 2005, houve várias denúncias de fraude e a indignação do povo desembocou num processo insurrecional, que teve início nas províncias do sul e, em pouco tempo, tomou a capital, Bishkek. Esse movimento, que ficou conhecido como “Revolução das Tulipas”, resultou na queda do Presidente Akayev, na implantação de um governo interino, liderado por Kurmanbek Bakiev, e no resgate do antigo parlamento, que foi reconduzido, por período temporário, até a fixação de novas eleições parlamentares.

V - Política Interna

O Presidente Bakiev enfrenta, desde o início, grande dificuldade de obter legitimidade para o governo. A oposição ao Presidente cresceu motivada por um sentimento generalizado de desequilíbrio regional na partilha do poder. Bakiev é do sul e representaria os interesses dos agricultores, fazendo que muitos políticos do norte comesçassem a se sentir marginalizados. Ao mesmo tempo, a corrupção recrudescceu e figuras do mundo do crime organizado passaram a ganhar visibilidade.

Em meados de 2006, formou-se o grupo oposicionista “Pelas Reformas”, que conseguiu reunir mais de 20.000 pessoas em Bishkek, em novembro daquele ano, exigindo a reforma da Constituição e a diminuição dos poderes presidenciais.

No início de 2007, surgiu novo grupo oposicionista, “Frente Unida”, liderado pelo antigo Primeiro-Ministro do governo Bakiev, Feliks Kulov. A Frente Unida alega que a recusa de Bakiev em reconduzir Kulov ao cargo, em janeiro de 2007, significou o rompimento do pacto feito com o eleitorado em 2005, após a queda de Akayev, quando Bakiev (representando o sul) e seu rival Kulov (representando o norte) formaram uma aliança para preservar a estabilidade e evitar atritos em um país histórica e culturalmente dividido entre norte e sul. Kulov foi substituído por Azim Izabekov, também do norte, mas com um perfil mais burocrático do que político.

Numa tentativa de desestabilizar a oposição, que, desde o mês de março de 2007, anunciava a realização de novos protestos populares para abril, o Presidente Bakiev substituiu o Primeiro-Ministro Izabekov por Almazbek Atambayev, até então uma figura chave do movimento “Pelas Reformas”. A nomeação de Atambayev serviu para aprofundar a divisão entre a ala moderada e a ala radical do movimento oposicionista. Em crise interna, o “Pelas Reformas” viu vários de seus líderes migrarem para o “Frente Unida”. O próprio Atambayev

anunciou, em 28 de março, que iria, juntamente com outras antigas lideranças do "Pelas Reformas", formar um novo bloco, intitulado "Por uma República Quirguiz Unida". Membros do "Frente Unida" (Kulov) acusam o Presidente Bakiev de estar por trás da criação do novo movimento oposicionista e de ter nomeado Atambayev para "iludir a população com a falsa idéia de que o Presidente estaria buscando dialogar com a oposição".

Enquanto isso, analistas políticos chamam a atenção para o fato de que as reformas constitucionais (independentemente de quem esteja no Governo) são a condição *sine qua non* para que o país possa promover as mudanças de que necessita. "If Bakiyev's name is simply changed to Kulov, there is no guarantee that Kulov will carry out crucial reforms."

Em abril de 2007, a oposição organizou nove dias de protestos que culminaram, no dia 19, em um violento confronto entre oposicionistas e forças de segurança em frente ao palácio presidencial, em Bishkek. Oposicionistas teriam arremessado pedras nos guardas do palácio, provocando imediata reação e a detenção de cerca de 100 manifestantes. Comerciantes locais teriam se queixado de prejuízos causados a seus estabelecimentos pela desordem.

Embora a responsabilidade pelo confronto tenha sido negada por ambas as partes, o fracasso da manifestação e o desenlace violento acabaram beneficiando o Governo, dando ao Presidente Bakiev motivos para doravante se recusar a negociar com seus críticos. Na visão dos analistas, a oposição, que havia apostado nos protestos populares como principal instrumento de pressão, precisará reavaliar sua estratégia.

Em 21 de outubro de 2007 realizou-se referendo nacional para a aprovação da nova redação para a Lei Fundamental da República. Dele participaram, segundo dados oficiais, 80,64% do eleitorado. O projeto recebeu apoio de 75,04% população, embora os resultados oficiais ainda não tenham sido divulgados pela Comissão Central Eleitoral da República. De acordo com as mesmas fontes, apenas 3,69% votaram contra o projeto. A votação foi acompanhada por 130 observadores internacionais, que afirmaram não ter detectado fraudes ou violações relevantes (apesar de protestos da oposição e do avassalador resultado alcançado).

Em 22 de outubro de 2007, o Presidente Bakiev fez um apelo à Nação, explicando que dissolvera o Parlamento porque a atuação dos deputados promoveu "contradições insuperáveis" entre o Legislativo e o Executivo. Aduziu que as eleições parlamentares ocorreriam no dezembro seguinte, após a entrada em vigor da nova Constituição.

O novo regime mais parece um retorno ao sistema "vertical rígido" de poder

presidencial da época do ex-Presidente Akaiev e, nesse contexto, um retrocesso na tentativa de remodelar o sistema político do país, em consonância com as aspirações da chamada "Revolução das Tulipas", de abril de 2005.

Eleições parlamentares de dezembro de 2007

O partido do presidente Kurmambek Bakiyev ficou com as 90 cadeiras do Parlamento quirguiz, ao receber 49% dos votos nas eleições que ocorreram no dia 16 de dezembro de 2007. As eleições foram consideradas fraudulentas pela oposição e por membros da missão observadora da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

O segundo colocado foi o partido da oposição, Ata-Meken, que ficou com apenas 9% dos votos, menos do que o mínimo necessário, de 3.500 votos em três das nove regiões do país, para poder ter representação no Parlamento. Seus líderes ameaçam realizar protestos de rua contra o que chamaram de passividade das autoridades eleitorais quirguizes. Os demais partidos não atingiram a marca de 5% dos votos. A oposição denunciou a violência dos partidários do presidente contra os seus ativistas e a anulação da candidatura dos seus representantes. Afirmou ainda que os resultados das eleições são impossíveis de serem aceitos e que o país caminha rumo a um regime de exceção.

De acordo com o Chefe da missão observadora da OSCE, Kimmo Kiljunen, “foi perdida uma grande oportunidade para a democratização do país”.

VI – Economia

O setor agrícola é predominante na economia da República Quirguiz. Os produtos agrícolas mais importantes são algodão, fumo, lã e carnes. O principal produto de exportação é o ouro. O país exporta também outras matérias-primas e eletricidade (produzida em hidrelétricas). Nos anos 90, foi considerado exemplar dentre os países pós-soviéticos, quanto ao cumprimento das recomendações do FMI na realização de “reformas de mercado”, especialmente na privatização do setor estatal. Foi o primeiro país da CEI que ingressou na OMC.

As reformas, apoiadas pelos organismos financeiros internacionais, não resolveram os problemas de empobrecimento da população. O desemprego encontra-se oficialmente na casa dos 10% e a migração da mão-de-obra da República Quirguiz para o Cazaquistão e a Rússia manteve-se elevada (cerca de 10% da população quirguiz trabalham nos setores agrícola e de construção civil daqueles países, freqüentemente sem o devido registro oficial e em condições discriminatórias).

Para assegurar a solução dos problemas econômicos e sociais do país e melhorar o padrão de vida da população, o Governo da República Quirguiz aprovou, em 2001, “As Bases de Desenvolvimento da República Quirguiz até o ano 2010”, cujas prioridades, formuladas com o apoio do Banco Mundial, são, *inter alia*: a formação de um sistema de administração estatal transparente; a criação de um sistema de assistência social eficiente e desburocratizado; acesso à rede de saúde pública; desenvolvimento da ciência e da cultura; crescimento econômico estável, com base em mecanismos de economia de mercado e com estímulo a setores econômicos prioritários.

VII - Política Externa

País pequeno, com pouco a oferecer, a não ser a localização estratégica, a República Quirguiz acabou forçada a adotar uma política externa que mescla o inevitável alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação do Ocidente (EUA) e, de maneira crescente, da China.

A importância da China é derivada de seu peso ascendente nos assuntos mundiais e regionais, seu enorme potencial econômico e demográfico e sua vizinhança com a República Quirguiz. Em 2004, o comércio dos dois países cresceu 85% e, em setembro de 2004, assinaram-se acordos de cooperação em larga escala (joint-ventures, comunicações, comércio fronteiriço e energia).

Em outubro de 2003, a República Quirguiz concedeu à Rússia, “para uso por tempo indefinido”, base militar a apenas 20 km da capital, Bishkek. Nela estão aquarteladas tropas russas, para dar apoio aéreo a 5.000 militares da “Força de reação rápida” da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (organização militar composta por Rússia, Armênia, Belarus, Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão e Uzbequistão).

Durante a campanha norte-americana no Afeganistão, o país firmou um acordo para instalação de base militar provisória dos Estados Unidos em território quirguiz (Manas). Após a “Revolução das Tulipas”, o Governo interino confirmou a manutenção da base, conforme a vontade dos Estados Unidos.

A morte de um cidadão quirguiz atingido por um guarda americano, em dezembro de 2006, contribuiu (entre outros incidentes envolvendo a presença americana) para acirrar a controvérsia em torno da manutenção da base de Manas. O incidente gerou apelos para que o acordo fosse encerrado.

A reunião de cúpula da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS), em Astana, em 2005, terminou com uma declaração exortando o estabelecimento de “prazos finais para o uso temporário das bases militares da Ásia Central pelos Estados Unidos e as forças de coalizão”. Na cúpula da OCS, realizada em Bishkek, em agosto de 2007, vários pontos da Declaração final continham nítido viés antiamericano. Contudo, na opinião de analistas, embora Rússia e China não escondam o desejo de ver os Estados Unidos fora da República Quirguiz (a base de Manas é hoje a última mantida pelos americanos na região centro-asiática), não oferecem alternativa econômica à permanência americana em território quirguiz..

VIII. Relações com o Brasil

O estabelecimento de relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 6 de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31/08/1991.

Em julho de 2007, o Ministro Antônio Hermann de Vasconcellos e Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, participou de um seminário sobre meio ambiente em Bishkek, a convite de autoridades daquele país.

Missão do Assessor Especial para a Ásia – setembro 2007

Em 18 e 19 de setembro de 2007, o Assessor Especial para a Ásia esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no da Indústria, Energia e Combustíveis.

Na Chancelaria quirguiz, o Assessor Especial para a Ásia foi recebido pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ermek Ibraimov, pelo Diretor do Departamento dos Países Ocidentais, Kanat Tursunkulov, e pelo Diretor do Departamento de Organismos Internacionais e Segurança, Murat Baikhodjoev.

Na ocasião, o Assessor Especial afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações por meio, inicialmente, de consultas rotineiras de alto nível, que possibilitem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

O Vice-Ministro saudou a iniciativa brasileira de aproximar-se dos países da Ásia Central e concordou com o estabelecimento de consultas, em base permanente, para tratar de questões das relações internacionais e incrementar a cooperação entre as duas nações. Nesse sentido, Ibraimov entregou ao Assessor Especial projeto de memorando de cooperação para a criação de mecanismo de consultas políticas entre as duas Chancelarias, que se encontra, atualmente (fevereiro/2008), em análise no MRE.

O Assessor Especial fez entrega a Ibraimov de proposta de acordo de cooperação técnica entre os dois países (modelo da Agência Brasileira de Cooperação), para exame e reação da parte quirguiz. Não houve, até o momento, reação ao texto do acordo.

IX . Comércio Bilateral Brasil- República Quirguiz

As exportações brasileiras para o República Quirguiz tiveram um aumento vertiginoso entre 2002 e 2005, saltando de US\$ 29.190 para US\$ 2.278.481. Em 2006, o valor das exportações caiu quase pela metade em relação a 2005, embora tenha-se recuperado em 2007. Não houve registro de importações em 2004 e 2005, mas o Brasil voltou a importar em 2006 e 2007. Em 2006, o valor das importações foi quase trinta vezes superior ao que havia sido registrado em 2003, com discreta elevação em 2007.

As carnes (principalmente de frango), os enchidos de carne e miudezas são, ao lado do fumo, os principais produtos exportados pelo Brasil para a República Quirguiz. Em 2007, os pneus (para ônibus e caminhões, bem como para automóveis de passeio) ocuparam o quarto

lugar na pauta de exportações. Nos oito primeiros meses de 2008, contudo, não se registrou exportação desses itens, o que provavelmente se deva à concorrência chinesa. Como se verifica em relação a outros países centro-asiáticos, o carro-chefe das exportações brasileiras para a República Quirguiz é a carne.

O mercúrio é o item mais relevante no rol das importações brasileiras da República Quirguiz.

IX. 1. Balança Comercial Brasil – República Quirguiz
(em US\$ / FOB)

Brasil – República Quirguiz (US\$ - F.O.B.)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (até agosto)
Exportações	29.190	153.450	650.032	2.278.481	1.364.563	2.146.980	1.267.937
Importações	3.189	10.630	0	0	288.167	318.379	95.558

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

ANEXOS

1. Perfis Biográficos

Kurmanbek Bakiyev
Presidente da República Quirguiz

- Nasceu, em 1º de agosto de 1949, em Masadan, na República Quirguiz;
- 1991: Primeiro-Secretário do Conselho da Cidade de Kok-Yangak, Presidente do Soviete Supremo e depois Vice-Presidente do Soviete Supremo da região de Jalal Abad;
- 1994: Vice-Presidente do Fundo Estatal de Propriedade da Republica Quirguiz;
- 1995: Presidente, eleito, da região de Jalal Abad;
- 1997 a 2000: Governador do Estado de Tchui;
- 21 de Dezembro de 2000 a Maio de 2002: Primeiro-Ministro, havendo renunciado após os distúrbios em que a polícia atirou e matou cinco manifestantes contrários ao Presidente Akayev, na cidade sulista de Aksy;
- 24 de março de 2005: Primeiro-Ministro, interino, e Presidente da República, interino, tendo sido indicado para a função pela Câmara Alta do Parlamento após a queda do Presidente Ashkar Akayev, durante a “Revolução das Tulipas”; Bakiev é o líder do partido “Movimento do Povo da República Quirguiz.”

Ednan Karabaiev

Ministro dos Negócios Estrangeiros

- Nascido na cidade de Talás (norte da República Quirguiz);
- 1975: graduado da Universidade Estatal Quirguiz;
- 1975-1981 : professor da escola secundária; aspirante científico do Instituto da História da Academia de Ciências da República Socialista Soviética Quirguiz;
- 1981-1990: participação nos órgãos do Partido Comunista e em estatais;
- 1990-1992: Chefe da Presidência, Ministro de Estado;
- 1992-1994: Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- 1994-2007: Vice-Reitor, Chefe da Cátedra das Relações Exteriores da Universidade Quirguiz –Russa, Bishkek;
- A partir de 8 de fevereiro de 2007: Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Quirguiz.

Aviso nº 1.000 – C. Civil.

Em 10 de novembro de 2008

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Turcomenistão e a à República Quirguiz. Atenciosamente, **Erenice Guerra** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil Da Presidência da República, Interina

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 425, DE 2008**

Define limites para o porte de arma de fogo concedido a integrantes de órgãos públicos e empregados de empresa de segurança privada e de transporte de valores, no caso de exercício do direito de greve.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 6º-A:

Art. 6º-A. O porte de arma de fogo concedido na forma do **caput** e dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 7º do artigo 6º não permite que o integrante do órgão público ou empregado de empresa de segurança privada e de transporte de valores esteja armado, em via pública, participando de passeata ou manifestação de greve ou movimento reivindicatório, sob pena de responsabilidade penal nos termos dos arts. 14, 16 e 20 desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os integrantes dos órgãos de segurança pública têm assegurado o direito à greve, com exceção dos

policiais militares, tendo em vista o disposto no art. 42, § 1º, combinado com o art. 142, § 3º, IV, todos da Constituição Federal.

Não contestamos, em absoluto, o direito de participação dos referidos servidores em passeatas ou movimentos grevistas, respeitados as restrições fixadas no texto constitucional.

Entretanto, parece-nos inaceitável que os grevistas portem armas durante as manifestações públicas de greve, em verdadeiro desvirtuamento da atividade policial, com prejuízos claros para o Estado democrático de direito. Não há pessoas nem instituições acima da lei. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que o art. 9º da Constituição Federal assegura o direito à greve, o § 2º do mesmo dispositivo ressalva que “os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei”.

O direito ao porte de arma dos integrantes dos órgãos de segurança pública, garantido nos termos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, não dá ao policial ou funcionário de empresa de segurança o direito de participar, armado, de movimento grevista em via pública, intimidando pessoas e provocando confrontos com outras forças policiais. Esse é o nosso entendimento. Isto é, sob nenhum pretexto, os policiais poderiam armar-se para reivindicar aumento de salário ou melhores condições de trabalho, por mais justos e legítimos que sejam os pleitos.

Se quiserem entrar em greve, têm todo o direito. No entanto, devem comportar-se como outras categorias de trabalhadores e servidores públicos. Ou seja, o caminho democrático é o que leva à paralisação dos trabalhos, respeitadas a manutenção mínima dos serviços considerados essenciais, e também às passeatas públicas, mas, em todo caso, sem armas. Por essas razões, o presente projeto de lei toma explícita a vedação do porte de arma em passeatas públicas de integrantes de órgãos de segurança pública e empregados de empresas de segurança privada, sob pena de cometimento de crimes já previstos no Estatuto do Desarmamento. Não podemos mais tolerar o enfrentamento de forças de segurança pública, como o que ocorreu na cidade de São Paulo, no dia 16 de outubro deste ano. O lamentável episódio é, decididamente, uma demonstração de fragilidade da nossa democracia. Os interesses corporativos não estão acima do bem comum da coletividade, e devemos zelar por esse princípio.

Assim, conclamamos nossos pares à aprovação da presente proposição legislativa, que, se transformada em lei, evitará abusos e potenciais conflitos entre os órgãos de segurança.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. –
Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 1988

.....
Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

.....
Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

.....
Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

.....
§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

.....
IV – ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

.....
Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal;

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos estados e dos municípios com mais de

500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta lei;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI.

§ 1º-A (Revogado pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do **caput** deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do **caput** do art. 4º desta lei nas condições estabelecidas no regulamento desta lei.

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta lei, observada a supervisão do Comando do Exército.

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensa-

dos do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

- I – documento de identificação pessoal;
- II – comprovante de residência em área rural; e
- III – atestado de bons antecedentes.

§ 6º O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, responderá, conforme o caso, por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido.

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, deter, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º, renumerando-se os subsequentes:

“Art. 280.

§ 3º Para efeito da comprovação de infração de que trata o § 2º, não serão considerados válidos os registros produzidos por aparelho ou equipamento medidor de velocidade operado por terceiros.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

O advento do novo Código de Trânsito Brasileiro contribuiu para difundir por todo o País o emprego de equipamentos eletrônicos na fiscalização de trânsito, com destaque para os medidores de velocidade. Além de ter facilitado sobremaneira o controle da obediência às normas de trânsito e a obtenção de registros que viabilizam a punição de infratores, a introdução da tecnologia trouxe, como principal apelo, a enorme capacidade de produzir receitas adicionais para as administrações públicas.

Esta é a origem do fenômeno que ficou conhecido como “indústria da multa” – um proveitoso negócio em que se envolvem, de um lado, os responsáveis pela administração do trânsito, e, de outro, os fornecedores e operadores dos equipamentos de fiscalização por eles contratados. As administrações públicas vislumbram, na aplicação de multas aos infratores de trânsito flagrados em excesso de velocidade, a possibilidade de ampliar sua base de arrecadação. Por sua vez, os fornecedores e prestadores de serviço – geralmente remunerados com base na produtividade dos equipamentos que instalam nas vias – atuam de modo a concretizar a expectativa dos administradores. Nessa parceria, quanto mais infrações forem registradas, maior o lucro gerado pela atividade.

Além de não contribuir, necessariamente, para a causa da educação para o trânsito, com ênfase na prevenção de acidentes, tais práticas têm se revelado abusivas e contrárias ao interesse público. O projeto de lei que apresentamos busca exatamente corrigir essas distorções.

Certos de que a medida contribuirá para conter a escalada da “indústria da multa” e para restabelecer o sentido educativo da fiscalização e seu papel primordial na formação de condutores responsáveis, disciplinados e conscientes da importância do trânsito seguro, esperamos contar com o apoio necessário à sua aprovação.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Art. 278. Ao condutor que se evadir da fiscalização, não submetendo veículo à pesagem obrigatória nos pontos de pesagem, fixos ou móveis, será aplicada a penalidade prevista no art. 209, além da obrigação de retornar ao ponto de evasão para fim de pesagem obrigatória.

Parágrafo único. No caso de fuga do condutor à ação policial, a apreensão do veículo dar-se-á tão logo

seja localizado, aplicando-se, além das penalidades em que incorre, as estabelecidas no art. 210.

Art. 279. Em caso de acidente com vítima, envolvendo veículo equipado com registrador instantâneo de velocidade e tempo, somente o perito oficial encarregado do levantamento pericial poderá retirar o disco ou unidade armazenadora do registro.

CAPÍTULO XVIII

Do Processo Administrativo

SEÇÃO I

Da Autuação

Art. 280. Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:

- I – tipificação da infração;
- II – local, data e hora do cometimento da infração;
- III – caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação;
- IV – o prontuário do condutor, sempre que possível;
- V – identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração;
- VI – assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

§ 1º (VETADO)

§ 2º A infração deverá ser comprovada por declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulamentado pelo Contran.

§ 3º Não sendo possível a autuação em flagrante, o agente de trânsito relatará o fato à autoridade no próprio auto de infração, informando os dados a respeito do veículo, além dos constantes nos incisos I, II e III, para o procedimento previsto no artigo seguinte.

§ 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

SEÇÃO II

Do Julgamento das Autuações e Penalidades

Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível.

Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente:

I – se considerado inconsistente ou irregular;

II – se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação. (Redação dada pela Lei nº 9.602, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2008-COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para prever a não-proteção do sigilo financeiro à movimentação de agente público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigor acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 1º ”

§ 5º Não é protegida pelo sigilo de que trata este artigo, para fins de investigação de ilícito penal, a movimentação financeira de recursos públicos em contas bancárias de agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade, paraestatal ou não, para cuja criação ou custeio o erário concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É fato notório que o sigilo bancário, instituição intimamente ligada à preservação da privacidade individual, tem sido anteparo eficiente no sentido de dificultar a perseguição de ilícitos praticados no âmbito da administração pública.

Não se pode deixar de admitir que a pessoa investigada em cargo ou função pública deve abdicar de certos privilégios concedidos ao cidadão comum. A defesa do interesse público exige de seus gestores, em qualquer escalão da estrutura estatal, essa espécie de renúncia. Por isso, é fundamental que se promova uma adequada publicidade dos atos gerenciais, de modo a que sejam devidamente conhecidos, acompanhados e avaliados pela sociedade.

Para que esse nível de modernidade administrativa seja alcançado, é essencial que os intérpretes da vontade coletiva, isto é, os agentes públicos, sejam inseridos em adequado contexto de transparência, que deve presidir os atos de gerência da Coisa pública.

Sob a orientação dessa insofismável exigência de respeito à sociedade, a qual, aliás, encontra respaldo nos princípios constitucionais da moralidade e publicidade (CF, art. 37, **caput**), é apresentada esta proposição, com o objetivo de institucionalizar norma que possibilite resgatar a confiança da sociedade no Poder Público.

Nenhuma nação será grande sem que seu aparelho estatal seja eficiente, do ponto de vista da organização, e forte, do ponto de vista da credibilidade e da moral.

Finalmente, é imperioso conclamar os senhores parlamentares para que apóiem esta iniciativa, para que possa tramitar velozmente. Sua incorporação ao ordenamento jurídico é tarefa urgente, pois assim demanda o Direito, pois assim reclama a própria sociedade, globalmente considerada.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. –
Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE
10 DE JANEIRO DE 2001**

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Lei Complementar:

I – os bancos de qualquer espécie;

II – distribuidoras de valores mobiliários;

III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários;

IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

V – sociedades de crédito imobiliário;

VI – administradoras de cartões de crédito;

VII – sociedades de arrendamento mercantil;

VIII – administradoras de mercado de balcão organizado;

IX – cooperativas de crédito;

X – associações de poupança e empréstimo;

XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros;

XII – entidades de liquidação e compensação;

XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º As empresas de fomento comercial ou **factoring**, para os efeitos desta Lei Complementar, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas no § 1º.

§ 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

I – a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II – o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III – o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V – a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI – a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º desta Lei Complementar.

§ 4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I – de terrorismo;

II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra o sistema financeiro nacional;

VI – contra a Administração Pública;

VII – contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX – praticado por organização criminosa.

Art. 2º O dever de sigilo é extensivo ao Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições.

§ 1º O sigilo, inclusive quanto a contas de depósitos, aplicações e investimentos mantidos em instituições financeiras, não pode ser oposto ao Banco Central do Brasil:

I – no desempenho de suas funções de fiscalização, compreendendo a apuração, a qualquer tempo, de ilícitos praticados por controladores, administradores, membros de conselhos estatutários, gerentes, mandatários e prepostos de instituições financeiras;

II – ao proceder a inquérito em instituição financeira submetida a regime especial.

§ 2º As comissões encarregadas dos inquéritos a que se refere o inciso II do § 1º poderão examinar quaisquer documentos relativos a bens, direitos e obrigações das instituições financeiras, de seus controladores, administradores, membros de conselhos estatutários, gerentes, mandatários e prepostos, inclusive contas correntes e operações com outras instituições financeiras.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à Comissão de Valores Mobiliários, quando se tratar de fiscalização de operações e serviços no mercado de valores mobiliários, inclusive nas instituições financeiras que sejam companhias abertas.

§ 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, em suas áreas de competência, poderão firmar convênios:

I – com outros órgãos públicos fiscalizadores de instituições financeiras, objetivando a realização de fiscalizações conjuntas, observadas as respectivas competências;

II – com bancos centrais ou entidades fiscalizadoras de outros países, objetivando:

a) a fiscalização de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento no Brasil e de filiais e subsidiárias, no exterior, de instituições financeiras brasileiras;

b) a cooperação mútua e o intercâmbio de informações para a investigação de atividades ou operações que impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores mobiliários relacionados com a prática de condutas ilícitas.

§ 5º O dever de sigilo de que trata esta Lei Complementar estende-se aos órgãos fiscalizadores mencionados no § 4º e a seus agentes.

§ 6º O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e os demais órgãos de fiscalização, nas áreas de suas atribuições, fornecerão ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, as informações cadastrais e de movimento de valores relativos às operações previstas no inciso I do art. 11 da referida Lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Borrazópolis, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Borrazópolis será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas locais.

Art. 3º A criação do estabelecimento de ensino de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Município de Borrazópolis, criado pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, e instalado

em 14 de dezembro de 1952, por desmembramento do Município de Apucarana, está situado na microrregião geográfica de Faxinal que, por sua vez, faz parte da mesorregião Norte Central paranaense.

De acordo com dados do censo de 2000, Borrazópolis tem população de aproximadamente 9,5 mil habitantes, dos quais 3 mil residem na zona rural. A economia local concentra-se no setor primário, destacando-se a agricultura de subsistência e a pecuária de corte. Na agricultura, cultiva-se, em especial, milho e algodão.

Quanto à área educacional, a situação do Município é precária. As escolas, em geral, não dispõem de material didático-pedagógico adequado, têm professores leigos e oferecem apenas as séries iniciais da educação fundamental. Há poucas escolas de ensino médio, mas nenhuma instituição de formação profissional.

Apesar de possuir grande potencial de crescimento, o Município tem avançado pouco devido, principalmente, ao uso de técnicas produtivas rudimentares e à escassez de mão-de-obra qualificada.

Por tudo isso, a criação de uma escola técnica federal na cidade do Borrazópolis constitui ferramenta indispensável, tanto para reverter esse quadro, quanto para melhorar as condições do aproveitamento dos recursos econômicos locais.

Pela relevância do pleito, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa será urna instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas da mesorregião Centro-Ocidental paranaense.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A educação escolar e, na atualidade, a formação profissional, tem se tornado o foco das políticas de desenvolvimento brasileiras dirigidas para emprestar ao País o perfil competitivo necessário para acompanhar a celeridade das mudanças próprias do mundo globalizado. O Brasil, especialmente, necessita aprimorar a qualidade do ensino público que oferece e, em particular, deve melhorar a qualificação de sua mão-de-obra.

Nesse sentido, o Governo brasileiro está se mobilizando para valorizar e expandir o ensino profissional e tecnológico. As escolas técnicas federais, responsáveis por grande parte desse ensino, deverão se tornar centros de excelência e de referência para novas experiências na área. Até 2010, está prevista, no Plano de Desenvolvimento da Educação, a elevação de 185 para 354 do número de escolas técnicas federais em todo o território nacional.

Nesse contexto, julgamos oportuno chamar a atenção do Governo Federal para o Município de Campina da Lagoa que, situado no centro-oeste do Estado do Paraná, é bastante carente no que diz respeito à oferta de educação escolar e, principalmente, de formação profissional que atenda à demanda dos jovens e dos trabalhadores residentes na cidade e na região.

Entendemos que uma escola técnica federal em Campina da Lagoa contribuirá sobremaneira para suprir essa deficiência e, como consequência, para viabilizar a expansão da capacidade produtiva de sua economia, que se mostra voltada para a agricultura e a pecuária.

Por essas razões, solicitamos o apoio de nossos Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de mesmo nome, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas da mesorregião Centro-Sul paranaense.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica, de modo a atender às necessidades do setor econômico, que demanda pessoal qualificado, e de nossos jovens, carentes de formação que promova a sua empregabilidade, constitui grande desafio para nosso País.

A importância dada à educação no mundo contemporâneo, cada vez mais pautado pelo conhecimento, impõe a criação de oportunidades de profissionalização desse público. Para que essa seja bem-sucedida, a formação deve observar requisitos atuais e emergentes do setor produtivo e envolver alguma preocupação com o autodesenvolvimento dos futuros profissionais. Essa tarefa não pode ser delegada a qualquer tipo de estabelecimento de ensino.

Conforme especialistas na matéria, as escolas técnicas nacionais, sobretudo as federais, têm sido as

melhores provedoras de educação profissional no País. Para alguns estudiosos, essas instituições representam o modelo de educação profissional por excelência. Conquanto não se disponha de pesquisas sobre egressos, acredita-se que os profissionais oriundos desse segmento têm significativo índice de aproveitamento pelo mercado de trabalho, em patamar mais elevado do que aquele associado aos profissionais portadores de título de graduação. Ademais, quando se considera a colocação em ocupação diretamente associada à formação escolar, a vantagem dos estudantes de escolas técnicas é ainda mais expressiva.

Ocorre que esse modelo tem sido considerado caro, a ponto de, até muito recentemente, ter sua expansão contida por norma legal. Talvez por conta desse tratamento, embora as matrículas em escolas de ensino médio regular já se tenham aproximado da marca de 10 milhões, as matrículas no ensino técnico-profissional mal chegaram à cifra de 750 mil. Para reverter esse quadro é necessário que se tenha o ensino técnico-profissional como estratégia para o País atrair investimentos, sobretudo dos setores econômicos envolvidos com o uso intensivo de tecnologia.

Felizmente, após quase um decênio de estagnação da rede federal de escolas técnicas, a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, removeu os obstáculos à criação de novas escolas. Posteriormente, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciado pelo Governo Federal, em 2007, previu a criação, em quatro anos, de 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo, distribuídas entre todas as unidades da Federação.

Ademais, dadas as dificuldades presentes de se chegar à universidade, que é certamente muito mais onerosa para o Estado, a educação profissional surge como a via para a qualificação de expressivo contingente de estudantes, especialmente os de baixa renda. Se esse caminho não for aberto, a inserção dos estudantes no mercado de trabalho tenderá a ser marcada, na melhor das hipóteses, pelo subemprego.

Nesse contexto, o presente projeto valoriza e corrobora essa tendência de recuperar a importância da educação profissional técnica de nível médio. Trata-se de uma colaboração com o Poder Executivo, antecipando, de maneira proativa a atuação deste, mediante a indicação de uma localidade, no caso o município paranaense de Nova Laranjeiras, que, a nosso ver, apresenta as condições necessárias para receber uma nova escola técnica federal.

Nova Laranjeiras, localizada na microrregião de Guarapuava, pertencente, por sua vez, à mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, tem população estimada de 11,6 mil habitantes. Sua economia apóia-se

significativamente na agricultura, em que se destaca a produção de feijão, milho, frutas e verduras. A pecuária, voltada à criação de bovinos, suínos e frangos, também tem participação relevante na renda do município. O processo de industrialização local, restrito ao segmento de carnes e laticínios, ainda é incipiente.

Ademais, tal qual ocorre com pequenas municipalidades da região, o potencial de mercado de Nova Laranjeiras tem sido mitigado em face do crescimento experimentado em municípios-pólos mais próximos, como Cascavel, Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon e Palotina, conforme resultados de estudos da Universidade Federal do Paraná.

Ora, aliada à falta de maiores oportunidades educacionais, essa situação contribui para que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local, que é de 0,697, figure entre os mais baixos do Estado do Paraná. Particularmente a educação técnico-profissional federal na região, além de adstrita a poucas cidades, geograficamente inacessíveis aos cidadãos de Nova

Laranjeiras, não daria conta de atender às necessidades das demais municipalidades.

Decerto, a criação de uma escola técnica federal em Nova Laranjeiras será crucial para a implantação de um novo paradigma de desenvolvimento econômico na região. Por sua vez, a massificação de oportunidades educacionais pode implicar o desejado desenvolvimento social, tendo por consequência a redução das diferenças econômicas que hoje se observam na região e a fixação dos jovens em suas terras, bem como a desaceleração do processo de inchaço das periferias dos centros urbanos de maior expressão.

É isso que nos move a apresentar este projeto e a solicitar de nossos Pares o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Reserva, no Estado do Paraná.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Reserva será uma instituição de ensino médio profissionalizante, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas da região.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica Federal de Reserva, no Estado do Paraná.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Situado na Mesorregião Centro Oriente, e na Microrregião de Telêmaco Borba, o município paranaense de Reserva localiza-se a 180 quilômetros ao norte de Curitiba, tendo sido fundado no dia 3 de janeiro de 1921, por desmembramento do município de Tibagi.

Com 25.059 munícipes e 1.635 km² de extensão territorial, Reserva detinha, em 2005, Produto Interno Bruto nominal de 118 milhões de reais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que tange à educação municipal, os reservenses contavam, em 2007, com 5.088 matrículas no ensino fundamental, em que trabalham 276 docentes, e 915 matrículas no ensino médio, para um total de 56 professores.

No início da presente década, o Município de Reserva apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os mais baixos do Estado do Paraná. Com efeito, para um total de 399 municípios, Reserva ocupava a tricentésima nonagésima sexta posição, com um IDH de 0,646. Vale lembrar que a escala de desenvolvimento humano, tal como definida pela Organização das Nações Unidas, varia de 0 a 1, sendo que entre 0,500 e 0,799, o nível é considerado apenas mediano.

Claro está, portanto, que a instalação de uma escola técnica em Reserva em muito contribuirá para a elevação do nível socioeconômico do município e da região paranaense em que está situado. Concretizada a medida, os jovens munícipes de Rosário do Ivaí, Ortigueira, Imbaú, Tibagi, Ivaí e Cândido Abreu também se valerão da facilidade para aprofundar seus saberes técnicos. Ganha, com isso, o Estado do Paraná, que terá sua produção agrícola e industrial elevada pela disseminação de saberes em uma região do Estado que necessita de medidas desse jaez.

Com um total de apenas duas escolas de nível médio, ambas públicas, Reserva merece, igualmente, a máxima atenção do Senado Federal, para que passe a sediar uma instituição de ensino federal de alto nível, apta a qualificar a juventude reservense para o mundo do trabalho.

Ressaltamos, igualmente, que o presente projeto de lei ampara-se na Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que alterou o § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, de modo a restabelecer a possibilidade de investimento da União na educação técnico-profissional:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Relembre-se, por derradeiro, que embora na Câmara dos Deputados os projetos de lei autorizativa para a criação de estabelecimentos de ensino sejam freqüentemente arquivados, por alegada inconstitucionalidade e injuridicidade, o entendimento senatorial é outro.

Com efeito, a base para acolhida de tais projetos no Senado jaz no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual “o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”.

Esperamos, nesses termos, contar com o apoio dos nobres Senadores para a aprovação deste projeto, pois uma escola técnica em Reserva seria uma excelente forma de contribuir para o avanço econômico da região.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. –
Senador **Flávio Arns**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2008 – Complementar

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, ou se ele ou qualquer de seus dependentes for portador de doença grave definida

em regulamento, poderá o participante receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Justificação

O Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/Pasep, por meio das resoluções nos 1, de 15 de outubro de 1996, e 5, de 12 de setembro de 2002, autorizou a liberação do Saldo das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) ao titular, quando ele próprio, ou qualquer de seus dependentes, for portador de neoplasia maligna ou do vírus HIV, respectivamente.

A possibilidade de liberação desses recursos tem grande significado social, haja vista auxiliar a família do portador das doenças retro-mencionadas no custeio do tratamento, em geral oneroso. Porém, ao mesmo tempo, instituiu-se um tratamento legal diferenciado para algumas classes de doentes, o que é extremamente injusto.

Além disso, a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, não menciona doenças entre as hipóteses de saque das contas do PIS/Pasep. Todavia, a Constituição Federal é clara ao afirmar, no § 2º do art. 239, a necessidade de que os critérios de saque sejam previstos em leis específicas.

Consideramos justo que o trabalhador faça uso dos recursos do PIS-Pasep em momentos críticos de sua vida, mormente quando se trata de problemas de saúde. O conceito de doença grave, contudo, é relativamente subjetivo. Além disso, o cenário epidemiológico está em constante mudança. Portanto, é temerário estabelecer, no texto da lei, um rol taxativo de doenças cujos portadores são merecedores do benefício em pauta.

Assim, estabelecida a regra geral, qual seja a possibilidade de saque do saldo das contas individuais aos participantes do PIS-Pasep portadores de doenças graves, é prudente remeter a pormenorização para o regulamento. Desse modo, será mais fácil manter a equidade do benefício.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Sergio Zambiasi**

LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 11 DE SETEMBRO DE 1975

Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 4º.....

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

.....
(*Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Sociais.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GSRCOL 52/2008

Brasília, 30 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência as necessárias providências para que seja considerada a minha presença na Sessão Plenária de hoje, dia 30 de outubro de 2008, que, por um lapso, deixei de assinar.

Por oportuno, informo que participei nesta data da Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, que recebeu o Ministro Guido Mantega e o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, conforme lista anexa.

Cordialmente, Senador **Raimundo Colombo**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero comunicar que, em virtude de não existir acordo entre as Lideranças, não teremos votação hoje. Temos a promessa de acordo para amanhã, quando

os Relatores trarão, certamente, as matérias para o exame de V. Ex^{as}.

Sendo assim, está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica adiada para a próxima sessão deliberativa:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2008**

(Proveniente da Medida

Provisória nº 440, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos

termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006;

e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 28, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090,

de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União -GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária -GDA-TFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário-GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária-GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19

de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal-GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos-GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática– GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo-GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829,

de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008).

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008, que *dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera*

a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008).

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).*

O PLC nº 27, de 2008, tramitou em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), de 24/03 a 01/07/08, quando foi aprovada a Mensagem nº 460, de 2008, de retirada da urgência.

O prazo de apresentação de emendas, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno, transcorreu no período de 25 a 31/03/08.

A matéria volta a tramitar em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), nos termos da Mensagem nº 200, de 2008, do Presidente da República, lida em 6/10/2008.

(Sobrestando a pauta a partir de 21/11/2008)

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Ple-

nário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteira de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a ad-*

ministração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da

Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, DE 2005**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

29

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

30

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

31

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

33**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe so-*

bre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

35**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

36**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

37**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

39

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontrem em tramitação na Casa.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

42

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos
termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

43

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia nos
termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

44

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia nos
termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo

de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, primeiramente, fazer um breve comentário sobre o assunto que estávamos discutindo, sobre a questão da Previdência.

É evidente que todos nós queremos ter uma re-composição para os aposentados.

Vejo, com muita simpatia, essa colocação do Senador Paim no sentido de que, juntamente com o fim do chamado Fator Previdenciário, podemos discutir a idade mínima. O Senador Flexa Ribeiro tem sempre mencionado essa preocupação. Temos, efetivamente, um aumento da expectativa de vida no Brasil. Peguemos o exemplo das mulheres, que se aposentam com a idade mínima de 55 anos e têm uma expectativa de vida de 74 anos. Portanto, são mais 19 anos, em média. É uma discussão realmente madura. Acredito que poderemos evoluir para que a idade mínima seja mais justa no País como um todo.

Sr. Presidente, quero discutir um assunto referente ao Mercosul, ao Parlamento do Mercosul. Está prevista uma eleição para os representantes do Brasil no Mercosul, do Parlamento do Mercosul, em 2010.

Temos hoje uma representação igualitária, que está funcionando. São 18 membros de cada país. No caso do Brasil, são nove Deputados e nove Senadores, indicados pelas Lideranças dos Partidos na Câmara e no Senado. A perspectiva é de termos eleição direta para esses representantes em 2010. Não serão mais 18, pois discute-se exatamente a proporcionalidade, a exemplo do que acontece no Parlamento Europeu. Então, teremos um número seguramente maior. Isso ainda não está definido, é um ponto que está em negociação com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Dentro dessa perspectiva, o Brasil deverá ter por volta de 50 ou 60 representantes, de acordo com nossa população, mas sem um processo de maioria que esmague os demais países, mas também numa perspectiva de que o Brasil não tenha uma sub-representação, como é a situação atual, pois a representatividade é paritária entre os quatro países.

Acontece que é hora de discutirmos como será essa eleição dos 50 ou 60 representantes do Brasil. Como faremos essa eleição dos representantes do País como um todo? Só temos eleições nacionais para Presidente da República e seu Vice. Esse é um

desafio que se coloca. Acredito que é momento de iniciarmos a discussão das várias sugestões, das várias possibilidades.

Uma delas, evidentemente, é distribuímos esse número de representantes pelos Estados brasileiros, para que a votação se dê dentro dos Estados. Seria algo semelhante ao que acontece com os Senadores hoje.

Outra hipótese seria a eleição segundo o chamado sistema distrital, em que teríamos representantes de algumas regiões. Os representantes do Brasil no Mercosul, por exemplo, seriam eleitos no Sudeste segundo a votação nos quatro Estados do Sudeste.

Há outra alternativa, que se coloca entre as mais discutidas, que é a alternativa do voto em lista, utilizado em vários países mundo afora, para representação em si do Congresso, dos Deputados, que nunca teve sua implantação no Brasil, embora seja sempre discutida. É evidente que é uma mudança de porte, uma grande mudança o sistema de lista, por exemplo, na votação para a Câmara dos Deputados. Não serviria para o Senado, cuja votação é majoritária.

No caso do Parlamento do Mercosul, vejo – falo por delegação do Presidente do Partido, Sérgio Guerra, e temos discutido isto com a Senadora Marisa Serrano, que também é representante do meu Partido no Parlamento do Mercosul – a questão das listas. Teríamos uma lista nacional. Seria uma primeira experiência do sistema de listas no Brasil como um todo. E aí teríamos, realmente, a lista apresentada pelos vários partidos.

É uma eleição simultânea com a eleição de Senadores, de Presidente da República, de Deputados Federais. A maioria dos atuais representantes do Brasil no Parlamento do Mercosul estaria, provavelmente, disputando eleições para Deputado, para Senador ou para Governador, evidentemente, e teríamos que ter uma outra lista com pessoas interessadas no assunto do Mercosul, interessadas na representação brasileira, mas pessoas de nome, para representar os vários partidos.

Teríamos, portanto, uma lista apresentada pelo meu Partido, o PSDB, uma lista apresentada pelo PT, uma lista apresentada pelo PMDB, uma apresentada pelo Democratas, e assim por diante, por todos os partidos brasileiros. Seria uma votação nacional. Teríamos que votar, na verdade, para Presidente da República, para Governador, para os dois Senadores, para Deputado Federal, para Deputado Estadual e para o representante do Brasil no Mercosul.

Como votar nesse representante para o Mercosul? Eu vejo, o PSDB vê com simpatia a idéia de termos lista. É evidente que é um assunto ainda em discussão.

Há pouco, discuti com o Senador Geraldo Mesquita, que tem outra opinião. Mas esse nos parece um caminho razoável. Teríamos, realmente, a hipótese de ter toda uma visão nacional, sobre como vão votar. Um candidato de Minas Gerais vai disputar votos no Amazonas, um candidato do Nordeste vai disputar votos no Rio Grande do Sul... É um desafio que se coloca. Daí a importância de tentarmos, talvez, essa alternativa da lista, em que cada partido apresentaria a sua lista, com nomes importantes, com o nome de alguns que já participaram do Congresso, do Senado e da Câmara.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Eduardo Suplicy, que também é membro do Parlamento do Mercosul, e o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Eduardo Azeredo, quero cumprimentá-lo e a toda a Bancada de Senadores e Deputados que estiveram na reunião do Mercosul. Em verdade, não sou, hoje, dessa Bancada, mas tenho muita vontade de sê-lo. Futuramente, acredito que o serei, mas, como eu estava presente...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Ex^a é membro da Comissão de Relações Exteriores, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim. Mas, como eu estava presente ao Seminário Ibero-americano sobre a Renda Básica de Cidadania, que coincidiu em dia e horário, em Montevideu, eu pude testemunhar um pouco da reunião dos Srs. Senadores e achei muito positivo o encontro. Em especial, quero saudar a intenção do Parlamento do Mercosul, especialmente a delegação brasileira, de estar promovendo a eleição direta de nossos representantes numa próxima eleição, possivelmente em 2010. E acho muito importante essa reflexão que V. Ex^a traz sobre como será a escolha, se por lista, se por voto, conforme a tradição brasileira de cada eleitor escolher o seu próprio candidato. Ainda hoje, pela manhã, quando vinha para o Senado, eu ouvi a interessante entrevista do Senador Jarbas Vasconcelos a Ângela Brandão, a nossa jornalista da TV e Rádio Senado, exatamente sobre a reforma política. O Senador Jarbas Vasconcelos ressaltou que quer que haja a fidelidade partidária, sim, mas a fidelidade partidária completa. Eu estou de pleno acordo com ele; nada de janela de trinta ou sessenta dias para, um ano antes, estarem os Parlamentares a mudarem de Partido, porque isso acaba causando

distorção. Estou de acordo com ele que devemos, sim, aqueles que escolhermos um Partido, nele permanecer ao longo de nosso mandato. E, se quisermos um dia mudar, terminemos o nosso mandato e, daí, façamos a escolha por um outro Partido, por razões que houver. Mas a fidelidade partidária, acredito, é muito importante. O outro ponto que V. Ex^a agora toca é a escolha em lista. Será isso o melhor? Eu tenho algumas dúvidas, que, dentro do Partido dos Trabalhadores, tenho expressado. Inclusive porque, quando vou a reuniões em meu Partido e levanto essa questão, eu pergunto às pessoas presentes: “Vocês, como eleitores, gostariam que a direção partidária indicasse para a convenção a ordem que eles propõe para a escolha dos Vereadores, Deputados Estaduais e Federais ou preferem escolher vocês próprios quem – seja Eduardo Azeredo, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Suplicy ou Pedro Simon – quem deve estar em primeiro, segundo, terceiro ou quarto?” Normalmente, a grande maioria fala que prefere continuar a escolher. Portanto, por exemplo, se for para o Partido dos Trabalhadores apoiar o voto em lista, eu gostaria de ouvir primeiro que venhamos a ter o seguinte procedimento: antes da escolha da lista, façamos uma eleição para que o povo diga quais seriam os primeiros, segundos, terceiros ou os quartos da lista. Se for algo assim, acredito que a lista será efetivamente democrática; se não, avalio que melhor será que o povo escolha diretamente quais os seus representantes, com todo o respeito para quem acha que a lista é importante. Mas a combinação da fidelidade partidária, do compromisso do representante com os propósitos de seu Partido, acho que isso é muito significativo e deve constar da reforma partidária, com vista não apenas a eleição para o próximo Congresso Nacional, mas também para o Parlamento do Mercosul.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Quero apenas lembrar que não estou aqui defendendo a lista para a eleição de Deputados Federais nem Deputados Estaduais. Não é isso o que estou dizendo. Discuto a questão de como votarmos para os representantes do Brasil no Mercosul, o que seria no Brasil todo. Não são representantes de Estados, mas do País. Só temos a experiência de votar para Presidente no Brasil todo, algo entre 120 milhões a 130 milhões de eleitores.

Esse é um desafio que se coloca para nós, e acredito que é importante continuarmos a discutir essa questão. É uma definição que tem de ser tomada. Está prevista para 2010 a eleição dos nossos representantes no Mercosul, e não se sabe quantos serão nem de que forma serão eleitos. Isso é o que é importante

nós decidirmos. O Paraguai já tomou a iniciativa e já elegeu os seus 18 representantes,

que não são Deputados Federais nem Senadores. O mesmo acontecerá conosco. Os nossos representantes não serão Deputados Federais, não serão Senadores; não serão simultâneos com os cargos atuais, como acontece hoje.

Daí a importância dessa discussão. A questão que trago é que, nacionalmente, poderíamos manter a eleição nominal de Deputado, como é hoje – a eleição de Senadores não está se discutindo –, mas, quanto à questão da lista nacional, teríamos, então, uma lista votada por cada Partido. Não seria a população; seriam os membros do Partido que comporiam aquela lista para ver quem era o primeiro, o segundo, o terceiro nomes que realmente tenham uma boa condição.

Ouçõ o Senador Geraldo Mesquita Júnior e, em seguida, o Senador José Nery.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Eduardo, como V. Ex^a, eu tenho a honra de também fazer parte daquela importante instituição, que é o Parlamento do Mercosul. Aliás, freqüento aquele ambiente desde a época da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, juntamente com o Senador Zambiasi, um dos precursores e um Parlamentar que teve uma importância capital nas tratativas que levaram à implantação e à instalação do Parlamento do Mercosul. Lembro que o Senador Zambiasi se batia muito para que o Parlamento do Mercosul surgisse como uma instituição austera e enxuta, para que, de outra forma, não atraíssemos a irresignação da população dos nossos países ou o inconformismo que, por vezes, é externado em relação às casas legislativas. Estamos, como V. Ex^a bem lembrou, numa composição paritária, ou seja, somos quatro países que fazemos parte efetivamente, com a participação da Venezuela, que está em processo de ingresso definitivo, tanto no Mercosul como no Parlamento do Mercosul, mas sem direito a voto. E nossa composição é paritária. V. Ex^a – e eu o parabeno – inaugura uma discussão que, uma hora ou outra, teria que acontecer e terá que acontecer: como a população brasileira elegerá os seus futuros representantes para o Parlamento do Mercosul? Eu me permito, Senador Eduardo, colocar que V. Ex^a está oferecendo uma sugestão preciosa, de que a eleição se faça por lista, exclusivamente para os Parlamentares do Parlamento do Mercosul.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Exato, só para o Mercosul.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – De outra feita, eu trouxe aqui uma sugestão, discutida na reunião que sempre realizamos nas plenárias

em Montevideu, na nossa representação, na nossa bancada. Eu sugeri que essa eleição se desse nos seguintes moldes: cada Estado brasileiro elegeria, de forma majoritária, dois representantes para o Parlamento do Mercosul, nos moldes em que é feita hoje a eleição para o próprio Senado Federal brasileiro. Por que sugeri isso? Porque acho que a questão Mercosul, necessariamente, tem que ser federalizada no nosso País. O Acre precisa entrar nessa discussão, assim como o Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, a Paraíba, todos os Estados precisam adentrar esse assunto, Senador Eduardo. Do contrário, tanto o Mercosul como o próprio Parlamento do Mercosul continuarão representando interesses de uma parte do País, e isso não pode permanecer assim; não deve permanecer assim. Acho interessante a eleição de dois Parlamentares por Estado brasileiro. Com esse processo, levaríamos a discussão do Mercosul a todos os Estados. A população brasileira, de forma integral, participaria desse grande debate, tomaria conhecimento do que se trata e entenderia o que é o Mercosul, o que representa o Parlamento do Mercosul. Lanço um desafio, Senador Eduardo: esse assunto, repito, precisa ser federalizado, precisa se espalhar pelo País inteiro, porque, se a gente for à rodoviária de Brasília e perguntar a um transeunte o que ele sabe e entende de Mercosul, de Parlamento do Mercosul, a chance de ele dizer que não tem o devido conhecimento é muito grande.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, seguramente.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É muito grande. Então, acho que a sugestão de uma eleição majoritária, ou seja, dois representantes por Estado para aquele importante fórum, a par da sua sugestão, também deve estar na mesa de debate, de discussão. Agora, permita-me registrar uma preocupação que eu também tenho, remetendo essa minha preocupação ao que eu disse no início. Nós fizemos parte da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, aquela comissão que tratou de criar as condições para a instalação do Parlamento do Mercosul, mas o nosso Parlamento, infelizmente, surgiu sem que tivesse a competência de deliberações vinculativas. As nossas decisões, infelizmente, ainda hoje, Senador Eduardo, não são vinculantes. Estamos ali, com toda a responsabilidade e toda a seriedade, aprovando moções, declarações, resoluções. Mas, infelizmente, o Parlamento do Mercosul surgiu sem essa competência, sem essa capacidade. Posso até admitir que estamos numa fase de transição, num período de instalação do Parlamento, de tentativa de consolidação desse importante órgão. Mas temo, Senador Eduardo, que, se estabelecermos

a maneira de elegermos representantes pelo voto direto do povo brasileiro e continuarmos no Parlamento do Mercosul sem a competência de deliberarmos – e essas deliberações sejam vinculantes –, pode, para o povo brasileiro, parecer um excesso, um exagero. Hoje, somos 18 Parlamentares. Se esse assunto for destravado, inclusive, no Parlamento do Mercosul... Está travado e V. Ex^a sabe disso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O Paraguai não admite sequer a discussão da proporcionalidade. E se isso não for destravado no Parlamento do Mercosul, não teremos nem por que discutir esse assunto no Congresso Nacional. É necessário que ele destrave lá para que a gente possa começar a discutir a forma de eleição dos futuros Parlamentares. Se isso acontecer lá ainda neste ano, teremos chance e oportunidade. Senão, temo que talvez a opção seja repetirmos a nossa representação nos moldes em que ela ocorre hoje, porque não teremos tempo de emendar a Constituição, discutir juntamente com o TSE o *modus operandi* dessa eleição e temo que teremos de recorrer mais uma vez ao processo que hoje impera para a indicação dos representantes do Mercosul. Mas, de qualquer forma, é preciosa a sua sugestão. Acho que inaugura uma discussão que o Congresso Nacional tem que travar, com repercussão em todos os Estados e junto ao povo brasileiro. Dou parabéns a V. Ex^a pela discussão do assunto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Mesquita.

Eu quero dizer que essa proposta, evidentemente, é válida; que tenhamos a eleição de dois por Estado, eleição que se daria na mesma época da de dois Senadores. Vai ficar um pouco mais complexo para a população entender.

O fato é que nós precisamos saber o seguinte: acreditamos na realidade de blocos internacionais? Quer dizer, é uma realidade que já existe hoje: tem o bloco asiático, tem o bloco europeu. Vamos dar valor maior ao bloco do Mercosul? Se essa é a crença, então vamos valorizar o Parlamento do Mercosul. Se o Parlamento do Mercosul não tem hoje uma efetividade maior, esta virá com a legitimidade do voto popular, na medida em que se elegerem os seus representantes. Esse é um argumento que poderemos colocar.

Então, eleitos Parlamentares exclusivos para o Mercosul, nós teremos decisões que poderão caminhar de maneira mais efetiva. Por outro lado, é evidente que essa posição, com todo o respeito aos representantes do Paraguai, de querer dizer que tem que ser

uma representação igualitária, dezoito de cada um, e não se poder aumentar, eu acho que isso pode levar até mesmo a uma retirada do Brasil do Parlamento do Mercosul, porque é inaceitável que o Brasil, com duzentos milhões de habitantes – cento e noventa milhões de habitantes, para ser mais exato –, tenha a mesma representação de um país que tem seis milhões de habitantes.

Ninguém está falando que o Brasil tenha que ter a mesma proporcionalidade, de cento e noventa, porque levaria a um esmagamento da representação paraguaia, mas não tem o menor sentido também termos a mesma representação. Estamos falando de um bloco econômico, de um bloco político, e, portanto, acho que, *a priori*, se for essa a posição do Paraguai, pessoalmente, defendo até que o Brasil se retire do Parlamento do Mercosul, se houver essa intransigência de não se discutir uma proporcionalidade, como é o caso do Parlamento Europeu, que é o bloco de mais sucesso conhecido e que demorou muito tempo para ser criado. Mas reitero que o caso da lista seria uma questão mais prática. É evidente que cada partido tem interesse em montar a lista com nomes que sejam de experiência, nomes conhecidos, porque, quanto mais nomes conhecidos houver na lista, mais votos esta terá. Se a lista do meu Partido, por exemplo, tiver 30% dos votos, num número hipotético de 50, significará que o meu Partido terá 15 representantes. E evidentemente que os 15 primeiros que estão na lista é que serão os eleitos. É assim que funciona a lista em qualquer país no sentido de que se faz a campanha para a lista A, para a lista B, para a lista C ou a lista 1, a lista 2 ou a lista 3.

Senador José Nery, ouço-o com prazer.

Sr. Presidente, espere só um pouco mais para que possamos ouvir ainda também o Senador Paulo Paim, logo em seguida.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a traz à consideração do Plenário e evidentemente à consideração do País, um tema relevante, qual seja, a eleição da representação brasileira no Parlasul, o Parlamento Mercosul. Hoje, como V. Ex^a mesmo bem disse, a representação composta de 18 Parlamentares, sendo 9 Senadores e 9 Deputados com igual número de suplentes, foi escolhida aqui no âmbito do Congresso Nacional, mas é uma escolha para um período inicial de implantação e funcionamento do Parlamento. Mas se considerarmos, como V. Ex^a bem disse, daqui a dois anos, teremos que ter eleição direta para escolher a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, evidentemente há uma necessidade de ampliação desse debate na sociedade.

de brasileira, tendo em vista que a maioria do nosso povo não está familiarizada ou não tem conhecimento desse debate. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a por trazer esse tema, que, com certeza, deve merecer a atenção de todos os membros do Congresso Nacional, de todos os partidos políticos, para debater essa questão, e com isso fazer com que a provável eleição em 2010 de representação para o Mercosul, se faça com base em critérios que vai estar delineado por nós, no entanto, a partir do número de representantes que for definido na resolução própria do Mercosul. Portanto, eu creio que, nesta tarde, a preocupação de V. Ex^a tem o mérito de iniciar e levantar esse debate não só aqui no Parlamento, mas fazer com que esse debate comece a interessar os partidos políticos e a sociedade brasileira como um todo. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Nery, eu quero inclusive, lembrar mesmo essa questão que foi colocada de que o Mercosul põe na mesma mesa de negociação o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. Então, uma decisão que é tomada, por exemplo, do ponto de vista político, econômico, ela não atinge só o Rio Grande do Sul – e, hoje, existe um pouco essa visão de que o Mercosul é com os Estados do Sul do Brasil, mas uma decisão tomada lá atinge um agricultor que está na Amazônia, atinge uma fábrica que está no Nordeste ou no Centro-Oeste. Por isso é importante também essa conscientização de que o Mercosul é de todo o Brasil e não apenas dos Estados Sulinos.

Senador Paim, representante por coincidência do Rio Grande do Sul, que é o Estado que mais participa, com os seus três Senadores presentes no meio dos nove do resto do Brasil.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Azeredo, quero primeiramente cumprimentá-lo por trazer esse tema ao debate. Confesso-lhe que ontem fui procurado por dois jornalistas e dois articuladores do mundo da política, dizendo que estavam muito preocupados porque se caminhava para não seguir o exemplo do Paraguai. Por que dou o exemplo do Paraguai? O Paraguai já fez eleições diretas com seus Parlamentares para compor o Mercosul. E aqui, no Brasil, por uma questão de tempo viável – e o Senador Geraldo Mesquita Júnior mostrava aqui algumas dificuldades –, se até o final do ano não regulamentarmos essa questão, inclusive alterando a Constituição, provavelmente nós não teremos, com lista ou sem lista, as eleições diretas para o Parlamento do Mercosul. Acho que, se é uma decisão daquele bloco de que as eleições sejam livres e diretas em todos os países

membros, vejo com preocupação se não viabilizarmos o processo para permitir que as eleições aconteçam de forma direta. Quanto à quantidade de Parlamentares, teremos de chegar a um entendimento claro que não permita, como V. Ex^a colocou muito bem, que o Brasil, com quase 190 milhões de brasileiros, seja o bloco da maioria, só ele, sozinho, em relação às decisões que lá serão tomadas. Mas confesso a V. Ex^a que sou simpático às eleições diretas, com lista ou sem lista. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Paim.

Quero só lembrar que votar hoje com a máquina automática é mais fácil, mesmo que seja mais uma eleição – já são seis, seria a sétima. Mas, com o sucesso das nossas máquinas eletrônicas, que, mais uma vez, passaram no teste, nós podemos, seguramente, ter uma votação a mais. E o nosso sistema é muito melhor do que o sistema americano, porque, como vimos, mais uma vez, é todo desigual, alguns votam ainda em papel. O nosso é um bom sistema: simples, porém funciona.

Senador Alvaro Dias, ouço V. Ex^a, que é do Estado do Paraná, que participa ativamente também do Mercosul.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Eduardo, vou ser rápido e conciso, senão o Presidente vai puxar a orelha, já que o tempo se esgotou; apenas para dizer que o cumprimento. Esse é um tema da maior importância. Fica a impressão, às vezes, de que nós debatemos reforma política porque interessa aos políticos. Eu digo que é o contrário: a reforma política interessa à população brasileira. Se interessasse aos políticos, ela teria sido realizada há muito tempo. Na verdade, muitos políticos não desejam a reforma; aqueles que a desejam devem manifestar-se como faz V. Ex^a, na tarde de hoje, e é importante que todos nos manifestemos e trabalhem para que ela ocorra. O Brasil necessita de um modelo político compatível com a realidade em que vivemos, e é exatamente esse modelo que afasta talentosos da atividade pública, porque não admitem concorrer num sistema perverso como o atual, sobretudo, para aqueles que não possuem recursos públicos ou privados. Portanto, Senador Eduardo Azeredo, é responsabilidade do Congresso preparar uma reforma política em tempo, antes das eleições de 2010, e V. Ex^a está de parabéns pelas propostas que apresenta hoje da tribuna do Senado Federal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Foi realmente muito bem colocado. Essa questão não diz respeito aos políticos, mas ao Brasil como um

todo. O sistema de representação precisa ser aprimorado, seja o nosso sistema de representação no Senado ou na Câmara, seja a questão ligada ao Mercosul, que trago hoje para reflexão.

Sr. Presidente, agradeço. Considero que devemos continuar essa discussão. É importante que o Brasil conheça o que é o Parlamento do Mercosul, qual é o objetivo do Mercosul, como funciona o Parlamento Europeu, qual é a idéia de termos um sistema semelhante ao do Parlamento Europeu no Parlamento do Mercosul; como é o sistema de votação por lista. Só assim, então, nós poderemos comparar com o sistema distrital, com o sistema de votação direta proporcional e chegaremos a uma alternativa que represente democraticamente a população.

É a proposta, Sr. Presidente, que eu queria trazer, saudando a presença da Senadora Marisa Serrano, que é a nossa representante titular no Parlamento do Mercosul, do PSDB, a quem concedo a palavra.

Ouvirei somente a Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – É um minuto só, Sr. Presidente. Não posso deixar de cumprimentá-lo e de dizer que este é um momento histórico para nós, bem como muito delicado. É o momento que temos para consolidar o Mercosul. Vai depender muitíssimo da decisão que tomarmos, juntamente com nossos parceiros, neste momento, para consolidar algo com o qual há muito tempo temos sonhado e que já passou por tantas discussões, não só nesta Casa mas em nosso País. Portanto, é chegado o momento de achar uma saída. Acredito, como V. Ex^a, que temos de pensar em uma forma que faça com que todo o País participe ativamente do processo. Há uma proposta de V. Ex^a, assim como de vários Parlamentares. Talvez seja o momento não só de discutir a proporcionalidade em número de habitantes, que não seja *pari passu* com o número exato que temos, mas que configure o que é o País. É injusto haver um país com três milhões de habitantes, como o Uruguai, e o nosso País com o mesmo número de Parlamentares. Há que se ter uma representação mais equitativa, mas também é importante que pensemos na possibilidade de uma eleição por lista. Essa seria, inclusive, uma proposta inovadora para o País. Acredito que, dessa forma, realmente consolidaríamos o Mercosul como uma proposta nacional, como uma idéia de País e não de Estados. Não é defender o Estado da Bahia, o Estado do Rio Grande do Sul, o meu Estado do Mato Grosso do Sul ou o seu. Aí, sim, valeria muito uma eleição por lista. Acredito que isso tem de ser revisto o mais

rapidamente possível, para que cheguemos a esse denominador comum. Acho que é hora mesmo de tomarmos uma decisão, e esta Casa vai ter de nos ajudar a tomar uma decisão que seja a melhor para todo o País. Meus parabéns e muito obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. A sua fala veio exatamente fortalecer essa discussão, fortalecer a questão que trago hoje, como representante do Mato Grosso do Sul, vizinho dos países do Mercosul. Sou de Minas Gerais, que não tem vizinhança direta, mas é evidente que temos a compreensão da importância que tem um bloco econômico como o Mercosul.

Quero ainda lembrar um pouco mais a questão da lista que muitos poucos conhecem. É evidente que não vamos deixar de votar nas pessoas, porque a lista é feita de pessoas. E os partidos terão, realmente, o desejo e a obrigação de colocar nomes conhecidos e experientes na lista. Você vai votar na Lista 1, porque ela tem um candidato que é conhecido, experiente. Ou vai votar na Lista 2, porque essa lista tem um outro nome importante, por exemplo.

De maneira que não se deixa de votar nas pessoas. Você vota nas pessoas que estão naquela lista apresentada por um partido e montada, democraticamente, por esse partido. Então, fica essa sugestão, o início de uma discussão que quero trazer aqui e que possamos, realmente, evoluir.

Se for outra alternativa, ótimo. Hoje, eu me convenço mais com o sistema de listas, mas, se evoluirmos para outro sistema de boa representação, da mesma forma. O importante é que essa questão para valorização do Parlamento do Mercosul evolua, no sentido de termos a democracia respeitada.

Sr. Presidente, agradeço o tempo dispensado com esses apartes. E considero que essa discussão trará muito mais clareza para a valorização do Parlamento do Mercosul e, evidentemente, do próprio Mercosul.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em sessão anterior foi lido do **Requerimento nº 1.336, de 2008**, da Senadora Fátima Cleide e outros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, solicitando a realização de sessão especial no dia 20 de novembro de 2008, para o lançamento oficial do Primeiro Pacto Global pela Cidadania e Infância.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.356, DE 2008

Em aditamento ao Requerimento nº 208, de 2008, requero, nos termos regimentais, que a comissão temporária interna criada por aquele Requerimento para apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal, tenha sua composição acrescida por mais um membro.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela lista dos oradores...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já que V. Ex^a submeteu à votação requerimentos, eu gostaria de encaminhar à Mesa um requerimento que solicita informações ao Ministro do Esporte, para que providencie, no prazo constitucional, as seguintes informações:

Todos os recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) nos últimos oito anos;

A destinação detalhada destes recursos no mesmo período (incluindo as despesas administrativas);

Os recursos destinados ao esporte como resultado da “Lei de Incentivo ao Esporte” no mesmo período (origens e destinos).

Matéria recente do jornal **Correio Braziliense** do último domingo, chamou a atenção pela forma arbitrária e pouco transparente como estão sendo distribuídos os recursos obtidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

Ficou evidente, nessa matéria, que os presidentes de confederações esportivas nacionais de pequeno porte acabam por ser preteridos de forma radical na hora de obter os recursos.

O COB deveria utilizar seus recursos para democratização do esporte e não para concentração em alguns grupos de interesse já bem beneficiados com recursos privados.

No último PAN, muitas medalhas foram conquistadas por atletas formados em clubes, como o Flamengo e outros. O investimento na formação desses atletas foi todo bancado com recursos próprios, sem nenhum apoio do COB. Esse esforço sequer pode ser recompensado, pois os atletas não podem usar a marca dos patrocinadores nessas competições oficiais.

A chamada meritocracia, metodologia criada pelo COB para premiar bons resultados, é de fato um jogo de cartas marcadas. Alguns dirigentes fazem a tradicional analogia com a “Belíndia” para ressaltar que, enquanto alguns esportes vivem em condições financeiras compatíveis com a Bélgica, outros são compatíveis com a Índia. Tal situação denota o abismo existente entre as confederações mais ricas e as que dispõem de menos recursos.

Sr. Presidente, já encaminhei à Mesa o requerimento.

Recentemente, o Presidente do Flamengo, Márcio Braga, publicou no jornal **O Globo** um artigo que aborda essa questão. São milhões de reais destinados ao esporte. Na última Olimpíada, não alcançamos um resultado à altura do nosso País, em que pese ao fato de termos utilizado recursos públicos em valores significativamente superiores àqueles utilizados nas Olimpíadas de Atenas, quando o Brasil alcançou *performance* melhor.

É preciso investigar, é preciso transparência. Estamos solicitando informações para que não só os esportistas do Brasil, mas o povo brasileiro possa ter noção da aplicação dos recursos públicos no esporte nacional.

Esperamos que a Mesa do Senado, da qual eu faço parte, possa deliberar rapidamente sobre esse requerimento para que, no prazo constitucional, o Ministro dos Esportes possa oferecer respostas ao Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O requerimento já foi enviado à Mesa e por ela será apreciado.

Concedo a palavra, pela lista de oradores, ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, ocupará a tribuna o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança.

O Senador Eduardo Suplicy antecederá V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, falando pela lista de oradores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por estar em missão oficial no Uruguai e na Argentina, na semana

passada, para participar do seminário ibero-americano sobre renda básica de cidadania, foi ali que acompanhei de perto, inclusive as repercussões aqui no Senado e em todo o Brasil, fenômeno extraordinário nos Estados Unidos da América. Sobre isso, eu gostaria também de fazer uma reflexão sobretudo de júbilo, de contentamento e de felicidade, por ter o Senador Barack Obama vencido a eleição na última terça-feira, dia 4 de novembro de 2008, um dia histórico para os Estados Unidos da América e para a humanidade.

Eu estava hospedado na Embaixada do Brasil na Argentina, em Buenos Aires, por gentileza do Embaixador Mauro Vieira. Na expectativa do que poderia acontecer, acompanhei naquela noite os resultados da eleição ao vivo e os pronunciamentos de ambos os candidatos naquela madrugada.

Acordei às duas e meia da manhã para acompanhar aquele que seria o discurso do Senador John McCain, representando o Partido Republicano, que, com extraordinária elegância, fez o primeiro pronunciamento, dizendo que havia telefonado ao Senador Barack Obama, cumprimentando-o. Falando para todos os seus correligionários, numa demonstração de elegância política extraordinária, ele conclamou todos que se reuniam para aplaudi-lo e que haviam votado nele para que apoiassem o novo Presidente eleito, Barack Obama, e procurassem estar unidos em torno do Presidente democraticamente eleito pelos norte-americanos.

Eu gostaria de ressaltar a importância desse feito extraordinário, levando em consideração alguns aspectos históricos do que representa a eleição de Barack Obama, a eleição do primeiro Presidente negro dos Estados Unidos. Foi um dia especialmente escolhido pelo Senador Barack Obama o da convenção que o escolheu, no dia 28 de agosto deste ano. Exatamente nesse dia se comemoravam os 40 anos do pronunciamento de Martin Luther King Jr. feito diante do Memorial de Abraham Lincoln, em 28 de agosto de 1963, perante 200 mil pessoas. Martin Luther King Jr., no dia em que se celebravam os 100 anos da abolição da escravidão, como que anteviu esse dia da vitória de Barack Obama.

Eu gostaria aqui de recordar algumas das palavras de Martin Luther King Jr. naquele momento, quando ele disse:

Nós também viemos a esse lugar sagrado para recordar a América da intensa urgência do momento. Este não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmar ou de tomar a droga tranquilizadora do gradualismo. Agora é a hora de tornarmos reais as promessas da democracia. Agora é a hora de nos levantarmos do

vale escuro e desolado da segregação para o caminho iluminado de sol da justiça racial. Agora é o momento de levantar nossa nação das areais movediças da injustiça social para a rocha sólida da fraternidade. Agora é o momento de fazer da justiça uma realidade para todas as crianças de Deus. Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento. O verão abrasador do legítimo descontentamento do negro não passará até que haja um outono revigorante de liberdade e igualdade.

E prosseguiu Martin Luther King Jr.:

“Não haverá descanso nem tranquilidade na América até que o negro consiga garantir seus direitos à cidadania. Os turbilhões da revolta continuarão a sacudir as fundações de nossa Nação até que surja o dia brilhante da Justiça.”

Então, fez uma admoestação ao seu povo:

Mas há algo que eu preciso falar para o povo, que está no limiar caloroso que nos leva para o Palácio da Justiça. No processo de ganhar nosso lugar de direito, nós não podemos ser culpados de ações erradas. Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio. Precisamos sempre conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina. Não podemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Todas as vezes e a cada vez, nós precisamos alcançar as alturas majestosas e confrontar a força física com a força da alma.

Quando o Senador Barack Obama, caro Presidente Garibaldi Alves, em 2002 e 2003, alertou o Presidente George Walker Bush de que não deveria promover ação bélica contra o Iraque, estava justamente relembrando essas recomendações de Martin Luther King Jr.

E prosseguiu Luther King Jr. naquele memorável pronunciamento:

Assim eu lhes digo, meus amigos, que, muito embora nós tenhamos que enfrentar as dificuldades de hoje e de amanhã, eu ainda tenho um sonho, um sonho profundamente enraizado no sonho americano de que um dia esta Nação vai se levantar e viver plenamente o verdadeiro sentido de seu credo. Nós acreditamos que essas verdades são evidentes por si próprias e que todos os homens são criados iguais. Eis que esse dia está chegando. [profetizou Martin Luther King Jr]. Eu tenho o sonho de que um dia todo vale será elevado, todo morro e toda montanha será rebaixada, os lugares acidentados serão tornados planos, os lugares tortuosos serão tornados retos e a glória do Senhor será revelada e todos juntos verão isso acontecer.

Colocava ele palavras do seu conhecimento profundo do que estava na *Bíblia* Sagrada. E prosseguia:

Com essa fé nós poderemos extrair da montanha do desespero uma pedra de esperança; com essa fé seremos capazes de transformar as desafinadas discordâncias de nossa Nação em uma bonita sinfonia da fraternidade; com essa fé nós seremos capazes de trabalhar juntos, de rezar juntos, de lutar juntos, de ir para a cadeia juntos, de levantar juntos para lutar pela liberdade, sabendo que um dia seremos livres. Esse será o dia em que todas as crianças de Deus serão capazes de cantar com um novo sentido: meu país é para você minha doce terra da liberdade; para você eu canto, terra onde meus país morreram, terra do orgulho dos peregrinos; de todos os lados das montanhas deixai a liberdade soar; e se for para a América se tornar uma grande nação, isso precisa se tornar uma verdade.

E concluiu dizendo:

Quando nós deixarmos a liberdade soar, quando a deixarmos soar em todas as vilas e vilarejos, em todas as cidades e estados, poderemos ver mais depressa a chegada do dia em que todas as crianças de Deus, homens negros e homens brancos, judeus e gentios, católicos e protestantes serão capazes de se dar as mãos serão capazes de se dar as mãos e cantar as palavras daquele velho hino espiritual negro: Finalmente a liberdade, finalmente a liberdade, graças a Deus Todo-Poderoso, somos finalmente livres

Ora, exatamente às vinte e três horas de terça-feira última, eram três horas aqui em Brasília, para mais de cem mil pessoas, no Grand Park de Chicago, disse o Senador Barack Obama, já proclamado eleito Presidente dos Estados Unidos:

Olá, Chicago!

Se alguém ainda duvida de que os Estados Unidos são o lugar onde tudo é possível, que ainda se pergunta se o sonho de nossos fundadores continua vivo em nossos tempos, que ainda questiona a força de nossa democracia, esta noite é a sua resposta.

É a resposta dada pelas filas que se estenderam ao redor das escolas e igrejas, em um número como esta nação jamais viu. Pelas pessoas que esperaram três ou quatro horas, muitas delas pela primeira vez em suas vidas, porque achavam que, desta vez, tinha que ser diferente, que suas vozes poderiam fazer essa diferença.

Americanos que transmitiram ao mundo a mensagem de que nunca fomos simplesmente um conjunto

de indivíduos ou um conjunto de estados vermelhos e estados azuis.

Somos e sempre seremos os Estados Unidos da América.

É a resposta que conduziu aqueles que durante tanto tempo foram aconselhados por tantos a serem céticos, temerosos e duvidosos sobre o que podemos conseguir para colocar nas mãos, no arco da história e torcê-lo mais uma vez em direção à esperança de um dia melhor.

Demorou um tempo para chegar, mas, esta noite, pelo que fizemos nesta data, nestas eleições, neste momento decisivo, a mudança chegou aos EUA.

E, de forma também elegante, ele cumprimentou o Senador McCain, dizendo:

O Senador McCain lutou longa e duramente nesta campanha. E lutou ainda mais longa e duramente pelo país que ama. Agüentou sacrifícios pelos EUA que sequer podemos imaginar. Todos nos beneficiamos do serviço prestado por esse líder valente e abnegado.

E então parabenizou a ele e a sua vice, Governadora Sarah Palin, por tudo que conseguiram, e disse esperar colaborar com eles para renovar a promessa dessa nação durante os próximos meses.

Depois de agradecer ao seu vice, Senador Joe Biden, à sua esposa Michelle Obama, e suas filhas Sasha e Malia, de homenagear a sua avó, que havia falecido há poucos dias, e outros membros de sua equipe estratégica, mencionou ele alguns dos objetivos maiores e, sobretudo, falou dos desafios que o dia de amanhã vai reservar para uma nação que enfrenta duas guerras, um planeta em perigo e a pior crise financeira em um século.

E ressaltou Barack Obama:

Há mães e pais que passarão noites em claro depois que as crianças dormirem e se perguntarão como pagarão a hipoteca ou as faturas médicas ou como economizarão o suficiente para a educação universitária de seus filhos.

Mencionou como poderá fazer dos Estados Unidos um farol que poderá iluminar melhor o planeta, sobre o qual tem tamanha influência, mas espera que os Estados Unidos venham a demonstrar, mais uma vez, que a força autêntica da nação vem não do poderio das armas, nem da magnitude da sua riqueza, mas do poder duradouro de seus ideais de democracia, liberdade, oportunidade e firme esperança.

Recordou que Lincoln falou a uma nação mais dividida que a atual, que “não somos inimigos, mas amigos. Embora as paixões os tenham colocado

sob tensão, não devem romper nossos laços de afeto”.

Disse uma palavra àqueles americanos cujo apoio ainda pretende conquistar. “...pode ser que eu não tenha conquistado o seu voto hoje, mas ouço suas vozes”. Diz precisar da ajuda deles, porque deles também será o presidente.

Em especial, prestou uma homenagem a uma mulher de 106 anos que havia votado em Atlanta, na última terça-feira, dizendo:

Ela se parece muito com outros que fizeram fila para fazer com que a sua voz seja ouvida nestas eleições, exceto por uma coisa: Ann Nixon Cooper tem 106 anos”. Nasceu apenas uma geração depois da escravidão, em uma era em que não havia automóveis nas estradas nem aviões nos céus, quando alguém como ela não podia votar por dois motivos – por ser mulher e pela cor de sua pele.

E disse Barack Obama que estava pensando “em tudo o que ela viu durante seu século nos Estados Unidos – a desolação e a esperança, a luta e o progresso, as vezes em que nos disseram que não podíamos e as pessoas que se esforçaram para continuar em frente com esta crença americana: podemos”. Podemos, sim – *We can*, como eles disseram.

Em uma época em que as vozes das mulheres foram silenciadas e suas esperanças descartadas, ela sobreviveu para vê-las serem erguidas, expressarem-se e estenderem a mão para votar. Podemos.

Quando havia desespero e uma depressão ao longo do país, ela viu como uma nação conquistou o próprio medo com uma nova proposta, novos empregos e um novo sentido de propósitos comuns. Podemos.

Quando as bombas caíram sobre nosso porto e a tirania ameaçou o mundo, ela estava ali para testemunhar como uma geração respondeu com grandeza e a democracia foi salva. Podemos.

Ela estava lá pelos ônibus de Montgomery, pelas mangueiras de irrigação em Birmingham, por uma ponte em Selma e por um pregador de Atlanta que disse a um povo: “Superaremos”. [We will overcome, referindo-se exatamente a Martin Luther King Junior.]

O homem chegou à lua, um muro caiu em Berlim, o mundo se interligou através de nossa ciência e imaginação.

E este ano, nestas eleições, ela tocou uma tela com o dedo e votou, porque após 106 anos nos Estados Unidos, durante os melhores e piores tempos, ela [Srª Ann Nixon Cooper] sabe como os Estados Unidos podem mudar. [E o estão fazendo.]

Quero aqui também lembrar o maravilhoso pronunciamento do Senador Barack Obama, que

já comentei, realizado perante o lugar, há 60 anos, onde foi construído o muro de Berlim. Lá, perante 200 mil pessoas, disse o Senador Barack Obama, em 24 de julho último, que agora não é mais o tempo de aceitarmos quaisquer muros que separem os que muito têm dos que pouco têm, mulçumanos de judeus, cristãos de pessoas de outras religiões, brancos, negros, vermelhos e amarelos e pessoas de quaisquer origem.

Fiquei pensando que, ao assim dizer, o Presidente eleito Barack Obama estará, em breve, contribuindo para que acabe o muro que separa os Estados Unidos do México e do restante da América Latina.

Quero também ressaltar, Presidente Garibaldi Alves, um dos momentos altos da campanha de Barack Obama. Foi quando Obama se referiu a uma fala de seu ex-pastor, Jeremiah Wright, aquele que o casou e batizou as suas filhas. Jeremiah Wright havia feito uma polêmica afirmação, ao dizer: “Este País [os Estados Unidos] foi fundado e é dirigido segundo um princípio racista. Acredita-se na superioridade branca e na inferioridade negra mais do que no próprio Deus.”

Pois bem, disse Barack Obama:

Meu ex-pastor Jeremiah Wright utilizou uma linguagem incendiária para expressar opiniões que podem aumentar não só a divisão racial, mas também pontos de vista que mancham a grandeza e a bondade dos EUA e ofendem tanto brancos quanto negros.

Ele lembrou que o pastor o introduziu ao cristianismo, celebrou o seu casamento e o batismo de suas filhas e, por isso, não poderia renegá-lo; mas expressou, como muitas outras pessoas às vezes expressam, alguma discordância sobre as palavras de quem, do púlpito, mesmo um pastor, um sacerdote, diz. “Ele reconheceu que a ira real é poderosa.”

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – “Simplesmente desejar que ela desapareça, condená-la sem entender suas raízes, só serve para aumentar o abismo da falta de entendimento que existe entre as raças.” Mas ele justamente disse que era o momento de unir todos os descendentes de brancos, de negros, de amarelos, de vermelhos, de pessoas de todas as raças.

Sr. Presidente, neste momento em que saúdo a extraordinária vitória do Senador Barack Obama e as suas conseqüências para o Brasil, espero que logo o Presidente Lula se encontre com o Presidente eleito Barack Obama, para dizer quais serão os passos im-

portantes que os Estados Unidos da América e o Brasil poderão dar juntos, ainda mais tendo em conta dois Chefes de Estado excepcionais como Barack Obama e Luiz Inácio Lula da Silva.

Concluo, cumprimentando o Presidente Lula e o Incra pela publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola de Alcântara, em 4/5 de novembro.

Alcântara, no Maranhão, é um marco da luta e resistência do movimento quilombola pela efetivação dos seus direitos sociais e territoriais. A história de arbitrariedades e injustiças cometidas no passado pelo Estado brasileiro às populações tradicionais que lá vivem é grande e conta com fatos de deslocamentos compulsórios e desrespeito pelo modo de vida e pelos saberes tradicionais dos povos quilombolas.

No Governo Lula, a partir da promulgação do Decreto 4.887/2003, foram dadas as reais condições para que os quilombolas tivessem a possibilidade de regularizarem seus territórios, o que é garantido pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988.

Apesar dos procedimentos técnicos que envolvem a titulação de terras de quilombos serem bastante complexos, a publicação do Relatório Técnico de Alcântara ampara significativamente a reivindicação territorial das cerca de cem comunidades que vivem naquela região e que representam mais de 3.550 famílias.

A área de 78.150,3466 hectares (setenta e oito mil, cento e cinco hectares, trinta e quatro ares e sessenta e seis centiares) que deverá ser titulada como território quilombola, visa garantir a reprodução social dos grupos e os direitos sobre as terras em que vivem tradicionalmente.

Então, vale parabenizar as decisões do Presidente Lula, bem como a atuação do Incra.

Esperamos que as próximas etapas do procedimento de titulação se dêem com celeridade, de forma a garantir, de maneira definitiva, o reconhecimento desse território étnico.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Assim, Sr. Presidente, coloco essa questão de...

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Serei muito breve. Senador Suplicy, V. Ex^a toca na eleição de Obama. E nós sabemos que uma parcela do mundo torceu por Obama. V. Ex^a foi uma dessas pessoas, e

eu também o fui. Apenas nesse contexto de refletirmos sobre a eleição de Obama, quero dizer que, fora o fato histórico de ser o primeiro negro na Casa Branca, o que já lhe garante espaço na história, nós não devemos nos esquecer de que Obama vai ter que cumprir a Constituição dos Estados Unidos e também terá que defender os interesses dos Estados Unidos. Eu, como aquele “eleitor” distante, gostaria que ele fizesse o seguinte: primeiro, que ele tivesse o empenho máximo para vencer a crise, porque o mundo inteiro precisa de ações no sentido de vencermos essa crise que já começa a abalar a nossa economia; e, segundo, que os Estados Unidos assumissem o compromisso de reduzir a sua parcela de emissões de CO², o que vai ao encontro da contribuição para o aquecimento global. O que eu quero dizer? Que os Estados Unidos tomem uma posição no sentido de diminuir a emissão de gás carbônico, que tanto problema ambiental causa. E essa é uma grande questão mundial. Se ele trabalhar nessa direção, acredito que, fora ser o primeiro negro na Presidência da República dos Estados Unidos, ele entrará para a história como o Presidente de um país que contribuiu para um mundo melhor, tratando a questão ambiental como uma questão de relevância. Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Jefferson Praia. V. Ex^a tem consciência de que justamente a questão da energia, a diminuição de poluentes e o estímulo às formas de energia alternativa constituíram os pontos mais fortes da campanha do Senador Barack Obama. E, certamente, acredito que ele, com a sua visão, estará sempre estimulando ações que visem a uma melhor integração dos Estados Unidos, para que inclusive possamos superar a crise econômica.

Uma coisa muito importante. Samantha Power relacionou duas qualidades de Sérgio Vieira de Mello com Barack Obama, quando aqui esteve falando em seu livro do homem que queria salvar o mundo, Sérgio Vieira de Mello. Que tanto Barack Obama quanto Sérgio Vieira de Mello tinham uma característica muito importante que era o não receio, o não medo de...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ... conversar com pessoas com pontos de vista diferentes, e que isso era muito importante para se chegar a entendimentos visando à paz em nosso mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrita.

Senador Mozarildo, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, hoje quero fazer um pronunciamento e, por coincidência, está ao lado de V. Ex^a o filho daquela pessoa a quem quero homenagear *in memoriam*. Quero falar aqui do médico, do ex-Deputado Federal Sylvio Lofêgo Botelho.

Para mim, Senador Augusto, seu pai foi o meu grande professor de medicina, porque mesmo antes de assistir a minha primeira aula após passar no vestibular, ele me chamou para instrumentar uma cirurgia. Eu não tinha noção alguma de anatomia, de fisiologia ou de técnica cirúrgica, mas comecei ali a aprender os primeiros passos da cirurgia e, principalmente, aprendi o lado humano do médico Sylvio Botelho.

E durante os seis anos da medicina foi assim. Todas as minhas férias da faculdade que eu passava em Boa Vista, em meu Estado, aconteciam dentro do Hospital Nossa Senhora de Fátima, aprendendo medicina com Sylvio Lofêgo Botelho.

E ele foi também o meu professor de política. Ele foi Deputado Federal, era um homem íntegro, um pai de família exemplar que entrou para a política exatamente como eu, como o Senador Augusto Botelho, como o Senador Tião Viana. Como médicos, nós nos revoltamos com as injustiças sociais, com as dificuldades por que passam os mais pobres.

Por isso, resolvemos tratar de um doente maior, um doente social maior, que é o nosso Estado, que é o nosso País. Levamos para a vida pública os princípios humanísticos da medicina.

Quando hoje se completam trinta anos do falecimento de Sylvio Botelho, sei que a geração nova do meu Estado talvez nem tenha ouvido falar do Dr. Sylvio Botelho, mas, com certeza, aqueles que têm mais de 35 anos já ouviram falar e aqueles mais idosos foram seus clientes ou, de alguma forma, atendidos por suas mãos. No nascimento do meu primeiro filho, num parto cesariano, eu fui anestesista e auxiliar do cirurgião Sylvio Botelho.

Então, aprendi muito com ele na medicina e na política. Foi um homem que foi político durante três

mandatos, morreu pobre, mas honesto, com o reconhecimento de toda a população do meu Estado.

Hoje, temos o prazer de conviver aqui com o seu filho, que relutou muito em entrar para a política. Quantas vezes eu dizia para o Augusto: “Vamos entrar, porque, se não entramos, deixamos o espaço aberto para os picaretas entrarem. Se os homens de bem não entram para a política, estão deixando as portas escancaradas para que os maus entrem, tomem conta dela e façam dela o mau uso que vemos por aí”.

Então, Sr. Presidente, tenho orgulho de registrar esta história do Dr. Sylvio Botelho. Quando falo que ele foi meu professor de política, em 1974, Roraima era um território federal e elegia apenas um Deputado, quando ele foi candidato a Deputado Federal e eu fui candidato a suplente de Deputado Federal. Exista essa figura, como a do suplente de Senador hoje. E perdemos a eleição por menos de 500 votos.

Naquela época, éramos todos da Arena. O candidato que venceu – um ex-Governador do território – o foi pela Arena I; e o Dr. Sylvio Botelho, pela Arena II. Não tivemos direito a um fiscal na eleição, porque a Arena I indicou todos os fiscais. Então não tivemos um fiscal sequer. E não tivemos direito a um fiscal na apuração, porque, naquela época, a apuração era nas cédulas, marcadas. Então, eu até desconfio se nós realmente perdemos aquela eleição. Mas o certo é que é importante registrar – e peço, Sr. Presidente, que fique registrada nos Anais desta Casa – a biografia do Dr. Sylvio Botelho, que foi médico, foi Deputado Federal, ocupou inúmeros cargos na vida pública do meu Estado como Secretário-Geral, que equivalia à figura do Vice-Governador, ocupou a Secretaria de Saúde e inúmeros outros cargos que aqui estão registrados. Teve uma atividade parlamentar intensa, recebeu inúmeras condecorações.

Eu, portanto, hoje, quero abraçar não só o Dr. Augusto Botelho, nosso colega Senador, mas também sua mãe, Dona Flora, que, espero, esteja nos ouvindo, seus filhos e a todos que conheceram pessoalmente, ou através da história, esse personagem ilustre da história roraimense.

Peço, portanto, Senador Augusto Botelho, que conste do meu pronunciamento a biografia resumida do seu pai, Dr. Sylvio Lofêgo Botelho.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SYLVIO BOTELHO - ARENA/RR**Sylvio Lofêgo Botelho**

Nascimento: **11/08/1917 - Iúna, ES**

Profissões:

Filiação: **Agusutp Affonso Botelho e Rosina Lofêgo Botelho**

Legislaturas: **1963-1967, 1971-1975, 1975-1979.**

Suplências e Efetivações:

Assumiu como Suplente na vaga do Deputado Francisco Elesbão, de 15/04/1966 a 13/08/1966.

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Secretário-Geral Agregado do Território de Roraima; Médico Perito do INPS; Governador Substituto e Secretário-Geral do Governo do Território Federal de Roraima; Diretor da Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância da Divisão de Saúde, RR; Diretor Substituto da Divisão de Educação, Território de Roraima; Diretor do Hospital Nossa Senhora de Fátima; Diretor do Hospital São Camilo; Chefe da Clínica Obstétrica da Maternidade de Boa Vista; Chefe do Setor de Medicina da L.B.A. em Roraima; Diretor da Divisão de Saúde; Professor de Ciências Naturais da Escola Normal de Roraima; Professor de Puericultura e Enfermagem da Escola Normal de Roraima.

Estudos e Graus Universitários:

Ginásio Espírito Santo; Colégio Universitário da Guanabara Medicina, Fac. Fluminense de Medicina, Niterói, RJ, 1944; Cursos de Puericultura e Administração, de Higiene Infantil e Dietética, de Operatória Obstrétrica Transpélvica, de Clínica Médica, de Afecções do Aparelho Respiratório e de Obstetrícia Rural.

Atividades Parlamentares:

CONGRESSO NACIONAL: COMISSÕES MISTAS: Mensagens 37/71, que submete Congresso Nacional texto DL 1167/71 que autoriza o tesouro nacional a promover o aumento do capital: Membro, 1971; Mensagem 63/71, que submete Congresso Nacional DL 1183/71 que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município de Roque Gonzales, estado do Rio Grande do Sul: Membro, 1971; Orçamento PL 13/71: Suplente, 1971; PL 22/71, que autoriza PE a abrir ao M. R. Ext. crédito especial: Membro, 1971; Mensagem 22/72, submete Congresso Nacional o DL 1209/72, que concede aumento de vencimentos aos funcionários do PJ da União e do DF: Membro, 1972; incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 11 de 1973, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1974: Relator, 1973. CÂMARA DOS DEPUTADOS: COMISSÕES PERMANENTES: Legislação Social: Suplente, 1971; Saúde: Membro, 1971, 1973, e Vice-Presidente, 1971; Redação: Membro, 1973.

Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas:

Membro, Associação Amazonense de Imprensa; Membro, Rio Branco Esporte Clube; Membro, Baré Esporte Clube; Membro, Atlético Roraima Clube; Membro, União Operária Beneficente.

Conselhos:

Presidente, Conselho Penitenciário de Roraima.

Condecorações:

Medalha do Pacificador, 1961.

Missões Oficiais:

Representante da Câmara dos Deputados, Congresso de Desenvolvimento do Pontal do Triângulo Mineiro, Ituiutaba, MG, 1971.

Documento produzido em 11/11/2008 17:49:09 (SILEG - Módulo Deputados)

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Muito obrigado, Senador Mozarildo, pela referência ao meu pai. Sinto-me honrado de ser filho dele.

Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador João Pedro e, a seguir, a Senadora Lúcia Vânia, pela Liderança.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Presidente Augusto Botelho, meu colega de Partido, relato, neste momento, da tribuna do Senado, a viagem que fiz à terra indígena do povo waimiri-atroari. Esse território indígena está justamente localizado nas terras dos nossos Estados: Amazonas e Roraima.

V. Ex^{as} têm conhecimento da luta dos povos indígenas pelo direito à vida, à terra e à cidadania. Essa luta é diária desde 1500. Essa luta é desigual desde 1500.

O Brasil que se fez, o Brasil de hoje subtraiu vidas e terras indígenas, negou e continua negando cidadania às etnias que resistiram e sobreviveram no decorrer destes 508 anos. Esse é um pedaço da História do Brasil que jamais deveríamos esquecer. Essa história nos coloca cara a cara com uma realidade que, se fosse escondida debaixo de um tapete, tornaria o passado da Nação uma farsa, uma crueldade com a consciência de cada um de nós. Prefiro a dor de encarar os fatos históricos a ter a consciência turvada por relatos distorcidos ou negligenciados. Por isso, oriento o meu desejo de construir dias melhores para o meu País, sempre com os olhos no retrovisor da história para corrigir os erros do passado em vez de repeti-los ou escondê-los.

Quis a história que, neste fim de semana, eu, já Senador da República, estivesse entre os índios waimiri-atroari, etnia que permaneceu, até bem pouco tempo, na lista das ameaçadas de desaparecimento. Nas décadas de 1970 e 1980, combati, nas ruas de Manaus e do Brasil, juntamente com centenas de brasileiros, as idéias e os projetos do Poder Público e da iniciativa privada que reduziriam a população waimiri-atroari de mais de 1,5 mil índios para apenas 374 habitantes. Tudo isso em menos de 15 anos. Tudo isso em menos de 15 anos!

A maioria dos índios morreu em massacres deliberados. Não seria exagero afirmar, diante dos fatos,

que o Estado brasileiro, sob o tacão da ditadura militar e de setores da iniciativa privada, havia decidido pelo extermínio dessa etnia.

Refiro-me à construção da BR-174, que ligou Manaus, no Amazonas, a Boa Vista, em Roraima; à construção da hidrelétrica de Balbina, e à exploração da cassiterita da mina de Pitinga pela empresa Paranapanema. Os três megaempreendimentos se interligavam nos aspectos econômicos e políticos da época.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, isso é emblemático. Vejam que o povo waimiri-atroari está localizado ali entre Roraima e Amazonas, e esses três grandes projetos passaram por cima das suas terras, rasgando a história. É preciso que possamos ter o olhar desse povo. E foi irreversível.

E ainda há Presidente Figueiredo, uma cidade do Amazonas hoje com uma população significativa. E não é só a cidade, mas o que lá existe, os grandes projetos agropecuários, enfim.

Os três foram implantados em terras habitadas pelos índios waimiri-atroari. A inundação da floresta, para movimentar as turbinas da hidrelétrica, a derrubada da floresta e a escavação das terras para a retirada da cassiterita, encolheram as terras das duas etnias. Evidentemente que eles haveriam de resistir a essas agressões. E, como nos tempos da velha colonização, foram julgados e condenados ao extermínio.

No sábado, conversei longamente com os líderes waimiri-atroari. Foi esclarecedor ouvir a versão deles sobre episódios controversos dos períodos de confronto direto. Reforcei minha convicção de que o conflito é fruto da intolerância e da incompreensão que se instalam entre idéias, modos de ver e de pensar antagônicos.

Os índios são vítimas desse mal que contamina os regimes de exceção e até os democráticos. Desse mal que contagia, de igual modo, setores decisivos da sociedade civil em todos os tempos. Trata-se da intolerância com as minorias de um modo geral. Trata-se da negação à possibilidade da unidade na diversidade.

Precisamos mudar esse quadro. Precisamos ouvir com mais atenção os clamores que vêm das minorias, como o apelo dos índios pela demarcação e garantia das suas terras.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, os waimiri-atroari são brasileiros felizes e desejosos da paz permanente. Mas estão conscientes, também, de que a felicidade e a paz dependem da compreensão de que eles têm o direito de viver com dignidade, conforme a organização social e espiritual herdada dos seus ancestrais. Esse é crucial, uma vez que os índios se sentem, continuamente, sob a ameaça de invasão e perda do controle das suas terras.

Agora mesmo, estão sendo analisados na Justiça Federal procedimentos que questionam a suspensão do tráfego seletivo de veículos. Não é a proibição, Senador Jefferson Praia. Os veículos passam a noite lá, e eu passei uma noite para presenciar isso. Por isso que digo que há uma suspensão de tráfego seletivo. Nesse trecho, das 18 às 6 horas, podem passar ônibus de passageiros, caminhões com carga perecível e veículos transportando enfermos. O tráfego é fechado apenas a caminhões com carga não perecível e veículos de passeio, que podem voltar a circular normalmente a partir das 6 horas da manhã.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Pedro, quando V. Ex^a puder me conceder um aparte, eu gostaria muito.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agora, está concedido o aparte a V. Ex^a, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Pedro, os índios waimiri-atroari têm muito em comum com os nossos dois Estados, como V. Ex^a colocou; uma parte da reserva está no Estado de V. Ex^a, outra parte está no nosso Estado. E essa reserva já está demarcada. Inclusive, acho que, se V. Ex^a conversou bem com os índios, V. Ex^a deve ter ouvido o relato sobre a morte do Padre Calleri, que, a mando da Igreja Católica, foi lá justamente, como se diz, para contatar, civilizar e catequizar os índios waimiri-atroari. O Padre Calleri foi morto pelos índios waimiri-atroari. Outra coisa que eu gostaria de saber se eles lhe falaram foi sobre uma ONG que atuou lá durante muitos anos – nem sei se ela continua atuando – e que recebia da Eletronorte e de outros órgãos, inclusive internacionais, dinheiro muito alto para aplicar para os índios. Pode ser que eles não tenham aplicado. Aliás, isso é costume dessas ONGs que se dizem indigenistas. Depois, Senador João Pedro, acho que V. Ex^a tem razão quando diz que devemos proteger os nossos índios. É verdade! Mas não concordo, como alguém que não está preso a nenhum tipo de ideologia, mas que é um humanista – sou médico –, que seja bom ajudar os índios dessa forma, segregando-os, separando-os, criando *apartheid*. Não entendo que isso seja bom para eles. Pelo que sei dos índios com quem converso – é verdade que não tenho contato com os waimiri-atroari, mas tenho com os índios todos do meu Estado –, eles não querem segregação. Depois, V. Ex^a falou numa suspensão de tráfego seletivo. Em que lei se baseia isso, Senador João Pedro? Não existe nenhuma lei. Isso é inconstitucional. Lá há uma rodovia federal que corta uma reserva indígena e que tem reserva de domínio da rodovia federal. O que existe lá é uma afronta à legislação. Na verdade, o tráfego à noite não causaria dano aos índios. No entanto, faz-se esse tráfego seletivo. Sabem como é

seletivo, Senador João Pedro? Será que lhe falaram que cobram pedágio seletivo também?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não cobram, não é verdade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Cobram, é verdade.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não cobram, não existe isso.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Conheço inúmeros caminhoneiros e donos de ônibus que pagam.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não cobram.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então, vamos fazer uma investigação sobre isso e ouvir...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu estive lá.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Não, mas o senhor ouviu só os índios. Vamos ouvir as pessoas que pagam.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu já ouvi V. Ex^a; fui agora ouvir os índios.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Mas V. Ex^a só ouviu um lado; V. Ex^a tem que ouvir os dois lados. É preciso ouvir os dois lados. Ou será que, no caso, as pessoas que V. Ex^a ouviu, só posseiros e índios, são colegas de Deus?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador, quero dizer, primeiro, que não estou discutindo as ONGs. Não estou discutindo a ONG; estou fazendo uma defesa aqui do povo waimiri-atroari. Esta é a primeira questão.

Segundo, quem inaugurou esse procedimento da corrente na estrada foi o Exército. O Exército fez a estrada e o que restou para os waimiri-atroari foi esse trecho entre Roraima e Amazonas. Então, quando o Exército colocou a corrente na estrada, ninguém reclamou. É seletivo. Penso que os waimiri-atroari estão cobertos de razão, porque aquela é uma defesa deles no dia-a-dia. Aquele é um ponto de floresta densa. Só neste ano morreram 420 animais ali. Os Waimiri-Atroari contam, são organizados. Creio que V. Ex^a poderia fazer-lhes uma visita. V. Ex^a representa o Estado, é um Senador da República.

O meu discurso é para olharmos de forma diferente um povo diferente. É o Estado brasileiro que tem de proteger essa minoria em discussão. Falarei, em seguida, no pronunciamento que procurei escrever, para não ser injusto, sobre as pessoas que lá estão trabalhando.

Lá existem duas associações, Senador Augusto Botelho. Uma é a dos índios Waimiri-Atroari, e a outra é a dos servidores da área de saúde, técnicos agrícola-

las, motoristas, administradores, médicos, odontólogos. Esse é o grupo que lá está trabalhando de forma exemplar.

Prossigo, Sr. Presidente.

O fechamento desse trecho da BR-174 ocorre desde a época em que a rodovia era controlada pelos militares. Nem políticos nem empresários reclamaram da medida baixada e executada pelos quartéis. O recurso somente agora, a meu ver, não se sustenta porque os motivos apresentados por seus patrocinadores são estapafúrdios e só podem ser creditados à implicância dos que agem sistematicamente contra os direitos dos índios.

Os Waimiri-Atroari têm direito à tranquilidade noturna.

Os Waimiri-Atroari têm o direito de se prevenir contra ações ilícitas, como o roubo de madeiras, de material biogenético e o abate de animais.

Os Waimiri-Atroari têm o direito de proteger os animais dos atropelamentos noturnos.

Acabei de dizer que 442 animais foram atropelados nesses 125 quilômetros de rodovia dentro da reserva, só este ano. Imaginem se esse tráfego fosse também noturno!

Os Waimiri-Atroari, afinal, têm o direito de zelar pela proteção da casa deles, que é a floresta. É da floresta e da relação com ela que esse povo obtém o alimento físico e espiritual para sobreviver com dignidade.

A atitude dos índios deveria sensibilizar todos aqueles que também lutam contra a destruição do planeta.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, trago a esta tribuna o apelo dos Waimiri-Atroari para que esta Casa se una aos que lutam para que não se permita mais um ato de injustiça contra eles.

Atos movidos pela implicância e pelo preconceito devem ser impedidos de prosseguir. Concretizá-los seria um ataque contra a felicidade de crianças, jovens e adultos que escaparam da lista de extinção. Aliás, os Waimiri-Atroari são o exemplo dos que conseguem superar os conflitos e as tensões com altivez. Há 20 anos, Sr. Presidente, eles mantêm o programa Waimiri-Atroari, por convênio entre a Eletronorte e a Funai, que tem ações voltadas à melhoria da qualidade de vida nas aldeias. Os resultados do programa são invejáveis: crescimento populacional de 6,9% ao ano; 43% da população alfabetizada e o restante em processo de alfabetização na língua própria da etnia; controle vacinal completo; índices mínimos de cárie; índice zero de alcoolismo, tabagismo e tantos outros índices sociais.

A felicidade desses brasileiros dos rios e das florestas é resultado da qualidade de vida que eles conquistaram na adversidade, com inteligência e paciência, para a formação das alianças duradouras.

É essa perseverança que levará os Waimiri-Atroari a vencer a implicância, o preconceito e a injustiça praticados pelos que vivem no entorno das suas reservas ou dos que dela fazem uso econômico e social através da rodovia BR-174. A ninguém é dado o direito do roubo da conquista do bem-estar, muito menos quando esse bem-estar é resultado da reconquista da felicidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os Waimiri-Atroari são povos renascidos. E esse fato deve ser creditado à convicção dos seus líderes de que o melhor caminho para suas aldeias é o indicado pelos seus ancestrais, que é o respeito ao ritmo do pulsar da natureza.

Por fim, quero agradecer ao meu amigo de muitos anos José Porfírio de Carvalho, indigenista que trabalha há 40 anos com os Waimiri-Atroari; a Mário Parywe, grande líder Waimiri-Atroari da Aldeia Xeri; e aos líderes Wamé, da Aldeia Iawara; Sawa, da Aldeia Mynawa; Arakaxi, da Aldeia Paryry; Kyrixiri, da Aldeia Alalau; Ate, da Aldeia Xará; e Sanapyty, da Aldeia Maikon.

Agradeço também aos 1287 Waimiri-Atroari que receberam a mim, aos meus assessores e a equipe que me acompanhou com um belíssimo ritual de celebração da amizade...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Já encerro, Sr. Presidente.

Por fim, eu quero chamar a atenção de todos os Senadores e de todas as Senadoras, porque o gesto de compreender o clamor dos povos indígenas não é simples, mas nós, que temos a incumbência de construir políticas públicas, precisamos olhar o grito dos povos indígenas com muita solidariedade, com um patamar elevado e compromisso de respeitar as minorias, os povos que construíram e que continuam construindo esta grande Nação que é o nosso Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Jefferson Praia, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Enquanto S. Ex^a se aproxima da tribuna, V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, use a palavra, rapidamente, pela ordem, em respeito a essa extraordinária Senadora do seu Partido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas comentar a informação que nos é trazida pelo Senador Magno Malta, Presidente da CPI da Pedofilia, de que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar a alteração do Código Penal que tipifica também como crime a posse de material pornográfico infantil.

Na verdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente já criminalizava a compra, a distribuição e a venda, mas não criminalizava a posse. E a posse, portanto, passa a ser crime, de acordo com esse projeto – originário da CPI, da qual eu faço parte – aprovado pelo Senado e, agora, pela Câmara, sem alterações. Então, ele poderá ir à sanção do Presidente da República, sanando essa lacuna para enfrentar esse que é um dos crimes mais horríveis que nós temos no País.

Era o que eu queria registrar.

Peço a V. Ex^a também que coloque depois em votação o requerimento a respeito das comemorações dos cinquenta anos em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ouviremos, agora, o pronunciamento da nossa Senadora Lúcia Vânia, do Estado de Goiás, que representa com muita grandeza o PSDB nesta Casa.

V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, poderá usar da palavra pelo tempo que julgar conveniente.

Em seguida, como Líder do PMDB, falará o Senador Renan Calheiros; depois, outro Líder, o Senador Francisco Dornelles, do PP; e o Senador Magno Malta depois usará da palavra para esclarecer os avanços da legislação contra a pedofilia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna, na tarde hoje, para comentar a Medida Provisória nº 446, publicada ontem no Diário Oficial da União, que beneficia as entidades filantrópicas com uma série de vantagens adicionais.

As normas mais polêmicas da Medida Provisória permitem que as organizações que tinham apresentado pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) tenham deferimento automático.

Também serão extintos os recursos sobre renovação ou concessão de certificados que ainda não foram julgados.

Na prática, isso significa que foram extintos os processos existentes no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) contra entidades que eram investigadas por supostas irregularidades na prestação de contas e corriam o risco de perderem o título de entidade filantrópica.

Vale ressaltar a boa intenção do Governo Federal ao publicar tal MP, que garante, supostamente, à população a continuidade de serviços públicos de saúde, educação e assistência social que a estrutura governamental não consegue oferecer.

O jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de hoje, traz uma matéria sobre o assunto. Nela, a Secretária de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Ana Lígia Gomes, afirma que “assistência social não é fazer qualquer coisa para pobre. É preciso estar dentro de uma política pública”.

Ao que parece, o Governo optou pela publicação da medida provisória por não ter estrutura para julgar rapidamente o enorme estoque de processos administrativos.

Já o jornal **Valor Econômico** informa que, no âmbito do CNAS, são 8.515 casos sem decisão, envolvendo cerca de R\$4 bilhões em tributos. Segundo o periódico, para que a Receita Federal pudesse cobrar dívidas das filantrópicas que perdessem o Cebas – o certificado –, 1.274 casos teriam de ser julgados até o fim deste ano no CNAS. Outros mil recursos aguardam julgamento na Previdência, sendo que, desses, 380 também terão cobrança de tributos inviabilizada sem decisão até 31 de dezembro.

Senhoras e senhores, as entidades filantrópicas, geralmente hospitais, universidades e casas de assistência social, ficam livres da contribuição previdenciária patronal, equivalente a 20% da folha de pagamento, e das contribuições CSLL (sobre o lucro líquido), PIS e Cofins (9,25% sobre o faturamento).

Lembro os nobres, Senadores, que, durante os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento, descobriu-se que inúmeras entidades ditas filantrópicas sequer possuíam endereço real. Por isso, embora reconhecendo a boa vontade do Governo, não podemos deixar de chamar atenção para o fato de que a medida provisória em questão pode exaurir os cofres públicos em nome de uma continuidade de atendimento aos assistidos, mas permitir a atuação de entidades que não são exatamente filantrópicas.

Lembro que, quando fui Secretária Nacional de Assistência Social, o então Ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, chamava a essas falsas entidades filantrópicas de “pilantrópicas”.

Isso significa que o Governo não pode deixar de estabelecer instrumentos de fiscalização, a fim de

se evitar que os recursos públicos sejam, mais uma vez, utilizados indevidamente em nome de uma boa intenção. Concordo que os Ministérios das respectivas áreas sejam os julgadores dos pedidos de título de filantropia, sem esquecer da atenção fiscalizadora que deverão adotar na análise desses pedidos.

Conforme bem o diz a Secretária Nacional de Assistência Social, “a assistência social não é simplesmente uma política para pobres”. É verdade. Ela é uma política pública, implantada no Governo Fernando Henrique, que visa ser instrumento de cidadania, um direito do cidadão e um dever do Estado.

Devemos, sim, atentar para a necessidade da continuação dos programas sociais prestados pelas milhares de entidades sérias deste País, mas não podemos ser omissos em relação àquelas entidades que, simplesmente, querem usar o recurso público sem o correspondente serviço prestado à população.

E esse é um papel desta Casa também.

Como Vice-Presidente da CPI das ONGs, quero chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para o fato de que abrir esse precedente significa jogar para o mercado uma quantidade enorme de entidades sem saber que tipo de serviço essas entidades estão prestando. Isso, a meu ver, é temerário.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Lúcia Vânia, é muito oportuno o seu pronunciamento, porque o Governo publicou, ontem, esta Medida Provisória, exatamente como uma resposta a um projeto de lei que não foi aprovado e que morreu na Câmara dos Deputados. Aí, o Governo usa, mais uma vez, a medida provisória. Portanto, a primeira crítica refere-se ao uso de medida provisória em vez de projeto de lei. A segunda, que é muito bem salientada, diz respeito, na verdade, ao fato de o Governo estar nivelando por baixo. Quer dizer, para combater sua deficiência de rapidez na decisão, de bom senso na decisão, o Governo quer aprovar todo mundo por igual, nivelando por baixo, seja a entidade que não é filantrópica seja a entidade que realmente precisa desse certificado. As críticas em relação à ausência de uma decisão são permanentes. O Governo, em vez de tomar providências para que essa decisão seja mais rápida, criteriosa, evidentemente, toma uma decisão como essa. Olha, há algo esquisito aí. Precisamos analisar com muito cuidado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo. Concordo com V. Ex^a. É algo irracional o que foi feito, porque creio que o

Governo poderia fazer um grupo de estudo, uma força tarefa e, em 90 dias, apresentar pelo menos uma seleção desses certificados. Não se entende como se pode anistiar um volume tão grande de certificados, inclusive alguns com já comprovada posição do CNAS no sentido de que são entidades que devem alguma coisa ao próprio Conselho. No entanto, essas entidades serão anistiadas como se nada houvesse, como se todas as irregularidades tivessem sido sanadas.

Portanto, alertamos os Srs. Senadores para que esta Medida Provisória seja analisada em profundidade e que possamos, no Senado da República, apresentar uma alteração em nome daquelas entidades sérias, que têm prestado serviço da mais alta qualidade. E, como diz V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, temos de evitar nivelar essas entidades por baixo. É preciso respeito às entidades sérias como as Apaes, as Pestalozzis e outras tantas que têm prestado a este País um benefício enorme. Mas não podemos permitir que aquelas que se utilizam do escudo de filantrópicas possam fazer desse trabalho uma atividade questionada por toda a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.357, DE 2008

Requeiro com base no art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do expediente da Sessão do Senado Federal do dia 14 de dezembro de 2008, seja dedicado a homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) pelo transcurso dos seus 50 anos

Justificação

Criada em 1958, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais é hoje uma das cinco maiores universidades brasileiras: são cerca de 40 mil alunos, matriculados em 52 cursos de graduação e em outros de pós-graduação, ministrados por 2.503 professores e sustentados por uma infra-estrutura técnica e administrativa que reúne 1400 funcionários.

Reconhecida como uma das melhores instituições brasileira no ensino superior, a PUC ganhou em 2006 o “Prêmio Melhores Universidades”.

Investiu e expandiu nos últimos anos suas atividades em pesquisa, pós-graduação e extensão, com a criação de cursos de Mestrado e de Doutorado, maior intenção com o setor produtivo e científico e o estreitamento de relações com a sociedade, com ênfase nos projetos de inclusão social e de redução das diferenças

No total, a estrutura multicampi da PUC Minas reúne aproximadamente uma centena de prédios, que abrigam salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, museu, salas multimídia, teatros, auditórios, hospitais veterinários, clínicas de fisioterapia, de odontologia e de psicologia, canal de TV e outros equipamentos.

O traço comum de sua atuação, em todas as áreas, é a preocupação com o avanço da ciência e do conhecimento e a sintonia que busca manter, permanentemente, com os anseios da sociedade moderna e democrática.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Eliseu Rezende** – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será encaminhado e todas as providências serão tomadas para o atendimento do requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.358, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao jornal CORREIO BRAZILIENSE, por ter sido classificado como finalista em quatro categorias do Prêmio Esso de Jornalismo 2008.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **CORREIO BRAZILIENSE**, por ter sido classificado como finalista em quatro categorias do Prêmio Esso de Jornalismo 2008, a mais importante premiação da imprensa, no País.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Direção do jornal e, por seu intermédio, de todos os profissionais que contribuíram para essa classificação.

Justificação

Mais um feito notável do prestigioso jornal da Capital Federal. O **CORREIO BRAZILIENSE** acaba de ser classificado como finalista em quatro categorias do Prêmio Esso de Jornalismo 2008, o mais importante da imprensa brasileira. Somente o fato de chegar como finalista já é distinção que merece aplauso, porque de um total de 1.182 trabalhos inscritos, apenas 38 foram selecionados para a disputa final. A equipe de Economia do jornal, dirigida por Raul Pilati, concorre na modalidade de Informação Econômica com a série

“Quando o Brasil cresce...”, que já conquistou o Prêmio de Imprensa Embratel. Pela quarta vez consecutiva, o jornal concorre também na categoria Primeira Página, com “Como fica Cuba sem Fidel”. Na categoria Criação Gráfica, foi selecionado o trabalho “O homem que não estava lá”, arte de Kácio Pinheiro e diagramação de Laerte Filgueiras. Para a categoria Regional, ficou o trabalho “Os brinquedos dos anjos”, de Ana Beatriz Magno e José Varella. Cabe ainda assinalar que outro jornal do grupo **DIÁRIOS ASSOCIADOS**, o **DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, recebeu menção de Melhor Contribuição à Imprensa, por haver lançado versão em braile e concorre também ao Regional para o Nordeste. Por estar na final desse importante prêmio, e em quatro categorias, o **CORREIO BRAZILIENSE** torna-se merecedor da homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.359 DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Dom José Bezerra Coutinho, ocorrido no dia 7 deste mês de novembro de 2008, em Fortaleza, Ceará.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata, de Voto de Pesar pelo falecimento de Dom José Coutinho, ocorrido no dia 7 deste mês de novembro de 2008, em Fortaleza, Ceará.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da Arquidiocese de Fortaleza e à família do falecido prelado.

Justificação

Dom José Bezerra Coutinho, falecido no dia 7 deste mês de novembro de 2008, em Fortaleza, aos 98 anos de idade, era Bispo Emérito de Estância – SE e o mais velho bispo católico romano do Brasil. Natural de Capistrano – CE, ele se ordenou padre em Fortaleza, foi Bispo Auxiliar de Sobral – CE e de Estância – SE, onde encerrou a carreira. Foi também presidente da Comissão Pastoral da Família e membro da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pelos serviços prestados nos cam-

pos da religião, do ensino e da família, ele merece a homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos agora para usar da palavra o Senador Renan Calheiros, por cessão do Senador Gilvam Borges, que é do PMDB. O Senador Renan Calheiros tem uma das biografias mais fulgurantes. Foi Deputado, Líder de Governo, quando Deputado Federal, Ministro da Justiça, extraordinário Ministro da Justiça, e Líder do PMDB. O PMDB deve muito o seu crescimento à participação de Renan Calheiros, quando liderou esse Partido. Assisti S. Ex^a fazer crescer este Partido aqui, e está aí o resultado. Somos, hoje, o maior Partido do Brasil, quantitativa e qualitativamente.

V. Ex^a poderá usar da palavra, pelo tempo que achar conveniente, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, querido amigo, mais uma vez, pela gentileza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho ocupado esta tribuna, nos últimos meses, para debater temas relacionados ao desenvolvimento do País e, em especial, ao desenvolvimento de Alagoas.

E um deles, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a modernização do sistema de transportes do Estado, que abrange rodovias, ferrovias e o porto de Maceió.

Já discuti, em algumas oportunidades, os problemas da malha ferroviária do Estado, que começam, Sr. Presidente, felizmente, a ser solucionados.

Aliás, a melhoria das vias férreas só foi possível, possível mesmo, graças ao financiamento dado à Companhia Siderúrgica Nacional, incluído na Transnordestina.

Participamos, Sr. Presidente, inclusive, das inaugurações de alguns trechos, eu e o Governador do Estado, Teotonio Vilela.

Falta a Companhia Vale do Rio Doce – já disse aqui desta tribuna, e mais uma vez queria lembrar, outra concessionária que está no mesmo projeto de financiamento – fazer a sua parte, ou seja, iniciar as obras de Porto Real do Colégio a Aracaju. Essas empresas devem garantir a reconstrução da malha até o Porto de Suape, onde encontrará a Transnordestina.

Mas, Sr. Presidente, a rede rodoviária de Alagoas, como todos nós sabemos, ainda apresenta condições de operação deficientes, precisando de investimentos

insubstituíveis. A malha possui uma boa distribuição espacial e interliga a capital ao interior do Estado e ao restante do País, mas precisa, Sr. Presidente, como dizia, ser revigorada, atualizada, modernizada e ampliada.

Foi por isso que eu e o Governador Teotonio Vilela Filho voltamos a conversar, na semana passada, com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre os projetos que envolvem recursos federais para o nosso Estado. Amanhã mesmo, estarei com o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e com o Ministro da Saúde, José Temporão.

Quero, Sr. Presidente, agradecer mais uma vez ao Ministro dos Transportes, nosso colega de Senado, que tem assumido e, principalmente, tem honrado os compromissos com os investimentos de infra-estrutura em Alagoas.

Acertamos com Alfredo Nascimento que os recursos para a pavimentação da BR-316, no trecho Carié a Inajá, em Pernambuco, serão colocados pela bancada federal por meio de emenda ao Orçamento da União de 2009.

E vamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora, com os recursos aprovados pelo Deputado Francisco Tenório, asfaltar a rodovia de Chã Preta a Correntes, também no Estado de Pernambuco.

Atendendo, ainda, a um antigo pleito, a uma antiga reivindicação do ex-prefeito, empresário e querido amigo Nivaldo Jatobá, de São Miguel dos Campos, e da Prefeita Rosiane Santos, do PMDB, acertamos com o Ministro dos Transportes a construção do elevado em São Miguel dos Campos, no bairro Rui Palmeira.

Como sabemos, vamos ter, na duplicação da BR-101, dois trechos: da divisa com Pernambuco a São Miguel dos Campos, que tem andado, superado entraves ambientais e fundiários, mas esperamos – e este foi o objetivo da audiência que tivemos com o Ministro dos Transportes – que o edital saia ainda este ano. Esse também, Sr. Presidente, foi o compromisso que, mais uma vez, o Senador Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, assumiu com a bancada e com Alagoas.

No caso dessa obra, é preciso mesmo publicar logo o edital. Nesse sentido, esperamos a colaboração do Diretor-Geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot. No calendário do PAC, no compromisso do Presidente da República, essa duplicação deverá estar concluída até setembro de 2010.

Além desse trecho a que me referi, Sr. Presidente, da divisa com Pernambuco a São Miguel dos Campos, nós teremos o trecho de São Miguel dos Campos a Aracaju, que começará inclusive com o elevado de São Miguel dos Campos.

Ferrovias e rodovias integradas aos portos são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de nossa região. Por isso, é estratégica a reativação do acesso ferroviário ao Porto de Maceió, a duplicação, como dizia, da AL-101 sul e norte, a duplicação da Via Expressa de Maceió e a reforma de outras vias urbanas em torno do porto.

As obras na estrutura física do Porto de Maceió estão avançadas, com a construção do cais, tipo dinamarquês, para adequar as instalações do porto à movimentação de contêineres. No cais, de aproximadamente 407 metros de extensão, estão sendo realizados serviços de confecção e cravação de estacas, colocação de placas, serviço de dragagem e sondagens geológicas.

Quando estive em Maceió, o Ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, confirmou a inclusão das obras de revitalização, ampliação e modernização do Porto de Maceió e de um terminal de passageiros, também fundamental para o nosso Estado, que é um Estado turístico, no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Há, Sr. Presidente, a duplicação da rodovia estadual AL-101, que liga Maceió a Barra de São Miguel, com recursos já empenhados há quase dois anos. Além disso, existe um projeto de duplicação da rodovia que liga Maceió a Barra de Santa Antônio.

É muito importante também avançar na construção do viaduto, da passagem elevada do acesso viário do Aeroporto Zumbi dos Palmares à capital, à BR-104, a Rio Largo e ao aeroporto de Rio Largo, a Messias, com recursos da Infraero.

Mais uma vez, gostaria de agradecer ao Presidente da empresa, Sérgio Galdenzi, e ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pela atenção dada a Alagoas.

Orçada em quase R\$17 milhões, a obra vai melhorar o acesso de Maceió ao aeroporto, inaugurado em 16 de setembro de 2005. Essa obra, Sr. Presidente, esse investimento caracteriza, na verdade, a última fase da construção do Aeroporto de Maceió. A construção da alça viária vai evitar o cruzamento da BR-104, na saída do aeroporto, diminuindo acidentes e melhorando o tráfego na região.

Nesse esforço para ampliar as portas de entrada de nosso Estado, já viabilizamos R\$20 milhões para a construção do Aeroporto de Maragogi, que depende agora do relatório de impacto ambiental. Vamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se Deus quiser, viabilizar a ampliação e modernização do aeroporto de Penedo.

Também precisamos de outro projeto relevante para o Estado. O trecho rodoviário entre o Aeroporto de Maceió e Cachoeira do Mirim, como todos sabem, já

está pronto. E estamos trabalhando – e esse também foi o objetivo da audiência que tivemos com o Governador e com o Ministro Alfredo Nascimento – junto ao Ministério para a construção do trecho entre Cachoeira do Mirim e São Luiz do Quitunde, na altura da Ponte da Flamenguinha.

Estamos retomando a construção da ponte da Barra de Santo Antônio, o que encurtará o caminho para o litoral norte do Estado em vários quilômetros e abrirá, Senador Mão Santa, 17 quilômetros de praias praticamente virgens, que atrairão investimentos imobiliários e turísticos.

Vamos também viabilizar – e toda a bancada trabalha nesse sentido, todos os Deputados Federais e Senadores – recursos para a construção da rodovia Costa Doce, que margeará o São Francisco, de Penedo a Delmiro Gouveia, beneficiando também outros Municípios, como Piaçabuçu, Igreja Nova, Belo Monte, Traipu, Porto Real do Colégio, Piranhas, Olho d'Água do Casado, Água Branca, São Brás e Pão de Açúcar.

Já recuperamos a BR-423, que cruza Alagoas, da divisa da Bahia a Pernambuco, além das BRs-101, 104 e 316, sendo que, nesta última, vamos pavimentar – quero repetir – o trecho de Carié a Inajá.

Além disso, estamos restaurando a rodovia estadual de Anadia a Boca da Mata e o acesso de Maria Bode a Delmiro Gouveia.

Estamos viabilizando a construção de acessos a vários Municípios e a restauração das rodovias estaduais.

Temos, ainda, Sr. Presidente, outros investimentos com o empenho da bancada federal. Por exemplo, a ponte de Penedo a Neópolis está em projeto. É importante que concluamos logo esse projeto, para que possamos aqui, com a bancada federal, como dizia, trabalhar pelos recursos.

Também vamos construir, o que foi uma sugestão e tivemos recursos aprovados por indicação do Deputado Joaquim Beltrão, a rodovia de Penedo a Pindorama, onde encontrará a rodovia de Pindorama, construída com recursos federais obtidos também aqui em Brasília, ainda na gestão de Luciano Barbosa, no Ministério da Integração Nacional.

Nunca é demais lembrar os recursos emergenciais que conseguimos para restaurar as rodovias federais e estaduais; a rodovia de São Luiz do Quitunde a Flexeiras, que precisa, mais uma vez, ser restaurada; a rodovia de Porto de Pedras a Porto Calvo, com recursos aprovados pelo Deputado Augusto Farias, com a construção de pontes, como a ponte do Pilar, de Joaquim Gomes, de Matriz de Camaragibe e da ponte e do viaduto de Teotônio Vilela. Assim como, Sr. Presidente, a rodovia de Maceió a São Miguel dos

Campos, de Maceió a Maragogi, Atalaia, Palmeira dos Índios, Capela, Viçosa, Quebrangulo, Chã Preta, Paulo Jacinto, dentre outras.

Estamos aguardando também os projetos das estradas que ligarão Murici a Capela e a ponte, a que me referi há pouco, de Penedo a Neópolis. Essa ponte é também prioridade dos Governos de Alagoas e de Sergipe.

Outro projeto importante é a continuidade da recuperação da rodovia de Olho D'Água das Flores a Delmiro Gouveia (AL-220) e a duplicação dessa rodovia exatamente no trecho de Arapiraca.

Tudo isso, Srs. Senadores, vai deixar Alagoas mais eficiente no escoamento de sua produção, na geração de emprego e renda e na modernização da infra-estrutura no Estado. São obras como estas, na área de infra-estrutura, que irão levar desenvolvimento e justiça social ao nosso povo.

Sr. Presidente, quero continuar trabalhando aqui no Senado Federal para que isso efetivamente se concretize. Para tanto, é fundamental manter a expectativa de investimentos do setor privado em hotéis, pousadas, condomínios e segundas moradias. Sr. Presidente querido Senador Mão Santa, além de gerar empregos e renda, esses projetos são fundamentais para setores como o turismo e para a economia do Estado de Alagoas como um todo.

Era o que tinha a dizer por hoje.

Mais uma vez, eu queria agradecer a gentileza de V. Ex^a, os gestos seguidos que V. Ex^a tem tido com este Senador quando está na Presidência do Senado Federal. Mais uma vez, elogio o seu papel nesta Casa. V. Ex^a desempenha aqui um profícuo mandato em defesa do Brasil, em defesa da população do Piauí. Quero, modestamente, somar forças para que V. Ex^a se agigante cada vez mais e possa sempre apresentar mais resultados ao povo de sua terra e ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Renan, quis Deus eu estar na Presidência e dar testemunho de que V. Ex^a já realizou muito neste País. Quando eu governei o Estado do Piauí, V. Ex^a foi Ministro da Justiça. E nenhum Ministro investiu tanto no sistema penitenciário do Piauí quanto V. Ex^a.

E coincidentemente eu presidi V. Ex^a. Não vamos recordar o que V. Ex^a fez, mas o muito que ainda pode fazer por este País.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu observei, um dos temas que V. Ex^a trouxe foi o combate à violência, com a preocupação com o piso

salarial dos policiais e a sua melhoria. V. Ex^a, outro dia, fez um pronunciamento sobre como nós participamos e podemos contribuir para o combate à crise financeira. Também outro dia eu vi o amor que V. Ex^a dedicava aos professores, quando houve a homenagem ao Dia dos Professores. E hoje V. Ex^a mostra o trabalho, o zelo e a preocupação que tem com o seu Estado, reivindicando as obras necessárias no sistema de transporte. O Brasil ainda precisa muito de V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio, Líder das Oposições no Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estive hoje, durante muitas horas, no Superior Tribunal de Justiça, acompanhando o Prefeito de Manaus, Dr. Serafim Fernandes Corrêa, e o Prefeito eleito de Manaus, Dr. Amazonino Armando Mendes, atrás de solução para uma questão que estava sendo julgada naquela Egrégia Corte.

O Município de Coari (aquele que recebe polposos e merecidos *royalties* petrolíferos por ser a segunda base de exploração petrolífera em terra), por um erro clamoroso do Governo do Estado, estava recebendo, em valores de hoje, algo em torno de sete milhões de reais a mais por mês. Com isso, o Governo do Estado deve hoje à Prefeitura de Manaus um acumulado de quase 200 milhões de reais.

Por unanimidade, por cinco votos a zero, o Relator, Presidente da Turma, Ministro Castro Meira, apresentou um relatório absolutamente consistente, no que foi acompanhado pelos Ministros Mauro Campbell Marques, pela Ministra Eliana Calmon, pelo Ministro Humberto Martins, que se pronunciou muito longamente, e pelo Ministro Herman Benjamin, que apresentou um voto, depois de ter pedido vistas do processo, Senador Jefferson Praia, absolutamente brilhante, um voto digno de um ministro de elevada Corte mesmo. Agora, Manaus passa a ter direito ao que é seu.

Alguém poderá fazer a pergunta: “O senhor, Senador pelo Amazonas, então pede contra Coari, que é um Município importante?”

Não. Coari simplesmente não tem direito a esse dinheiro e recebe muito dos *royalties* petrolíferos. É um dos Municípios que recebem, *per capita*, mais dentre todos no Brasil. Coari poderia ter governantes mais sérios – espero que o prefeito eleito não repita a tragédia que foram os mandatos anteriores do seu

antecessor; Coari precisa de seriedade, de alguém que não aplique o dinheiro em proveito próprio; que aplique o dinheiro dos *royalties* petrolíferos (e, futuramente, do gás também) em favor de uma cidade que poderia ser uma Suíça hoje, se não fosse a dilapidação sistemática de recursos públicos. A transferência de recursos para Coari foi indevida. O Superior Tribunal de Justiça reconheceu que o dinheiro pertencia à cidade de Manaus.

Quero ressaltar ainda – e este é um dado de enorme significado civilizatório – que Vereadores de diversas procedências partidárias acorreram ao julgamento, como o Vereador Arlindo Júnior, o Vereador Marcelo Ramos, o Vereador Marcel Alexandre. Estava também o Deputado Ari Moutinho Filho. Mais significativo que tudo, para se mostrar como está sendo feita de maneira civilizada e correta a transição de um Governo para o outro, é que estavam o Prefeito que deixa o mandato, Serafim Corrêa, e o Prefeito eleito, Amazonino Mendes, os dois lutando por Manaus. Serafim, de maneira muito nobre, porque sua administração não usufruirá dos R\$ 200 milhões que terão de ser entregues a Manaus pelo Governo do Estado, que é devedor da cidade, e Amazonino Mendes, obviamente, procurando fornecer o seu caixa para realizar suas propostas de campanha.

É um gesto muito relevante que não sei se seria comum há alguns anos. Não sei se, alguns anos atrás, seria essa uma prática corriqueira no Brasil; nem sei se hoje é uma prática corriqueira no Brasil. Eu tenho a impressão de que se começa agora a amadurecer a visão sobre a política. Começa-se a amadurecer: nada de destruir o que o outro fez, mas, sim, continuar as coisas boas. Muda-se o que se entende que não é bom e dá-se o seu rumo, dá-se a sua marca pessoal. A idéia de uma continuidade básica, essa parece-me que começa a estar presente na cabeça das pessoas que hoje se credenciam a governar Municípios, Estados e a governar o País.

Na questão macroeconômica, não foi diferente. Quando pensamos no Presidente Fernando Henrique, pensamos no Presidente Lula. A transição entre os dois foi muito bonita também. Nós estamos vendo, portanto, um amadurecimento crescente das relações políticas no País. Eu me senti muito recompensado por perceber que havia uma Corte ali capaz fazer justiça pra valer, e, ao mesmo tempo, um Prefeito desinteressadamente lutando pela sua cidade, o Serafim, e o outro, interessadamente no bom sentido, lutando pela sua gestão, portanto, pela sua cidade, o Prefeito que se elegeu, o Dr. Amazonino Mendes.

E mais: se dependesse de mim, o Prefeito que estaria para tomar posse outra vez em 1º de janeiro

seria o Dr. Serafim Corrêa, que apoiei e que logrou brilhantemente no segundo turno, mas não obteve mais votos do que o seu sucessor, que é um candidato sempre muito forte: três vezes Governador, duas vezes Prefeito, Senador da República, duas derrotas nas quais acumulou votos a rodo; enfim, um candidato muito difícil de ser batido.

Quero também ressaltar o trabalho que teve o Senador Jefferson Praia, que foi brilhante, correto, corajoso o tempo inteiro, cumprindo com o seu dever partidário de apoiar o candidato que o partido dele, tanto quanto o meu, achava que era o mais conveniente para Manaus.

Mas acabou a eleição, acabou a eleição. Então nós temos que manter a coerência com os nossos grupos políticos e perceber que Manaus está em primeiro lugar. Naquele momento Manaus precisava de ajuda. Não negaríamos ajuda a Coari em nenhum momento. A maior ajuda que presto a Coari, Senador Jefferson Praia, é denunciar a corrupção brutal que acontece por lá – a Operação Vorax, aliás, já fez muita coisa nesse sentido –; denunciar o desvio de recursos; denunciar o enriquecimento ilícito. No forro de um casebre, acharam R\$10 milhões acondicionados em caixinhas de banco. Uma coisa absolutamente incondizente com o Brasil que a gente pretende descortinar aos olhos dos nossos menores, aos olhos das gerações que estão vindo.

Portanto, presenciei, nesse gesto dos dois Prefeitos, grandeza. Está fluindo a transição de governo para governo; fluindo muito bem. Os dados são muito claramente colocados por Serafim à disposição de Amazonino. Estão acertando a saída de um e a entrada de outro, e Manaus só tem a ganhar com isso. Fiquei muito feliz com o fato de que a cidade de Manaus passa a ter direito ao que é dela.

E volto a dizer: Coari não perde nada. Coari precisa que o novo Prefeito entre e, com mão-de-ferro, coíba qualquer gesto parecido com irregularidade. Se ele fizer isso, tem dinheiro demais para um Município com 65 mil habitantes que tem uma das maiores rendas *per capita* do País, incluindo os Municípios mais prósperos do sul do Brasil, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Manaus dá um exemplo de grandeza democrática a todo o Brasil.

Convidamos para usar da palavra, como Líder do PP, o Senador Francisco Dornelles, que é Presidente desse Partido grandioso, que cresce sob a liderança de S. Ex^a.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, garanto a V. Ex^a que não levarei mais do que cinco minutos.

Sr. Presidente, como Presidente do Partido Progressista, em meu nome próprio, eu manifesto meu profundo voto de pesar pelo falecimento do Deputado Mussa Demes, que ocorreu semana última em Fortaleza.

Conheci o Deputado Mussa Demes quando eu era Secretário da Receita Federal. Ele era um dos auditores mais competentes da Receita. Acompanhei também o trabalho por ele realizado na Secretaria de Finanças do Ceará e do Piauí. Posteriormente, na Assembléia Nacional Constituinte, eu me encontrei novamente com Mussa Demes. Fui Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Constituinte, e ele foi Vice-Presidente da Comissão de Tributação e Finanças. Fez ele um trabalho da maior importância.

Até hoje, Sr. Presidente, lembro-me de Mussa Demes, no plenário da Câmara, mostrando o erro que estávamos fazendo ao colocar o IPI e o Imposto de Renda como bases de cálculo dos Fundos de Participação de Estados e Municípios. Mussa Demes já mostrava, naquela época, que no momento em que restringíssemos essa base de cálculo, o Governo simplesmente criaria outras contribuições cuja receita não seria compartilhada com Estados e Municípios e até diminuiria a base do IPI e do Imposto de Renda para reduzir a transmissão e a transferência para Estados e Municípios. Hoje, passados 20 anos, observamos que Mussa Demes via o que aconteceria futuramente, porque ele tinha uma grande sensibilidade e competência.

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de trazer, de manifestar no Senado os meus profundos votos de pesar pelo falecimento de uma das mais ilustres pessoas da vida pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós agradecemos, e quis Deus que eu, do Piauí, estivesse presidindo esta sessão quando um político da estirpe de Francisco Dornelles, que representa a grandeza política da Pátria, faz homenagem a um político piauiense.

Mussa Jesus Demes nasceu na cidade de Florianópolis. Mussa Jesus Demes depois residiu no Ceará, onde constituiu família e chegou a ser Secretário de Fazenda. Voltando ao Piauí, foi eleito, sucessivas vezes, Deputado Federal. Tão brilhante que era um homem da paz, era um homem humilde. A humildade une os homens. De tal maneira que, quando cheguei a esta Casa, ele era o coordenador da bancada do Piauí. Somos treze e ele, todo ano, se reelegia. Só agora

tivemos que eleger o seu substituto, o Deputado Federal do mesmo partido seu, Júlio César, também de alta qualificação.

Eu vi o Ceará chorar, eu vi o Piauí chorar. Houve um orador representando o Ceará, o ex-Presidente desta Casa, Deputado Mauro Benevides. E eu fui designado a falar e a chorar pelos piauienses.

E eu quero dizer que é como está escrito no livro de Deus. Cohelet, o pregador, disse assim: “Ninguém tem mais entendimento do que eu. Sou filho de Salomão, neto de Davi, tive todos os ensinamentos. Tive riquezas, mulheres, ouro, prata, mas, na vida, tudo é vaidade. O que vale a pena é viver bem e fazer o bem”.

E isso foi a vida de Mussa de Jesus Demes. Até no nome ele foi um abençoado: Jesus.

Então nós agradecemos, nós do Piauí tivemos essa perda, mas ficou o exemplo, o exemplo de bondade, de grandeza e de altruísmo de Mussa de Jesus Demes. Em nome do Piauí, agradecemos a homenagem que o Senador Francisco Dornelles presta ao nosso saudoso Mussa de Jesus Demes.

Convido para usar da palavra o orador inscrito Senador Jefferson Praia, que representa o Estado do Amazonas e é do Partido Democrático Trabalhista.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já tive a oportunidade de assinalar nesta tribuna, participei, como representante do Presidente Garibaldi Alves e também como expositor convidado, do XII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas.

Hoje, dentro de compromissos que assumi com os organizadores do evento, volto a trazer à atenção de V. Ex^{as} e aos cidadãos de todo o Brasil os principais aspectos do documento final que consolida as propostas dos participantes do Sinaop, oficialmente divulgadas na última sexta-feira, dia 07/11, quando do encerramento do simpósio, no Auditório Petrônio Portella, deste Senado Federal.

Sr. Presidente, para o devido encaminhamento prático das sugestões a que vou me referir mais adiante, os participantes decidiram formar grupo de trabalho coordenado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, com o concurso da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Ministério Público Federal, do Departamento de Polícia Federal, do Sistema Confea/Creas, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União, além de instituições com o Instituto Ruy Barbosa e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), tudo

com a finalidade de concretizar o ideal da integração das ações fiscalizadoras e democratizar informações e trocas de experiências entre as três esferas e os três níveis de governo pelo País afora.

Sr. Presidente Mão Santa, passo a enumerar, agora, as propostas propriamente ditas, todas elas destinadas a fortalecer a eficiência, a eficácia e a efetividade do controle das obras públicas e assim eliminar os inúmeros “ralos” por onde hoje se esvai o suado dinheiro do contribuinte, deixando a sociedade à míngua das obras e dos serviços indispensáveis ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar geral.

1 – Criação de bancos de dados nacionais, envolvendo progressivamente todas as esferas de governo e poder, com os seguintes itens:

a. Cadastro de licitantes declarados inidôneos para contratação com a administração pública;

b. Cadastro de pessoas físicas impedidas de ocupar cargo ou função pública;

c. Cadastro de *modus operandi* ou tipologia de ilícitos e procedimentos para detecção de fraude e conluio;

d. Cadastro unificado das obras, que possibilite, por exemplo, identificar o volume de obras contratadas por determinada empresa e caracterizar fisicamente todas as obras e projetos em execução por um determinado ente governamental (incluindo os dados detalhados da localização, execução física, projetos de engenharia, responsabilidades técnicas de cada obra ou serviço de engenharia);

2. Uniformização do entendimento dos temas comuns a todos (BDI, superfaturamento, fraude, outros), incluindo a aproximação com o Poder Judiciário para discussão dos mesmos temas;

3. Otimização do emprego dos sistemas de informação (ou de TI – Tecnologia de Informação) de coleta de dados *data warehouse* e mineração de dados para subsidiar o controle através de medidas como:

a) Concessão recíproca de acesso aos respectivos sistemas de TI para controle entre as diferentes instituições envolvidas; e

b) Formação de equipes conjuntas para o desenvolvimento unificado de uma plataforma comum de TI que reúna os dados de interesse comum às instituições.

4. Formalização de um protocolo comum para divulgação recíproca de informações de controle, de interesse mútuo (laudos, pareceres, estudos, notas téc-

nicas e outros) – quando necessário, desmembrando essas peças de processos eventualmente sigilosos;

5. Especificação de um padrão comum de troca eletrônica de informações, de forma que os dados que tenham circulação mais freqüente sejam intercambiados com formatos e estruturas pré-definidas;

6. Promoção de trabalhos conjuntos em ações de combate à corrupção, inclusive propondo alterações legais e normativas que se façam necessárias para assegurar esses trabalhos integrados;

7. Ênfase na necessidade de revisão e consolidação da legislação sobre finanças públicas, sobretudo a Lei Federal nº 4.320/64, nela incluindo a regulamentação dos princípios, métodos e sistemas de controle interno que devem ser implementados pela administração;

8. Realização de levantamento sistematizado dos problemas mais freqüentes e relevantes em obras públicas, buscando estabelecer ações preventivas no sentido de reduzir as irregularidades, por exemplo, com a análise prévia de editais e auditoria de planejamento;

9. Investimentos em estudos e pesquisas para definir técnica e juridicamente o conteúdo do princípio constitucional da economicidade e dar maior ênfase ao mesmo nas análises envolvendo obras públicas;

10. Aperfeiçoamento do mecanismo já existente de bloqueio no Orçamento Federal da execução de obras com indícios de irregularidades, mediante o encaminhamento de informações que indicam a exclusão de obras do Anexo de Obras Irregulares da Lei Orçamentária apenas por meio de decisão adotada pelo colegiado do Tribunal de Contas da União, condição essa que assegura às indicações de desbloqueio as mesmas condições de fundamentação e transparência das informações recebidas originalmente e que motivaram a inclusão no referido quadro (evitando-se assim o recebimento de despachos singulares para essa finalidade em função da instabilidade no processo decisório legislativo que acarretam tais medidas monocráticas);

11. Avaliação de cada obra ou empreendimento também em função do binômio necessidade/utilidade mediante a exigência e o exame de adequado estudo de viabilidade elaborado pela administração.

12. Desenvolvimento e implantação de um cadastro nacional de preços (unificado) de insumos para obras e serviços de engenharia, ampliando os bancos de dados existentes para que contemplem:

a) indicadores referenciais de custo médio (custo por metro quadrado de edificação, custo por quilômetro de rodovia etc) aplicáveis

aos diversos tipos de edificação e obras de infra-estrutura;

b) a consideração das peculiaridades regionais no menor nível possível (regiões, Estados, microrregiões ou Municípios).

13. Aplicação da legislação profissional de engenharia como instrumento de auxílio ao controle de obras públicas, mediante medidas tais como:

a) exigir a presença de responsável técnico nas diferentes etapas da obra (projeto, orçamento, execução e fiscalização) e a formalização da respectiva responsabilidade na forma da legislação profissional;

b) ampliar a responsabilização pelas ações dolosas ou culposas em obras e serviços de engenharia aos profissionais responsáveis técnicos pelas suas diversas etapas.

14. Garantia, na elaboração dos orçamentos públicos, da destinação tempestiva de recursos específicos para elaboração de estudos e projetos executivos para obras e serviços de engenharia, especialmente naqueles órgãos ou entidades que não detenham a estrutura de pessoal necessária para elaborá-los a contento;

15. Prioridade, na elaboração dos orçamentos públicos, à alocação de recursos para obras que já tenham projetos executivos e os respectivos orçamentos concluídos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a contribuição mais fundamental e imprescindível que, a meu ver, pode ser dada por esta Casa consiste no firme compromisso de colocar nossa produção legislativa e nossa capacidade fiscalizatória prioritariamente a serviço da concretização dessas metas, repito, pelo bem do Brasil, em defesa do dinheiro do contribuinte e do direito dos nossos concidadãos – sobretudo os mais humildes e desamparados – aos benefícios possibilitados por obras e serviços públicos de boa qualidade, concluídas dentro do prazo e com a máxima economia de recursos públicos.

Reafirmo, aqui, portanto, Sr. Presidente, a promessa empenhada aos companheiros do XII Sinaop de fazer a minha parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os Requerimentos n^{os} 1.344, 1.345 e 1.353, de 2008, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora, convidamos para usar da palavra o Senador Magno Malta, que representa o Estado do Espírito Santo e está fazendo um trabalho extraordinário, não só de repercussão no País, mas no mundo.

É convidado, pelo requerimento que acabamos de votar, para ir à Índia a um congresso contra pedofilia, uma das maiores vergonhas da humanidade. Ele que, na passagem pela Câmara, teve a coragem de enfrentar o crime organizado, quando presidiu uma CPI, e os resultados foram extraordinários.

O crime organizado se irradiava no Brasil, mais intensamente no Acre. No Piauí, que eu governava, tinha um coronel que comandava e conseguimos prendê-lo e acabar com o crime organizado, graças à participação de Magno Malta, a quem agradecemos.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, público, telespectadores, cumprimento as pessoas que estão aqui conosco, nas cadeiras aqui do lado, na tribuna de honra, as duas jovens que estão nos visitando, Senador, Senadora, minha querida Marisa Serrano, antes da minha fala, Senador Alvaro, eu quero me solidarizar com o seu povo de Curitiba.

Acontecem todos os dias crimes bárbaros. A barbaridade mais uma vez, agora na sua cidade: criança desaparece. No mesmo quarteirão, já há uma outra criança. Assisti, agora, ao programa do Datena. Aliás, registro, Senador Mão Santa, que esse Datena tem sido a boca do Brasil. Como esse cidadão tem colaborado na defesa da família!

A sua cidade chocada com um crime bárbaro!

Nessa CPI, Senador Alvaro, que o senhor ajudou a instalar, nós nos dispusemos, com o Ministério Público, a entender – porque a criança tinha uma página no *Orkut* – se havia crime de pedofilia pelo *Orkut*. E o Ministério Público nos respondeu que “não”, e o computador está sendo periciado pelos peritos, lá em Curitiba, e nós acreditamos no bom trabalho.

Mas essa família, conterrânea sua, Senador Alvaro Dias, família chocada: uma criança é pega na rua, esquartejada, colocada numa mala e deixada na rodoviária. A ocasião não faz o ladrão; revela. Esse desgraçado que abusou dessa criança... Tenho plena certeza de que uma investigação mínima, não tão profunda, haverá de achar os rastros deles, porque não é a primeira. Há sempre rastro atrás de um pedófilo. Um homem que cumpriu mais de dez anos de pena por abuso de criança e agora sai. Um homem com mais

de 60 anos que busca fazer conjunção carnal com criança!? Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Magno Malta, depois dessa, mais duas. No domingo. Na segunda de manhã, o corpo de uma criança de oito anos foi encontrado no matagal da cidade de Castro, nos campos gerais, a cento e poucos quilômetros de Curitiba. E, no mesmo dia, uma outra criança de três anos, na cidade de Querência do Norte, no noroeste do Estado, também vítima de abusos dessa natureza. São monstros soltos. Esse de Querência do Norte, o suposto assassino, dizem que se vingou da mãe da criança porque não quis ser sua namorada. Enfim, é a brutalidade, é a monstruosidade, a perversidade, a crueldade provocando vítimas e semeando indignação no Paraná e no Brasil. Eu quero apenas cumprimentá-lo por esse trabalho que vem realizando. Só alguém como V. Ex^a poderia desenvolvê-lo com tanta eficiência, com tanta competência, pela experiência que já adquiriu em outra Comissão Parlamentar de Inquérito, a do narcotráfico, na Câmara dos Deputados. Só V. Ex^a poderia chegar aonde chegou com essa CPI da Pedofilia. Tenho a impressão de que ninguém conseguiria tanto quanto V. Ex^a já conseguiu com o trabalho que vem realizando. Quero homenageá-lo, cumprimentá-lo, aplaudi-lo e estimulá-lo para que continue, com esse denodo, com essa persistência, com essa pertinácia, lutando contra as monstruosidades que existem neste País. V. Ex^a certamente será recompensado por isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Alvaro Dias, acrescento o seu aparte ao meu pronunciamento, estendendo a minha solidariedade ao Brasil inteiro, que hoje se angustia e recebe com tremor e temor notícias diárias de barbaridades como as do seu Estado.

Aliás, temos um caso aqui que chegou à CPI, também do seu Estado, em que um homem tem três mulheres. Elas moram juntas e têm dez filhos. Ele – o país –, juntamente com o filho mais velho de 24 e outro de 17 anos, abusam dos filhos e dos irmãos mais novos.

São casos correntes no Brasil. Há dez meses, antes dessa CPI, a pedofilia neste País era um tumor escondido, um crime incubado que foi revelado a partir dessa CPI. A partir daí, monstruosidade tamanha veio à tona de tal modo que a sociedade brasileira, estarrecida, recebe e começa a descobrir algo que nós já sabíamos: o abuso de crianças no Brasil, Senador Jefferson, já se igualou ao uso de drogas! Imagine que temos gente abusando de crianças no mesmo volume de pessoas usando drogas no Brasil.

Pergunto: onde vamos parar com uma legislação que não existe e que, quando existe, é frouxa? Aonde

chegaremos num País que não tem legislação para crime cibernético?

Porém, hoje, venho à tribuna, Senador Alvaro, Senador Jefferson, Senador Suplicy, para fazer um registro de felicidade, até emocionado. Hoje é um dia que significa! Hoje é um dia que vale! Hoje é um dia para o Brasil festejar, porque saiu dessa CPI a mudança do 240 e do 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tipificando a posse do material pornográfico. A única lei que tínhamos aqui dizia que você pode ter qualquer barbaridade contra criança que você não é criminoso, a não ser que seja pego teclando. Eu não sei quem escreveu esse texto e onde estava a cabeça dos que votaram esse texto, porque o sujeito que acumula uma, duas, três, dez imagens de crianças sendo abusadas no computador é pedófilo! Isso não pode ser por puro *hobby* ou por achar bonito! Ora! Porém, ele não era criminoso! A Operação Carrossel: 200 computadores, busca e apreensão, o “mico” de devolver o computador do pedófilo, porque ele não pode ser preso, as operações que se deram... Agora, não. Hoje, a Câmara vota: vitória do Brasil na minha mão. Estão tipificadas condutas e está criminalizada a posse, para sanção do Presidente Lula. Se só uma vitória tivéssemos obtido nessa CPI, que não se encerrou e não se encerrará antes que nós entreguemos à sociedade a legislação e os instrumentos para que ela defenda, já teríamos cumprido a nossa missão, além da missão de ter acordado a sociedade brasileira.

Senador Jefferson, a Câmara Federal acaba de aprovar o que quero ler aqui, Senador Mão Santa: a Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.773-A, de 2008, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Leio este texto em homenagem às milhares de crianças abusadas, fotografadas, expostas, crianças amarradas, que sofreram conjunção carnal de monstros que espalharam no mundo imagens no valor de US\$500.00, de US\$1,000.00, de US\$800.00, de US\$1,200.00. Crianças de berço sendo abusadas, tendo conjunção carnal, crianças de um ano cuja imagem foi vendida pelo próprio pai ou foi passada ou oferecida pela própria mãe.

Leio em homenagem às milhares de crianças cuja imagem temos nas nossas mãos, com a quebra do sigilo do *Orkut*. Aliás, registro que, a partir do Termo de Ajuste de Conduta, ou antes dele, o Google no Brasil passou a ser um parceiro da CPI. Essa nova quebra que chegou, de 18,5 mil álbuns, tanta lama, tantas crianças mutiladas, amordaçadas, amarradas, sendo possuídas – meninas e meninos de 7 anos de idade, viciados no sexo. Mexeram na sua libido! Criaram verdadeiras taras e fizeram monstros de crianças de 8, 10 anos de idade pela via do *Orkut*.

Quero parabenizar o Google por ter entregue os dados, e quero, daqui a pouco, parabenizar as Teles também, se, com velocidade, vierem as quebras dos sigilos telefônicos para as operações, a fim de que esses monstros, Senador Jefferson Praia, vão para a cadeia e sejam retirados do convívio da sociedade para a proteção das nossas crianças.

Leio em homenagem a essas crianças abusadas, em homenagem àquelas cuja imagem está na minha cabeça, Senador Mão Santa, com uma mamadeira na mão.

Leio em homenagem àquela criança, Senador Jefferson, deitada na maca de um pediatra – tenho na minha cabeça a imagem de uma criança de 22 dias de nascida sendo abusada pelo seu pediatra.

Leio em homenagem a todas essas crianças.

Lerei o texto do PL nº 250 do Senado Federal, aprovado por nós.

O PL nº 3.773, aprovado na Câmara hoje, pode ser sancionado pelo Presidente Lula, no dia 28, no Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que acontecerá no Rio. Será uma coisa linda se o Presidente sancionar esta lei neste Congresso Mundial:

PROJETO DE LEI Nº 3.773-A, DE 2008

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na Internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação [leio em nome das crianças do Amazonas, do Piauí, do meu Espírito Santo, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Acre]:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

§ ° Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita [Isso serve para um pai bandido, para uma mãe bandida] recruta [serve para um cafetão safado], coage ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo ou ainda quem com esses contracenar.

§ 2º – Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau ou por adoção de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela ou com seu consentimento.

Art. 241 – Vender, expor à venda, fotografar, vídeo ou outro registro que contenha cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E.

Leio em nome das crianças de Cachoeiro de Itapemirim, das crianças de Itapemirim, das crianças de Vitória, de Vila Velha, das crianças de Mimoso do Sul, das crianças de Presidente Kennedy. Leio em nome das crianças de Alegre, das crianças de Guaçuí, das crianças de Dolores do Rio Preto, de Iúna. Leio em nome das crianças da Serra, de Viana, das crianças de Barra de São Francisco, das crianças de Colatina, de São Mateus, de Linhares, das crianças de Rio Bananal. Leio em nome das crianças de São Gabriel da Palha, das crianças de Jaguaré, das crianças de Vila Pavão, das crianças do meu Estado, o crime do 241-A.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo crianças e adolescente:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – assegura os meios ou serviços para armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

§ 2º – As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando

o responsável legal pela prestação do serviço, regularmente comunicado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º A pena é diminuída de um a dois terços se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Não há crime se a posse ou armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C, desta Lei, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções. [Isto é, o armazenamento a posse desse material pelo Ministério Público, pela polícia, pelos servidores, pelos operadores de Internet, por um prazo determinado para não atrapalhar a investigação.]

II – membro de entidade, legalmente constituída. [Isso quer dizer conselhos tutelares que podem fazer a denúncia já sabem de um abuso, comuniquem imediatamente ao Google ou a qualquer outro para que retire o conteúdo], que inclua, entre as suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§3º – As pessoas referidas no inciso §2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

Art. 241-C – Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual:

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo Único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

Art. 241-D – Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Aqui já inclui, olhe bem, “aliciar, assediar ou instigar” o bolinamento. Acaba com essa história de advogado de dizer: “É, mas não houve conjunção carnal. A criança tem três anos, está aqui o laudo. Ele só boliu, só passou a mão, só colocou o dedo.” Olha que desgraça! Olha que miséria! E que me perdoem os advogados! Pai de família! E ouvi de um, em Minas Gerais, que a criança aliciou o pedófilo. Semana passada, um pedófilo preso que abusava da filha na cadeira de rodas, de nove anos, com idade mental de três anos, e ele dizia: “É, mas a mãe dela também não me quer, a mãe não tem relação comigo, eu fico na necessidade...” Esse desgraçado, na sua necessidade, então, podia abusar de uma criança com idade mental de três anos e de nove anos de idade!

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – facilita, induz o acesso à criança de material contendo cenas de sexo [porque o pedófilo põe a criança para ver filme pornográfico] ou pornografia com o fim de com ela participar ato libidinoso.

II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir a criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente implícita.

Tem pedófilo desgraçado que tecla com uma criança como se fosse outra criança. Quando ganha a confiança e faz amizade com o amiguinho ou amiguinha, ele usa o mesmo *modus operandi*: “Você já tem peito? Eu tenho. Liga a sua *web* que eu quero ver.” A do pedófilo, que é o bandido, tem sempre problema, não aparece. “A minha está com problema, eu estou vendo você.” E a criança expõe. “Você já tem pelinho? Já menstruou? Deixa eu ver o seu pênis.” E ele começa a registrar e gravar as imagens, e depois exerce o terror sobre a criança. Diz: “Eu não sou uma criança

e, se você não aparecer de madrugada, quando a sua família dormir, e vir para frente da *web* e fazer o que eu mandar, eu vou matar o seu pai, vou matar a sua mãe.”

E são centenas e centenas de crianças, Senador Jefferson, entregues hoje a psiquiatras, desequilibradas, crianças que enlouqueceram.

Do outro lado, eles fazem a captação dessas imagens de nossas crianças, que são vendidas para o mundo inteiro a peso de ouro, para que elas sirvam para o deleite, para o prazer, para o desfrute de desgraçados chamados por muitos de doentes. Eu não os chamo de doentes nunca. Acho que, se há doentes, são muito poucos. Depois de conhecer esse universo, eu diria, sem ser psicólogo, sem ser psiquiatra, do alto das minhas afirmações, que 5% de doença e 95% de safadeza é igual a um pedófilo.

Continuo a leitura:

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2008.

Foi o Deputado José Eduardo Cardozo quem fez, na Câmara, o relato da redação final.

Pronta, portanto, para a sanção do Presidente Lula a criminalização da posse de material de pornografia infantil, Senador Mão Santa.

Registro aqui minha gratidão ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão; ao Senador Demóstenes Torres, Relator, companheiro, amigo, que tanto tem se empenhado e a quem agradeço pela confiança no meu trabalho para que eu possa tocar os destinos dessa CPI conforme as demandas do Brasil, que não são poucas.

Em função do crime, do seu volume e da sua barbaridade, a CPI se tornou uma delegacia para os sofridos e angustiados.

O Disque 100 não dá conta, porque tem um tempo. As pessoas discam e esperam atendimento imediato, mas não são atendidas imediatamente. O caso vem para o Ministério da Justiça, é selecionado, mandado para os ministérios públicos, para, depois, chegar ao

cidadão. Mas o cidadão que disca 100 espera atendimento imediato.

Então, é preciso que ele seja orientado a discar 100, mas também é preciso que ele seja orientado a procurar a polícia, a procurar a guarda municipal, a procurar o delegado de plantão, a procurar o Ministério Público, a procurar o fórum, a procurar o juiz de plantão, a procurar quem estiver a seu alcance, a bater na porta do vizinho, a chamar o vizinho do lado, a chamar o vigia, a acordar alguém, a gritar, a fazer qualquer coisa para impedir que uma criança seja vítima de abuso.

Pois bem, quero homenagear o Senador Virgínio, suplente da Senadora Maria do Carmo, a quem desejamos saúde, que integrou essa CPI com tanta força, com tanta vontade, assim como homenageio o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Paim, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Almeida Lima. Alguns são suplentes. A Comissão tem sete membros e tem caminhado no sentido de prestar um serviço dos mais significativos a este País.

No mês passado, Senador Mão Santa, estive em Genebra, na Suíça, no plenário da ONU, para falar sobre como foi enfrentar o Google e sobre a quebra de sigilo do Orkut. E o mundo soltou fogos com o avanço do Brasil. Dissemos ao mundo que os pedófilos do mundo estão em nossas mãos. Oferecemos às embaixadas e a seus adidos no Brasil a entrega dos seus pedófilos que navegam na Internet, verdadeiros predadores, para que eles recebam punição exemplar segundo as leis de que os países já dispõem, mas de que nós não dispomos.

Estamos trabalhando duramente. Hoje, resolvemos convidar três ou quatro personalidades da Câmara, Deputados Federais, que militam na área de Direitos Humanos e na área Penal, para que se juntem ao Ministério Público, para que se juntem à assessoria da CPI e aos delegados federais.

Aliás, quero render minha homenagem à CPI e à nossa assessoria. Não posso esquecer-me, neste dia festivo, de grande vitória, da contribuição do Dr. Tiago, um jovem e determinado baiano, amante da causa da criança, abnegado sacerdote na luta pela vida. Professor de Direito, professor de pós-graduação, um jovem de 28 anos de idade, foi aprender com o mundo, buscou ferramentas e criou uma ONG, muito importante para o País, chamada SaferNet. Nessa luta de combate à pedofilia, já não sobreviveríamos sem a ajuda dela. Apresento minha gratidão a esse jovem advogado que está aqui todas as semanas à disposição da CPI.

Quero homenagear também o Dr. Suiama, Procurador Federal de São Paulo; a Dr. Karla Sandoval, a Dr^a Catarina, Promotoras do meu Estado, que vieram somar-se a essa equipe tão importante. Minha gratidão a elas neste dia tão festivo para o Brasil. Minha gratidão ao Dr. Sobral, esse jovem Delegado Federal de combate a crimes cibernéticos; ao Dr. Adauto, seu superior. Agradeço ao Superintendente da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando, que colocou todo um aparato à disposição da vida, à disposição da CPI, à disposição das crianças. Agradeço à Dr^a Juliana, Delegada; ao Dr. Felipe, Delegado que nos deixou a todos os peritos que lá estão – não tenho como lembrar o nome de todos; à Dr^a Ana, Promotora da Vara da Infância do Rio de Janeiro, que tantos serviços tem prestado a este País, com tanto significado; ao Dr. André Ubaldino e ao Dr. Casé, ambos de Minas Gerais, que têm se debruçado para construir uma legislação para o Brasil. São eles que estão debruçados, Senador Jefferson, formatando o tipo penal “pedofilia”, que o Brasil não tem.

Mexeremos no Código Penal Brasileiro e passaremos a ter o tipo penal “pedofilia”, esperamos, ainda este ano. A proposta de pena, Senador Mão Santa, para um pedófilo, para um desgraçado que abusa de uma criança de zero a catorze anos de idade, é de trinta anos de detenção, sem progressão de regime, com rastreamento eletrônico até a morte. Nós o estamos protegendo, porque, do jeito que está, o povo vai matá-lo na rua. Então, é preciso tirá-lo de circulação, tipificando o crime. E, se esse pedófilo for preso também com posse de material pornográfico, já se acrescentam mais oito anos. Dependendo do comportamento, sua pena poderá passar de cinquenta anos, Senador Jefferson.

Eu gostaria que aqueles que militam na defesa dos Direitos Humanos e que ainda têm resistência a esse tipo penal refletissem que, entre a criança e o pedófilo, entre o predador e aquele que não sabe nem gritar – porque uma criança de trinta dias só chora o abuso de alguém que tenta fazer conjunção carnal com ela -, entre essa criança e o predador, é preciso que eles fiquem com a criança.

Estamos trabalhando e estou propondo, Senador Jefferson e Senador Mão Santa, num projeto de lei, que as embaixadas do Brasil no mundo inteiro, ao concederem um visto, exijam a ficha criminal do indivíduo que deseja entrar no Brasil, seja para negócio, seja para turismo. Se for constatado que há uma investigação de abuso contra criança ou que ele já cumpriu pena de abuso contra criança, esse cidadão não poderá entrar no Brasil. Enfrentaremos aí o turismo

sexual. Enfrentaremos aí o turismo de pedofilia, que existe. O sujeito deixa o país dele para vir abusar de criança aqui. Enfrentaremos os falsos pais adotivos, que vêm ao Brasil adotar crianças, e adotam com a maior facilidade, levando-as para o seu país não para que uma criança o chame de pai ou a chame de mãe, mas para que nossas crianças, que poderiam ser adotadas no Brasil, sejam abusadas por desgraçados do outro lado mundo.

Quero, Senador Mão Santa, agradecer aos Senadores, aos 81 pais de família que se sensibilizaram desde o primeiro momento, Senador Jefferson, com esta causa. Quando mostrei as imagens àqueles que não tinham conhecimento do problema, o choque veio de forma imediata.

Agradeço aos Líderes. Hoje é um dia de festa, um dia para agradecer a todos. Um dia para agradecer às ONGs que participaram, àqueles que participaram de audiências públicas conosco, ao Conselho Gestor da Internet. Agradecemos ao próprio Google, que veio, ao Uol, às telefônicas. Esperamos um pouco mais deles. IG, Terra e Uol ainda precisam assinar um termo de ajuste de conduta, mas assinarão, Senador Mão Santa, com esta CPI, que vai até março. Se necessário for, nós vamos renovar o prazo, em nome da sociedade, para aprovarmos tudo, porque não justifica deixarmos, Senador Jefferson, esse trabalho pelo meio.

As demandas são grandes. Nos Estados, há casos em que nós precisamos tomar muitas providências. Por exemplo, o caso do Sr. Jacob, servidor do Banco Central, que foi pego, no gabinete do Senador Aloizio Mercadante – o Senador Aloizio Mercadante o demitiu no mesmo dia –, que esteve a serviço do Governo Itamar, um economista renomado, que trabalhou também no Governo Fernando Henrique e, agora, na Comissão de Assuntos Econômicos, que foi pego pela...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...Polícia do Senado. E eu quero render a minha homenagem à Polícia do Senado pela eficiência rápida. Nós temos uma rede de cinco mil computadores. E esse cidadão, que tem anel no dedo, é economista de qualidade, mas um pedófilo descarado.

As imagens que há no computador desse homem, Senador Jefferson, dão nojo; foram encontradas nos computadores do gabinete do Senador Aloizio Mercadante, ele usando... O Senador Aloizio Mercadante me deu um documento demonstrando que o demitiu no mesmo dia. Parabéns ao Senador Aloizio Mercadante.

Ele viria depor na quinta-feira na CPI. Sumiu, se evadiu. Pediu licença do Banco Central até 2011, esperando acabar esta legislatura, que acaba em 2010. Ele tem dupla cidadania, foi para Portugal, sabemos. A informação é que foi para Portugal, mas o mundo está pequeno para os pedófilos.

Estamos indo à Embaixada de Portugal levar o processo dele e também à Interpol. E nós temos certeza de que Portugal tomará medidas contra esse cidadão.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O mundo, o Brasil está pequeno para predador de criança.

Eu presto a minha homenagem ao Senado da República hoje; a minha homenagem a cada cidadão e a cada cidadã do Brasil que enviou *e-mail* a esta CPI, que envia *e-mail* a esta CPI, que nos dá força; aos meios de comunicação, à Rede Globo, à Rede Record, à Rede TV! Aliás, o primeiro debate que fiz, quando começou a CPI, foi no programa da Luciana Gimenez. Eu rendo homenagem hoje, um dia festivo, a um homem chamado Luiz Datena, do Brasil Urgente, que tomou essa causa na mão, que briga todos os dias, que virou a boca do Brasil, virou a voz do Brasil. Nesse sentido de combate e enfrentamento desse crime tão desgraçado, tão nefasto, tão nojento, tão repugnante, a minha homenagem às televisões menores, aos jornais todos, às agências todas que, em nenhum momento, arrefeceram, não abriram mão, porque essa causa é uma causa do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É causa de quem tem sentimento, é causa de quem tem sangue, é causa de quem tem amor.

Então, Senador Mão Santa, eu encerro o meu pronunciamento, em nome da minha filha de oito anos de idade, imaginando as milhares de imagens que já vi de crianças amarradas, abusadas; em nome de crianças com lágrimas grossas, sofridas, sendo abusadas pelo próprio pai. Feliz com este dia, com a vitória, esperando a sanção do Presidente, mas triste, triste, porque não há que se concordar, não há que não ter tristeza diante de um quatro tão nefasto, tão doloroso de milhões de brasileiros que insistem em abusar, maltratar...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...e matar as nossas crianças.

Sr. Presidente, eu agradeço, em nome da minha Jaisline, minha pequena de oito anos de idade, de quem tenho procuração. E as iniciativas que tomei e a que darei prosseguimento, estou fazendo porque tenho, Senador Mão Santa, procuração dos seus netos, tenho procuração dos filhos, das crianças de todos brasileiros que vêem nesse momento, dos seus filhos, Senador Jefferson, para continuar esse embate, essa luta, que, sei, não será inglória. Nós a venceremos quando colocarmos esses indivíduos em seu devido lugar, construindo instrumentos de lei, para que os operadores do Direito e a Justiça brasileira possam trabalhar na direção mais sagrada de todas elas: a proteção da família.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, que os meus aplausos na Presidência desta Casa se somem aos aplausos do povo do Brasil por esse trabalho que V. Ex^a está desenvolvendo no combate à pedofilia, sem dúvida alguma, uma das piores manchas da sociedade brasileira e do mundo.

Senador Jefferson Praia, hoje é dia 11 de novembro. Esta data me faz lembrar a grandeza deste Senado da República. Em 11 de novembro, Juscelino Kubitschek estava eleito Presidente da República.

Getúlio suicidara-se, Café Filho havia sido afastado, Carlos Luz era o Presidente da República, porque presidia a Câmara e tentou impedir Juscelino Kubitschek de Oliveira de tomar posse. O Ministro da Guerra, General Lott, liderou o que chamou de contragolpe, mas foi o Senado da República que deu um cartão vermelho para o Deputado Federal e Presidente Carlos Luz, que, com a Marinha e o Almirante Pena Botto – tinham um torpedeiro –, queria impedir a posse de Juscelino Kubitschek.

Mostrando a grandeza do Senado, esta Casa, o Poder Moderador, assumiu a Presidência, por meio de Nereu Ramos. Foi aí possível a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Os que faziam oposição a ele argumentavam que ele não tinha tido maioria absoluta. Não era uma lei naquela época, não havia segundo turno. Mas ele venceu as eleições, irradiando otimismo e trabalho, irradiando uma esperança de desenvolvimento, com 31 metas – a última delas, a construção de Brasília.

Então, 11 de novembro é um dia de homenagearmos a grandeza deste Senado da República, o Poder Moderador, que permitiu a posse de Juscelino Kubitschek. Nereu Ramos, Senador da República, foi Presidente por noventa dias e deu posse a Juscelino

Kubitschek de Oliveira, o maior acontecimento da história da democracia deste País. Queremos homenagear a história do Senado, que sempre foi o Poder Moderador. Ele nunca faltou a este País e não vai faltar.

Lamento, na Presidência, ter recebido agora um fax do Jornal *Diário do Povo*, do Piauí, que diz “Sertanejos estão comprando água para sobreviver nas regiões mais secas do Piauí”. Reportagem é de Katya D’Angelles:

Famílias de agricultores da zona rural dos Municípios de Francisco Macedo, Capitão Gervásio Oliveira, São João do Piauí, Nova Santa Rita, Pedro Laurentino, Campo Alegre do Fidalgo e outros Municípios da região do Semi-árido do Piauí estão comprando o litro d’água para consumo a R\$1,11.

De acordo com o secretário de política agrícolas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Piauí, José Domingos, os agricultores estão fazendo cota para pagar pela água que é trazida de carro-pipa de uma distância média de 12 quilômetros. Segundo o site G1 pelo menos 300 mil pessoas passam sede no Piauí.

‘Custa R\$90,00 o carro-pipa com 7 mil litros de água. Quem pode pagar compra, e tem gente que se junta para comprar a água pra beber e dar aos animais’, explica Domingos. Segundo o agricultor a Secretaria de Defesa Civil já esteve no município e durante dois dias foi realizado o trabalho de distribuição de tickets para aquisição de água. ‘O problema é que o programa do Governo Federal não atende aos animais, é só 20 litros de água por família (...)’

Os animais não têm condição de beber. Esse é o Piauí.

Recentemente, a Rede Globo, no seu trabalho de reportagem, demonstrou e mostrou 6,5 mil poços artesanais construídos, mas, pela corrupção, não chegou a energia, e o povo do Piauí sofre.

Então, neste instante, aproveitando o momento em que ocupo a Presidência desta Casa, apelo ao Ministro Geddel Vieira, Ministro extraordinário, que tem dado mais recursos ao Piauí do que toda essas emendas dos Deputados Federais e dos Senadores, do que essas migalhas, que ele demonstre sua solidariedade e sua ação peculiar como Ministro da Integração Nacional. Que o Ministro Geddel Vieira socorra os piauienses. Também solicitamos isso a Sua Excelência, o Presi-

dente da República Luiz Inácio, que deve ter gratidão ao povo do Piauí, que sempre o prestigiou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Mário Couto e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Protógenes teve outros auxiliares externos”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 16 de setembro do corrente.

A matéria destaca que as investigações de supostos abusos cometidos pelo delegado Protógenes Queiroz na condução da Operação Satiagraha têm três novos nomes de colaboradores recrutados por ele fora da Polícia Federal. Eles são suspeitos de terem manipulado ilegalmente dados sigilosos usados na apuração contra o banqueiro Daniel Dantas.

A lista inclui um servidor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) identificado apenas como Luiz, responsável na Satiagraha pela transcrição de e-mails grampeados. A Folha apurou que trata-se de Luiz Eduardo Melo, fiscal tributário da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, cedido sem ônus à Abin. Melo foi incorporado à equipe de Protógenes em fevereiro de 2008, período em que o delegado afirma ter parado de receber recursos da cúpula da Polícia Federal para tocar a Satiagraha. Melo não foi localizado.

Além dele, a Aeronáutica anunciou ontem que abriu sindicância para apurar a informação de que o major Paulo Ribeiro Branco Junior e o sargento Idalberto Matias de Araújo, ambos da ativa, atuaram na Satiagraha. Mas há ainda outro militar da FAB, este reformado, suspeito de colaborar ilegalmente com Protógenes.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Protógenes teve outros auxiliares externos

Investigação chega a nome da Abin responsável por e-mails grampeados; Aeronáutica abre sindicância

ALAN GRIPP

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As investigações de supostos abusos cometidos pelo delegado Protógenes Queiroz na condução da Operação Satiagraha têm três novos nomes de colaboradores recrutados por ele fora da Polícia Federal. Eles são suspeitos de terem manipulado ilegalmente dados sigilosos usados na apuração contra o banqueiro Daniel Dantas.

A lista inclui um servidor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) identificado apenas como Luiz, responsável na Satiagraha pela transcrição de e-mails grampeados. A **Folha** apurou que trata-se de Luiz Eduardo Melo, fiscal tributário da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, cedido sem ônus à Abin. Melo foi incorporado à equipe de Protógenes em fevereiro de 2008, período em que o delegado afirma ter parado de receber recursos da cúpula da PF para tocar a Satiagraha. Melo não foi localizado.

Além dele, a Aeronáutica anunciou ontem que abriu sindicância para apurar a informação de que o major Paulo Ribeiro Branco Junior e o sargento Idalberto Matias de Araújo, ambos da ativa, atuaram na Satiagraha. Mas há ainda outro militar da FAB, este reformado, suspeito de colaborar ilegalmente com Protógenes.

Identificado apenas como Rodopiano, ele exerceu diversas funções: de consulta a cadastros de pessoas física e jurídica até a análise de informações cercadas de sigilo, como o disco rígido do banco Opportunity. Também passaram pelas mãos de Rodopiano documentos obtidos nos EUA sobre investigações feitas pela empresa Kroll, contratada pela Brasil Telecom, que já foi controlada por Daniel Dantas.

Rodopiano também monitorava jatinhos particulares de investigados. Segundo fontes da investigação, ele foi apresentado a Protógenes pelo ma-

jor Branco e pelo sargento Araújo. Trabalhou dois meses e recebeu R\$ 1.400 por mês, bancados com recursos do suprimento de fundos da operação.

Araújo também repassava informações privilegiadas sobre o paradeiro dos aviões de Dantas ao delegado. Protógenes diz que eles trabalharam legalmente na operação.

Outra pessoa estranha aos quadros da PF, identificada como Juarez, é investigada. Segundo fontes da PF, ele fazia serviços em São Paulo, como o monitoramento de suspeitos.

O Ministério da Defesa divulgou nota para dizer que Aeronáutica, Marinha e Exército "não deram qualquer contribuição" à Satiagraha. Sobre a participação de um major e um sargento da ativa, a nota diz que a FAB "não reconhece participação institucional de militares da FAB na operação" e esclarece que, "se ocorreu, foi de maneira informal e irregular".

Colaborou LUCAS FERRAZ,
da Sucursal de Brasília

Lula Marques - 6.ago.08/Folha Imagem

O delegado Protógenes Queiroz, que comandou a Satiagraha

[+] JUDICIÁRIO: STF RECEBE RECLAMAÇÕES CONTRA USO DE ALGEMAS EM BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal recebeu as três primeiras reclamações, todas de Brasília, de descumprimento da súmula

vinculante que limitou o uso de algemas: uma vem um corretor preso com maconha; a segunda, de dois catadores de papelão acusados de furto; a terceira, de um servente de pedreiro acusado de porte ilegal de arma. Os relatores são Eros Grau, Joaquim Barbosa e Carmen Lúcia, respectivamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada, “Bilhões estatais nos vizinhos”, publicada pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 18 de agosto de 2008.

A matéria destaca que o BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Petrobrás, Eletrobrás e Embrapa, são estatais usadas pelo Governo Federal como instrumentos do Brasil para hegemonia na América Latina.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ECONOMIA

Bilhões estatais nos vizinhos

BNDES, Petrobras, Eletrobrás e Embrapa: instrumentos do Brasil para hegemonia na AL

Ellane Oliveira e Gustavo Paul

BRASILIA

Líder natural na América Latina, devido às dimensões de seu território e de sua economia, o Brasil vem consolidando sua hegemonia usando como instrumento estatais que dão inveja aos vizinhos: BNDES, Petrobras, Eletrobrás e Embrapa, que, juntos, estão espalhados por 17 países no continente. Somente o BNDES financia US\$ 3,8 bilhões na região, com potencial de US\$ 12 bilhões em novos contratos. Os recursos do banco para obras de infraestrutura em 2007 chegou a US\$ 490,023 milhões, um volume 73,5% superior ao de dez anos atrás.

— Incentivamos a integração física na região, com obras de infraestrutura, além de ajudarmos a aumentar as exportações brasileiras de bens e serviços — diz Luiz Antonio Dantas, superintendente do BNDES Exim. Ele lembrou que, além do BNDES, existe o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que financia operações de empresas brasileiras no exterior, especialmente de serviços. Dantas citou o metrô de Caracas, na Venezuela; um gasoduto na Argentina; uma hidrelétrica no Equador; e o sistema de transporte coletivo na Colômbia. Além de outros projetos ainda na gaveta: a rodovia que ligará Riberaltá a Rurrenabaque, na Bolívia; e a ferrovia para o transporte de carvão siderúrgico, na Colômbia, no valor de US\$ 600 milhões.

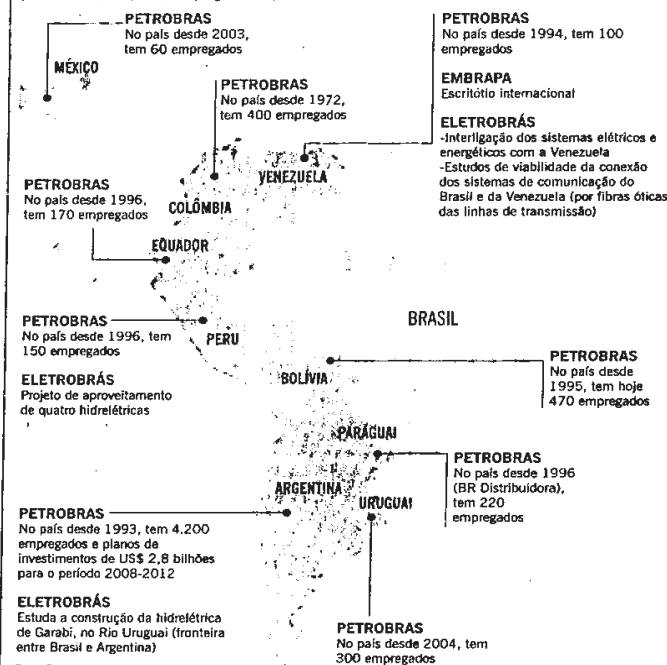
A Petrobras está presente em todos os países sul-americanos. Sua atuação é mais forte na Argentina, onde tem planos de investimentos de US\$ 2,8 bilhões até 2012. O México é o mais novo parceiro comercial. Lá, a estatal está num projeto de revitalização de campos de gás com a japonesa Teikoku Oil e a mexicana Dia Vaz.

Especialista vê impulso político

• Fortalecida por uma medida provisória que se transformou em lei em abril, a Eletrobrás começou em julho a tornar realidade o desejo do Palácio do Planalto de que ela seja uma empresa global. O principal foco da estatal é a América do Sul. A construção de usinas e linhas de transmissão nos países vizinhos deverá servir de alternativa de fornecimento futuro de energia ao país, como já ocorreu com a Usina Binacional de Itaipu, no Paraguai.

Tentáculos brasileiros na região

EXEMPLOS DA PRESENÇA ESTATAL



Fonte: Empresas

BNDES (em US\$ mil):

Destino	Total
Argentina	1.200.115
Equador	692.847
República Dominicana	354.616
Venezuela	432.373
Chile	218.285
Bolívia	210.371
Peru	158.470
Paraguai	113.622
Cuba	87.413
Uruguai	85.071
México	72.810
Panamá	55.023
Colômbia	28.701
Jamaica	23.903
Costa Rica	5.629
Bahamas	217
Honduras	82
TOTAL	3.962.517

Os recursos foram destinados pelo banco de fomento à região, entre 1997 e junho de 2008

A Eletrobrás já estuda a construção da hidrelétrica de Garabi, no Rio Uruguai, na fronteira do Brasil com a Argentina, além de aproveitamentos hidrelétricos no Peru e a interligação dos sistemas elétricos e energéticos com a Venezuela.

Parte significativa dos projetos tem participação de estatais vizinhas, e os investimentos somarão perto de US\$ 6 bilhões. O maior projeto é uma geradora a ser construída em Inambari, no Peru, por US\$ 2 bilhões, com capacidade de 1,5 mil megawatts (MW). A ela se somarão outras três usinas naquele país. No caso da Venezuela, está em estudo também a

viabilidade da conexão dos sistemas de comunicação brasileiro e venezuelano, por meio de fibras ópticas nas linhas de transmissão.

A Embrapa também tem presença marcante na região. São exemplos a transferência de tecnologia para um pólo de fruticultura no Equador e a instalação, em Caracas, de um escritório para apoio à produção de leite, ovos, milho e outros grãos. A atuação da Embrapa na América do Sul ocorre desde os anos 80, mas foi intensificada no atual governo. A empresa incentiva seus escritórios regionais mais próximos às fronteiras a trocar experiências e prestar assis-

tência técnica aos vizinhos.

— A nova orientação do governo é dar atenção aos países vizinhos, só que não é para sermos bonzinhos ou altruístas. A ocorrência de febre aftosa na Bolívia ou Paraguai afeta nossa pecuária, e a entrada da mosca da carambola pela Guiana é um risco — afirma José Geraldo Eugênio França, diretor-executivo da Embrapa.

O movimento das estatais brasileiras é natural e reflete o processo de amadurecimento das empresas do país, que seguem a onda de maior sofisticação e internacionalização da economia, pensa o professor de Relações Internacionais da Universidade

de Brasília (UnB), Alcides Costa Vaz. Para ele, a presença estatal responde ao impulso político do governo para aumentar a integração continental.

— A região é o espaço prioritário da política internacional e para a expansão das empresas brasileiras.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base (Abib), Paulo Godoy, por sua vez, alertou que o investimento no exterior não pode se sobrepor ao doméstico.

— Os recursos aplicados no exterior só fazem sentido se forem voltados para ações que permitam, a longo prazo, o desenvolvimento de projetos no país. ■

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Abin cedeu 56 arapongas para delegado da PF”, publicada pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 11 de setembro de 2008.

A matéria destaca que o Diretor de contra inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Maurício Pinto, afastado do cargo após a crise do grampo, revelou ontem que o órgão cedeu 56 servidores e

gastou R\$ 250 mil para ajudar o delegado Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha da Polícia Federal.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Abin cedeu 56 arapongas para delegado da PF

Diretor afastado diz que PF usou ‘meios não oficiais’ para produzir provas e acusa Protógenes de ‘desvio e descontrole’

Bernardo Mello Franco e
Leila Suwwan

● **BRASÍLIA.** O diretor de Contra-inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Maurício Pinto, afastado do cargo após a crise do grampo, revelou ontem que o órgão cedeu 56 servidores e gastou R\$ 250 mil para ajudar o delegado Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha da Polícia Federal. Em depoimento à CPI do Grampo na Câmara, Pinto disse que foi Protógenes quem contratou o araponga Francisco Ambrósio — o ex-agente do Serviço Nacional de Informações suspeito de ter abastecido a investigação com grampos ilegais.

Pinto acusou o delegado de usar meios “não oficiais” para produzir provas e irritou deputados ao isentar a Abin e seu diretor-geral afastado, Paulo Lacerda, de responsabilidade por eventuais irregularidades. Em tom de desabafo, ele disse que houve descontrole nas investigações e que a agência está sendo responsabilizada por desvios cometidos na PF.

— Esse problema é da PF. Tudo foi feito no prédio da PF. O delegado Protógenes não montou sua base dentro da Abin. Nós estamos, no meio dessa confusão, pagando um pato que não é nosso — disse Pinto, com a voz embargada. — Que existiu um descontrole interno dentro da PF, existiu. O delegado utilizou várias estruturas. Oficiais e, pelo que estamos tomando conhecimento, não oficiais.

Em seu depoimento à CPI, Protógenes tinha afirmado que a operação teve a participação de “poucos oficiais de inteligência”, que não teriam atuado de forma institucional.

Ontem, momentos após afirmar que não via Ambrósio há dez anos, Pinto admitiu ter se encontrado com ele sexta-feira. O diretor, já afastado, disse ter marcado o encontro após saber que seria publicada uma repor-

tagem que identificou Ambrósio como chefe de uma suposta central de grampos. Alegou que “não poderia ficar sem saber o que estava acontecendo”.

— Ele me falou que participava dos trabalhos e que foi contratado pelo Protógenes. Eu procurei ele, foi uma ação minha para tentar esclarecer, saber se ele tinha coordenado alguma coisa, porque essas coisas às vezes fogem do controle — afirmou.

Suspeitas sobre outros 2 agentes

● Na parte reservada do depoimento, Pinto levantou suspeitas sobre o envolvimento de outros dois agentes na operação comandada por Protógenes. Segundo ele, Jairo Martins e Idalberto de Araújo podem ter participado na escuta ilegal nos telefones do presidente do STF, Gilmar Mendes. O diretor afirmou que a cúpula da Abin afastada está fazendo uma investigação paralela. Martins já foi acusado de participar da gravação de Maurício Marinho, ex-funcionário dos Correios que causou o escândalo do mensalão.

O diretor afastado da Abin não soube dizer se Ambrósio foi contratado com verba secreta da Satiagraha. Mas, na reunião reservada, ele descreveu as investigações em Brasília. Segundo ele, quatro espões da Abin dividiram uma sala com Ambrósio, Protógenes e outros cinco policiais federais, no quinto andar do edifício da PF. Os outros 52 teriam prestado serviços no Rio e em São Paulo, durante quatro meses. Pinto afirmou que os servidores da Abin cumpriam ordens de Protógenes, mas não sabiam o alvo da operação, que levou à prisão de Daniel Dantas.

A CPI aprovou a convocação de Ambrósio, Protógenes e Dantas, além do diretor de Inteligência da PF, Daniel Lorenz. Serão convidados a depor o ministro da Justiça, Tarso Genro, e Gilmar Mendes. ■

O SR. MARIO COUTO (PSDB – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Crise do grampo acirra disputa entre PF e Abin”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 03 de setembro de 2008.

A matéria destaca que a crise da escuta clandestina nos telefones do presidente do Supremo Tribunal Federal, (STF), Gilmar Mendes, acirrou a disputa entre a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O ministro da Justiça Tarso Genro, admitiu ontem que o grampo pode ter sido feito ilegalmente por arapongas da Abin e assumiu a defesa da Polícia Federal.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Crise do grampo acirra disputa entre PF e Abin.”

Crise do grampo acirra disputa entre PF e Abin

Para Tarso, escuta clandestina pode ter sido feita por arapongas e agência ‘não poderá sonegar informação’

Vera Rosa
Vannildo Mendes
BRASÍLIA

A crise da escuta clandestina nos telefones do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, acirrou a disputa entre a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O ministro da Justiça, Tarso Genro, admitiu ontem que o grampo pode ter sido feito ilegalmente por arapongas da Abin e assumiu a defesa da Polícia Federal. Tarso foi duro em relação à Abin: disse que a agência “não poderá sonegar informação” no inquérito sobre o grampo, sob pena de ficar com a pecha da espionagem. O escândalo resultou no afastamento temporário do diretor-geral da Abin, Paulo Lacerda, e seus subordinados.

Tarso reconheceu a possibilidade de os grampos nos telefones de Mendes terem sido feitos no rastro da Operação Satiagraha, que em julho alvejou o banqueiro Daniel Dantas, preso duas vezes. “É uma linha de investigação não exclusiva”, disse ao responder a uma pergunta sobre a possível conexão entre os fatos. “Pode ser alguém que tenha ou teve vínculos com a Abin e que não necessariamente tenha agido a mando da direção.”

Auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva suspeitam que Mendes tenha sido alvo de espionagem por mandar soltar Dantas duas vezes. Agentes da

Suspeita de Jobim irrita general

... Em resposta às acusações do ministro da Defesa, Nelson Jobim, de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) possui equipamento de fazer rastreamento de telefones e ambientes, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Jorge Armando Félix, pediu ao Exército que cedesse três técnicas para analisar a máquina.

Félix tenta provar que o equipamento só faz varredura, ou seja, vasculha se tem alguém monitorado os telefones, mas não faz grampos. A polêmica foi travada entre Jobim e Félix durante a reunião de coordenação política do governo, na segunda-feira.

Muito mais incisivo foi Félix, de posse de um documento sobre a compra do equipamento. Jobim irritou profundamente o general

ao lançar suspeitas contra a agência, sob seu comando.

Félix insistiu, explicando que o equipamento não grameava, só apontava a existência de interceptação. A veemência de Jobim, no entanto, influenciou os presentes, que não se convenceram com as justificativas do general de que a Abin só possui equipamentos de contramedida eletrônicas, para varreduras e verificar se o órgão é alvo de escutas.

Esse assunto tornou-se dominante ontem nas conversas entre os integrantes do GSI e da Abin, que faziam questão de citar que Jobim teria agido “de má-fé” ao fazer tais ilações e nem sequer citar o fato de que o Exército possui o mesmo equipamento, adquirido antes da agência. • TÂNIA MONTEIRO BRASÍLIA • EUGÊNIA LOPES

Abin ligados a Lacerda e ao delegado Protógenes Queiroz, que comandou a Operação Satiagraha e foi afastado do caso, estariam desconfiados da proximidade entre Dantas e o presidente do STF. Na época, a Abin entrou na operação à revelia do diretor da PF, Luiz Fernando Corrêa.

Tarso reafirmou que o inquérito da Satiagraha teve problemas, por causa da “espetacularização” das prisões, mas não quis responsabilizar Lacerda – definido por ele como “homem sério” –

pelas interceptações telefônicas. “Queremos reorganizar as relações da Abin com a PF para que sejam totalmente formais e explicitem o nível de colaboração. A Abin, por exemplo, não pode fazer interceptação nem investigações”, insistiu o ministro.

REAÇÃO
Em conversas com assessores, Lacerda rejeitou ontem a suspeita levantada sobre a Abin por Tarso e pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim. Para Lacerda, “a

investigação central sobre o grampo deve ser feita no Senado e na empresa que faz a assistência técnica dos serviços de telefonia da Casa”.

Ele chegou a dizer que um grampo no STF, feito por um agente da Abin e a serviço de um delegado, “seria uma insanidade, um caso de internação”. “Protógenes é tecnicamente qualificado e, críticas à parte por eventuais deficiências, jamais cometeria tamanho amadorismo.”

Sobre o inquérito da PF, Lacerda disse estar mais preocupado em provar sua inocência do que em retomar o cargo. Afastado do comando da agência, ele se considera vítima de uma pressão que juntou Jobim, os senadores, o presidente do Supremo “e outras pessoas contrariadas”.

Ontem, sempre defendendo a PF de participação no monitoramento de Mendes – que teve diálogo com o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) revelado pela revista *Veja* –, Tarso cobrou a colaboração da Abin no inquérito que investigará o grampo. “Num inquérito da PF não pode a Abin sonegar, informar, senão a agência estaria protegendo alguém que cometeu delito gravíssimo”, observou. Logo depois, adotou tom mais cauteloso e disse partir do “princípio da boa-fé” para se referir às ações da Abin.

Questionado pelos repórteres se não poderia ser surpreendido com a revelação de um policial federal envolvido na bisbilhotagem, Tarso foi enfático. “Se tiver, é um traidor da corporação.” •

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Lula assinou texto sem ler, diz Stephanes”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 21 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse ontem, em Curitiba, que o colega Carlos Minc (Meio Ambiente) e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinaram – sem ler – um decreto sobre penas a produtores rurais que desrespeitarem leis de proteção ambiental. O decreto 6.514, publicado em julho, prevê penas como suspensão das atividades e

embargos de propriedades e rebanhos, caso o produtor não conserve ou restaure áreas de reserva legal. Para Stephanes o decreto “criminalizou os agricultores”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Lula assinou texto sem ler, diz Stephanes.”

Lula assinou texto sem ler, diz Stephanes

Ministro da Agricultura critica decreto que endureceu penas para agricultores que infringem leis ambientais

DIMITRIDO VALLE
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse ontem em Curitiba que o colega Carlos Minc (Meio Ambiente) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinaram —sem ler— um decreto sobre penas a produtores rurais que desrespeitam leis de proteção ambiental.

O decreto 6.514, publicado em julho, prevê penas como suspensão das atividades e embargos de propriedades e rebanhos, caso o produtor não conserve ou restaure áreas de reserva legal. Para Stephanes, o decreto “criminalizou os agricultores brasileiros”.

“O problema é que ninguém leu. Eu disse isso ao ministro Minc quando ele mandou o decreto ao presidente: ‘Você não leu o decreto, o presidente não leu o decreto. Ninguém leu o decreto’”, declarou Stephanes.

Ele deu a declaração ao criticar o decreto e o Código Florestal. “As multas são desproporcionais”, afirmou. “[Se] aplicar essa legislação da forma que foi colocada, eu posso garantir a vocês, áreas inteiras deixarão de produzir”, disse. Ele disse que é preciso “ter coragem para alterar o Código Florestal.”

De acordo com Stephanes, dos 4,3 milhões de pequenas e médias propriedades agrícolas do país, cerca de 3 milhões estão irregulares se consideradas todas as leis ambientais.

As declarações são semelhantes à posição da SRB (Sociedade Rural Brasileira) e da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Para Stephanes, o decreto impõe “medidas genéricas” a regiões diferentes, como encostas e topos de morros em Minas Gerais e no Sul. Caso houvesse leis que seguissem o perfil de cada região, o ministro disse que problemas como a derrubada da floresta amazônica poderiam acabar.

Pessoas “urbanas”, que ajudaram a fazer as leis, “nunca plantaram um pé de feijão”, disse o ministro, que defendeu ainda que ONGs não deveriam participar de discussões sobre proteção dos recursos naturais porque são, segundo ele, financiadas por poluidores —“inclusive pelos grandes poluidores do mundo, pelas grandes empresas petrolíferas”.

Ele também criticou o Banco do Brasil ao pedir “mais velocidade” na liberação de recursos para a safra 2008/2009 diante da crise financeira global.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência anuncia que, amanhã, às 10 horas, esta Casa vai homenagear a cirurgia plástica do Brasil. São 60 anos da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Então, amanhã, às 10 horas, haverá uma sessão especial, solene, em homenagem à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Convidamos todos!

A Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 27, DE 2008***(Proveniente**da Medida Provisória nº 440, de 2008)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos**termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de

27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).

Relator revisor: Senador Valdir Raupp

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 28, DE 2008***(Proveniente**da Medida Provisória nº 41, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus

– SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA, de que

trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo – GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de

2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008).

Relatora revisora: Senadora Rosalba Ciarlini

(Sobrestando a pauta a partir de: 13-10-08)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comis-

são ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2008

(Proveniente da

Medida Provisória nº 442, de 2008)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 442, de 2008, de autoria do Presidente da República, que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 20-1-08)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

O PLC nº 27, de 2008, tramitou em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), de 24/03 a 01/07/08, quando foi aprovada a Mensagem nº 460, de 2008, de retirada da urgência.

O prazo de apresentação de emendas, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno, transcorreu no período de 25 a 31/03/08.

A matéria volta a tramitar em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), nos termos da Mensagem nº 200, de 2008, do Presidente da República, lida em 6/10/2008.

(Sobrestando a pauta a partir de 21-11-08)

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário

o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

18

**JETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre

a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto

Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

29**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, DE 2005**

*(Tramitando nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos
termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos
termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos
termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos
termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional*

do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

41

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

42

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

43

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

45

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como

marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão de 11 de novembro de 2008 do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 21 minutos.)

**AGENDA DO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

Senador Garibaldi Alves Filho

11-11-08 Terça

09:30 Ministro Walton Alencar convida para o seminário

“A Nova Matriz Energética Brasileira”

local: auditório Ministro Pereira Lira, Edifício-Sede do TCU

11:00 Visita do Vice-Presidente do Senado da República Tcheca

Senador Jiri Schneberger e delegação de Senadores.

Gabinete da Presidência do Senado Federal

11:30 Visita do Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar-TCU

Gabinete da Presidência do Senado

14:00 Visita do Ministro da Previdência Social e membros da Comissão

Mista de Orçamento.

Assunto: PL do Senador Paulo Paim

Gabinete da Presidência do Senado

16:00 Ordem do dia – Sessão deliberativa do Senado

Plenário do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(*) Emendas

AO

PROJETO DE LEI
N.º 75/2008-CN

MENSAGEM

N.º 0166, de 2008 – CN
(Nº 0790/2008, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.058.731.190,00 (um bilhão, cinquenta e oito milhões, setecentos e trinta e um mil, cento e noventa reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

(*) Republicado em 12-11-08 em razão da omissão das Emendas nºs 35 a 37.

Índice de Emendas PL 075/2008 - EMENDA

		Total por Parlamentar
ANÍBAL GOMES	00004	1
BARBOSA NETO	00005	1
CEZAR SILVESTRI	00033 e 00034	2
DOMINGOS DUTRA	00035 e 00037	3
EDIO LOPES	00001 e 00002	2
EFRAIM FILHO	00027 e 00028	2
EFRAIM MORAIS	00015 e 00016	2
HENRIQUE EDUARDO ALVES	00013	1
IRAN BARBOSA	00003	1
LUIZ BITTENCOURT	00014	1
MARINHA RAUPP	00007 e 00008	2
PEDRO CHAVES	00029 a 00031	3
PEDRO NOVAIS	00006	1
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	00032	1
ROSE DE FREITAS	00011	1
SANDRO MABEL	00018 a 00022	5
SILAS CÂMARA	00017	1
SILVIO LOPES	00012	1
VALDIR COLATTO	00023	1
VALDIR RAUPP	00009 e 00010	2
VILSON COVATTI	00025 e 00026	2

Índice de Emendas PL 075/2008 - EMENDA

		Total por Parlamentar
WILSON SANTIAGO	00024	1
Total de Emendas:		37

EMENDA - 00001**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0168/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 75. de 2008PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar

Órgão: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: 20.605.6003.8611.0001

Ação – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Nacional

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 4.000.000,00

Cancelar

Órgão: 49000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Unidade: 49101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Funcional Programática: 21.606.1334.8394.0001

Ação – Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos de Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional

GND 3; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a suplementar recursos para o projeto de energização rural no Município de Mucajaí, tendo em vista que é grande a carência de energia nessa região. Objetiva, assim, a melhoria da qualidade de vida dos pequenos e médios produtores, bem como o desenvolvimento dos agronegócios.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ÉDIO LOPES

RR

PMDB

DATA

ASSINATURA

25

4

EMENDA - 00002

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 75, de 2008

PÁGINA
DE

TEKTO

Suplementar

Órgão: 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: 20.752.6003.5914.0062

Ação - Energização Rural - Rorainópolis - RR

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 2.000.000,00

Cancelar

Órgão: 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0392

Ação - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a suplementar recursos para o projeto de energização rural, especificamente quanto a aquisição de subestação de energia no Município de Rorainópolis, tendo em vista que é grande a carência de energia nessa região. Objetiva, assim, a melhoria da qualidade de vida dos pequenos e médios produtores, bem como o desenvolvimento dos agronegócios.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ÉDIO LOPES

RR

PMDB

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00003**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PROJETO DE LEI

75/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO**Suplementar**

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Unidade: 22101- Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0232

Ação: Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – Aquisição de Patrulhas Mecanizadas no Estado de Sergipe.

GND: 4

MOD: 30

Fonte: 100

RP: 2

Valor: R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais)

Cancelar

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Unidade: 22101- Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0392

Ação: Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – Aquisição de Patrulhas Mecanizadas.

GND: 4

MOD: 30

Fonte: 100

RP: 2

Valor: R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais)

JUSTIFICATIVA

Esta ação visa promover desenvolvimento do setor agrário no estado de Sergipe, com a aquisição de patrulhas mecanizadas para atender as necessidades dos produtores no estado, bem como promover melhoria na qualidade de vida aos pequenos agricultores, garantindo condições mínimas para o desenvolvimento do setor.

CÓDIGO

2465

NOME DO PARLAMENTAR

IRAN BARBOSA

UF

SE

PARTIDO

PT

DATA

27/10/08

ASSINATURA



EMENDA - 00004
PL 075/2008-CN
 Mensagem 0166/2008-CN

TA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
 E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PL-075/2008	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-------------------------------	--------------------

TEXTO

Suplementar

Órgão : 22000 -MINISTÉRIO DA AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Unidade: 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0260

Ação - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Construção, Ampliação e Reforma de Mercados Públicos - No Estado do Ceará.

GND 4; MOD 40; Fonte 100; RP 2

Valor R\$5.000.000,00(Cinco milhões de Reais)

Cancelar

Órgão : 22000 -MINISTÉRIO DA AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Unidade: 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Funcional Programática: 20.605.6003.8611.0001

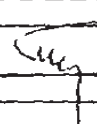
Ação - Apoio ao Pequeno e Médio produtor Agropecuário - NACIONAL

GND 4; MOD 40; Fonte 100; RP 2

Valor R\$5.000.000,00(Cinco milhões de Reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, se faz necessária tendo em vista os Mercados Públicos do Estado do Ceará se encontrarem em péssimo estado de funcionamento, necessitando urgente de recursos para a restauração, ampliação e o armazenamento de produtos hortifrutigranjeiros e agro-industriais locais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ANIBAL GOMES	CEB
DATA	ASSINATURA		
23/10/2008			

EMENDA - 00005**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL nº 75/2008 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (22.101), o seguinte subprojeto: 20.605.6003.7H17.0218

Acréscimo

- UO: 22.101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Subprograma/Subatividade: 20.605.6003.7H17.0218
- Título: Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Agroindústria - No Estado do Paraná
- Valor: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)
- GND: 4
- Mod.: 40

Cancelamento

- UO: 42.101 - Ministério da Cultura
- Subprograma/Subatividade: 20.605.6003.7H17.0392
- Valor: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)
- GND: 4
- Mod.: 40

JUSTIFICAÇÃO

O apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário em municípios do Estado do Paraná, beneficiará a parcela da população que não possui renda suficiente para investimento no meio rural.

CÓDIGO

2558

NOME DO PARLAMENTAR

BARBOSA NETO

UF

PR

PARTIDO

PDT

DATA

/10/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00006

PL 075/2008-CN

Mensagem 0168/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 075/08	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	---------------------------------	---------------------------

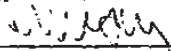
TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Agricultura-22101 o seguinte subtítulo:
Aço:
20.605.6003.8611.0124-Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural- Construção de Matadouros no Estado do Maranhão
GND-4
Modalidade de Aplicação-40
R\$ 5.000.000,00

Cancelar:
22101-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
20.605.6003.8611.0001-Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Nacional
GND-4
Modalidade de Aplicação-40
R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento.

CÓDIGO 1649	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Pedro Novais	UF MA	PARTIDO PMDB
DATA 28/10/2008	ASSINATURA 		

EMENDA - 00007
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
075/2008PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Crédito Suplementar**Programa de Trabalho: Suplementação**

UO: 49201 - INCRA

21.127.0138.2110.0056 - Regularização fundiária de imóveis rurais - no estado de Rondônia.

Valor: R\$ 10.000.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 49201 - INCRA

21.631.0137.8396.0001 - Implantação e recuperação de infra-estrutura básica em projetos de assentamento - Nacional

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100 RP: 2 M.A: 90 IU: 0

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 075/2008 visa à suplementação da dotação supra mencionada, a fim de possibilitar a investimentos para a regularização fundiária de imóveis rurais no estado de Rondônia. É importante que se observe que o estado sofreu intenso processo de colonização, nas décadas de 70, incentivado pelo Governo Federal. Os brasileiros atendendo ao apelo Federal promoveram o maior ciclo migratório do Brasil e se deslocaram para a Região. Entretanto, até hoje sofrem com a falta de titularização de suas propriedades rurais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputada Marinha Raupp

RO

PMDB

DATA

22/10/2008

ASSINATURA



52

EMENDA - 00008
PL 075/2008-CN
 Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
 E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 075/2008	PAGINA 1 DE 1
----------------------------	-----------------------------------	-------------------------

TEXTO

Crédito Suplementar

Programa de Trabalho: Suplementação

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.605.6003.7H17.0090 – Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário – no estado de Rondônia.

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 IU: 0 M.A: 40 RP: 2

Valor: R\$ 1.000.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

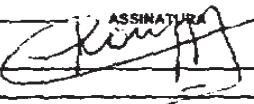
20.605.6003.7H17.0392 – Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100 RP: 2 M.A: 40 IU: 0

Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 075/2008 visa à suplementação da dotação mencionada, a fim de possibilitar a investimentos no setor agropecuário nos municípios do estado de Rondônia. O Estado representa importante produtor de produtos agropecuários e o setor produtivo necessita de aporte financeiro para investimentos em tecnologia, aquisição de máquinas, e outras ações a fim de dinamizar as atividades no campo e agregar valor às commodities.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputada Marinha Raupp	RO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
2210/2008			

EMENDA - 00009**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

075/2008

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Crédito Suplementar**Programa de Trabalho: Suplementação**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.605.6003.7H17.0090 – Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário – no estado de Rondônia.

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 IU: 0 M.A: 40 RP: 2

Valor: R\$ 1.000.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.605.6003.7H17.0392 – Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100 RP: 2 M.A: 40 IU: 0

Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 075/2008 visa à suplementação da dotação mencionada, a fim de possibilitar a investimentos no setor agropecuário nos municípios do estado de Rondônia. O Estado representa importante produtor de produtos agropecuários e o setor produtivo necessita de aporte financeiro para investimentos em tecnologia, aquisição de máquinas, e outras ações a fim de dinamizar as atividades no campo e agregar valor às commodities.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

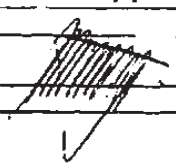
PARTIDO

Senador Valdir Raupp**RO****PMDB**

DATA

22/10/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00010
PL 075/2008-CN
 Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
 E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

075/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Crédito Suplementar

Programa de Trabalho: Suplementação

UO: 49201 - INCRA

21.127.0138.2110.0056 - Regularização fundiária de imóveis rurais - no estado de Rondônia.

Valor: R\$ 10.000.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 49201 - INCRA

21.631.0137.8396.0001 - Implantação e recuperação de infra-estrutura básica em projetos de assentamento - Nacional

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100 RP: 2 M.A: 90 IU: 0

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 075/2008 visa à suplementação da dotação supra mencionada, a fim de possibilitar a investimentos para a regularização fundiária de imóveis rurais no estado de Rondônia. É importante que se observe que o estado sofreu intenso processo de colonização, nas décadas de 70, incentivado pelo Governo Federal. Os brasileiros atendendo ao apelo Federal promoveram o maior ciclo migratório do Brasil e se deslocaram para a Região. Entretanto, até hoje sofrem com a falta de titularização de suas propriedades rurais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Senador Valdir Raupp

RJ

PMDB

DATA

22/10/2008

ASSINATURA

RJ

PMDB

EMENDA - 00011
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 075 de 2008 - Cred. Supl	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--	------------------

TEXTO

Suplementar

Órgão: 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional-Programática: 20.605.6003

Ação : 7H17.0276 - APOIO A PROJETOS DO SETOR AGROPECUÁRIO - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Valor: R\$ 2.400.000,00

Fonte: 100

GND: 4

MD: 40

Cancelar

Órgão: 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional-Programática: 20.605.6003

Ação : 7H17.0392 - APOIO A PROJETOS DO SETOR AGROPECUÁRIO - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA - NACIONAL

Valor: R\$ 2.400.000,00

Fonte: 100

GND: 4

MD: 40

JUSTIFICAÇÃO

Diversos municípios do Estado do Espírito Santos com população carente, especialmente aquelas famílias das áreas rurais, como de pequenos produtores e de sem terra, vivem em bairros da periferia rurais mais pobres, têm grande demanda de assistência, especialmente de equipamentos e poucos vem sendo atendidos com o mínimo necessário. Se atendidos com infra-estrutura esportiva mínima, podem melhorar a sua qualidade de vida e dar sustento às suas famílias, criando uma melhor geração social, capaz de visualizar um futuro mais promissor.

A proposta é que sejam disponibilizadas patrulhas mecanizadas para seis municípios, dentre os quais Montanha, Porto Belo, São Roque, Domingos Martins, Conceição do Castelo e Boa Esperança. O custo médio de cada equipamento está em torno de R\$ 300 mil.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1301	ROSE DE FREITAS	ES	PMDB
DATA	ASSINATURA		
27/10/2008			

EMENDA - 00012

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN Nº 075/2008	PAGINA 01 DE 01
---------------------	-----------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, NO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:

ORGÃO: 22000

UNIDADE : 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0432

VALOR R\$ 4.000.000,00

CANCELAMENTO

ORGÃO: 22000

UNIDADE : 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0392

VALOR R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA, TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO DE APOIO A MELHORIA DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, NO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO SILVIO LOPES	UF RJ	PARTIDO PSDB
DATA	ASSINATURA 		

EMENDA - 00013**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 75, de 2008PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar

Órgão: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0166

Ação – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – no Estado do Rio Grande do Norte

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 5.000.000,00

Cancelar

Órgão: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0392

Ação – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a suplementar o orçamento destinado ao desenvolvimento de projetos no setor agropecuário de Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista a insuficiência no aporte inicial de recursos e a necessidade de melhoria das condições de trabalho desse segmento da sociedade.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HENRIQUE EDUARDO ALVES

RN

PMDB

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00014
PL 075/2008-CN
 Mensagem 0166/2008-CN

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
 E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 75, de 2008	PÁGINA DE
---------------------	-----------------------------------	--------------

TEXTO

Suplementar

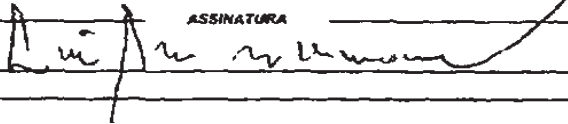
Órgão: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0234
 Ação – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – no Estado de Goiás
 GND 4; MOD 40; Fonte 100
 Valor R\$ 3.000.000,00

Cancelar

Órgão: 49000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 Unidade: 49101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 Funcional Programática: 21.606.1334.8394.0001
 Ação – Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos de Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional
 GND 3; MOD 90; Fonte 100
 Valor R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a suplementar recursos para o apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário em municípios do Estado de Goiás, visando melhoria das condições dos pequenos e médios produtores da região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

EMENDA - 00015**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

FOLHA 01

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

75/2008-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO**SUPLEMENTAR** no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, a seguinte dotação:

20.605.6003.7H17.0264

Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado da Paraíba

Fonte: 100

GND: 4

MA: 40

Valor:

R\$2.000.000,00

CANCELAR no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:20.605.6003.7H17.0392 - *Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional*

Valor:

R\$2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suplementar os recursos constantes do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dotação acima, constante da LOA 2008.

CÓDIGO

2027

NOME DO PARLAMENTAR

Senador EFRAIM MORAIS

UF

PB

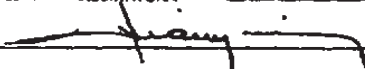
PARTIDO

DEM

DATA

29/10/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00016

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

75/2008-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO

SUPLEMENTAR no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, a seguinte dotação:

20.605.6003.8611.0114

Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – No Estado da Paraíba

Fonte: 100

GND: 4

MA: 40

Valor:

R\$2.000.000,00

CANCELAR no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

20.605.6003.7H17.0392 - *Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional*

Valor:

R\$2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suplementar os recursos constantes do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dotação acima, constante da LOA 2008.

CÓDIGO

2027

NOME DO PARLAMENTAR

Senador EFRAIM MORAIS

UF

PB


PARTIDO

DEM

DATA

29/10/2008

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017****PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOSA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO - AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS, EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ORGÃO: 22000

UNIDADE : 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.605 6003.7H17.0558

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANLAMENTO:

ORGÃO: 22000

UNIDADE : 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.605.6003.7H17.0392

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

AO APRESENTAR ESTA EMENDA, PROCURO REALIZAR UMA ANTIGA E JUSTA REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO QUE HABITA NO AMAZONAS, A TEREM ACESSO A MAQUINARIOS DE ULTIMA GERAÇÃO, E COM ISSO, MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO SILAS CAMARA

UF

AM

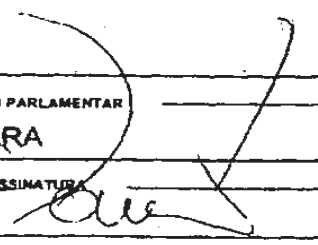
PARTIDO

PSC

DATA

29/10/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00018
PL 075/2008-CN
 Mensagem 0166/2008-CN

STA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
 E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 075/2008-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas no município de Novo Planalto - no Estado de Goiás.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

CANCELAMENTO:

20605.60037H17.0392 - Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas - Nacional.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 075/2008-Cn , visa sobremaneira destinar recursos financeiros objetivando a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação, o que resultará indubitavelmente no fortalecimento da agricultura local, principalmente aos pequenos agricultores. Portanto, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PR

DATA

ASSINATURA

29/10/2008

EMENDA - 00019**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 075/2008-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas no município de Nova Iguaçu de Goiás - no Estado de Goiás.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

CANCELAMENTO:

20605.60037H17.0392 - Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas - Nacional.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 075/2008-Cn , visa sobremaneira destinar recursos financeiros objetivando a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação, o que resultará indubitavelmente no fortalecimento da agricultura local, principalmente aos pequenos agricultores. Portanto, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PR

DATA

ASSINATURA

29/10/2008

EMENDA - 00020

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

JETA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 075/2008-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas no município de Piracanjuba - no Estado de Goiás.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

CANCELAMENTO:

20605.60037H17.0392 - Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas - Nacional.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 075/2008-Cn , visa sobremaneira destinar recursos financeiros objetivando a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação, o que resultará indubitavelmente no fortalecimento da agricultura local, principalmente aos pequenos agricultores. Portanto, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PR

DATA

29/10/2008

ASSINATURA

EMENDA - 00021
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

QUETA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 075/2008-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas no município de Portelândia - no Estado de Goiás.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

CANCELAMENTO:

20605.60037H17.0392 - Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas - Nacional.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 075/2008-Cn , visa sobremaneira destinar recursos financeiros objetivando a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação, o que resultará indubitavelmente no fortalecimento da agricultura local, principalmente aos pequenos agricultores. Portanto, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PR

DATA

29/10/2008

ASSINATURA

EMENDA - 00022
PL 075/2008-CN
 Mensagem 0166/2008-CN

UETA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
 E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 075/2008-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas no município de Caldazinha - no Estado de Goiás.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

CANCELAMENTO:

20605.60037H17.0392 - Apoio a projetos de desenvolvimento no setor agropecuário - Aquisição de Patrulhas mecanizadas - Nacional.

GND 04 - FONTE 100

VALOR: 600.000.00 (Seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 075/2008-Cn , visa sobremaneira destinar recursos financeiros objetivando a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação, o que resultará indubitavelmente no fortalecimento da agricultura local, principalmente aos pequenos agricultores. Portanto, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PR

DATA

ASSINATURA

29/10/2008

13

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00023****PL 075/2008-CN**

Mensagem 0168/2008-CN

:TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 75, de 2008PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar

Órgão: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0124

Ação – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – no Estado de Santa Catarina

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 5.000.000,00

Cancelar

Órgão: 49000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Unidade: 49101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Funcional Programática: 21.606.1334.8394.0001

Ação – Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos de Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional

GND 3; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a suplementar recursos para o apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário em municípios do Estado de Santa Catarina, visando melhoria das condições dos pequenos e médios produtores da região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

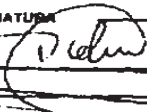
VALDIR COLATTO

SC

PMDB

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00024
PL 075/2008-CN
 Mensagem 0166/2008-CN

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
 E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
 75/2008

PÁGINA
 1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se, no programa de trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UO 22101), a seguinte programação:

SUPLEMENTAÇÃO

Funcional: 20.605.6003.7H17.0264
 Subtítulo: Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – No Estado da Paraíba
 GND: 4 – Investimentos
 Mod. Aplic: 40 – Município
 Valor: R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

Funcional: 20.605.6003.7H17.0392
 GND: 4
 Mod. Aplic: 40
 Fonte: 100
 Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa apoiar os agricultores dos municípios da Paraíba com vistas a ampliar a fronteira agrícola do estado.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado WIL SON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/10/2008			

EMENDA - 00025
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

TA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ORGÃO: 22000

UNIDADE : 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0062

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ORGÃO: 22000

UNIDADE : 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0392

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

COM ESTA EMENDA, PROCURO REALIZAR O APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO, EM MUNICIPIOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO POVO GAUCHO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO VILSON COVATTI

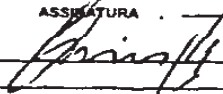
RS

PP

DATA

29/10/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00026

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

4

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN Nº 075/2008

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS - APOIO A UNIDADE DE BENEFICIAMENTO, ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ORGÃO: 49000

UNIDADE : 49101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 21.127.1334.8991.0118

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ORGÃO: 49000

UNIDADE : 49101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 21.127.1334.8991.0001

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

COM ESTA EMENDA, PROCURO REALIZAR APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS - APOIO A UNIDADE DE BENEFICIAMENTO, ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO POVO GAUCHO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO VILSON COVATTI

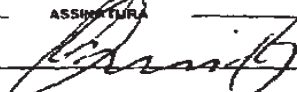
RS

PP

DATA

ASSINATURA

29/10/2008



EMENDA - 00027**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

TA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

75/2008-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO

SUPLEMENTAR no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, a seguinte dotação:

20.605.6003.8611.0114

*Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – No Estado da Paraíba*Fonte: 100GND: 4MA: 40Valor:

R\$2.000.000,00

CANCELAR no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

20.605.6003.7H17.0392 - *Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional*

Valor:

R\$2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suplementar os recursos constantes do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dotação acima, constante da LOA 2008.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

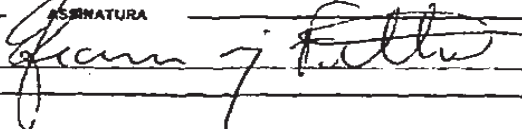
PARTIDO

DEM

DATA

29/10/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00028

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

TA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

75/2008-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO

SUPLEMENTAR no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, a seguinte dotação:

20.605.6003.7H17.0264

Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado da Paraíba

Fonte: 100

GND: 4

MA: 40

Valor:

R\$2.000.000,00

CANCELAR no PL 75/2008-CN, na U.O. 22.101 – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

20.605.6003.7H17.0392 - *Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - Nacional*

Valor:

R\$2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suplementar os recursos constantes do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dotação acima, constante da LOA 2008.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO.

UF

PB

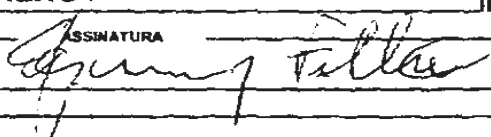
PARTIDO

DEM

DATA

29/10/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00029
PL 075/2008-CN
Mensagem U166/2008-CN

TA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 075/2008

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIOS - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, NO ESTADO DE GOIAS - GO, NO VALOR DE R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0398

VALOR R\$ 2.500.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0392

VALOR R\$ 2.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR O MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS, NO ESTADO DE GOIAS, APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIOS - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COM DEFERIMENTO DESTA EMENDA. O PODER PUBLICO ESTARÁ AJUDANDO A REDUZIR OS GRAVES PROBLEMAS SOCIAIS DOS MUNICIPIOS GOIANOS. ASSIM, POR SI SÓ, PEDE-SE O DEFERIMENTO DESTA EMENDA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO PEDRO CHAVES

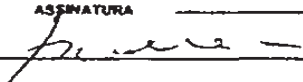
GO

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/10/2008



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00030
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

ETA

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO	PÁGINA
	PLN Nº 075/2008	01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIOS - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, NO ESTADO DE GOIAS - GO, NO VALOR DE R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0398

VALOR R\$ 2.500.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0392

VALOR R\$ 2.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR O MUNICIPIO DE PLANALTINA, NO ESTADO DE GOIAS, APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIOS - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COM DEFERIMENTO DESTA EMENDA. O PODER PUBLICO ESTARÁ AJUDANDO A REDUZIR OS GRAVES PROBLEMAS SOCIAIS DOS MUNICIPIOS GOIANOS. ASSIM, POR SI SÓ, PEDE-SE O DEFERIMENTO DESTA EMENDA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO PEDRO CHAVES	GO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/10/2008			

EMENDA - 00031**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

E

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN Nº 075/2008	01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIOS - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, NO ESTADO DE GOIAS - GO, NO VALOR DE R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0398

VALOR R\$ 2.500.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0392

VALOR R\$ 2.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR O MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS, NO ESTADO DE GOIAS, APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIOS - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COM DEFERIMENTO DESTA EMENDA. O PODER PUBLICO ESTARÁ AJUDANDO A REDUZIR OS GRAVES PROBLEMAS SOCIAIS DOS MUNICIPIOS GOIANOS. ASSIM, POR SI SÓ, PEDE-SE O DEFERIMENTO DESTA EMENDA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO PEDRO CHAVES	GO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/10/2008			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00032
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 75 de 2008 - CN	PÁGINA 01 DE 02
---------------------	--	---------------------------

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério de Agricultura pecuária e Abastecimento (Órgão 22000/ Unidade: 22101), do presente Projeto de Lei a seguinte programação:

SUPLEMENTAÇÃO

Órgão: 22000

Unidade: 22101

Funcional-Programática: 20.605.6003.7H17.0088

Ação (Projeto): APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – NO ESTADO DO CEARÁ

VALOR: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

MA: 40

GND: 4

Fonte: 100

CANCELAMENTO:

Órgão: 22000

Unidade: 22101

Funcional-Programática: 20.605.6003.7H17.0392

Ação (Projeto): APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS - NACIONAL

Valor: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

MA: 40

GND: 4

Fonte: 100

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará convive com uma gradual falência da agricultura tradicional devido a problemas como secas, substituição de produtos locais por sintéticos, competição com produtos de outras regiões do país e do exterior, e migração do campo para a periferia das cidades. É incontestável a necessidade de recursos para investimentos em projetos de apoio à agricultura, de forma a conduzir a agricultura cearense a uma nova forma de desenvolvimento, aumentando a produtividade agrícola do Ceará, com foco nos potenciais de cada região

A inclusão não acarretará em alteração do valor do crédito, global e órgão/unidade orçamentária.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR RAIMUNDO GOMES DE MATOS	UF CE	PARTIDO PSDB
DATA 29/10/2008	ASSINATURA 		

EMENDA - 00033
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
75 / 2008 (CN)

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se no PLN 75/2008 o seguinte subtítulo:

20.605.6003.8611.0068 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – Aquisição de novilhos para aprimoramento genético em - Campina do Simão -PR

Valor: R\$ 1.000.000,00

M.A.: 40

GND: 4

Cancelamento:

20.605.6003.8611.0001 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário - Nacional

Valor: R\$ 1.000.000,00

M.A.: 40

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a suplementar recursos supracitados tendo em vista a importância do desenvolvimento desses projetos para a melhoria de vida dos cidadãos mais carentes da região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado CEZAR SILVESTRI

PR

PPS

DATA

ASSINATURA

29/10/2008



EMENDA - 00034

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 75 / 2008 (CN)	PÁGINA 01 DE 01
	TEXTO	

Inclua-se no PLN 75/2008 o seguinte subtítulo:

20.605.6003.8611.0112 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – Nova Cantu -PR

Valor: R\$ 1.000.000,00

M.A.: 40

GND: 4

Cancelamento:

20.605.6003.8611.0001 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário - Nacional

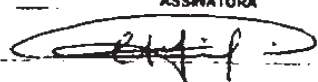
Valor: R\$ 1.000.000,00

M.A.: 40

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a suplementar recursos supracitados tendo em vista a importância do desenvolvimento desses projetos para a melhoria de vida dos cidadãos mais carentes da região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado CEZAR SILVESTRI	PR	PPS
DATA	ASSINATURA		
29/10/2008			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00035**
PL 075/2008-CN
Mensagem 0166/2008-CN

UETA

PROJETO
75/2008

1 DE 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
Unidade: 22101 - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
Funcional Programática: 20.605.6003.8611.0086
Ação: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor no Estado do Maranhão

GND: 4

MOD: 40

Fonte: 100

RP: 2

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

Cancelar

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
Unidade: 22101 - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
Funcional Programática: 20.605.6003.8611.0001
Ação: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor no Estado do Maranhão.

GND: 4

MOD: 40

Fonte: 100

RP: 2

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

JUSTIFICATIVA

Esta ação visa promover desenvolvimento do setor agrário em municípios do Estado do Maranhão, com projetos e atividades voltadas ao fomento da produção agropecuária, a organização e o abastecimento de produtos agrícolas, bem com promover melhoria na qualidade de vida dos pequenos e médios produtores rurais.

CÓDIGO

3179

NOME DO PARLAMENTAR

Domingos Dutra

UF

MA

PARTIDO

PT

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00036

PL 075/2008-CN

Mensagem 0166/2008-CN

JETA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PROJETO DE LEI NÚMERO

75/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Unidade: 22101 - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17

Ação: Apoio a projeto de desenvolvimento agropecuário no Estado do Maranhão.

GND: 4

MOD: 40

Fonte: 100

RP: 2

Valor: R\$ 1.500.000,00 (Um Milhão e Quinhentos mil reais)

Cancelar

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Unidade: 22101 - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0392

Ação: Apoio ao peque e médio produtor rural no Estado do Maranhão.

GND: 4

MOD: 40

Fonte: 100

JUSTIFICATIVA

Esta ação visa promover desenvolvimento do setor agrário em municípios do Estado do Maranhão, com projetos e atividades voltadas ao ao Apoio a Projetos no Desenvolvimento do Setor Agropecuário no Estado do Maranhão.

CÓDIGO

3179

NOME DO PARLAMENTAR

Domingos Dutra

UF

MA

PARTIDO

PT

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00037**PL 075/2008-CN**

Mensagem 0166/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PROJETO DE LEI NÚMERO

75/2008

PÁGINA

1 DE 1**TEXTO****Suplementar**

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Unidade: 49201 - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Funcional Programática: 21.631.0137.8396

Ação: Implantação e Recuperação de Infra-Estrutura Básica em Projetos de Assentamento nos Municípios do Estado do Maranhão.

GND: 4

MOD: 40

Fonte: 100

RP: 2

Valor: R\$ 3.500.000,00 (Três Milhões e Quinhentos Mil Reais)

Cancelar

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Unidade: 49201 - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Funcional Programática: 21.631.0137.8396.0001

Ação: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor no Estado do Maranhão.

GND: 4

MOD: 40

Fonte: 100

JUSTIFICATIVA

Esta ação visa promover desenvolvimento do setor agrário em municípios do Estado do Maranhão, com projetos e atividades voltadas ao fomento aos assentamentos, bem como, promover melhoria na qualidade de vida dos pequenos produtores rurais.

CÓDIGO

3179

NOME DO PARLAMENTAR

Domingos Dutra

UF

MA

PARTIDO

PT

DATA

ASSINATURA



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shlessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).

13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. n° 1.135/2009).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).

8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Marco Maciel (PE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 16/10/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. (VAGO) ⁷
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Vago tendo em vista que a Deputada Íris de Araújo passou a ocupar a vaga de titular, conforme Of/GAB/II/Nº 928, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, datado de 30.10.2008, lido na Sessão do SF de 05.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 288 PÁGINAS